

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

Marcela de Andrade Gomes

**Passe Livre Já: participação
política e constituição do sujeito**

**FLORIANÓPOLIS-SC
2008**

Marcela de Andrade Gomes

**Passe Livre Já: participação
política e constituição do sujeito**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de mestre em
Psicologia, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina.**

Orientadora: Dra. Kátia Maheirie

FLORIANÓPOLIS-SC

2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kátia Maheirie
Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Andréa Vieira Zanella
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Profa. Mériti de Souza
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Marco Aurélio Máximo Prado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional aos meus projetos de vida, em especial, o projeto da vida acadêmica. Por serem mediadores fundamentais na construção do meu interesse pelas questões políticas. À visão “de esquerda” da minha mãe, Lucia Helena de Andrade Gomes, por me mostrar a possibilidade de sonhar e militar por meio das atividades políticas; à visão “de direita” do meu pai, Claudio Garcia Gomes, por contextualizar o sistema político contemporâneo, mostrando-me as duras facetas dos jogos políticos; ao meu querido irmão, Luis Claudio de Andrade Gomes, por me ensinar que, em alguns momentos, temos que esquecer estas questões para curtir a vida de uma forma mais relaxada.

À professora Kátia Maheirie, querida amiga e orientadora, por ter apostado e subsidiado esta pesquisa de forma acadêmica e afetiva, contribuindo com seus olhares teóricos, com o carinho e a compreensão, possibilitando a concretização deste trabalho. Agradeço por ter me apresentado e me inserido na Psicologia Social, possibilitando reflexões a atuações neste campo desde a graduação.

Aos educadores que me inspiram, apóiam e colaboram para minha postura de docente, minha mãe, Lucia Helena, Kátia Maheirie e André Ávila.

Ao Movimento Passe Livre, pela abertura e disponibilidade para a realização deste estudo, e por terem possibilitado um campo de pesquisa extremamente rico e atrativo. Agradeço, em especial, aos militantes entrevistados, protagonistas desta pesquisa, e à Adriana, pela paciência e atenção nas primeiras mediações para que eu me inserisse neste movimento social.

Aos amigos que se tornaram uma rede de apoio para os momentos de reflexões, trocas e angústias, Alice Casanova, André Ávila, Andréa Titon, Lia Vainer, Rita Flores, Suzana Araújo e, em especial, Vanessa Gouvea, que acompanhou cotidianamente o desenrolar desta pesquisa. Às amigas-irmãs da graduação, Michaela Accorsi, Manuelle Andreani e Natália Scatamburlo, por compartilharmos a Psicologia e a amizade desde o primeiro dia de aula na UFSC.

Às amigas, companheiras desde as jornadas de estudos e escolhas profissionais do Ensino Médio, Ana Ferreira, Flávia Geraldini, Karina Orsi e Mariana Kalaf, em especial, Leandra Gonçalves que, mesmo de longe, esteve muito próxima de todos os caminhos acadêmicos da graduação e do mestrado.

Ao Toledo, pelo amor, companhia e amizade durante estes dois anos de estudos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia por possibilitar uma formação ética e de qualidade, e a CAPES, por financiar este estudo possibilitando a dedicação exclusiva e integral ao mesmo.

“O ensaio sociológico, em particular, está assim o mais próximo possível de seu objeto, o mais próximo possível de uma vida social que não é senão uma sucessão ‘de ensaios’ infinitos, não se concluindo jamais. Nesse sentido, da mesma forma que o romance ou o poema, o ensaio não é outra coisa que re-criação, a partir da multiplicidade de elementos constitutivos desta vida.... Cada escritor conduz essa conversação a partir de algumas idéias obsedantes que podem ser comparadas a variações musicais em torno de um tema conhecido; floreio elaborados a partir de uma melodia da qual ele não é o mestre, a melodia do ritmo social. Este é totalmente autônomo. E o autor se contenta, a partir justamente dessas idéias obsedantes, de fazer sobressair alguns tempos fortes, de acentuar este ou aquele aspecto, de propor este ou aquele acompanhamento. Coisas que têm por único objetivo chamar a atenção para a originalidade do ritmo em questão, em um dado momento”.

(Maffesoli, 1995, p. 13)

RESUMO

A presente dissertação, a partir do pensamento de L.S.Vygotsky, na interlocução com autores de diversas áreas e perspectivas teóricas, busca analisar de que forma a participação política no Movimento Passe Livre media a constituição dos sujeitos militantes, identificada nos sentidos que atribuem ao movimento, por sua vez, é constituído por estes sujeitos. A Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis iniciou sua trajetória de lutas em 2000 e em 2004 o grupo se configurou como um movimento social que, inicialmente reivindicava a gratuidade no transporte público para estudantes e, atualmente, luta pela tarifa zero para todas as pessoas contemplando discussões referentes à mobilidade urbana. Este movimento social desenvolve diversas atividades que envolvem manifestações públicas, palestras, seminários, exposição de filmes, grupo de estudos, entre outras, realizadas nas escolas, ruas, diversas organizações e em/com outros movimentos sociais. Com a finalidade de analisarmos os processos de significação em torno desta militância, utilizamos a entrevista aberta, com um roteiro norteador, que foram realizadas individualmente com cinco militantes. Além disso, utilizamos a observação participante durante dois anos, nas diversas atividades do movimento, que foram registradas em um diário de campo. Realizamos um levantamento documental para, na dialogia com as falas dos entrevistados, contextualizarmos este movimento social. A análise desta pesquisa demonstrou que a família, a escola, a universidade e as amizades foram significadas como mediadores fundamentais para que o sujeito se interessasse pela participação política. O estilo de militância que marca a identidade coletiva do Movimento Passe Livre, fortemente marcado pelas características dos novos movimentos sociais, se revelou atrativo para que o sujeito escolhesse por esta participação política. Além disso, percebemos que esta forma de organização mais horizontal e participativa, possibilita novas formas do sujeito se apropriar de sua condição de autoria na história do movimento e da sua própria existência. Por fim, notamos que a militância no Movimento do Passe Livre possibilita que o sujeito construa relações ético-estéticas, criando novas formas de se relacionar com o outro e consigo mesmo.

Palavra-chave: participação política; movimentos sociais; constituição do sujeito.

ABSTRACT

The present dissertation, develop a research from of L. S. Vygotsky theory's , in the interlocution with authors of several areas and theoretical perspectives, it searches to analyze how the political participation in the Free Ticket Movement , mediate the constitution of the militant citizens, identified in the directions that they attribute to the movement, that is constituted for these citizens. The Campaign for the Free Ticket of Florianópolis initiated its trajectory in 2000 and in 2004 this group was configured as a social movement that, initially demanded the gratuitousness in the public transport for students and, currently, struggle for the tariff the zero for all people contemplating discussions relating to urban mobility. This social movement develops diverse activities that involve public manifestations, lectures, seminars, exposition of films, group of studies, among others, displayed at many schools, streets, diverse organizations and other social movements. With the purpose to analyze the processes of significance around this militancy, we use the interview, with opened questions, and a basic script, that had been applied with five militant, individually. Furthermore, we used participant observation for two years in various activities of the movement, which were recorded in a diary of field. We accomplished a documentary research , and in dialogic with the speech of the interviewed subjects, we aim to context this social movement. The analysis of this research demonstrated that the family, the school, the university and the friendships were meant as important mediators to the subject who interested for political participation. The style of militancy that marks the collective identity of the Free Ticket Movement, strongly influenced by the characteristics of the new social movements, has proved to be attractive for the citizens to choose this way of political participation. Moreover, we realize that this form of organization more horizontal and participative makes possible to the citizen appropriate new forms of his condition of authorship in the history of this social movement and of his own existence. Finally, we notice that the militancy in the Movement of the Free Ticket allows the subject to build relationships ethical and aesthetic, creating new ways to connect with others and with yourself.

Key-words: participation politics; social movements; constitution of the subject.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Olhares teóricos	
1.1 Estudos sobre movimentos sociais: diálogos sociológicos e psicológicos.....	28
1.2 Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica de L. S. Vygotsky	42
Capítulo 2: Movimento Passe Livre de Florianópolis	48
Capítulo 3: Método	
3.1 Caminhos que implicam em fazeres: proposta metodológica	57
3.2 Notas sobre os processos e sujeitos desta investigação	62
3.3 Trajetórias metodológicas do/no campo	65
Capítulo 4: Análise dos sentidos	
4.1 Mediadores na/da formação política	77
4.2 Relações sócio-afetivas no Movimento Passe Livre	86
4.3 Novas formas de (se) fazer (por meio da) política	96
4.4 Relações ético-estéticas e participação política	112
Considerações Finais	129
Referências Bibliográficas	135
Anexos	146

Introdução

A dimensão política circula minha existência desde a infância. Ainda pequena, acompanhava minha mãe nas manifestações no centro de São Paulo, decorava as músicas que reivindicavam melhorias de trabalho para os professores da rede pública, freqüentava as atividades de greve na escola da periferia em que ela lecionava, e devia até usar uma camiseta da CUT, sem mesmo entender do que se tratava. Sem compreender muito bem, estava presente nas discussões políticas na hora do jantar, quem seria o melhor, Collor ou Lula? Minha mãe dizia um, meu pai, o outro... Não preciso definir quem escolhia quem...

A política tem um lugar de destaque na minha cultura familiar. Não raras vezes, meu pai nos lembra: "Você já leu a reportagem de hoje da Folha sobre Hugo Chávez? Então leia para depois discutirmos..." Talvez o germe disso se relacione com o fato do trabalho dos meus pais estarem intimamente vinculados com os acontecimentos e interesses políticos. Ele tem uma construtora que participa das licitações públicas da prefeitura, e minha mãe é diretora de pré-escola e fundadora do sindicato da categoria. Ou seja, as transformações políticas na esfera pública, afetavam diretamente nossas relações na esfera doméstica, tanto em seus aspectos afetivos, financeiros, e nas (im)possibilidades de escolhas em nossas vidas. Ou seja, o cotidiano de minha família foi, e ainda é, fortemente marcado por mediações políticas, manifestadas nos diálogos, valores, necessidades, sentimentos e práticas que constituem minha família.

Ao ingressar na Universidade entrei em contato com diversos movimentos sociais, debates e posturas políticas. Participei dos movimentos estudantis nas greves universitárias, do Centro Acadêmico, e de outras formas de participação política. Estas práticas me possibilitaram experiências enriquecedoras para minha existência, tanto em relação às leituras, quanto às amizades e formas de compreender o mundo. Na graduação, tive a oportunidade de conhecer o campo de estudos, denominado por alguns autores, de Psicologia Política. Ao conhecer a possibilidade de criar diálogos de questões políticas com os discursos psicológicos, fiquei entusiasmada em me inserir nestas discussões, já que poderia aliar dois campos que me fascinam bastante. Neste sentido, escolhi um caminho

para aprofundar esses questionamentos e atender minhas motivações: tornar a participação política em movimentos sociais um objeto de estudo científico, o que mobilizou cursar o mestrado.

A partir destas vivências pessoais e acadêmicas, algumas inquietações me acompanhavam em relação à participação política. O que levava àquelas pessoas se reunirem em torno de uma luta coletiva; o que era mobilizado naqueles estudantes tornando-os ativos durante o período de greve, transformando-a em instrumento político e não em “férias fora de época”; de que forma essas práticas contribuíam na construção destas pessoas. Todos estes questionamentos foram, primeiramente, direcionados a mim. Esta breve descrição em que relaciono as mediações políticas que me constituíram e que fizeram com que eu me interessasse por este assunto, só foi possível de ser esclarecida após anos de questionamentos pessoais e leituras teóricas. E, justamente este enlace, entre a história de vida e a participação política é que me incitou a realizar esta pesquisa. De que forma o sujeito significa sua participação política? Quais mediações são consideradas significativas na construção do interesse em participar politicamente? Quais contribuições para sua existência foram engendradas por meio desta participação política?

Para concretizar esta busca, escolhi um movimento social que se destacou em Florianópolis, por suas formas de expressão e de organização. Este movimento social conquistou visibilidade nas ruas, praças, universidades, escolas e nos meios de comunicação em Florianópolis. A capital de Santa Catarina pôde presenciar, nos anos de 2004, 2005 e 2006, ações coletivas e outros tipos de atividades (oficinas, palestras, shows...) do “Movimento Passe Livre”, que tem como principal pauta de reivindicação a implementação da tarifa zero nos transportes coletivos.

Em junho de 2005, Florianópolis foi palco de dezessete dias consecutivos de protestos realizados pelo movimento que, por meio destes, conseguiu com que o prefeito em exercício na época revogasse o aumento das tarifas. O “Jornal Zero” (2005- Vide Anexo A), produzido pelos estudantes de jornalismo da Universidade

Federal de Santa Catarina em parceria com o Centro de Mídia Independente¹, descreveu o acontecimento:

Manifestações generalizadas e diárias se espalham por toda a capital. No norte da Ilha, estudantes da Escola Jovem fecharam o Terminal de Canasvieiras e ocuparam a rodovia SC-401. No sul, populares fizeram passeatas pelas ruas principais e impediram o trânsito de ônibus do terminal Rio Tavares. Na região da UFSC, secundaristas e universitários promoveram 'catracaço' por vários dias e ainda fecharam o terminal da Trindade. Estudantes do continente fizeram passeata até a região central da cidade. A avenida Paulo Fontes, no centro, foi bloqueada quase todos os dias. Os manifestantes também ocuparam o terminal Central e fizeram passeatas pelas principais vias da cidade: Avenida Beira Mar e Mauro Ramos. (Jornal Zero, 2005, p.3)

A campanha pelo transporte estudantil gratuito iniciou-se em 2000, primeiramente encampada pelo núcleo Juventude Revolução Independente². Em 2004 o movimento ficou mais organizado e ganhou adesão popular quando estudantes, universitários e secundaristas, foram para as ruas protestar contra o aumento instaurado nas tarifas dos ônibus da capital. Iniciava-se então, o pioneirismo do que se tornou o Movimento Nacional Passe Livre, oficializado no V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no ano de 2005³. Os princípios básicos do movimento foram aprovados em plenária realizada neste evento, composta por comitês regionais que discutiam questões referentes ao transporte público. Atualmente o movimento continua realizando atividades em escolas, universidades e outras instituições, organizando mobilizações públicas e encontros nacionais do movimento. A lei do Passe Livre⁴ foi aprovada pela Prefeitura de Florianópolis, entretanto, o Ministério Público entrou com uma ADIN

¹ O Centro de Mídia Independente (CMI) é uma rede internacional de produtores independentes da mídia. No Brasil, articula-se em várias cidades com projetos locais como rádios livres, jornais impressos, boletins *on line*, jornais de poste (o CMI na rua) e, em nível nacional, por meio do site www.midiaindependente.org (Vinícius, 2005)

² A Juventude Revolução Independente surge da desvinculação da Juventude Revolução de Florianópolis e se caracteriza por organizações de jovens que lutam por direitos da juventude (Vinícius, 2005).

³ Informações coletadas pelos seguintes jornais: "Zero" (Florianópolis, junho de 2005, p. 1-18) e "Folha de São Paulo Online" (São Paulo, Caderno Cotidiano, abril de 2006, n/d.), disponível no site: www.folha.com.br, acessado em novembro de 2006.

⁴ Em novembro de 2005 cerca de 40 desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) votaram pela suspensão da lei do passe livre, que garantiria o direito à gratuidade ao transporte para estudantes a partir de 2006, disponível no site: www.midiaindependente.org, acessado em novembro de 2006.

(Ação Direta de Inconstitucionalidade) que tramitou no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), sendo que “o Pleno TRIBUNAL de Justiça julgou inconstitucional a lei municipal nº 1137/2004 que institui o passe livre para estudantes nos transportes coletivos em Florianópolis” (Diário Catarinense, Geral, novembro de 2007, p. 32- Vide Anexo B).

Esta pesquisa aborda sujeitos envolvidos nesse acontecimento político significativo na história de Florianópolis, por se tratar de um movimento social que vem produzindo atividades há sete anos nas ruas e instituições da capital. Além de contribuir com movimentos de transformações na cidade, serviu de referência para a construção de outras mobilizações em Florianópolis e do Movimento Nacional do Passe Livre. Conforme Vinícius (2005):

Foi a maior revolta ou movimento popular da história das últimas oito décadas desta cidade por que conciliou quantidade (adesão), formas contundentes de ação direta e um certo nível de organização e consciência. Uma revolta que não se expressou em simples fúria, que se esgota em si mesma, mas sim principalmente na forma de um movimento organizado horizontalmente, multifacetado, ligando principalmente, mas não somente, associações comunitárias e estudantes. (p. 25)

Em meio a reportagens, notícias, boatos, universitários e secundaristas nas ruas, gritos de guerra, prisões, balas de borracha, caos, invasões nos órgãos públicos, invasões na câmara dos vereadores, fechamento da ponte Colombo Sales, fotos, músicas, pinturas, sátiras, caricaturas, danças e batucadas, este movimento chamou atenção pela forma que os integrantes se organizaram e se expressaram. Além de ser um veículo para a expressão dos interesses destes jovens, indagava-me: de que forma a participação política no Movimento Passe Livre constitui estes sujeitos? Que sujeitos são estes que possibilitaram a construção deste movimento? Quais processos psicossociais envolvidos na participação política no Movimento Passe Livre?

Para iniciarmos uma discussão acerca das ações coletivas⁵, precisamos remontar o cenário histórico, pois é inserido nele, que os sujeitos foram criando

⁵ O termo “ações coletivas” será compreendido nesta dissertação como toda forma de mobilização coletiva,

novas formas de se organizarem coletivamente, constituindo novos espaços, novas relações e se (re)criando neste processo. As transformações do modo de vida feudal para o capitalista, são salientadas por Camino (1989) na explanação sobre as primeiras ações coletivas da modernidade, considerando que essa passagem histórica “processou-se através de diversas revoluções e transformações, nos séculos XVIII e XIX, no campo industrial, científico, cultural, político, urbano, etc” (Camino, 1989). Estas se caracterizaram por um significativo avanço das desigualdades sociais, da situação de miserabilidade de uma parte considerável da população, das desumanas condições de trabalho nas cidades, das péssimas condições de moradia, saúde e educação, entre outros, que se tornaram mediações sócio-históricas no fomento das mobilizações coletivas.

A diversidade das transformações sociais ocorridas nos séculos XIX e XX, na consolidação da chamada sociedade industrial, especialmente na Europa Ocidental e na América do Norte, também são apontadas por Prado (2001) como constituídas de grupos excluídos, que se inseriam em mobilizações coletivas, pois “de alguma forma se viram alijados do processo social” (p. 151). Estas transformações sociais, conforme o autor, não se deram somente no plano econômico e político, mas preponderantemente no plano cultural, ou seja, na reformulação das instituições sociais e políticas, na urbanização das cidades, nos novos hábitos, convenções sociais e formas de agrupamento humano e no aumento da flexibilidade acerca da vida humana (Prado, 2001), possibilitando a criação de novos sujeitos, que por sua vez, participavam na construção de novos contextos⁶ sociais, históricos, políticos, subjetivos, culturais e econômicos. Diante deste contexto, o estudo das “massas”, “multidões”, “ações coletivas” ganhou notoriedade no pensamento das Ciências Sociais e Humanas no final do século XIX (Prado, 2001).

Desde então, diversas formas de compreender os movimentos sociais têm sido desenvolvidas nas ciências. Essas transformações teórico-metodológicas não

ou seja, referem-se às práticas coletivas políticas de forma genérica, não carecendo se enquadrar na categoria “movimentos sociais”.

⁶ O termo “contexto” será compreendido nesta dissertação sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, ou seja, caracterizando-se por uma teia imbricada de relações sociais, culturais, históricas, políticas, econômicas e subjetivas que constituem e são constituídas pelo sujeito.

são puramente epistemológicas, mas sim frutos dos processos históricos que inauguram novas práticas, singulares e coletivas, constituídas e constituintes pelas/das mudanças dos sujeitos/sociedade, em seus aspectos históricos, culturais, subjetivos e políticos.

A realidade dos movimentos sociais, conforme Scherer-Warren (2006b), é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm conseguido acompanhar este dinamismo, acentuado com os processos de globalização e informatização da sociedade. Neste sentido, os movimentos sociais tendem a se diversificar e se complexificar, demandando novos olhares teórico-metodológicos, que sustentem novas formas de compreender estes cenários, práticas e sujeitos, que constroem novas formas de fazer política, se constituindo por meio dela, construindo novas relações, espaços e formas de subjetivação-objetivação.

Diante desta necessidade teórico-conceitual, a psicologia surge como uma possibilidade de ampliar o referencial teórico, aquecer o debate acadêmico, assim como servir de subsídio para novas criações políticas, seja nas ações coletivas, nos movimentos sociais ou nas várias formas de participação política.

A contribuição da psicologia, neste cenário marcado pela diversidade de compreensões, pode-se revelar de forma ímpar para os estudos e práticas nesta temática, pois reflete as relações entre sujeitos, movimentos sociais, espaço público/privado, a partir dos protagonistas destas ações coletivas, aprofundando nas dimensões subjetivas, constituídas e constituintes, pelas diversas formas de se fazer política e se fazer sujeito por meio dela.

Os estudos da Sociologia não levavam em conta, por diversas vezes, os elementos culturais e subjetivos vivenciados pelos sujeitos que se inserem em mobilizações sociais, conforme Prado (2002), “deixando de lado os processos dinâmicos que levavam as pessoas a se organizarem em ações coletivas” (p.62). O autor aponta que o surgimento de ações coletivas contemporâneas, proporcionou um deslocamento fundamental nas análises da mobilização social, denunciando “a urgência de pensar aspectos psicossociais como a identidade, o compartilhamento de crenças grupais, de representações sociais, de agências e formas de ação social” (p.62). A re-emergência da Psicologia Social nos estudos

sobre ações coletivas, foi fruto, conforme o autor, das limitações das explicações macroestruturais, da concepção do sujeito coletivo, coeso e unificado, e do redimensionamento do espaço político, que transcende as fronteiras do espaço institucionalizado, se deslocando para as esferas da vida privada, até então, não politizadas.

Até a década de 70, as pesquisas acerca deste fenômeno se orientavam a partir de duas principais vertentes: uma caracterizada pela leitura ortodoxa do marxismo; e outra pautada em concepções intra-psíquicas dos sujeitos que compõem os movimentos sociais. As análises da primeira vertente, representada principalmente por cientistas políticos, teciam explicações a partir de categorias como a luta de classes (dominante/dominada), tomada do poder por meio da revolução, a posição ocupada pelo sujeito nas formas de produção, relação Estado/Nação, entre outras. Por outro lado, os movimentos sociais também eram analisados sob uma lógica intrapsíquica, produto de uma tradição subjetivista aplicada a fenômenos sociais, resultando em um esvaziamento da importância dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais deste fenômeno.

Entre estes dois “pólos do dualismo teórico”, assim denominado por Melucci (1991), permanece um espaço aberto e não explorado acerca dos modos pelos quais os atores sociais⁷ constroem suas ações coletivas:

A explicação fundada sobre a mesma condição estrutural dos atores dá como certa a capacidade destes últimos de perceber, avaliar, decidir sobre aquilo que lhes é comum. Isso ignora os processos que permitem (ou impedem) aos atores definir a ‘situação’ como campo de uma ação comum. No lado oposto, as motivações dos atores e as diferenças individuais nunca são suficientes para explicar como ocorre que certos indivíduos se reconheçam e se tornem parte de um ‘nós’. (p.32)

Esta lacuna existente entre as perspectivas que beiram um “sociologismo” ou um “psicologismo” é apontada por diversos autores (Melucci, 1991; Maheirie, 1997 & 2003a; Sawaia, 1997; Sandoval, 1997; Scherer-Warren & Luchmann,

⁷ O termo “sujeito” será predominantemente utilizado devido à perspectiva teórica adotada para esta pesquisa, que concebe o sujeito como constituído e constituinte pelas/nas relações sociais em um contexto histórico-cultural. Em alguns momentos, utilizaremos “atores sociais”, termo comumente empregado na Sociologia, para ser fiel à terminologia do autor(a).

2004; Prado, 2006), anunciando a necessidade de estudos que superem as dicotomias entre indivíduo/sociedade, singular/coletivo, público/privado e razão/emoção.

A partir da década de 70, as mobilizações sociais sofreram transformações oriundas do processo de periferização da sociedade urbana, constituindo novos sujeitos e novas formas de ações coletivas que foram denominadas de novos movimentos sociais. O termo “novo” foi utilizado pelos estudiosos para designar as novas formas de atuação que se diferenciavam dos movimentos anteriores a esta época. De acordo com Del Prette (1990a), alguns autores consideram os novos movimentos sociais com base na negação de características atribuídas aos movimentos tradicionais, concebendo-os como rupturas em relação a alguns aspectos destes; outros os definem como uma mesclagem entre valores novos e tradicionais; e há aqueles que questionam a utilização deste termo, pois não concordam com esta divisão teórica.

Os aspectos organizativos e reivindicativos destes novos movimentos são freqüentemente apontados como elementos que se diferem dos movimentos sociais tradicionais. A autonomia frente ao Estado ou organizações partidárias (sindicatos, partidos políticos...) e reivindicações voltadas para questões e grupos específicos são características que diferem os novos dos tradicionais movimentos sociais (Maheirie, 1997 & 2003a ; Scherer-Warren 1984).

A maioria das teorias, até a década de 70, considerava movimento social apenas aqueles que buscavam transformações em longo prazo e que atingiriam diversos segmentos da sociedade, como por exemplo, o movimento proletariado que se pautava na revolução socialista para instaurar o Comunismo. Ou seja, os movimentos sociais estavam relacionados a uma profunda e radical mudança da sociedade, em consonância com os principais discursos políticos daquele momento histórico. Os novos movimentos sociais, por outro lado, assim como o que se denominou de movimentos populares (movimento organizado por associações, bairros...), podem ser caracterizados por reivindicações mais imediatas, ou seja, buscam melhorias nas condições de vida no “aqui-agora”. Esta nova configuração das reivindicações dos movimentos estiveram relacionadas ao

processo de periferização das chamadas classes populares urbanas, caracterizadas por lutas que reivindicavam saneamento, escolas, postos de saúde, transportes e melhores condições de moradia (Del Prette 1990a; Narita 2005).

A partir da década de 80 ocorre uma grande diversificação das demandas dos movimentos sociais: luta por espaço pelas minorias urbanas, questões ecológicas, pacifistas, étnicas, de direitos humanos e de gênero, tornam-se centrais nos debates acadêmicos e na sociedade (Narita, 2005). A produção científica da década de 80 caracteriza-se por uma segmentação geográfica empírica dos movimentos sociais, de acordo com Scherer-Warren (2004), que refletiram na produção de teorias acerca dos movimentos rurais e urbanos. A autora assinala uma tendência de especialização dos paradigmas conforme os tipos de movimento: “a riqueza das mobilizações sociais dessa década estimulou intensamente a produção acadêmica, mas tendeu a segmentar-se em especializações temáticas, com recortes paradigmáticos próprios” (p. 14), dificultando a construção de acordos sobre a conceituação deste fenômeno.

Novos desafios analíticos acerca dos movimentos sociais emergem em meio ao processo de globalização na década de 90, década marcada por inúmeras Conferências Mundiais das Nações Unidas, contribuindo na construção de parcerias entre sociedade civil e poder público. Este novo paradigma, segundo Scherer-Warren (2004), possibilitou novas formas de relação entre Estado-sociedade e esferas pública-privada, fomentando o terreno para a emergência das ONGS (Organizações Não-governamentais). Com base em uma visão habermasiana, a autora supera tais dicotomias historicamente construídas que veio restringindo o conceito de político ao campo da organização estatal. De acordo com esta perspectiva, na medida em que os atores coletivos denunciam e tornam públicos os problemas e injustiças sociais, por meio de articulações da sociedade civil, operam no âmbito público, contudo, de forma diferente do Estado:

A articulação da sociedade civil com a racionalidade comunicativa e, portanto, com um conjunto de atores que constroem novas identidades e solidariedades tematiza problemas, demanda novos direitos, institui novos

valores e reivindica novas instituições. (p.17)

Nesta dissertação, algumas concepções estão articuladas para sustentar nossa base teórica para enxergarmos o Movimento Passe Livre, já que, de alguma forma, estas concepções nos auxiliam para a construção do nosso objeto de estudo. Logo, encaramos um movimento social como um importante componente na construção de espaços participativos da sociedade civil nas tomadas de decisões do Estado (Scherer-Warren, 2004, 2006b), um objeto que está no centro do debate político e que desenvolve um papel determinante nos processos sociais contemporâneos (Melucci, 1991) e uma estratégia de inserção e constituição de espaços políticos inseridos nos jogos da democracia (Prado, 2006).

Pensamos que uma contribuição desta pesquisa para os estudos da participação política em movimentos sociais se refere à articulação da concepção estética da existência com as questões políticas⁸. Alguns dos chamados novos movimentos sociais podem estar se movendo na direção de uma tendência ético-estética, compreendida por uma forma de se relacionar com o mundo que instaura o novo, afastando-se de relações ancoradas na lógica utilitária-individualista e, sendo assim, pautadas no estranhamento do mesmo, apontando para atividades criadoras e novas possibilidades de sentidos existenciais. Alguns germes deste estilo⁹ estético são apontados por Maffesoli (1995) como empatia, o desejo comunitário, valorização da emoção, vibração em comum e a predominância do cotidiano como elementos da estetização da existência.

A partir de um olhar embuído da compreensão estética para entender os movimentos sociais, abrem-se caminhos para analisá-los sob o olhar do singular, dos jogos de subjetividades que o compõem. Neste sentido, há possibilidades de relacionar a participação política com uma postura existencial aberta a alteridade, em relação aos outros e a si mesmo, ou, por outro lado, podendo se fazer uma mediação que direcione o sujeito para uma visão prático-utilitária. A primeira perspectiva pode estar rompendo barreiras de lógicas dominantes no sistema capitalista, já que, ao se relacionar esteticamente com o engajamento político,

⁸ Aprofundaremos a concepção de estética e possíveis relações com a participação política no capítulo 5.4.

⁹ Estilo é “aquilo que uma época se define, escreve-se e se descreve a si mesma” (Maffesoli, 1995, p.18).

tanto de forma singular quanto coletiva, propicia-se novas formas de se posicionar em relação ao outro, a si mesmo e seu contexto, com base em uma orientação ético-estética existencial.

Por considerar a participação em um movimento social enquanto uma prática mediadora na constituição dos sujeitos e do contexto em que se inserem, buscamos analisar quais os caminhos e transformações provocadas por esta mediação política na constituição das histórias, singulares e coletivas, destes participantes, que por sua vez, tornam-se protagonistas deste movimento social.

Com base, fundamentalmente, na psicologia de L. S. Vygotsky, na interlocução com autores de diversas áreas e perspectivas teóricas, visando a ampliação da inteligibilidade de nosso objeto, **pretendemos analisar de que forma a participação política no Movimento Passe Livre media a constituição dos sujeitos militantes, identificada nos sentidos¹⁰ que atribuem ao movimento, por sua vez, constituído pelos sujeitos.**

A participação política no Movimento do Passe Livre será concebida como uma prática na qual o sujeito se direciona para a dimensão das questões políticas, envolvendo aspectos subjetivos, sociais, históricos, econômicos e culturais, constitutivos e constituintes de sua história singular e coletiva, que mobilizam o sujeito em direção a uma luta coletiva. Neste sentido, de forma sintética podemos definir nossa concepção de movimento social enquanto:

sínteses dialéticas inacabadas entre subjetividades e objetividades. Neste sentido, envolvem tantos aspectos macroestruturais histórico-político-econômicos, quanto aspectos microestruturais como relações intergrupais, interpessoais, consciência, linguagem, emoções identidade. (Maheirie, 1997, p.164)

A escolha desta concepção de movimento social justifica-se pela confluência à perspectiva teórica utilizada para conceber os sujeitos desta pesquisa, assim como suas práticas e seus contextos. Analisar a participação em um movimento social sob nossa perspectiva, que encara o sujeito enquanto

¹⁰ Sentidos devem ser compreendidos, neste trabalho, segundo a perspectiva de Vygotsky. Este conceito será melhor desenvolvido no capítulo 1.2.

a(u)tor de sua história individual e coletiva, contribui na construção de um olhar crítico frente a este fenômeno, superando visões “sociologizantes” ou “psicologizantes”¹¹, e as tradicionais dicotomias entre sujeito/sociedade, singular/coletivo e entre o pensar, agir e sentir.

A construção de novas formas de compreender as relações entre os sujeitos e os movimentos sociais implica em novas formas de práxis cotidiana por parte destes sujeitos (Scherer-Warren, 1993), logo, ao produzir estudos acerca dos movimentos sociais sob uma perspectiva sócio-histórica, na interface com outros campos do saber e outras perspectivas teóricas, contribui-se nas (re)construções das teorias e dos próprios sujeitos, uma vez que podem se apropriar desta produção, como uma mediação nas superações de seus impasses, contradições e antagonismos.

Ao analisarmos os sentidos atribuídos em torno da militância, neste caso no Movimento Passe Livre, estamos demarcando a importância do campo psicológico nos estudos sobre a participação política nos movimentos sociais, pois nos aproximamos dos protagonistas destas práticas, trazendo à tona a dimensão do singular para o debate acadêmico. A partir desta perspectiva, trazemos o sujeito para o centro das reflexões, nos direcionando para suas motivações, valores, afetos, interesses e mediadores de sua história de vida, marcando a contribuição da psicologia para o cenário acadêmico das análises sobre participação política em movimentos sociais.

Para concluirmos esta introdução, descrevemos o cenário acadêmico dos estudos produzidos nos Programas de Pós-Graduação do Brasil que abordam a temática das ações coletivas, participação política e movimentos sociais (Vide Anexo C). Nosso intuito é construir um olhar panorâmico das pesquisas produzidas, investigando quais os principais objetos de estudo e categorias utilizadas para as análises destes fenômenos, a fim de visualizar, mesmo que de forma superficial, quais os caminhos que a psicologia vem trilhando para se aproximar deste campo da política.

¹¹ Estas concepções serão aprofundadas no capítulo 1.1.

Para construirmos este cenário acadêmico, realizamos um rastreamento no Banco de Teses da CAPES utilizando os seguintes descritores: "ações coletivas", "participação política" e "movimentos sociais". Após o levantamento de estudos realizado com cada descritor, selecionamos aqueles que foram produzidos por Programas de Pós-Graduação em Psicologia e excluimos os estudos que, mesmo sendo oriundos deste campo do saber, não abordavam estes fenômenos, apenas continham algum dos descritores no corpo do texto.

Ao utilizarmos o descritor "ações coletivas", encontramos um total de 272 estudos, sendo que 12 foram selecionados; com o descritor "participação política", encontramos um total de 460 estudos, sendo que 27 foram selecionados; com o descritor "movimentos sociais", encontramos um total de 1441 estudos, sendo que 40 foram selecionados. Portanto, analisamos um total de 71 estudos (considerando que alguns deles se repetiram), produzidos por Programas de Pós-Graduação em Psicologia, que abordam, de alguma forma, a temática da ação coletiva, participação política e movimentos sociais.

Com a finalidade de organizarmos estes estudos para uma melhor visualização, categorizamo-os conforme algumas tendências de estudos que predominaram em nosso levantamento: estudos que analisam a consciência política; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e outros movimentos relacionados à terra; a construção da identidade de um determinado movimento; as diversas formas de militância e participação política; os movimentos e ações que, de alguma forma, se relacionam com as questões atreladas à saúde; as ações coletivas e outras formas de organização de moradores de um determinado bairro; os movimentos que se aproximam das questões de gênero; o comportamento político; movimentos sociais específicos.

Com relação aos estudos que utilizam a categoria da consciência política, encontramos pesquisas que analisam a formação da consciência política entre as famílias do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Panapanema-SP (A. S. Silva, 2002); a construção da consciência política coletiva de homossexuais no Brasil, na Espanha e Portugal (A. S. Silva, 2006); a construção da consciência e a constituição de valores comunitários, junto a grupo

de mulheres participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo (Prado, 1994); a consciência política dos profissionais do ITESP (Instituto de Terras do Estado SP) que realizam assistência técnica para famílias que vivem em assentamentos do estado de SP (Gomes, 2003); o desenvolvimento da consciência do militante político, investigando os fatores determinantes que o levaram a se inserir na militância política (Martins, 1987); de que forma meninos em situação de rua explicam as causas das desigualdades sócio-econômicas e como essas concepções são influenciadas pela participação, ou não, deles em movimentos sociais próprios dessa categoria (Maciel, 1997); a formação da consciência política, viabilizada pela participação política, de moradores e trabalhadores da Unidade de Reciclagem do Lixo (Costa, 2006).

Com relação aos estudos que abordam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e outras mobilizações relacionadas à terra, encontramos pesquisas que analisam os discursos sobre o MST, da região do Pontal do Paranapanema-SP, presentes em três jornais (Lima, 2005); as trajetórias, sentidos e projetos de vida de jovens, que vivem em um assentamento no RJ (Borges, 2004); a capacidade de mobilização e as condições internas do MST em termos de representações e identidades sociais sob uma perspectiva psicossocial (Figueiredo, 1995); os processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Pontal do Paranapanema (Narita, 2000); as contribuições de um projeto político-pedagógico para formação de professores em uma escola de um assentamento rural em Araraquara (Bastos, 2006), e a relação entre a implementação do projeto com a participação dos sujeitos deste assentamento (Brancaleoni, 2005); as transformações psicossociais ocorridas na produção de sentidos dos agricultores que participam do AGRIMA (Associação de agricultores de Monte Alegre) (Prim, 2004); a mística no cotidiano do MST, relacionando a interface entre religiosidade popular e política (Lara, 2005); a dimensão subjetiva (inconsciente) presente na luta pela terra e adesão dos sujeitos ao MST (Domingues, 2001); os processos de construção de identidades coletivas na

trajetória de luta pela terra e na constituição do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Aliança em seus aspectos psicossociais (Pimenta, 2005).

Com relação aos estudos que utilizam a categoria da identidade, encontramos pesquisas que analisam a participação política feminina em instâncias decisórias e em movimentos sociais, relacionando com a construção de novas identidades entre as mulheres (Gonçalves, 2005); a (re)significação da identidade negra pautando-se no movimento negro (A. Silva, 2001); a construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras (Rodrigues, 2006); o processo de formação da identidade de protestantes metodistas que se envolveram em movimentos sociais orientados pela Teologia da Libertação (Pereira, 2006); os desafios na aquisição da identidade profissional por jovens universitários egressos de cursinho pré-vestibular popular (Santos, 2006); as relações da identidade social de pentecostais com o a participação de trabalhadores em ações coletivas e em movimentos sociais (Filho, 1997); as formações identitárias de grupos skinheads no Brasil e na Itália, analisando a constituição de grupos de caráter excludente e totalitário (T. Souza, 1998); o processo de construção da identidade da ONG SOS Saúde Mental, Ecologia e Cultura que se alinha ao movimento anti-manicomial (Bonifácio, 2004).

Com relação aos estudos que abordam as diversas formas de militância e participação política, encontramos pesquisas que analisam a militância na contemporaneidade, buscando suas características atuais (Vinade, 2006); os novos modos de subjetivação e cidadania a partir da experiência de um catador de papel e material reciclável associado à ASMARE (Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de BH) (Mendonça, 2006); a militância política de jovens dos anos 90 buscando o sentido que atribuem à escolha do espaço coletivo como resposta para enfrentar o individualismo contemporâneo (J. Souza, 1997); o trabalho de assessoria junto aos movimentos sociais (G. Pereira, 1996); a forma em que a militância se relaciona com a vida cotidiana de lideranças de organizações populares na Grande Vitória (Baltazar, 1998); as redes sociais que universitários participam e o grau de participação em cada uma destas, relacionando-as com a formação política destes sujeitos (Brandão, 1999); a

participação em uma ONG, onde bons encontros são estimulados, de que forma podem ajudar pessoas afetadas pela AIDS a extrapolar esta vivência individualista e estigmatizadora (C. Silva, 2004); os aspectos psicossociais que facilitariam o processo de participação comunitária/política em uma ONG que atua no campo da AIDS (C. Silva, 1998); a influência exercida pelo sistema político autoritário e anti-democrático exercida nos estudantes e de que forma se relaciona com a participação política destes sujeitos (Azevedo, 1992); o atual modelo de cidadania propondo uma visão que não exclua crianças e jovens da participação política, já que estes são atores sócio-políticos relevantes (Monteiro, 2006); a militância estudantil, sob uma perspectiva psicossocial, buscando compreender quais as motivações para a política (Mortada, 2002); a literatura sobre as ações coletivas, a partir de duas categorias, o sujeito e o político, propondo uma re-leitura crítica das principais perspectivas que analisam as ações coletivas e os movimentos sociais (Prado, 2000).

Com relação aos estudos que abordam movimentos sociais ou ações coletivas que, de alguma forma, estão atrelados às questões de saúde, encontramos pesquisas que analisam o modo pelo qual os movimentos sociais vêm abordando as questões da saúde do trabalhador (Valadares, 2006); os aspectos psicossociais relacionados à participação de um grupo de moradores num protesto pelo funcionamento de um hospital público (Eleoterio, 2000); as razões que levaram os médicos a construírem uma ação coletiva da profissão médica (Machado, 2000); a saúde dos docentes com as modificações da organização de trabalho, devido à Reforma Administrativa das Universidades, buscando os fatores que influenciam na mobilização política destes trabalhadores (Hashizume, 2002); de que forma os conselheiros de saúde percebem seu papel e como constroem suas ações participativas (Bicalho, 2003).

Com relação aos estudos que abordam as ações coletivas e outras formas de organização de moradores de um determinado bairro, encontramos pesquisas que analisam os movimentos em uma abordagem da psicologia social para analisar os movimentos populares, pautando-se em uma mobilização dos moradores de um bairro da grande periferia de SP (Garcia, 1994); os movimentos

de bairro e suas lideranças em Vitória, traçando o papel das entidades de bairro do município e a construção da cidadania (Herkenhoff, 1994); as razões que impelem e mantêm os atores sociais no trabalho comunitário sob a perspectiva da Psicologia Social (S. Souza, 1997); o comportamento participativo de moradores atendidos por um programa social de habitação (Xavier, 2005); a responsabilidade social empresarial com a comunidade e a cidadania participativa, a partir da implementação de um projeto social realizado por uma indústria (Araújo, 2006); as versões que circulam entre membros de uma associação de moradores de um bairro da periferia de Ribeirão Preto em relação as suas participações em ações coletivas (Croisfelts, 2003).

Com relação aos estudos que abordam os movimentos que se aproximam das questões de gênero, encontramos pesquisas que analisam a produção de subjetividade, militância e gênero (Chillemi, 1997); de que forma as configurações do espaço público, assim como os discursos, produzem efeitos de constituição das mulheres como sujeitos políticos (Prehn, 2005); os aspectos psicossociais na interconexão entre relações de gênero e campo político na militância de mulheres contra a ditadura militar brasileira (Gianordoli, 2006); as motivações e dificuldades, assim como a relação entre a defesa dos direitos públicos e assuntos familiares na participação política de mulheres (Rodrigues, 2002); os tipos de causas mais freqüentemente atribuídas à participação política feminina relacionando-as com as crenças (Leite, 2001); o sentido que as mulheres dirigentes do Partido dos Trabalhadores atribuem à sua participação política (T.M.S. Souza, 2000).

Com relação aos estudos que utilizam o comportamento político como categoria política, encontramos pesquisas que analisam o papel das crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa (Gouveia, 1995); as crenças, as atitudes e os comportamentos políticos de lideranças evangélicas no Acre (Pessoa, 2003); as representações e o comportamento político de estudantes em relação à democracia, sociedade ideal, participação política e autoritarismo (Brizola, 1999); a influência da programação jornalística da TV no comportamento eleitoral nas eleições de 1989 e 1990 em João Pessoa (J. Costa, 1994); os significados atribuídos à democracia, relacionando com os valores sociais,

crenças e atitudes políticas (J. Costa, 2000); os valores, atitudes e comportamentos políticos de universitários da Paraíba face ao autoritarismo e à democracia (Lima, 1997); as conseqüências da identidade religiosa sobre a participação de trabalhadores em ações coletivas e em movimentos sociais, relacionando a identidade social e o comportamento político (Filho, 1997).

Com relação aos estudos que abordam movimentos sociais específicos, encontramos pesquisas que analisam o movimento de luta contra o desemprego em São Paulo (Del Pretteb, 1990); as articulações psicossociais entre o engajamento no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e a possibilidade de superar o desemprego (Goulart, 2001); o movimento Viva Rio no Rio de Janeiro (A. Souza, 1996); a história do ENEP (Encontro Nacional dos estudantes de Psicologia) com o intuito de analisar a dinâmica de funcionamento do movimento estudantil na área da psicologia (Ribeiro, 1998); o movimento anti-manicomial em São Paulo (Scarcelli, 1998); o anti-racismo no Brasil como Novos Movimentos Sociais (M. Silva, 2000); o movimento das Madres de Plaza de Mayo (Luchetta, 1998); os sentidos e representações sociais atribuídos à participação no Fórum Social Mundial (Amoretti, 2003); a adolescência e a participação política de jovens que participaram do movimento impeachment presidencial (L. Pereira, 1998); o impacto do movimento (anti)privatização do Banespa na consciência política e na predisposição dos trabalhadores à participação em ações coletivas (Palassi, 2004); de que forma o movimento HipHop constitui um novo sujeito político agindo na esfera pública, caracterizando o movimento de artístico, social e político (M. Silva, 2002).

A partir deste levantamento, verificamos que a observação participante, entrevistas, questionários, análise documental e grupo focal foram os recursos metodológicos mais utilizados nestas pesquisas. Percebemos que a produção dos estudos nestas temáticas vem aumentando nos últimos oito anos. Além disso, as três universidades que mais se destacaram na produção de teses e dissertações que abordam estes fenômenos foram, respectivamente, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Com o intuito de analisar a relação da participação política no Movimento Passe Livre, iniciamos este trabalho com alguns olhares teóricos referente aos diálogos sociológicos e psicológicos nos estudos sobre os movimentos sociais e, também, elucidamos algumas contribuições da Psicologia Sócio-Histórica de L. S. Vygotsky para sustentar nossa visão de sujeito, sentidos e contexto. Em seguida, contamos a história do Movimento Passe Livre de Florianópolis, descrevendo algumas trajetórias e atividades realizadas por este grupo. Depois, caracterizamos os instrumentos, análises e procedimentos metodológicos, assim como, a concretização desses do/no campo, com seus detalhes, conquistas e dificuldades. Por fim, realizamos as análises dos sentidos emergentes das falas de nossos entrevistados que foram categorizados em quatro dimensões: os mediadores na/da formação política; as relações sócio-afetivas entre os pares e com o Movimento Passe Livre; as novas formas de fazer política presentes neste movimento e de que forma se relacionam com a constituição do sujeito e, por fim, de que forma a participação política no Movimento Passe Livre media relações ético-estéticas do sujeito em relação à alteridade e a si mesmo.

1.1 Estudos sobre os movimentos sociais: diálogos sociológicos e psicológicos

O interesse acadêmico acerca dos movimentos sociais está relacionado com o processo de urbanização e industrialização que possibilitou o surgimento dos movimentos em massa do século XVIII, em especial, o movimento proletariado. Desde então, as ciências sociais e humanas vêm debruçando esforços na compreensão deste fenômeno, presente desde então. (Scherer-Warren, 1996; Camino, 1997).

As (re)definições de movimentos sociais vem se construindo por meio de embates teóricos e metodológicos, ao longo do século XX, presentes em vários campos do saber, tais como a Sociologia, Política, Antropologia, Psicologia, Psicanálise e Educação (Camino, 1997).

A ausência de um consenso sobre a concepção de movimentos sociais, nas ciências humanas, é anunciada por Scherer-Warren (1993), afirmando que para alguns autores toda ação coletiva com caráter reivindicativo é movimento social, enquanto outros elegem elementos que sirvam para definir um movimento social, tais como, a ideologia, o projeto, os objetivos e os alcances da luta. A realidade dos movimentos sociais, conforme Scherer-Warren (2006b), é bastante dinâmica e nem sempre as teorizações têm conseguido acompanhar este dinamismo, quem tem sido acentuado com os processos de globalização e informatização da sociedade. Neste sentido, os movimentos sociais tendem a se diversificar e se complexificar, exigindo novos olhares teórico-metodológicos para contemplar este fenômeno.

O diálogo entre as ciências pode contribuir de forma significativa na compreensão deste objeto de estudo, já que cada campo do saber tem suas peculiaridades e, conseqüentemente, produz análises ímpares em relação ao fenômeno. Tradicionalmente, as Ciências Sociais lidera nos estudos sobre os movimentos sociais, ações coletivas e participação política. As análises deste campo do saber caminham, predominantemente, por categorias como relação Estado/Sociedade, cidadania, tipos de democracia, ações afirmativas, identidade

coletiva, entre outras. Ou seja, traz à tona um olhar sobre as relações mais sociológicas, focando-se nas relações entre atores sociais e os dispositivos da sociedade, como o Estado, Conselhos, Associações, Legislações, etc. Sob as perspectivas sociológicas, o cerne da imbricada teia que constitui a participação política, composta pelas relações sociais, culturais, políticas, subjetivas, históricas e econômicas, se caracteriza pelas relações macro-sociais entre os atores e a sociedade.

A Psicologia, por seu turno, também vem se dedicando nos estudos sobre as ações coletivas, movimentos sociais e participação política. As primeiras perspectivas psicológicas foram desenvolvidas no fim do século XIX, e caminhavam, em sua maioria, por categorias individualizantes, reduzindo estes fenômenos às explicações subjetivistas, massacrando a complexidade destas práticas políticas.

Desde seus primeiros ensaios, marcados pelo subjetivismo, a Psicologia buscou, e vem buscando, outras formas de compreensão destes objetos de estudos, utilizando como alicerces teorias que visam contemplar a imbricada teia de relações que constituem a participação política, como por exemplo, buscando estabelecer diálogos com a Sociologia, com a Filosofia Política, as teorias pautadas no materialismo histórico-dialético, a Teoria das Representações Sociais, entre outras.

Ao analisarmos a história dos estudos sobre as ações coletivas no campo psicológico, percebemos que a Psicologia foi se “socializando” em suas teorias, tornando-se mais histórica e contextualizada, distanciando-se das concepções individualizantes.

Os estudos da psicologia podem contribuir com a construção de novos olhares acerca dos movimentos sociais. Nesta perspectiva, o cerne da imbricada teia constituinte da participação política, se caracteriza pelos protagonistas destas práticas, ou seja, os sujeitos. Sendo assim, este campo do saber embute sua marca de relevância pois se aproxima daqueles que fazem este fenômeno acontecer, buscando, dentre outras, as relações psicossociais que movem os sujeitos para as práticas políticas, trazendo para o debate teórico, aspectos como

as subjetividades, os afetos, interesses e motivações que permeiam as mobilizações políticas. Logo, tratando-se de um campo do saber que se foca no sujeito, constituído e constituinte por/de uma coletividade, pode vir a ser mais um elemento teórico-metodológico na trama interdisciplinar necessária à análise dos movimentos sociais.

Reconstruindo a história dos estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais na psicologia, Camino (1991) e Maheirie (1997) apontam o pioneirismo das pesquisas dos criminalistas Gabriel Tarde (1892) e Sighele (1892), e do médico Gustave Le Bon (1895), todos contemporâneos no fim do século XIX. A semelhança existente nos estudos destes autores, de acordo com Camino (1991), refere-se “ao forte sentimento de repúdio em relação às ondas de manifestações e tumultos pelo descontentamento da nova classe trabalhadora que se formava no bojo da revolução industrial” (p.2), destinados basicamente às formas de controle social.

Para estes três autores, o sujeito, quando inserido em uma multidão, entrava em um estado de irracionalidade. Isso ocorria, conforme Sighele e Le Bon, por meio de uma regressão a uma mente coletiva, que se realizava através dos mecanismos de contágio e sugestão exercidos pelo líder e pelos demais integrantes que também estavam “altamente irracionais”; ou por um magnetismo exercido pelo líder, de acordo com Tarde, que culminaria em processos de imitação por parte das pessoas que participavam das ações coletivas. (Camino, 1991; Maheirie, 1997; Prado, 2001).

Essas, assim como outras teorias da psicologia social, são destacadas por Del Prette (1990a) e denominadas de “individualísticas” como por exemplo: a teorias da alma da multidão (desenvolvida na obra *The crowd*, de Le Bon); teoria do contágio (presente na obra *Social Psychology*, de Mac Douglas); teoria da identificação ao líder (descrita na obra *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, de S. Freud); teoria da frustração-agressão (escrita na obra *Frustration and Aggression*, de Dollard, Doob, Mowrer e Sears); e por fim, a teoria da norma emergente (presente na obra *Collective behavior*, de Turner e Killian). Conforme a leitura de Camino (1991), a teoria da frustração-agressão pauta-se na concepção

de que o impulso da agressão é naturalmente relacionado com a frustração, tanto individual como coletiva. Sendo assim, o autor cita o exemplo retirado das obras de Dollar (et al. 1939), do comportamento coletivo de linchamento que é explicado a partir das frustrações econômicas pelos brancos de classe média do Sul dos Estados Unidos.

As pesquisas sob estas perspectivas, segundo Sandoval (1997), propunham que os grupos mediatizam os indivíduos, na medida em que as pessoas são inibidas de serem mais criativas e arrojadas, conformando-se ao consenso médio do grupo. Conforme este autor, “enquanto a Sociologia postulava a sociedade acima do indivíduo, a Psicologia Social encarava o coletivo com suspeita, uma vez que este subvertia as melhores qualidades do indivíduo” (p.14).

Portanto, os primeiros estudos acerca das “massas”, “multidões”, “ações coletivas” estavam calcados na dicotomia individual/coletivo, no qual “o indivíduo isolado é capaz de exercer sua racionalidade intelectual” (p.159), enquanto que a multidão acenava para uma irracionalidade, uma massificação dos indivíduos (Prado, 2001).

Embora tenha recebido muitas críticas, a perspectiva da obra *Le Psychologie des Foules* (Le Bon), ancorada nos discursos discriminatórios raciais, sustentou não apenas diversos estudos psicológicos sobre as ações coletivas no século XX, como também as concepções da sociedade frente às ações coletivas e movimentos sociais (Camino, 1991).

De acordo com as leituras de Camino (1991) e Prado (2001), apesar das transformações que Freud imprime nestas concepções acerca do sujeito inserido em coletividades, em sua obra *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1921), o autor também contribuiu com um olhar “individualizante” da ação social e política. Conforme os autores, a análise freudiana explica a relação entre a massa e o líder por vínculos e identificações libidinais edipianas.

De acordo com a leitura de Camino (1991), o estado de excitação afetiva e a perda da individualidade são elementos enfatizados por Mac Dougall (1920) na participação em ações coletivas, sendo que os indivíduos vivenciam uma “empatia primitiva” recíproca entre si, concebida como uma capacidade instintiva. Um

enfoque biológico é proposto por Trotter (1920) no qual explica a formação de ações coletivas por meio das teorias biológicas da evolução. Esta teoria pauta-se no “instinto gregário” como tese fundamental para a explicação do comportamento coletivo, compreendido como a tendência dos indivíduos de se organizarem em grupos, da mesma forma que os seres unicelulares se desenvolveram até os pluricelulares na evolução biológica (Camino, 1991).

A partir destas compreensões teóricas, os sujeitos coletivos foram se individualizando, conforme aponta Prado (2001):

o subjetivo tornou-se sinônimo de indivíduo, perdendo seu vínculo com o social, permitindo assim, que em diferentes projetos científicos da Psicologia, o político estivesse sem sujeito, portanto reduzido a estruturas e objetividades, e que o subjetivo estivesse totalmente alienado do político tornado-se, nestes discursos, mônadas e essências auto-suficientes. (p.154)

A primazia dos aspectos psicológicos e a dicotomização destes com relação aos aspectos sócio-históricos, também é assinalada por Del Prette (1990a), afirmando que “essa psicologia toma as condições sociais como ‘dadas’.... Nesse sentido, a explicação de alguns fenômenos sociais como a guerra, a luta pela propriedade, manifestações coletivas, é endereçada a constructos do tipo agressividade humana, impulsos interiores de posse, motivos gregários ou contágio” (p.1063) tornando a realidade sócio-histórica quase uma falácia.

Estas perspectivas deixaram grandes lacunas na construção de uma psicologia política que concebesse os movimentos sociais enquanto fenômenos contextualizados na história e constituídos por relações sociais, culturais e subjetivas, restringindo-os nas fronteiras das explicações intra-psíquicas ou subjetivistas.

Os estudos das décadas de 30 e 40 debruçam-se em tentativas de compreender o fascismo e os regimes totalitários presentes durante a segunda guerra mundial. A obra “*A personalidade autoritária*”, de Adorno (1950), ganha destaque no cenário científico. Para este autor, a personalidade é construída por meio da modelagem das opiniões, dos valores e atitudes durante, principalmente,

a infância e, assim, devido à estrutura da personalidade de uma pessoa, ela poderia ser mais ou menos suscetível à ideologia autoritária (Camino, 1991).

Nos anos 60 os países desenvolvidos são fortemente marcados por movimentos de minorias sociais (racial, estudantil, gênero), enquanto nos países periféricos por lutas de independência e anti-imperialistas. A partir desta década, começa emergir uma visão mais psicossocial do sujeito inserido em ações coletivas; aos poucos as concepções mais subjetivistas como a explicação das relações de identificação libidinais-edipianas, ou ainda da concepção estrutural de personalidade, deixam de ser hegemônicas cedendo lugar para novos olhares frente aos sujeitos inseridos em ações coletivas.

Conforme as leituras de Camino (1991) e Prado (2001), seguindo uma tradição sociológica, Smelser (1963) propõe uma teoria acerca dos comportamentos coletivos, ancorada na teoria da “Ação Social” de Parsons (1959). Dessa forma, o sujeito passa a ser concebido como uma estrutura regulada pelo funcionamento da máquina social, tornando-se um sujeito político quando há instabilidades neste sistema. Nesta mesma década, de acordo com Prado (2001), também surgem os estudos dos interacionistas da Escola de Chicago, nos quais deixam uma herança fundamental para as posteriores pesquisas: a de que o sujeito coletivo é capaz de significar o mundo e que a ação coletiva é permeada por sentidos e significados.

Nos anos 80 os movimentos sociais começam a ser analisados sob perspectivas das relações inter-grupais. Conforme Tajfel (1978), o indivíduo necessita vivenciar diferentes grupos sociais para construir sua própria identidade, ou seja, por meio do diferente constrói uma imagem de si mesmo, logo, a participação em um movimento social é concebida como um meio de vários indivíduos adotarem uma identidade em comum (Camino, 1991). O conceito da identidade social proposto por Tajfel, “pode ser qualificada como um campo socialmente estruturado na mente individual” (Del Prette, 1990, p.1064), concebendo os indivíduos como singulares e sociais.

Ao analisarmos o cenário das Ciências Humanas, em especial nas Ciências Sociais, até meados da década de 70, as ações coletivas civis eram comumente

analisadas sob o prisma do marxismo clássico, recebendo destaque os estudos sobre os movimentos sindicais, operários ou populares. As reflexões fundamentavam-se na interface entre Nação X Classe, ou seja, as pesquisas orientavam-se por meio de categorias de classe, revolução, luta pelo poder, modos de produção, entre outras (Scherer-Warren, 2004).

O surgimento de novos contextos históricos, recorrentes de novos cenários políticos, marcados pelas ditaduras militares e pelos processos de redemocratização do Estado, tornaram-se mediadores de novas formas de se fazer política, na dialeticidade da construção de novos sujeitos e espaços sociais e políticos. Diante da dinamicidade dos sujeitos, práticas e espaços políticos, emerge a necessidade de reformulações paradigmáticas nos estudos dos movimentos sociais no cenário acadêmico. (Melucci, 1991; Maheirie, 1997, & 2003a ; Scherer-Warren, 2006b).

As análises marxistas ortodoxas passam a ser criticadas pelos estudiosos dos movimentos sociais, considerando que “o seu alto grau de generalização não abordava as especificidades dos sujeitos, que acabavam reduzidos ou enquadrados num modelo paradigmático único e hegemônico nos diálogos intelectuais” (Scherer-Warren & Luchman, 2004, p. 12).

A crise paradigmática na análise dos movimentos sociais nos anos 70 possibilitou, segundo Scherer-Warren (1993), um redirecionamento do olhar das ciências humanas sobre os movimentos sociais. Enquanto as análises marxistas ortodoxas tornavam-se cada vez menos utilizadas, as análises sobre o micro e o particular ganhavam amplitude no cenário dos estudos sobre movimentos sociais. De acordo com a autora:

Se no passado eram simples veículos auxiliares dos partidos políticos para alguns, ou de espaço privilegiado das vivências irracionais para outros, os movimentos sociais ganham, a partir da década de 70, uma nova compreensão por parte de seus analistas. Caracterizados como uma nova forma de se fazer política, eles se constituíram num dos objetos mais interessantes das ciências humanas, objetivando micro-revoluções a partir da cotidianidade de seus atores. (p.61)

Sendo assim, a partir da década de 70, os estudiosos debruçam-se nas

(re)formulações epistemológicas acerca dos movimentos sociais, construindo novos caminhos que propiciam a emergência das teorias dos Novos Movimentos Sociais, referindo-se às novas características que vinham configurando os movimentos sociais deste momento histórico.

O perfil dos Novos Movimentos Sociais foi marcado por questões como autonomia, democracia interna, emancipação, construção de identidade política. A solidariedade comunitária passa a ser vivida na práxis cotidiana, de forma singular e coletiva, por meio de reflexões e críticas com relação a uma sociedade cada vez mais globalizada e excludente (Maheirie, 1997, 2003a). Constituía-se assim, formas concretas de resistência a relações de subordinação econômica, cultural, subjetiva, política e social, vivenciadas por diversos sujeitos.

Neste sentido, cabe dizer, de acordo com a perspectiva até então dominante no âmbito acadêmico, que o projeto nos movimentos sociais buscava a transformação de toda uma ordem social, possibilitada por meio da práxis das classes dominadas que tomariam o poder dos modos de produção, tendo a luta das ideologias conflitantes entre dominantes X dominados enquanto pano de fundo destes movimentos, caracterizados por uma organização político-partidária. Por outro enfoque, nos novos movimentos sociais o projeto é vivenciado na práxis cotidiana, não esperando a transformação de toda uma sociedade para vivenciar o ideal democrático, mas sim contemplando as transformações, nas esferas individual e coletiva, no presente, no cotidiano, buscando novas formas de organização social, tais como a auto-gestão, grupos de trabalho e apartidarismo (Maheirie, 1997; Scherer-Warren 1993).

As teorias dos Novos Movimentos Sociais atravessaram as fronteiras das análises marxistas ortodoxas buscando outros processos não contemplados nas análises até então predominantes. Os estudos passam a privilegiar os atores sociais protagonistas das mobilizações e a dinâmica interna dos movimentos sociais, categorias que escapavam das análises teóricas até então desenvolvidas.

A crítica das perspectivas, até então hegemônicas, também é realizada por Melucci (1991), que propõe novas formas de conceber os movimentos sociais. Por um lado, a necessidade de superar as análises marxistas ortodoxas acerca dos

movimentos sociais, justifica-se pelo risco de se reduzir os movimentos em produtos das leis de tendência de uma estrutura, descartando os componentes contemporâneos constitutivos deste fenômeno. Por outro, a corrente teórica do *collective behavior*, é criticada por Melucci (1991) uma vez que reduz os movimentos sociais, ou qualquer tipo de comportamento coletivo, a um caso particular de crença generalizada pelos sujeitos e, segundo o autor, “as crenças dos atores não bastam para dar razão à ação porque não são independentes das relações nas quais os atores estão implicados” (p.32). Logo, de acordo com este autor, as análises dos movimentos sociais devem buscar outros caminhos:

O agir coletivo não é o resultado de forças naturais ou de leis necessárias da história, nem, de outro lado, simplesmente o produto de crenças e de representações dos atores... Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente se chama ‘movimento’ e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos. Trata-se, pois, de entender como se forma a unidade e a que resultados diferenciados os diversos componentes podem dar lugar. (p. 31-32)

Portanto, o autor assinala a necessidade de elaborar um modelo analítico que contemple os processos sociais heterogêneos, evidenciando a importância de se olhar para a cultura política e a formação das identidades socioculturais¹², coletivas e singulares, quando se deseja estudar os movimentos sociais.

O movimento social é composto, conforme Melucci (1991), pela coexistência de três elementos: a identidade de solidariedade que aproxima os atores; a presença de conflito entre atores coletivos que se confrontam para o controle de recursos; e a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema de relações sociais, que significa romper regras, normas e jogos de poder presentes na sociedade. Logo, pensar em movimento social para Melucci (1991) significa compreender:

a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados para ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa”

¹² A concepção de identidade, conforme este autor, será discutida mais adiante.

(Melucci, p. 35, 1991).¹³

Novos olhares sobre os movimentos sociais são inaugurados por Melucci (1991), ao invés de conceber a agregação de pessoas, tem-se a solidariedade entre os sujeitos; o consenso se desmistifica dando lugar aos conflitos e a busca se caracteriza, não mais pela tentativa de se impor uma nova ordem político-econômica, mas sim de criar rupturas com o sistema de relações sociais e de poder na sociedade.

Os movimentos sociais são concebidos por Prado (2006) enquanto estratégias de inserção e constituição do espaço público. Na medida em que sujeitos se articulam em mobilizações sociais, contribuem na transformação do espaço público em político, ou seja, exercem práticas que buscam politizar as legitimações das desigualdades sociais, participando na construção de espaços democráticos. O autor enfatiza que estes processos de mobilizações sociais e participação na esfera política se revelam por relações heterogêneas, conflituosas e antagônicas.

Podemos pensar, sob esta perspectiva, que da mesma forma que os sujeitos transformam lugares públicos em políticos, também transformam o seu lugar subjetivo, se fazendo um sujeito político, no sentido de conseguir visualizar e agir de forma política nos processos legitimadores de exclusão e opressão.

Além de conceber as mobilizações sociais como possibilitadoras da transformação da esfera pública em política, Prado (2005, 2006) assinala a importância da identificação entre os sujeitos para transformar uma mobilização social em ação coletiva, compreendendo a identidade coletiva como “processos psicossociais e políticos que se dão nas relações intra e intergrupos, redefinindo lógicas de pertença e de diferenciação e indiferenciação grupal” (Prado, 2005, p.53).

As análises dos movimentos sociais sob a categoria da identidade também é utilizada por Melucci (1991) e Castells (2002). De acordo com Melucci (1991), a identidade de um movimento social está pautada na solidariedade, isto é, “a

¹³ O conceito de movimento social e ação coletiva é diferenciado por Melucci (1991), sendo que o primeiro refere-se ao objeto de análise, e o segundo, à ação prática.

capacidade dos atores se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social” (p.35), concebendo este reconhecimento mútuo como um dos aspectos fundamentais de um movimento social.

Conforme Castells (2002), há três tipos de identidade¹⁴ que são construídas, em meio a relações de poder, e constituídas de um movimento social: identidade legitimadora, que é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de racionalizar sua dominação em relação aos outros atores coletivos (podemos pensar na identidade do colonizador/colonizado); identidade de resistência, criada pelos atores que se encontram em posições estigmatizadas da sociedade (acreditamos estar presente na maioria dos movimentos); e identidade de projeto, que busca transformar toda estrutura social (podemos pensar em movimentos que visam uma mudança radical e estrutural em todas as dimensões da sociedade) . Empiricamente, segundo o autor, estes três tipos de identidade estão arraigadas a um movimento, tendo em vista que a classificação é realizada para atender finalidades teóricas e didáticas. Conforme o tipo da identidade mais proeminente de um movimento social, este se dirige a um determinado modelo de sociedade, ou seja, de acordo com Castells (2002), o projeto de sociedade, embutido em um movimento social, é uma categoria fundamental nos estudos deste fenômeno:

Na minha visão, cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange a constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil (...), a identidade destinada à resistência, leva à formação de comunidades (...), a identidade de projeto, produz sujeitos. (pp.24-26)

Portanto, para Castells (2002), os movimentos sociais são analisados de acordo com os modelos identitários e dos projetos societais constituintes dos mesmos, ressaltando que a identidade de projeto possibilita transformações na

¹⁴ Identidade é concebida pelo autor enquanto “fonte de significado e experiência de um povo” ou “um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s), qual(is) prevalece(m) sobre outras formas de significado” para um determinado indivíduo (Castells, 2002, p. 22).

sociedade que ecoam na produção de novos sujeitos, ou seja, indivíduos que criam novos significados para suas experiências, individuais e coletivas, por meio da identidade de projeto de um movimento social no qual participa.

Além da crise do modelo marxista clássico, Scherer-Warren (2006a) aponta para a pluralização das ONGS, e outros espaços de participação social na gestão de políticas públicas, como elemento fundamental para o fomento da crise teórica na análise dos movimentos sociais. Em contraposição aos modelos tradicionais políticos, a abordagem analítica de redes é construída por alguns teóricos. De acordo com a autora, a rede de movimentos sociais é constituída por redes sociais complexas que conectam, simbólica e solidaristicamente, atores sociais ou organizações, que constroem uma identidade e um projeto em comum para o movimento social. Portanto, a autora concebe os movimentos e organizações sociais inseridos em redes, em suas dimensões estratégicas e solidarísticas, construindo “redes de redes” dos movimentos sociais. O modelo de redes é defendido para subsidiar as análises teóricas e as práticas dos movimentos sociais, pois segundo a autora, pode-se revelar enquanto uma forma de construir e fortalecer uma democracia participativa.

O modelo emergente de redes também é utilizado por Marteleto (2001) para analisar a apropriação do conhecimento pelos sujeitos nas redes de movimentos sociais, ou seja, concebe a rede enquanto síntese articulatória de sujeitos singulares, privilegiando a análise destes em relação às organizações ou instituições. A autora defende que a organização em redes de movimentos é uma forma dinâmica de intercambiar idéias e de fortalecer as ações dos indivíduos, concebidos em seus aspectos simbólicos, políticos e materiais.

Além das reivindicações dos movimentos sociais, Maheirie (1997) e Melucci (1991) consideram a dinâmica das relações sociais que os constituem, pluralizando a concepção deste fenômeno. Os aspectos subjetivos que constituem as relações psicossociais existentes entre os participantes e o movimento, tais como a motivação, identidade, linguagem e consciência, são enaltecidos nas análises de Maheirie (1997), considerando-os dialeticamente constituídos pelas relações entre a objetividade e subjetividade. Logo, o movimento social é

composto por aspectos objetivos (história, política, economia de um contexto), e pelos aspectos subjetivos (afetos, vontades, interesses, motivações) dos sujeitos que se objetivam nesta prática política, produzindo novas formas de subjetivação, que irá se objetivar, e assim incessantemente. O movimento social é concebido como um mediador dos processos de subjetivação-objetivação do sujeito-militante.

Na concepção de Melucci (1991), o movimento social deixa de ser considerado como uma unidade de interesses que constitui um grupo homogêneo, e passa a ser visto como um campo onde se encontram sujeitos marcados pela união e pelos conflitos. O autor também busca uma análise que contemple os aspectos singulares e coletivos que constituem um movimento social:

Um outro modo habitual de referir-se aos movimentos é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura (refere-se por exemplo, à crise econômica ou às contradições do sistema), sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis 'estruturais'. (Melucci, 1991, p.29)

Portanto, a partir das concepções de Maheirie (1997) e Melucci (1991), encaramos a construção de um movimento social marcada por processos históricos, coletivos, conjeturais de um contexto específico, mas também, fundamentalmente, pela presença de sujeitos que, de alguma forma, se mobilizaram para esta participação política, demarcando a importância de se olhar para esta prática política a partir dos olhares dos sujeitos que a constitui e se constitui por meio dela. Sob estas perspectivas, os afetos, motivações, interesses e história de vida do sujeito que se lançou em práticas políticas, recebem destaque nas análises dos movimentos sociais. Logo, podemos assinalar que, para compreender de que forma “os diversos componentes podem dar lugar” em um movimento social, conforme escreveu Melucci (1991), precisamos nos dirigir para as significações produzidas pelos sujeitos em torno da militância, pois, por meio delas, podemos trilhar estes outros caminhos da participação política que transcendem as fronteiras dos aspectos sociais e históricos de uma sociedade e que contribuem, mas não esgotam as compreensões acerca das mobilizações coletivas.

Os movimentos sociais são historicamente constituídos e constituintes, dos e pelos sujeitos inseridos neste contexto. Neste sentido, as definições teórico-metodológicas deste fenômeno são construídas em processos históricos, dinâmicos e contraditórios, já que os sujeitos e os contextos também se fazem e se revelam dessa maneira. Ao conceber os movimentos sociais segundo as categorias de análise como organização, ideologia, identidades, lutas, conquistas, disputa de classes, relações simbólicas ou políticas, temos diferentes formas de práxis destas ações coletivas, já que a teoria subsidia uma práxis, e esta possibilita (re)formulações teóricas daquela.

Por tais razões, torna-se importante (re)pensar o que é um movimento social, quais são seus elementos constituintes, suas implicações, avanços e retrocessos, na medida em que a participação política neste espaço se caracteriza por uma importante mediação na constituição de alguns sujeitos que buscaram a militância como uma prática cotidiana. Além disso, outro fator que torna relevante este questionamento, refere-se ao fato de que os movimentos sociais são formas de exercício da cidadania, propiciando a participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, ou seja, configurando-se por meios e formas de fortalecimento da democracia participativa na sociedade contemporânea. Por fim, ressaltamos a importância de (re)avaliar as perspectivas teóricas empregadas nas análises dos movimentos sociais, pois acreditamos na dialeticidade entre teoria e práxis, que se (re)faz, dentre outras formas, pelos ensaios acadêmicos.

1.2 Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural:

A psicologia é reconhecida enquanto ciência independente na passagem do século XIX para o XX¹⁵. O surgimento desta ciência deve-se às condições históricas marcadas pela passagem do pensamento epistemológico teocêntrico ao antropocêntrico, característico da modernidade. Desde os primórdios, a psicologia é marcada por diferentes orientações teórico-metodológicas, que segundo Filho (2005), “já em seu início a ciência psicológica é díspar, desprovida de unidade e consenso, dividida entre objetos e métodos diversos” (p.81).

Inserido neste contexto marcado pela diversidade de perspectivas, Lev Semionovitch Vygotsky (1896-1934) busca explicar de que forma se constitui o psiquismo humano, dialogando com as demais psicologias de seu tempo.

No texto “El significado histórico de la crisis de la psicología”, Vygotsky (1991) dialoga com as diversas correntes até então existentes na psicologia, e as categoriza em três vertentes: materialista mecanicista (comportamental e reflexologia); a subjetiva idealista (Gestalt e Fenomenologia) e a Psicanálise. Para Vygotsky (1991), essas psicologias deixavam escapar aquilo que se tornaria central em seu arcabouço teórico: o fato do psiquismo humano ser inexoravelmente social, ou seja, constituído pelas relações sociais em um determinado contexto histórico.

Ao discutir sobre a gênese histórica da construção da ciência, em especial da psicologia, Vygotsky (1991) afirma que “la propia naturaleza de los fenómenos que se deben estudiar... no está determinado por la naturaleza de los fenómenos, sino por la historia del hombre ... las propiedades naturales de los fenómenos psíquicos constituyen una categoría puramente histórica” (p.274). Enquanto para algumas psicologias o psiquismo se constituía por meio de relações causais com o cérebro, ou seja, seu fundamento se encontrava na base fisiológica do ser humano¹⁶, outras psicologias eram marcadas pelas correntes filosóficas

¹⁵ Esta “data de nascimento” da Psicologia é questionada por Filho (2005) em “Para uma arqueologia da psicologia (ou: para pensar uma psicologia em outras bases)”

¹⁶ Destacam-se os trabalhos de Setchenov e de seu discípulo Pavlov

idealistas¹⁷, concebendo o psiquismo humano de forma abstrata e descolada da realidade.

Com o advento da Revolução Russa e a disseminação de seus ideais, Vygotsky (1991) e outros psicólogos soviéticos buscam novas reflexões sobre as teorias que vinham sendo produzidas, e suas respectivas práticas. Buscava-se superar a visão mecanicista dos fisiologistas e reflexologistas, assim como a concepção individualizante e abstrata dos idealistas, a fim de construir teorias e práticas que atendessem as necessidades sociais da maioria da população russa daquele momento histórico (Zanella, 2001).

Até o final dos anos 20, conforme Filho (2005), as psicologias “trazem o estigma do pensamento científico clássico, que é fragmentário, indutivista, quantitativista e positivista” (p.82), sendo que a partir da década de 30 é que o conhecimento psicológico liberta-se dos imperativos do modelo clássico de ciência, processo este marcado, dentre outros, pela construção da psicologia de Vygotsky (1991), no qual desnaturaliza a concepção de homem, embutindo a história e a cultura como centrais na constituição do ser humano. A contribuição ímpar de Vygotsky (1992) que inova as concepções sobre o psiquismo, até então desenvolvidas, está no fato de que os processos subjetivos são constituídos pelas relações sociais vivenciadas e significadas por sujeitos em relação contexto histórico em que vivem:

las relaciones internas que buscábamos no son una magnitud dada desde el principio, no constituyen el fundamento previo ni el punto de partida del desarrollo ulterior; por el contrario, surgen y se configuran tan sólo durante el proceso de desarrollo histórico de la conciencia humana. No son la premisa, son el producto del proceso de formación del ser humano. (p.287)

A constituição do sujeito sob esta perspectiva, como aponta Filho (2005), “é jogada no social - nasce um sujeito de relação que é bastante diferente daquele do interacionismo, porque o materialismo histórico pressupõe o movimento dialético das relações” (p.83). Para construir esta psicologia, Vygotsky (1991) utiliza-se de alguns pressupostos do materialismo histórico-dialético de Karl Marx

¹⁷ Os principais representantes desta corrente são Lopatine, Trubzkoi e Chelpanov, sendo este último fortemente influenciado pela psicologia alemã de W. Wundt.

(1818-1883), concebendo que o sujeito se constitui a partir de suas relações concretas com outros homens e com seu contexto. Aponta também a necessidade de compreender este processo de forma “materialista en gnoseología y dialéctica en lógica”, ou seja, pensar o homem de forma dialética a partir de suas contradições, e não de forma linear e evolutiva como propunha algumas psicologias.

O homem para Marx (1996) é visto enquanto ativo nas relações que estabelece com o meio: “ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 1996, p.37).

Esta posição ativa do sujeito em sua história, singular e coletiva, é apropriada por Vygotsky (1991, 1992) na medida em que o sujeito se faz pela particularização das relações sociais, historicamente construídas, constituindo-se a si mesmo e ao contexto em que está inserido, já que imprime no mesmo suas marcas singulares. Para ambos, o sujeito é constituído historicamente a partir de suas atividades concretas e das relações que estabelece com os outros por meio dessas; porém, Marx foca-se na categoria do trabalho e nas formas de produção de uma sociedade para analisar a constituição da mesma, enquanto que Vygotsky (1991, 1992) dirige seu olhar para as produções, trocas e criações simbólicas que são mediadoras na constituição dos sujeitos.

O homem, sob o olhar marxista, busca satisfazer suas necessidades por meio de suas atividades concretas, construindo a si mesmo e à sociedade. A produção e transformação dos meios de vida, realizada por um trabalho consciente e intencionado, são categorias que definem o que é prioritariamente humano:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida (...) produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (Marx e Engels, 1996, p.27)

As ações humanas também são constituídas do homem vygotskyano, contudo, a preocupação do psicólogo russo não se concentra nas ações em si, mas sim nas mediações destas e nas formas em que os sujeitos as significam. Logo, enquanto Marx (1996) se foca na produção dos instrumentos concretos que sustentarão os meios de vida das pessoas, Vygotsky (1992) se concentra na produção simbólica constituinte e constitutiva do sujeito: “os signos são produto da ação do próprio ser humano e decorrem, portanto, da história da humanidade. Uma vez apropriados, caracterizam o psiquismo humano como sócio e, em consequência, inexoravelmente social” (Zanella, 2004, p.130). Portanto, os significados são lugares de (des)encontros do ser humano, onde se comunicam, trocam, compartilham, e se criam mutuamente por meio das relações sociais.

O cerne do arcabouço teórico de Vygotsky (1991) recai no conceito da mediação semiótica, afirmando que “o fato central de nossa psicologia é o fato da ação mediada” (p.130). O principal instrumento simbólico, constitutivo e constituído dos/pelos homens, é a linguagem. Para além de um veículo de comunicação, Vygotsky (1992) a considera um artefato que carrega valores, conceitos, significados, historicamente construídos, tornando-se fundamental na constituição do sujeito. Por meio dela é que os homens se relacionam, se criam e se (re)conhecem, da mesma forma que se tornam autores na construção deste instrumento que se encontra no cerne da imbricada teia de relações políticas, culturais, sociais, subjetivas, econômicas, artísticas...ou seja, a linguagem é refletida e refratada no/pelo sujeito inserido em determinado contexto histórico.

Para Vygotsky (1992), o significado da palavra é fundante da mesma, sem aquele, esta deixa de existir, revela-se apenas como um som. Assinala que o significado da palavra é uma generalização, ou seja, um conceito. Contrapondo-se aos teóricos de sua época, defendia que o significado da palavra transpunha as fronteiras da generalização, pois se tratava de um ato do pensamento:

Esto significa que el significado de la palabra es a la vez un fenómeno verbal e intelectual. Y esta pertenencia simultánea a dos ámbitos de la vida psíquica no es sólo aparente. El significado de la palabra es un fenómeno del pensamiento sólo en la medida en que el pensamiento está ligado a palabra y encarnado en ella y viceversa, es un fenómeno del lenguaje sólo en la medida en que el lenguaje

está ligado al pensamiento e iluminado por él. Es un fenómeno del pensamiento verbal o de la palabra con sentido, es la unidad del pensamiento y la palabra. (p.289)

Os significados são construídos historicamente e se tornam, relativamente, estáveis ao longo da história de um contexto social, sendo assim, são compartilhados por uma coletividade e se tornam referências para os modos de vida das pessoas. Estas, por sua vez, se apropriam de forma ímpar dos significados, deixando sua marca singular na produção dos sentidos a respeito dos outros, das coisas e do mundo. Logo, os sentidos se referem às vivências e significações, únicas e singulares, ao mesmo tempo em que são constituídos pelas relações sociais e culturais do sujeito em sua trajetória pela história coletiva. A criação de sentidos é, portanto, múltipla e inesgotável, se relacionando com a história de vida de cada um e do contexto social em que este se insere.

A possibilidade dos sujeitos atribuírem sentidos diversos às suas experiências demarca sua condição de ator, de sua história singular e coletiva, abandonando a visão de sujeito espectador ou vítima das circunstâncias da vida, do sistema econômico, político e social. Torna-se importante ressaltar que a criação de sentidos não se faz distanciada da realidade, contrariamente, é circunscrita em condições sócio-históricas, sem, entretanto, estas serem deterministas na constituição do sujeito.

Optamos por utilizar as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica, na interlocução com outras perspectivas teóricas, para ancorar nossas compreensões em torno das relações que entrelaçam estes militantes entrevistados com sua participação política no Movimento Passe Livre. Nossa escolha se justifica por se tratar de um recorte teórico que nos permite olhar a participação política como constituída por elementos coletivos e singulares, subjetivos e sociais, superando essas dicotomias que obstruem um olhar mais complexo acerca do nosso objeto de estudo. Ao considerarmos o sujeito enquanto síntese das relações sociais, concebemos que “cada persona es en mayor o menor grado el modelo de la sociedad...ya que en él se reflejan la totalidad de las relaciones sociales...el conocimiento de lo singular es la clave de toda la psicología social... es decir al individuo como un microcosmos...de la sociedad” (Vygotsky, 1991, p.372). Logo,

não se trata de realizar generalizações do indivíduo para a sociedade, ou vice-versa, mas tecer reflexões acerca dos processos de significações constituídos neste movimento social, por meio das falas singulares que se constroem e são construídas por esta coletividade.

2. Movimento Passe Livre de Florianópolis

A campanha pelo transporte estudantil gratuito iniciou em 2000 com o grupo Juventude Revolução de Florianópolis. Em 2004, o movimento ficou mais organizado e ganhou adesão popular quando estudantes, universitários e secundaristas, foram para as ruas do centro da cidade protestar contra o aumento instaurado nas tarifas dos ônibus da capital. Algumas associações de bairros e outras entidades foram aderindo ao movimento, que foi se expandindo rapidamente¹⁸.

Em setembro de 2004, os manifestantes realizaram uma mobilização pública que impediu o trânsito de veículos sobre a ponte Colombo Salles (único acesso entre o continente e a ilha) no fim da tarde, e ocuparam a Câmara dos Vereadores, exigindo agilização e aprovação do Projeto de Lei Passe-Livre. Nas palavras de Vinicius (2005):

Nunca na cidade a Câmara havia sido ocupada daquela forma. Na cadeira do presidente da Câmara sentava um engraxate. No dia seguinte, faixas e militantes com megafone na sacada davam um ar subversivo ao centro da cidade. Esteticamente, para um revolucionário, era bonita a aproximação à Câmara de vereadores naquele dia. (pp.14-15)

Em resposta às pressões do movimento, os vereadores de comprometeram realizar a votação no mês de outubro, época em que seriam realizadas as eleições. Estudantes e populares reuniram-se na frente da câmara no dia 26 de outubro para pressionar a votação do Projeto de Lei. Os vereadores aprovaram o Projeto na íntegra, entretanto, realizariam mais uma votação para a aprovação de uma emenda que restringia o passe-livre somente aos estudantes de escolas municipais:

Mas a pressão do povo na rua e dentro da Câmara exigindo o passe-livre para todos os estudantes foi tão grande que os vereadores não tiveram coragem de votar o projeto com a emenda (...) e a votação foi prorrogada para o dia 3 de novembro. Os vereadores contrários ao passe-livre que tentaram sair pela porta da frente da Câmara receberam uma chuva de ovos. Tiveram que sair pelos fundos, dentro de uma caminhoneta da polícia. (Vinicius, 2005, p.19)

¹⁸ O primeiro movimento contra o aumento das tarifas de ônibus aconteceu em setembro de 2003 na cidade de Salvador conhecido como a Revolta do Buzú “primordialmente estudantil, que paralisou Salvador por três semanas contra o aumento da tarifa de ônibus. Revolta essa que teve um caráter autônomo, apartidário, sem líderes”. (Vinicius, 2005, p.26)

Apesar do aparato policial, os vereadores não compareceram à votação no dia 3 de novembro. Reuniram-se em outro dia e, por fim, aprovaram o Projeto de Lei Passe-Livre na íntegra. “Assim, o ano de 2004 fechou com o passe livre estudantil se tornando lei municipal. Fechou também com um aumento das tarifas de ônibus, majora poucos dias antes do Natal” (Vinicius, 2005, p.21).

A “guerra da tarifa”, conforme Leo Vinicius (2005), não foi uma revolução, mas não esteve longe de ser uma insurreição,

continha a emergência da força coletiva e popular que modifica o ambiente, modifica nossas sensações, nosso espírito (...) é algo indescritível sentir a força da ação coletiva das pessoas nas ruas (...) uma mudança de subjetividade no ar...E estávamos em luta (...) era muito cansativo, tínhamos sempre que pensar o dia seguinte, correr atrás das coisas, era uma batalha em muitos sentidos. Foi maravilhoso (...) mesmo aquilo que lhe dá prazer no dia-a-dia, suas atividades lúdicas favoritas, seus vícios, seus namoros, suas posses (...) enfim, tudo fica muito pequeno e sem sentido diante do estado e dimensão que se abre pelo despertar popular, pelo despertar coletivo em massa. (p.10)

Iniciava-se então, o pioneirismo do que se tornou o Movimento Nacional Passe Livre, oficializado no V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no ano de 2005. Algumas resoluções foram aprovadas na Plenária Nacional pelo Passe-Livre – composta por comitês regionais que discutiam questões referentes ao transporte público - realizada neste evento. Dentre elas, definiram os princípios básicos que são:

Horizontalidade: todas as pessoas envolvidas no Movimento Passe Livre devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e a liderança. Desta forma, todos têm os mesmos direitos e deveres, não há cargos instituídos e todos devem ter o acesso a todas as informações. As responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que os membros do grupo possam aprender diversas funções. Autonomia: é a não-dependência de organizações, partidos políticos e outras entidades. Significa aplicar a auto-gestão. Independência: é uma das conseqüências da autonomia. Os coletivos do Movimento Passe Livre são independentes entre si, em suas ações locais, desde que respeitem os princípios organizativos. O Movimento Passe Livre depende apenas das pessoas que o constituem, tanto em suas atividades quanto financeiramente. Apartidarismo: mas não antipartidarismo. Os partidos políticos oficiais e não-oficiais, enquanto organização, não participam do Movimento Passe Livre. Entretanto, pessoas de partidos, enquanto indivíduos, podem participar desde que aceitem os princípios e objetivos do Movimento Passe Livre, sem utilizá-lo como projeção política. O Movimento Passe Livre não deve apoiar

candidatos a cargos eletivos, mesmo que o candidato em questão participe do movimento. Federalismo: é um movimento nacional que se organiza através de um Pacto Federativo, que consiste na adoção dos princípios de independência, apartidarismo, horizontalidade, decisões por consenso e federalismo. Isso confere autonomia a cada coletivo local, desde que estes respeitem os princípios do Movimento Nacional. Os coletivos devem ainda estabelecer uma rede de contatos inter-coletivos, tentando ao máximo se aproximar uns dos outros, tornando real o apoio mútuo entre coletivos, que garantirá a organicidade ao Pacto Federativo do Movimento Passe Livre.¹⁹



Figura 1²⁰: Foto de Flora Lorena referente à Plenária Nacional do Movimento Passe Livre realizada no Fórum Social Mundial em janeiro de 2005, Porto Alegre-RS.

A articulação nacional do movimento é feita através de Grupos de Trabalho Nacionais, pelos quais o movimento organiza ações conjuntas simultâneas, impressos nacionais do movimento (como o jornal nacional do movimento- Vide

¹⁹ Disponível no site: www.mplfloripa.blogspot.com, acessado em novembro de 2006.

²⁰ As fotos tiradas por Flora Lorena são aquelas que ela levou no segundo encontro com a pesquisadora, sendo que estas imagens estão disponíveis nos sites www.midiaindependente.org e www.flickr.com/photos/floralorena

Anexo D) e o Encontro Nacional do Movimento Passe Livre. No último Encontro Nacional, foi decidido como indicativo a criação de Grupos de Trabalhos de Comunicação, Organização e Apoio Jurídico.

O movimento estipulou o Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre (26 de outubro), no qual mobilizações são realizadas em diversas cidades que compõem o cenário do Movimento Nacional (Aracaju, ABC paulista, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Goiânia, Itu, João Pessoa, Londrina, Maceió, Nova Iguaçu, Natal, Palmas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santos, Salvador, São Paulo e Sorocaba).

Em 2005 houve a primeira mobilização no Dia Nacional de Luta pelo Passe-Livre em 14 cidades, no qual uma catraca em chamas simbolizava a união das manifestações. A data foi escolhida por ser a data em que o Projeto de Lei de iniciativa popular (com cerca de 20 mil assinaturas) foi votado na Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Em 2005 ocorreu um novo aumento nas tarifas de ônibus de Florianópolis, que correspondia à diferença que ainda faltava para completar a primeira tentativa de aumento em 2004, a qual originou a “guerra da tarifa”. As mobilizações deste ano se caracterizaram por 17 dias de protestos de estudantes e populares, marcados por severos embates com os policiais e prisões de militantes do movimento.

O “Jornal Zero” (28 de junho de 2005), construído por estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, realizou uma cobertura no que denominou de “Democracia do Porrete” (p. 10) ocorrida na capital de Santa Catarina: “Diariamente, passeatas levaram centenas de estudantes às ruas da capital em protesto contra os aumentos” (p. 3), também divulga que manifestantes ateiaram fogo à catraca em frente ao Terminal Integrado do Centro e fazem gestos pedindo paz, cantando, ajoelhados, o hino Nacional (p. 12). O Jornal Zero descreve o episódio em que manifestantes e policiais se encontram na frente da Câmara dos Vereadores: “reação desmedida: estudantes são revistados como marginais e presos sem qualquer explicação, apavorados, conduzidos em camburões à Central da Polícia da capital” (p. 6). A reação dos policiais em

Canasvieiras é caracterizada por “ameaças, confrontos e arbitrariedades” (p. 5). O jornal diz que as “mães protestam contra as agressões e as prisões de seus filhos”, “estudantes no centro se protegem com máscaras de gás lacrimogêneo”, “alunos da UFSC fizeram protestos e organizaram passeatas no campus” e “grupo de teatro simula agressões feitas pela polícia” (p. 9). O dia mais violento das manifestações é descrito pelo jornal da seguinte forma:

Estudantes depredaram lojas, bancos, orelhões e lixeiras do centro da cidade em resposta aos tiros e bombas de gás dos policiais; manifestantes revoltam-se com a cobertura da imprensa local, que distorce fatos, omite informações e enfatiza depredações para demonizar o movimento e colocar a população contra os estudantes. (p.14)

O desfecho do episódio “Quando Florianópolis voltou a 1964” (Jornal Zero, 2005) foi quando os “estudantes derrubam o aumento” (p.20) após a “a persistência dos manifestantes, que ficam sentados durante horas no meio das principais vias de trânsito” (p. 15), organizando mobilizações durante dezessete dias que incluem apresentações artísticas, passeatas, reuniões, panfletagens, Assembléias, entre outras atividades. Após três semanas de caos urbano, o prefeito revogou o aumento da tarifa, que voltou ao patamar de dezembro de 2004.

O movimento ampliou suas pautas de reivindicações. Atualmente a luta se caracteriza pela desmercantilização do transporte coletivo e pela adoção do passe livre universal, ou seja, para todos habitantes da cidade. A principal bandeira do movimento é a migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal das pessoas através do passe livre. Para o movimento, isto traria um sistema de transporte sem exclusão social, já que o “direito de ir e vir” tem de ser preservado pela prefeitura. O movimento aposta na idéia de que, garantindo o transporte para a população, esta será possibilitada de ter acesso à saúde, educação e cultura. De acordo com o folheto do movimento, divulgado em maio de 2006 em uma mobilização pública:

Assim como a saúde e educação, o transporte é considerado um direito básico e essencial. Isso porque tão importante quanto estudar e ter saúde, o ser humano deve ter o direito de ir e vir garantido. Para ir da periferia ao centro, para ter

acesso a educação e cultura. Para algo ser público, e sem exclusão nenhuma, não podem estar nas mãos de empresas privadas que visam apenas o lucro. Quem deve gerir o transporte é o poder público... Você já imaginou se tivesse que pagar cada vez que vai ao hospital? Então por que com o transporte é assim, se ele também é um direito público? Você já pensou quantas pessoas deixam de estudar porque não podem pagar o ônibus para ir até a escola? (Movimento Passe Livre, n/p)

As ações do Movimento Passe Livre passam por trabalhos de divulgação, estudos e análises dos sistemas de transporte locais, levando essas informações para diversos grupos da sociedade. Realizam atividades nas ruas, universidades, escolas, associações comunitárias. Buscam articulações com outros movimentos sociais, criam mobilizações públicas, grupo de estudos, Encontros, Seminários, festas, palestras, oficinas e outros tipos de atividades.

O ano de 2007 foi recheado de atividades construídas pelo Passe Livre. Podemos destacar o Seminário de Mobilidade Urbana, que se caracterizou por três dias de discussões sobre os impasses e alternativas de transporte no cenário urbano. Para compor as mesas-redondas, o Seminário contou com a presença de Lúcio Gregório (ex-Secretário de Transportes de São Paulo na gestão de Luíza Erundina, co-autor do projeto da tarifa-zero para a capital paulista); com o SINTRATURB (Sindicato dos Trabalhadores no Transporte); com a UFECO (União das Entidades Comunitárias); com movimentos sociais de Florianópolis, como o Movimento da Bicicletada, Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, Movimento Passe Livre, entre outros convidados. A programação foi composta por palestras, grupos de discussão e a exposição do documentário “Pinguins”, de Carlos Pronzatto, sobre o movimento dos estudantes chilenos que, dentre outras reivindicações, exigiam o passe-livre para estudantes²¹.

²¹ Em 2006 e 2007, Chile foi palco da maior mobilização estudantil já registrada na história do país: “mobilización estudantil tuvo histórico respaldo: se plegaron 800 mil alumnos en todo Chile” (El Mercurio, Vida y Salud, maio de 2006). Os estudantes secundaristas, de escolas públicas e particulares, paralisaram as aulas para reivindicar melhorias no sistema educacional: “Colegios particulares se sumaron al paro” (El Mercurio, Nacional, maio de 2006). A luta pelo passe livre estava entre as três principais lutas deste movimento estudantil, denominado de “Revolta dos Pinguins”, devido à semelhança das cores deste animal com o uniforme escolar: “Pase escolar gratis frena el acuerdo” (El Mercurio, Nacional, maio de 2006- Vide Anexo E). Estive em Santiago do Chile no fervor desta mobilização em 2006. Participei de uma manifestação da Revolta do Pinguins, que se caracterizou pela marcha de todos os estudantes do país até a capital, compondo a maior mobilização pública deste ano, com aproximadamente 50 mil pessoas. Por meio desta experiência, dos diálogos com os manifestantes, com as pessoas em geral, com o acesso dos meios de comunicação chilenos, e com o clima político que enredava o cotidiano das pessoas, pude perceber uma nova



Figura 2: Material elaborado pelo Movimento Passe Livre referente ao Seminário de Mobilidade Urbana

Outra atividade que merece ser destacada foi o Encontro Municipal do Passe Livre, realizado em uma chácara em Florianópolis, onde os militantes passaram dois dias discutindo movimentos sociais, o projeto de Mobilidade Urbana, a Tarifa Zero, aspectos organizativos do movimento e grupos de trabalho,

configuração do Movimento Estudantil - por se tratar de um contexto social diferente do brasileiro - e que a luta pelo passe livre estava se expandindo, estetizando meu olhar sobre esta reivindicação que, até então, se limitava ao contexto brasileiro, em especial, de Florianópolis.

como de Segurança e de Gênero. Foi um encontro marcado pela seriedade das discussões e pelo clima festivo que estampa o movimento, concretizado nos momentos de cozinhar, de limpar o local, nos intervalos das palestras, no jogo de futebol, na festa, entre outros. Neste Encontro, participaram militantes do Passe Livre de Florianópolis e de outras cidades do estado de Santa Catarina. Os militantes ficaram acampados na chácara, logo, mostrando a característica do movimento de misturar política, amizade e descontração. Para compor as mesas-redondas, o Encontro contou com professores e estudantes da UFSC, com o Movimento Sem-Terra e militantes do movimento.



encontro do movimento passe livre florianópolis

18 e 19 de agosto
canasvieiras : fpolis
 Rua Francisco Faustino Martins
 chácara em frente ao TICAN

programação

dia 18.08 : Sábado
 10h : mesa de abertura
 aspectos da conjuntura
 12h : almoço
 14 às 16h30 : apresentação do
 debate mobilidade urbana
 16h30 às 17h : café
 17h às 18h30
 grupo de trabalho : gênero
 18h45h às 20h15
 grupo de trabalho : segurança
 20h30 : jantar
 21h30 : festa

dia 19.08 : Domingo
 13h : almoço
 14h às 15h15
 grupo de trabalho : organização
 15h30 : assembléia final para
 aprovação das resoluções dos gt's
 e do texto "construir um projeto de
 mobilidade urbana pautado nos
 interesses sociais e coletivos, no
 desenvolvimento humano e na
 preservação do meio ambiente."

inscrições R\$ 10
 (alimentação
 para os dois
 dias + material)

mais informações 99604475 e
www.mplfloripa.blogspot.com

ORGANIZAÇÃO
**PASSE
 LIVRE**

Figura 3: Material elaborado pelo movimento referente ao Encontro Municipal do Movimento Passe Livre

Ocorreram inúmeras atividades do Passe Livre nestes dois anos em que me inseri para estudar este movimento, contudo, devido à organicidade do movimento e a proposta desta pesquisa, torna-se inviável descrevê-las nesta dissertação.

Nas palavras do movimento... “o último a pular a catraca, apague a luz! ”



Figura 3: Foto de Flora Lorena referente à manifestação do Movimento Passe Livre no centro de Florianópolis

MÉTODO

3.1 Caminhos que implicam em fazeres: proposta metodológica

A escolha metodológica é a pedra angular de uma pesquisa, pois, juntamente com a perspectiva teórica adotada, nos auxilia na construção do olhar em relação a determinado fenômeno. Os caminhos metodológicos fazem-se juntamente com a escolha da perspectiva teórica, já que são categorias intrinsecamente relacionadas, assim como as experiências concretas vivenciadas na relação entre o sujeito-pesquisador e o sujeito-pesquisado, na dialeticidade entre subjetividades, construção de conhecimento e contexto sócio- histórico.

El objeto y el método de investigación mantienen una relación muy estrecha... La elaboración del problema y del método se desarrollan conjuntamente, aunque no de un modo paralelo... La búsqueda del método se convierte en una de las tareas de mayor importancia de la investigación. El método, en este caso, es al mismo tiempo premisa y producto, herramienta y resultado de la investigación. (Vygotsky, 1995, p.47)

Portanto, cabe ressaltar que as reflexões tecidas a partir das vivências do/no campo, são construídas, fundamentalmente, por dois elos: um deles refere-se à escolha teórico-metodológica, que nos auxilia no recorte da realidade em questão, assim como na própria construção desta, já que há uma diversidade de caminhos teórico-metodológicos que guiam o pesquisador para uma multiplicidade de lugares e perspectivas. Outro elo fundamental para a construção das análises de um objeto de estudo, se caracteriza pela subjetividade do próprio pesquisador, dos sentidos que ele atribui ao que sente e ouve no campo de pesquisa, que revela e reconstrói a base afetivo-volitiva, tornando analisável especialmente o que lhe afeta e é sentido, deixando de focar aspectos que, de alguma forma, não foram possíveis de análise naquele momento e naquele contexto. Neste sentido, a história singular do pesquisador, acaba se tornando a base que sustenta seu olhar diante do fenômeno analisado, mediando suas formas de subjetivação da realidade, que será objetivado em seu estudo, possibilitando novas subjetivações e objetivações, em uma constante processualidade interpretativa daquele material.

Por concebermos que o sujeito se constitui e é constituído semioticamente, por meio de suas relações com os outros em um determinado contexto histórico-cultural, o método deste estudo busca contemplar a mediação da participação política no Movimento Passe Livre na constituição do sujeito. Nosso olhar busca deslizar sobre as mediações deste sujeito que se engajou no Movimento Passe Livre e que, por meio desta participação política, inaugurou novas formas do seu devir, construindo novos significados para sua existência, para suas relações com o outro e consigo mesmo.

Nosso propósito é investigar os sentidos, que se subjetivam e objetivam nestes sujeitos, analisando sua constituição singular e coletiva. Os sentidos nos levarão aos processos mediadores da constituição deste sujeito que se motivou em participar do Movimento Passe Livre, em suas dimensões afetivas, históricas e sociais, na medida em que estas significações orientam as formas do sujeito se relacionar com os outros, consigo mesmo e com o contexto em que está inserido.

Privilegiamos os sentidos como categoria de análise por ser o enlace da constituição do sujeito, ou seja, nos sentidos que se encontram os processos psicossociais, nos permitindo visualizar quem são estes sujeitos que se engajaram no Movimento Passe Livre. Pensar na constituição do ser humano na sua complexidade é transitar nos campos de seus afetos, pensamentos, práticas, histórias e contextos, sejam eles singulares e/ou coletivos. A forma como o sujeito significa algo, no caso, sua participação política no Movimento Passe Livre, media suas formas de circular, agir, se relacionar e se criar no/o contexto, assim como suas ações e as diferentes objetivações vividas, (re)construirão constantemente os sentidos que atribui ao movimento.

Os sentidos trazem à tona os protagonistas desta prática coletiva, nos revelando suas motivações, decepções, buscas, avanços, retrocessos, enfim, processos constituintes de uma participação política que só pode ser remontada, de forma profunda, a partir dos sujeitos que realizam esta prática. Compreender a constituição de sujeitos que, de alguma forma, se interessaram por práticas políticas, tornam-se alicerces para compreendermos as próprias formas políticas, seus canais de comunicação e participação, suas estratégias na construção de

uma sociedade mais democrática e justa e, também, por outro lado, suas possibilidades de perpetuação das atrocidades que circulam o mundo contemporâneo.

Tendo em vista o nosso objetivo de analisar de que forma a participação política no Movimento Passe Livre media a constituição do sujeito, escolhemos dois instrumentos metodológicos para investigarmos os sentidos que estes sujeitos atribuem a esta militância, a entrevista individual-aberta e a observação participante, que foram acompanhados de dois recursos metodológicos, o levantamento documental e a utilização de imagens fotográficas com um dos sujeitos entrevistados.

Nosso foco está na linguagem dos sujeitos entrevistados, pois, conforme Vygotsky (1992), a linguagem é sustentada por um pensamento que, por sua vez, se origina na base afetivo-volitiva do sujeito. Logo, pensar em sentidos é se remeter às diversas formas de linguagem, aos afetos e pensamentos que se concretizam nas práticas do sujeito.

Sob esta ótica, concebemos as falas dos entrevistados enquanto enunciados, produzidos em meio a outros discursos de um contexto específico, contendo, dessa forma, dimensões explícitas e implícitas, remetendo às relações sociais que engendram este discurso (Bakhtin, 2004). Os discursos nos revelarão “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (Bakhtin, 2004, p. 46), construindo a si mesmo e seu contexto histórico-cultural.

Conforme Bakhtin (2004), o enunciado é construído na alteridade e dirigido a um interlocutor. Logo, as falas serão tratadas como discursos construídos na relação pesquisador-pesquisado. Dessa forma, considerando o encontro de dois sujeitos como (des)encontros de discursos, sentidos e subjetividades, pensamos que o momento da entrevista será o contexto para a produção dos discursos em torno do objeto de estudo. Desta forma, a construção do conhecimento se faz na dialogia desta relação, ressaltando que “não só o objeto se transforma, mas o sujeito é transformado por esta relação (...) de maneira que o pesquisador se define pelo seu objeto, assim como o objeto se define pelo pesquisador” (Maheirie, 2006, p. 3).

Ao considerarmos a linguagem constitutiva do sujeito (Vygotsky 1991, 1992, 1998), a arena dos sentidos (Bakhtin, 2004), e uma possibilidade do sujeito compartilhar suas experiências, utilizamos a entrevista aberta, com um roteiro norteador (Vide Anexo F), para buscarmos os sentidos que mediam as experiências, as histórias, singulares e coletivas, que se concretizaram nas falas no momento da entrevista. Dessa forma, a entrevista foi o procedimento escolhido para investigarmos os processos que constituíram este sujeito que escolheu a militância no Movimento Passe Livre, assim como, de que forma esta prática media a constituição deste sujeito.

A partir dos sentidos que emergiram nas falas dos entrevistados, os discursos foram categorizados para a elaboração das análises dos dados. Portanto, a partir das falas dos sujeitos, criamos categorias de sentidos *a posteriori* que foram analisadas com o respaldo das teorias e das observações participantes.

Contrariando perspectivas teóricas que dicotomizam o pensamento, a emoção e as ações do sujeito, nossa visão se direciona para a inexorável relação entre a criação dos sentidos e as práticas realizadas pelo sujeito. Todo processo de significação se forma por meio das relações sociais, experienciadas concretamente com os outros em um determinado contexto, da mesma forma que, todas experiências são elaboradas por meio dos sentidos atribuídos a elas, mediando formas de agir em relação ao outro e a si mesmo. Portanto, pensar nos sentidos atribuídos à participação política é remeter, necessariamente, às práticas deste sujeito, tanto na dimensão do passado, que se tornam experiências significadas, quanto às ações presentes e aquelas elaboradas em relação ao futuro, ao que o ato presente tenta fazer surgir (Sartre, 1987).

Nesse sentido, utilizamos a observação participante, acompanhada do diário de campo, como um procedimento metodológico para registrar as práticas, singulares e coletivas, dos militantes do Movimento Passe Livre. Conforme Spink (2007), a observação participante é uma importante ferramenta metodológica quando se busca investigar o cotidiano de algum contexto específico, ressaltando a necessidade de se pesquisar *no* cotidiano. De acordo com a autora, este

instrumento metodológico “rompe com os preceitos da ‘epistemologia da distância’ que tudo faz para preservar a neutralidade do observador (...) rompe, assim, com a ilusão do registro neutro” (Spink, 2007, p.11).

Neste estudo, além de ter possibilitado que a pesquisadora experienciasse as práticas do Movimento Passe Livre, a observação participante permitiu a contextualização dos sentidos emitidos no momento da entrevista, complexificando a escuta das falas dos entrevistados e, em muitos momentos, se fez fundamental para a compreensão das mesmas. Portanto, a observação participante aprimorou a escuta das entrevistas, possibilitando remeter os enunciados às dimensões não explícitas do discurso.

Com a finalidade de aprimorar a contextualização deste movimento social, além da observação participante, utilizamos um levanto documental para remontar as trajetórias do Movimento Passe Livre. De forma semelhante à observação participante, este levantamento documental permitiu uma melhor compreensão das falas dos entrevistados, pois trazia à tona os discursos compartilhados pela coletividade e, também, aqueles que se opunham aos significados coletivos do movimento. Neste sentido, este levantamento nos possibilitou investigar as vozes alheias e oriundas do movimento. Este levantamento documental foi realizado durante dois anos e contou com matérias de jornais impressos (Diário Catarinense, Hora de Santa Catarina, Notícia do Dia, Jornal do Movimento Passe Livre e Jornal Zero, todos produzidos em Florianópolis, e Folha de São Paulo, com circulação Nacional); de sites de comunicação e informação, como o Centro de Mídia Independente e o *blog* do Movimento Passe Livre Florianópolis, e de materiais produzidos pelo Movimento referentes às diversas atividades planejadas e/ou realizadas.

Em síntese, utilizamos as entrevistas abertas como uma forma de nos aproximarmos das falas singulares, buscando os sentidos produzidos em torno da participação política no Movimento Passe Livre; o levantamento documental para investigarmos as falas coletivas produzidas nos meios de comunicação, internos e externos a este movimento social, de forma a contextualizar os discursos dos sujeitos entrevistados; as observações participantes para visualizar e experienciar

as práticas, singulares e coletivas, deste grupo. Nosso propósito foi buscar caminhos metodológicos que visam superar a dicotomia entre singular/coletivo, e que se direcionam para a contextualização do sujeito, produzindo análises psicossociais que se constituem na relação dialógica entre participação política e sujeito militante.

3.2 Notas sobre os processos e sujeitos desta investigação

Em 2006 iniciei a pesquisa de campo com as observações participantes. Estas se caracterizaram pela participação em diversas atividades do movimento em que eu fui, paulatinamente, me inserindo. A cada visita ao campo, minha relação com o movimento se transformava: conhecia pessoas, reencontrava outras, me apropriava, cada vez mais, do universo simbólico e da história do movimento. Penso que eles também foram se modificando em relação a mim, já que a cada observação realizada, minha pesquisa se tornava mais inteligível e visível. Após cada visita ao campo, as experiências, olhares e escutas eram registrados em um diário de campo que se tornou o grande alicerce na construção desta investigação.

Desde o início da minha inserção, eu havia dito que trabalharia com entrevistas individuais, contudo, só após um ano e meio é que senti que chegara o momento de fazer o convite para os militantes e, enfim, iniciar as entrevistas.

Em uma reunião na sede do movimento, retomei os propósitos, objetivos, procedimentos e questões éticas da pesquisa, e convidei todos os presentes (12 pessoas) a participarem do estudo por meio de uma entrevista individual. Pedi para que, aqueles que tivessem interesse, enviassem um e-mail e marcaríamos um dia e local conforme a vontade do entrevistado. Três militantes me enviaram o e-mail.

Paralelamente, por meio da observação participante, mais dois militantes me chamaram atenção e, logo, procurei-os para realizar o convite. Um deles é Jucenir²², o qual me chamou atenção por ser um professor, diferente da maioria

²² Os nomes utilizados são fictícios, com exceção de Flora Lorena que autorizou a exposição do seu nome

dos militantes, que se caracterizam por serem estudantes. Havia conhecido Jucenir na “Hora Feliz” do Movimento Passe Livre e, neste encontro, conversamos sobre a pesquisa, a prática docente e sobre o Movimento Passe Livre. Fui ao colégio de Jucenir convidá-lo para participar e imediatamente aceitou o convite de forma solícita; a entrevista foi realizada em seguida, em seu horário de almoço. A outra militante que me chamou atenção foi Flora. Por meio das observações participantes e do levantamento documental, percebi que Flora se configura em uma protagonista do movimento, tanto em relação ao tempo quanto às atividades que realiza no Passe Livre. Encontrei com ela na universidade (estudávamos na mesma instituição) e fiz o convite. Ela, também, aceitou prontamente.

Após a entrevista com Flora, algumas questões foram levantadas e marquei um novo encontro com esta militante. Neste encontro, pedi para que ela levasse as fotografias, produzidas por ela, que registram o Movimento do Passe Livre. O propósito foi possibilitar, por meio das imagens, a investigação de possíveis relações estéticas experienciadas por Flora por meio desta militância, já que as imagens iriam lhe trazer lembranças de momentos que vivenciou no Movimento do Passe Livre. A utilização de fotografias pode servir como um recurso metodológico para acompanhar as análises dos sentidos na medida em que:

As imagens fazem ressoar memórias submersas e podem ajudar entrevistas focais, libertar suas memórias, criando um trabalho de ‘construção’ partilhada, em que pesquisador e entrevistado podem falar juntos, talvez de uma maneira mais descontraída do que sem tal estímulo. (Loizos, 2003, p.143)

Antes de realizar as entrevistas, o meu primeiro procedimento foi apresentar o documento Termo de Consentimento Livre (Vide Anexo G). Neste documento, o entrevistado tinha acesso aos propósitos e procedimentos da pesquisa, bem como efetuava a opção de solicitar um nome fictício ou manter a sua identidade real.

Tiago foi o primeiro que me enviou o e-mail se disponibilizando a realizar a entrevista. Ele tem 25 anos, nasceu no interior de Santa Catarina, foi estudar em Curitiba, fez um intercâmbio durante um ano na Nova Zelândia e depois ingressou

na Universidade Federal de Santa Catarina no curso de Letras. Seu pai é policial aposentado, sua mãe é professora, e ambos vivem em outra cidade do interior do estado. Antes de chegar em Florianópolis, Tiago conhecia o Movimento do Passe Livre de forma virtual, por meio do *blog* do movimento e de algumas comunidades do *Orkut*. A participação no Movimento do Passe Livre é significada como a primeira participação política de sua vida. Atualmente, participa também do movimento Universidade Popular.

Bianca foi a segunda a escrever o e-mail em que aceitava participar da pesquisa. Ela tem 26 anos, veio do interior do estado de Santa Catarina para cursar Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina. Os pais de Bianca, assim como outros familiares, são filiados ao Partido dos Trabalhadores e participavam de movimentos sociais relacionados à terra e reforma agrária. Ela também participava do Partido dos Trabalhadores, contudo, optou por sair deste partido. Quando chegou a Florianópolis, este partido se configurou em um espaço de militância e de trabalho, já que Bianca trabalhava com sua tia no Partido dos Trabalhadores. Bianca mora na Moradia Estudantil da UFSC. Conheceu o Movimento do Passe Livre em 2001, ano em que chegou a Florianópolis, durante as manifestações no centro da cidade, onde ela trabalhava e, aos poucos, foi abandonando o partido e se inserindo no Movimento do Passe Livre.

Antônio foi o terceiro militante que enviou a mensagem eletrônica para marcarmos uma entrevista. Ele tem 20 anos, veio para Florianópolis estudar Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Na cidade de onde veio, participava do Centro Mídia Independente e do Movimento do Passe Livre daquela cidade. Ao chegar a Florianópolis, buscou o Movimento Passe Livre desta capital para dar continuidade à sua participação política, uma vez que havia conhecido o Movimento do Passe Livre de Florianópolis no encontro nacional deste movimento, realizado em 2005 na cidade de Campinas (SP).

Jucenir foi o militante que procurei para fazer o convite da pesquisa pessoalmente, já que ele não estava presente na reunião na sede onde fiz o convite para o grupo. Ele é formado em História e atua na prática em docência para o Ensino Fundamental e Médio em um colégio público de Florianópolis.

Jucenir tem 55 anos, veio de São Paulo e vive em Florianópolis há 26 anos, quando ingressou no Concurso Público Federal para professor. Ele é casado e tem filhos. Em 2003 recebeu um estagiário do curso de História que é militante do movimento. A partir deste encontro, por meio das mediações realizadas por este estagiário, Jucenir inicia sua militância no Movimento do Passe Livre. Na juventude participava de outros movimentos sociais, como estudantil, e se identificava com outros, como, por exemplo, o Movimento Hippie.

Flora nasceu em Lages e veio morar com sua família após um ano de vida. Ela tem 22 anos, mora com seus pais em Florianópolis e cursa Psicologia. Quando ainda estudava no Ensino Médio, em 2001, presenciou uma panfletagem da Campanha do Passe Livre e uma das pessoas que estava trabalhando na panfletagem era sua amiga. A partir deste dia, começou a se inserir no que se transformaria em Movimento do Passe Livre de Florianópolis.

Portanto, foram entrevistados cinco sujeitos que militam no Passe Livre, sendo que, a maioria deles, jovens, provém de outra cidade ou estado, com o propósito de cursar a Universidade Federal de Santa Catarina. Flora também é universitária desta instituição, contudo, veio para a capital quando ainda era bebê, e Jucenir chegou a Florianópolis devido à oportunidade de trabalho.

3.3 Trajetórias metodológicas do/no campo:

Com a finalidade de analisar as significações em torno da participação política no Movimento Passe Livre, me aproximei dos protagonistas deste movimento social, ou seja, convidei alguns militantes para participar da pesquisa. Este convite foi sendo construído por meio da minha participação nas atividades do movimento, articuladas com as observações e análises do campo, em um período de 15 meses. A primeira constatação foi que seria necessário um tempo cronológico e subjetivo para, enfim, convidá-los para a entrevista. Anteriormente a minha inserção no campo, pensava que a entrevista seria o principal instrumento metodológico e as observações participantes seriam apenas auxiliares daquela

ferramenta. A partir das vivências, fui percebendo que as observações participantes eram de fundamental importância para a futura realização das entrevistas, pois elas me possibilitariam uma inserção no universo simbólico do movimento (os projetos, ideais, vocabulário, reivindicações, gírias, estilos, etc.), assim como, possibilitando a minha entrada nas relações intersubjetivas do grupo. Logo, as observações participantes me possibilitaram construir um vínculo que otimizasse, ou até mesmo possibilitasse, a realização das entrevistas individuais, pois sem aquelas, estas não existiriam ou não atenderiam os objetivos deste estudo. Ficou evidente que, neste caso, para compreender as significações e constituições dos militantes e do próprio movimento, foi necessário se inserir de forma profunda no mesmo, demandando tempo e esforços para acompanhar os movimentos do Movimento Passe Livre.

Tive um primeiro contato com alguns integrantes deste movimento em uma manifestação pública na qual eu participava em frente à Central de Polícia, onde dois estudantes estavam detidos (por motivos diferentes), originando duas ações coletivas neste local. Um dos estudantes era um militante do Movimento Passe Livre, logo, aproveitei a oportunidade e me aproximei de alguns integrantes. Fiz algumas perguntas sobre o episódio que estava acontecendo incitando um diálogo. Conteí que eu acabara de iniciar o mestrado em psicologia e que meu foco de estudo era a participação política no Movimento Passe Livre. Estes integrantes me disseram que já sabiam da existência de uma pesquisadora da psicologia que estava interessada em abordar o movimento deles, pois uma colega, que é militante do movimento, vinha realizando uma mediação para me apresentar ao grupo. Este foi o primeiro indício que tive sobre a coesão do grupo, pois demonstraram que possuem uma comunicação transparente e articulada, já que estavam informados sobre a possível aproximação de uma pesquisadora. Esta colega, Adriana, foi minha grande mediadora com o grupo, pois me auxiliou profundamente nos primeiros contatos com os militantes.

No início, Adriana me avisava das atividades e me apresentava para os militantes, facilitando minha chegada neste movimento social. Para mim, os primeiros contatos foram angustiantes, pois o grupo é marcado por fortes laços de

amizades e me sentia “perdida”, já que só conhecia Adriana, que às vezes não estava presente. Este sentimento, no início significado como uma dificuldade, deve-se às minhas características pessoais, pois me sentia tímida para conversar, me posicionar, enfim, me inserir no coletivo. O grupo, em todos os momentos, foi extremamente solícito e aberto para a minha entrada, ou seja, não se tratava de uma característica grupal, mas sim de algo que ocorre, inúmeras vezes, quando se chega a um grupo novo. A sensação era a mesma de quando chegamos a uma pequena festa e não conhecemos ninguém, pois mesmo que as pessoas não queiram nos excluir, levamos um tempo para nos inserir nas relações subjetivas e objetivas. Com o tempo, esta sensação angustiante foi diminuindo, a cada nova atividade em que eu participava, ia me sentindo mais integrada ao grupo. Portanto, foi necessário vivenciar todos estes processos para a construção do momento das entrevistas individuais.

A primeira atividade em que participei foi uma palestra com Luiz Delgado (Abril de 2006) sobre “Movimentos sociais na América Latina”. Sentia-me uma “intrusa”, pois todos se conheciam e minha “colega mediadora”, Adriana, ainda não havia chego. Sentei em uma poltrona e fiquei anotando as minhas observações, tentando aproveitar qualquer oportunidade de conversar com alguém.

Nesta atividade já pude perceber que há muitos laços afetivos entre os integrantes, como amizades e namoros. Ao chegarem ao auditório, onde seria realizada a palestra, estenderam a bandeira “Passe Livre Já” e um deles relatou sobre as leituras de alguns livros nos quais indicava para os demais colegas. Outro integrante anunciou que um dos militantes havia sido sorteado para participar de um Fórum sobre Movimentos Sociais em Chapecó. Ou seja, estas observações, ente outras tantas, fizeram-me perceber que este grupo se mostra organizado e articulado em atividades que vão além das ações coletivas nas ruas.

Adriana ainda não havia chegado quando o palestrante pediu para que alguém iniciasse a apresentação e, comicamente, eu fui a escolhida. Apresentei-me, contei quem eu era e o que fazia ali naquela palestra, explicando

sucintamente o foco da minha pesquisa. A palestra foi muito produtiva, entretanto, não consegui realizar mais contatos ao término dela.

Em junho deste mesmo ano ocorreu a mobilização “Nenhum centavo a mais”, organizada devido ao novo aumento nas tarifas de ônibus de Florianópolis. O jornal Diário Catarinense (Vide Anexo H) publica:

Passe Livre volta a fechar as ruas: pelo terceiro ano consecutivo, os integrantes do Movimento Passe Livre foram às ruas da Capital protestar contra o aumento das tarifas no transporte coletivo...cerca de 200 estudantes ocuparam, durante duas horas e meia, algumas das principais vias da cidade. (Diário Catarinense, 2006, p.26).



Figura 3: Foto de Hermínio Nunes referente à mobilização do Movimento Passe Livre em Junho de 2006 (Diário Catarinense, p.26)

Estive presente nesta mobilização e pude vivenciar o primeiro protesto público do Movimento Passe Livre enquanto pesquisadora. O discurso no megafone havia se transformado, não se falava mais em passe-livre para estudantes, e sim em tarifa zero para o transporte coletivo.

Em outubro de 2006, o Movimento Passe Livre organizou uma programação de atividades para compor a semana da Luta pelo Passe Livre. Participei do debate sobre o Passe Livre realizado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (UFSC), onde pude me apropriar de forma mais complexa da

luta deste movimento social; também participei da mostra de um filme no Centro Sócio-Econômico (UFSC), que se caracterizou por um documentário realizado sobre a Revolta do Buzú em Salvador. Após o filme, algumas pessoas do Passe Livre se apresentaram. Contaram a história do movimento, suas lutas e trajetórias, propiciando um debate sobre movimentos sociais e transporte público.



Figura 4: Material elaborado pelo movimento referente à semana Nacional da Luta pelo Passe Livre.

Para finalizar esta semana de atividades, participei da mobilização pública realizada no centro de Florianópolis. Os militantes se encontraram na escadaria da Catedral da Praça XV e decidiram, por consenso, caminhar até o Terminal Integrado do Centro e fechar a Rua Afonso Pena²³. Acompanhei-os na caminhada, sentia-me novamente uma “penetra”. Quando uma ação coletiva quer fechar uma via pública, o significado de abandonar a calçada e descer para o asfalto representa que o sujeito está militando veemente em torno da causa. Fiquei observando as primeiras pessoas que, destemidamente, desceram para o asfalto,

²³ A Rua Afonso Pena é a principal via de acesso para a entrada e saída da Ilha, logo, foco estratégico das manifestações sociais.

mesmo com inúmeros policiais ao redor; outras que abandonavam a calçada e, aos poucos, ocupavam o asfalto; aquelas que resolviam deixar o asfalto e retornar para a calçada; e, por fim, me observei, um pé no asfalto e outro na calçada, literal e metaforicamente, representando o meu lugar enquanto pesquisadora, que se caracteriza por movimentos de aproximação e distanciamento do/com o objeto de estudo. Esta ação coletiva foi menor do que a maioria das manifestações do movimento, creio que em torno de 100 estudantes se concentravam na manifestação. Não houve notícias nos principais meios de comunicação de Florianópolis discorrendo sobre a manifestação.



Figura 5: Foto de Flora Lorena referente à mobilização do Dia Nacional da Luta pelo Passe Livre (26 de outubro de 2006).

Em março de 2007 iniciei minha aproximação do movimento, avisada por Adriana, em uma “Hora Feliz”, que seria realizada para comemorar a inauguração da sede do movimento, localizada no centro da cidade. Novamente, cheguei com aquela sensação de estar “perdida” até que, trazendo-me alívio, encontrei Adriana. Neste encontro, ela me apresentou para diversos militantes e, finalmente, comecei a “dessimbiotizar” de Adriana e fazer vínculos sociais de forma mais autônoma.



Figura 6: Material elaborado pelo movimento referente “Hora Feliz” para inaugurar a sede do Movimento Passe Livre (Março de 2007).

O clima era agradável, tocava um samba, as pessoas conversavam sobre diversas temáticas, parecendo uma festinha com finalidades políticas. Pude experienciar aquilo que alguns autores chamam de formas de atividade política na contemporaneidade, não se caracterizando por um encontro que remete à rigidez das políticas tradicionais, mas sim por um encontro em que alegria e política se misturam, onde os debates acontecem nas conversas entre os sujeitos, que constroem um contexto marcado por música, descontração e discussões políticas. Em um determinado momento desta “Hora Feliz”, organizaram uma reunião e falaram sobre a importância da sede, contaram um pouco sobre as trajetórias do

Movimento Passe Livre, deram alguns informes e planejaram algumas atividades. Esta participação foi muito importante, pois pude me inserir de forma mais fluida graças ao clima descontraído da “Hora Feliz”.

Após dois meses, participei de uma reunião²⁴ em que fui com o objetivo de explicar a pesquisa e convidá-los para participarem da mesma. A reunião contava com 12 pessoas no momento da minha fala, sendo que depois chegaram mais militantes. Para minha surpresa, a reunião iniciou às 16:00 horas e só finalizou às 22:30 horas, surpreendendo-me a disposição destes militantes de ficarem horas discutindo questões políticas em um sábado em Florianópolis. Primeiramente, me (re)apresentei, pois o Movimento Passe Livre é marcado por um dinamismo de “chegadas e saídas” de militantes bastante intenso, sendo que a cada atividade em que participava, novos protagonistas surgiam e outros desapareciam, sendo que cada encontro anunciava a necessidade de eu remeter o meu lugar no movimento. Juntamente com esta alternância de militantes, também há um grupo que se mantém ativo em todas as atividades e participam de todas as reuniões semanais. De forma sucinta, já que percebi que havia muitas coisas para serem discutidas na reunião, em função de um aumento das tarifas que aconteceria no dia seguinte, expliquei os objetivos, procedimentos e as questões éticas da pesquisa. Algumas pessoas se interessaram, outras tiraram dúvidas e houve até uma que ressaltou a importância do Movimento Passe Livre se abrir para pesquisadores. Após este anúncio mais detalhado, o meu lugar ficou (re)conhecido pelo grupo e minhas futuras participações foram mais fluidas e menos angustiantes, já me sentia mais integrada ao grupo, na medida em que tinha feito algumas amizades.

Na semana seguinte desta reunião, o movimento entrou em uma fase intensa de “revoltas”, assim denominadas pelos militantes, que só se finalizaria após dois meses (Vide Anexo I). Nas duas primeiras semanas as manifestações aconteceram de segunda à sexta-feira e participei de todas elas, realizando observações e conhecendo o movimento em sua práxis. É importante ressaltar que estas mobilizações não eram exclusivamente do Passe Livre, mas sim de

²⁴ O Movimento Passe Livre se reúne todos os sábados desde 2005.

vários movimentos, pessoas, em especial, estudantes secundaristas e universitários, que se articulam atualmente na cidade em torno da luta pelo transporte coletivo, alguns pregam a tarifa zero, outros a municipalização dos transportes, entre outros. O Passe Livre foi que, originalmente, iniciou estas mobilizações em torno das questões das tarifas em anos anteriores, entretanto, as atuais mobilizações são compostas por diversos movimentos, grupos e pessoas que se envolvem na luta do transporte coletivo. Essa distinção não é clara para todos, principalmente para os meios de comunicação tradicionais, como demonstra a reportagem do jornal Notícias do Dia:

A manifestação do Movimento Passe Livre contra o aumento da passagem de ônibus, que durou o dia inteiro, foi muito pacífica. Contudo, perto das 22h, um único manifestante resolveu partir para o confronto com os policiais do GRT (Grupo de Resposta Tática), que acompanhavam a passeata pelo centro. Resultado: levou uma escudada” (Notícias do Dia, Notícias Gerais, maio de 2007)

Durante este período fiquei imersa nas mobilizações públicas, nas reuniões que aconteciam para refletir as atuações passadas e planejar as futuras intervenções. Foi um período prazeroso e agitado, pois eu sentia meu objeto de estudo pulsar nas ruas da cidade, nos noticiários, nas pessoas e em mim mesma. Devido às peculiaridades deste momento em que passava o movimento, não seria apropriado convidá-los para as entrevistas, já que os militantes estavam extremamente atarefados com as mobilizações públicas.

Após este período de manifestações, fui à reunião em que o objetivo principal foi avaliar os avanços e retrocessos desta fase de lutas do movimento e, também, organizar um seminário, que seria realizado no próximo mês, visando discutir as questões do transporte coletivo, que se concretizou no Seminário de Mobilidade Urbana. Ou seja, mais uma vez os militantes estavam extremamente ocupados para a organização do Seminário. Novamente me (re)apresentei, desta vez a grande maioria já me conhecia, expliquei os detalhes da pesquisa, ressaltando, principalmente, como que se daria a entrevista e a questão do sigilo. Disse que entenderia se, naquele momento, fosse difícil para eles disporem de um tempo para a entrevista. Em seguida um militante diz, em tom irônico, o que eu já

estava percebendo: “olha, se você tiver que esperar para um momento de calma e tranquilidade do movimento, não vai conseguir realizar suas entrevistas”, e estimulou o pessoal para ceder tempo para minha pesquisa, reconhecendo a importância da mesma para o próprio movimento. Isso foi um retorno muito gratificante para mim. Combinei com o grupo que eu escreveria um e-mail, (re)explicando a pesquisa, para que todos militantes do movimento pudessem se sentir convidados a participarem da pesquisa. Pedi para que aqueles que se interessassem, me retornassem o *e-mail*, para que marcássemos um encontro. Após a reunião, sábado à noite, enviei o e-mail para a lista *online* do grupo. Para minha decepção, passou uma semana e ninguém respondeu. Pensei que teria que dar mais um tempo, pois os militantes estavam agitados com a organização do encontro e resolvi continuar no meu movimento de inserção, entretanto, sem falar de entrevistas para que a pesquisa não se tornasse algo pedante.

Fui à reunião do sábado seguinte, sem a pretensão de falar da pesquisa, apenas de participar do movimento, pois percebia que era interessante estar lá não somente para pedir que participassem da pesquisa, mas também para eu me inserir, cada vez mais, neste contexto. No final da reunião, um dos militantes já pediu desculpas, antecipadamente, em nome do grupo, pois ninguém havia respondido o e-mail e perguntou se eu queria falar mais alguma coisa. Disse que não havia problemas, que eu compreendia a agitação que passava o movimento, e que reenviaria o e-mail após o Seminário Mobilidade Urbana.

Aos poucos alguns militantes foram respondendo e se interessando em participar da entrevista. No total, entrevistei cinco militantes. Dentre os entrevistados, três deles me retornaram o *e-mail* de forma espontânea e marcamos o encontro para entrevista; dois deles foram procurados por mim, por se tratar de pessoas que me chamaram atenção nas observações participantes.

Como assinalado anteriormente, uma dessas pessoas é a militante Flora, que se mostrava bastante participativa e militava desde o início do movimento, quando ainda era apenas Campanha Passe Livre; o outro foi o Jucenir, que me chamou atenção por ser um professor, diferente da maioria dos militantes que são

estudantes, e de um colégio que está fortemente vinculado com o Passe Livre, pois, muitos dos que começaram o movimento, eram alunos deste colégio.

Com a militante Flora, ocorreram peculiaridades com relação aos procedimentos metodológicos. A entrevista com a militante foi extremamente rica e deixou lacunas que trouxeram novos questionamentos em relação ao objeto de estudo e às ferramentas metodológicas.

No segundo encontro com esta militante, pedi para que ela levasse algumas fotos do movimento, a fim de tentarmos nos aproximar dos processos que constituíram e constituem sua atual postura ético-estética²⁵. Escolhemos este instrumento metodológico por considerarmos o trabalho fotográfico uma forma de linguagem mais estética, que não se aprisiona tão fortemente pela racionalidade, como no caso da entrevista, já que está intimamente ligada aos momentos, recordações e cenas significativas.

Percebemos que estávamos conseguindo investigar os processos constituintes de um sujeito que se motivou em participar politicamente no Movimento Passe Livre, assim como, de que forma esta militância constitui este sujeito. Por meio das entrevistas, conseguimos nos aproximar dos mediadores significativos na construção deste sujeito que se envolveu com o Movimento Passe Livre; percebemos que as relações sócio-afetivas são significativas na produção dos novos sentidos existenciais e, em alguns casos, se apropriando da posição ativa de suas histórias, singulares e coletivas.

Contudo, uma lacuna ainda não havia sido preenchida e nos trouxe novas reflexões: quais foram os caminhos que este sujeito vivenciou e que lhe possibilitaram construir um olhar estético frente ao mundo, criando formas de apropriação das relações de maneira a se sensibilizar com a exclusão e o sofrimento do outro? Percebemos que as falas giravam muito em torno de discursos sociológicos, justificando ou explicando as processualidades da militância em recorrência aos aspectos sociais, econômicos ou históricos. Estas dimensões são constitutivas do sujeito e da militância, contudo, foi difícil acessar a base afetivo-volitiva, em uma dimensão mais singular, que constituiu este sujeito

²⁵ Isso será aprofundado no capítulo 4.4.

que se lançou em lutas coletivas, no caso, na militância do Movimento Passe Livre.

Pensamos que isso possa ter ocorrido, dentre outros fatores, por dois motivos: em primeiro lugar, os motivos que levam o sujeito a se sensibilizar por uma luta coletiva, se inserindo nestas práticas, frequentemente escapa da racionalidade do sujeito, sendo difícil ser acessados em um momento de entrevista, especialmente, com uma pessoa que não tem proximidade, no caso, a pesquisadora. Em segundo lugar, isso mostra algo que é historicamente construído nas ciências e nas práticas políticas: a não visibilidade dos afetos no campo da política, historicamente relegada ao espaço público e à dimensão racional do sujeito. Percebemos que este (não) lugar dos afetos, das relações sensíveis, da subjetividade, escaparam na maioria dos discursos dos entrevistados, demonstrando o desafio que é dialogar esferas singulares (afetos, emoções, motivações, desejos) com as coletivas (condições políticas, econômicas e históricas de um contexto), mesmo sendo dialeticamente construídas.

Portanto, esta produção de conhecimento se caracteriza pelas condições teóricas, metodológicas, subjetivas e objetivas que permearam estes dois anos de pesquisa, logo, apresentando contribuições nos estudos sobre participação política em movimentos sociais e, também, limitações para a compreensão desses processos. Para finalizar este relato sobre minha relação com o Movimento Passe Livre, será elaborado um material que se caracterizará por uma síntese desta dissertação, descrevendo a trajetória singular dos entrevistados, a história coletiva do movimento, acompanhada do levantamento documental, e uma síntese teórica dos estudos sobre movimentos sociais. O propósito é criar um material que atenda os interesses e à base afetivo-volitiva dos militantes, buscando uma produção que seja atrativa e que possa, de alguma forma, auxiliá-los a se (re)conhecerem no/por meio do Movimento Passe Livre.

4. ANÁLISE DOS SENTIDOS:

4.1 Mediadores na/da formação política

Para compreendermos os processos constituintes da participação política dos sujeitos entrevistados, é necessário olhar para as mediações vivenciadas e significadas por estes militantes como importantes na construção deste sujeito que, de alguma forma, se interessou por uma atividade política. A partir do nosso enfoque teórico de uma Psicologia Sócio-Histórica, as mediações significativas vivenciadas ao longo da história, singular e coletiva, do sujeito, recebem atenção especial, pois é por meio delas que os sujeitos criam significações que desembocarão em suas práticas, permeadas pelos pensamentos e afetos. Estas mediações, como afirma Vygotsky (1992), se caracterizam por sínteses dialéticas²⁶ das relações que o sujeito vivencia com os outros e seu contexto histórico:

El pensamiento no solo está mediado externamente por los signos, internamente está mediado por los significados. El hecho es que la comunicación directa entre conciencias es imposible tanto física como psicológicamente. Sólo se alcanza a través de un camino indirecto, mediado. (p.342)

Portanto, buscamos este caminho indireto referido por Vygotsky (1992), ou seja, de que forma o sujeito significa as mediações vivenciadas ao longo de sua existência como importantes para a construção de sua militância.

Na busca de nos aproximarmos destes caminhos mediadores, questionamos quais espaços, pessoas ou acontecimentos que eles significam como importantes na construção de sua formação política. Portanto, pedimos para nos contarem suas trajetórias políticas, de que forma chegaram no Movimento Passe Livre, como surgiu o interesse por práticas políticas, se já haviam participado ou participam de outros espaços políticos (movimentos sociais, entidades, organizações, grupos...), entre outras.

²⁶ A concepção dialética utilizada nesta dissertação se caracteriza por ser aberta e inacabada, marcando a transformação, e não a resolução, das relações contraditórias, ou seja, trata-se de uma perspectiva que critica a dialética com síntese acabada.

As significações e trajetórias foram múltiplas e tornam-se alicerces da construção do nosso olhar sobre os processos constituintes destes sujeitos que militam no Movimento Passe Livre, assim como das relações dialéticas entre os mesmos e este movimento social.

O contexto familiar foi significado como um espaço importante na construção do interesse em práticas políticas por Bianca e Flora. Ambas relatam que as discussões e práticas políticas eram recorrentes em suas famílias.

Uma parte da família sempre foi fundadora do PT, participava do MST, fazia ocupações, já tive um tio que foi candidato a vereador, todos participavam do sindicato dos trabalhadores rurais, são do campo né...aí faziam umas lutas por lá e agora não estão tão engajados, mas tem uma consciência política assim, acho que isso foi deles também né, que eu aprendi e tal... tinha um histórico na família assim, de luta e tal. (Bianca)

Ah, eu lembro que nessas épocas de eleição meus pais, eram bem petistas, aí eu gostava de vestir a camisa do Lula, sair na rua Porque na Barra da Lagoa, onde eu morava, é um lugar assim bem conservador, aí a gente saía bem pra provocar mesmo né, com a camisa do Lula, a bandeira do PT, eu gostava de ficar ali naquele burburinho... e não só em épocas de eleição assim, sempre tinha, meu tio, minha tia iam em casa e sempre tinham essas conversas. Meus pais são novos, eles não viveram o período de militância durante a ditadura, mas meus tios sim, sempre conversavam, sempre debatiam política. (Flora)

Ao serem questionadas sobre as origens do interesse por práticas políticas, as militantes Bianca e Flora remetem ao histórico familiar, trazendo à tona lembranças de um passado que deixou marcas na atual mobilização política realizada por ambas. As vivências, lembranças e pessoas do contexto familiar tornaram-se mediadores, significados como fundamentais, na construção de interesses, escolhas, vontades, desejos, ou seja, da base afetivo-volitiva relacionada à participação política, que norteia a criação dos sentidos existenciais, que se concretizam nas práticas e na constituição destas militantes.

A base afetivo-volitiva é enaltecida por Vygotsky (1992) na construção do pensamento e na produção de sentidos, pois de acordo com o autor: “El pensamiento no nace de sí mismo ni de otros pensamiento, sino de la esfera motivacional de nuestra conciencia, que abarca nuestras inclinaciones y nuestras necesidades, nuestros intereses e impulsos, nuestros afectos y emociones”

(p.342).

Portanto, a afetividade é uma dimensão central na apropriação dos significados constituintes e constitutivos das/pelas experiências do sujeito, recebendo lugar de destaque nos processos de criação dos sentidos existenciais do porvir de cada ser humano. O autor esboça uma metáfora na qual o pensamento é representado por uma chuva que arremessa palavras, enquanto que, a base afetivo-voltiva é o vento que movimenta estas nuvens, logo, o motor deste processo.

No caso de Flora, a apropriação da mediação política se deu pelos vínculos familiares marcados por um contexto festivo e alegre, onde “o borburrinho”, “sair pra provocar” e “vestir a camisa” estão relacionados com experiências significadas como prazerosas para uma criança:

Daí eu gostava assim, como criança eu gostava de ficar lá, colar adesivos na sala inteira, mas nem sabia assim né, acho que já tinha uma noção, eu via minha avó falando do Collor, ah, esse aí não presta, mas uma coisa de criança. (Flora)

Por meio de outra forma de significação, Tiago aponta a família como um espaço onde não se tem “uma consciência política”, e que a participação no Movimento Passe Livre trouxe novas possibilidades de analisar a sociedade, que “em minha formação, vindo do interior e filho de militar, não permitiria” (Tiago). Mas permitiu, pois Tiago significou esse vazio político que vivenciava dentro de casa, em um propulsor das suas buscas por formação política na esfera pública, já que discordava dos significados políticos compartilhados por seus pais. Por meio da identificação pela diferença, Tiago escolhe um caminho que não compartilha com a postura política de seus pais, buscando alternativas de significação para as compreensões dos fenômenos sociais e políticos.

Ao discutir sobre as políticas de identidade, que se referem aos movimentos de resistência aos significados hegemônicos, produzindo novos sentidos e novos lugares para os sujeitos, Guareschi (2003) traz a necessidade de ressignificar o conceito de identidade na psicologia²⁷. A identidade deixa de ser vista como o

²⁷ O pioneirismo do questionamento e reformulação do conceito de identidade foi realizado por Ciampa em seu trabalho *A estória do Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social* (1987), na qual ele rompe com a concepção de identidade como igualdade. Identidade passa a incorporar, também, a diferença, relacionando-a com movimentos de metamorfose.

“eternamente igual a si mesmo”, ou como “uma essência naturalmente dada”, somente possível de ser pensada em relação à diferença:

Desta forma, o processo de construção das identidades sempre refere a um ‘outro’, ou seja, ‘eu sou algo a partir daquilo que eu não sou’, ou ‘eu não sou o que o outro é’. Essa diferença é estabelecida pelo sujeito, como já dissemos, pelas políticas de identidade, que são formas de problematizar as experiências de vida e de buscar reconhecer a produção de sentidos e, decorrente disso, a luta pela produção de sentidos que se imponham aos sentidos hegemônicos. (p.56)

A apropriação dos significados compartilhados por seus pais se dá por um estranhamento dos mesmos, fazendo com que Tiago se movimente pelo caminho da diferenciação da postura de seus pais, criando novos sentidos de acordo com vontades e escolhas. Conforme a perspectiva de Guareschi (2003), a subjetivação é o outro experimentado em mim mesmo, sendo que este processo pode ser marcado, como no caso de Tiago, por “um estranhamento, uma perturbação e uma transformação de determinados modos de ser”. (p.56)

A postura de seus pais é criticada por Tiago, que se lança em um movimento de diferenciação da mesma, e de aproximação de uma outra forma de compreender as questões sociais, sendo que também busca fazer uma mediação com seus pais, na tentativa de que eles se desloquem para um outro lugar e construam novos olhares frente a estas questões. Em tom de indignação com o que ele chamou de “*alienação das pessoas*”, ele cita a postura dos seus pais:

Eu vejo meu pai e minha mãe, eles são servidores públicos e falam cada absurdo assim, falo meu, eu não vou ganhar nada com isso! Eles, como várias pessoas, perderam a consciência de classe, pô, pros meus pais é assim, ‘ah, aquele cara se deu bem, virou empresário, tá ganhando bem’(...) aquela rigidez, cidadão de bem, paga impostos.... Sei lá, criminalizam os movimentos sociais, tipo, outro dia o MST fechou o trevo lá de São Miguel, e daí meu pai ficou preso no trânsito, ele odeia o MST, PT.... Eu tento mandar uns artigos para eles lerem, fotos das manifestações, da repressão policial, pô, ele é policial aposentado, policial fardado também é explorado! (Tiago)

Tiago inaugura sua participação política no Movimento Passe Livre, e atualmente também participa no Movimento da Universidade Popular. Sua chegada no movimento deu-se de forma autônoma, por meio de uma postura mais ativa na busca de se inserir no movimento. Sabemos que não se trata de um

individual genuíno, pois todo individual também é coletivo, contudo, a busca pelo movimento se fez por suas caminhadas na rede virtual (*blogs e orkut*) e, posteriormente, pela busca concreta do Movimento Passe Livre em uma reunião realizada, na época, na Concha Acústica da Universidade.

Comecei o cursinho em Curitiba e lá que eu comecei a ouvir falar do Movimento Passe Livre Floripa... aí achei um blog deles, fui acompanhando de observador. Aí, numa discussão no orkut sobre a maioria penal eu acabei conhecendo um militante do Passe Livre lá de Recife, eu acho, aí eu falei que tinha passado (no vestibular) na UFSC e tava vindo pra cá. Aí ele falou, ah, conheço o pessoal de Floripa, porque já teve o encontro nacional do passe livre. Aí ele me passou o contato, eu cheguei aqui e comecei a participar. Daí cheguei na primeira reunião e tinha duas pessoas batendo lata, (risos), latão de tinta, de 20 litros, um com chacoalho, aí eu `meu Deus, quem são esses caras`, daí que eu descobri, que era o ensaio pra bateria da manifestação. Foi bem engraçado. (Tiago)

Tiago encontrou o Movimento Passe Livre de forma virtual e depois se aproximou do movimento quando veio morar em Florianópolis. Ele nos conta que o Movimento Passe Livre foi sua primeira participação política - em termos de participação em espaços específicos, já que o conceito de participação política não se dá somente na esfera da política propriamente dita. Ele significa um professor de biologia do cursinho pré-vestibular como um importante mediador na base de sua participação política de forma geral:

Um professor de biologia no meu cursinho, porque ele dava uns tapas na cara dos alunos né, num cursinho super elitizado, um dos mais caros do país, só tem filho de fazendeiro do Paraná, do interior e 80% quer fazer medicina, usar só roupa branca e ser chamado de doutor né, tem uma paixão pela cura, isso me deixava muito puto, e ele jogava na cara assim essas coisas, e eu concordava, tipo, fazia sentido aquilo que ele falava, todo dia que eu saía da aula dele, eu saía pisando alto sabe, deslumbrado (...) tu fica naquelas contradições ali, tu não consegue, não sabe o que fazer, daí eu conheci o passe livre em Curitiba e tal, e era um espaço bem lógico pra mim. (Tiago)

O interesse pela formação política foi se constituindo no/pelo espaço onde Tiago estudava, significado por meio da classe social dos outros presentes neste contexto, e das provocações realizadas pelo professor, que mediavam a construção dos sentimentos de "deslumbramento" e de "contradição" que, por sua vez, sustentaram as formas de compreender e agir no mundo. Esse espaço e sentimentos foram significativos na construção de seu interesse por práticas

políticas, embora, até para Tiago seja difícil delinear “de onde surgiram” estes mediadores:

Sempre tive alguma coisa com essas contradições, estudei em colégio católico, fui expulso...não tô conseguindo falar da onde veio essa coisa, teve o meu professor, mas não sei...só sei que sentia que alguma coisa errada tava acontecendo no mundo. (Tiago)

Considerando que a produção de sentidos é construída por meio das diferentes formas do sujeito se apropriar de suas experiências, reflexiva e afetivamente, podemos notar, a partir desta fala de Tiago, que a significação em torno da mediação política girou em torno de uma ordem mais racional do discurso, sendo que para ele, foi difícil alcançar as raízes mais afetivas que o mobilizaram para as práticas políticas.

Jucenir aponta que a temática dos movimentos sociais esteve presente desde sua juventude, quando ainda estudava na Universidade e participava do Movimento Estudantil e freqüentava atividades do Partido dos Trabalhadores, ressalta que nunca teve interesse em se filiar em alguma organização política, dizendo que “*nunca fui de partido, né? Nunca fui de carteirinha, mas sempre fui rebelde...*”, significando a rebeldia:

Desde os 14, 15 anos é começar assumir uma postura crítica em relação ao mundo. A começar pela minha casa, da família pequena burguesa, meu pai era um pequeno proprietário, dono de uma loja, na qual eu tinha que estudar, pai patrão, tudo isso, adoro os meus pais, mas ele era um nazista, meio inconseqüente, na verdade ele tratava bem os negros, mas ele falava mal de negros, no discurso, tudo que era da Alemanha era ótimo, me colocou pra estudar em uma escola tradicional alemã (...) Aquela coisa de imigrantes que fica parado no tempo (...) E aí eu comecei aos 14 anos (...) foi através da leitura sabe, comecei a ler, os livros começaram mostrar o lado crítico que eu poderia adotar em relação as coisas. E a partir daí foi isso, eu fui rebelde na escola, meu pai acabou tendo que me tirar de lá, eu matava aula, acabei me separando daqueles alemães burgueses, fui deixando o cabelo crescer (...) tinha um pai pequeno burguês que podia me sustentar. Então eu tive um período aí que eu pude estudar bastante, ler muito, me formar como professor”. (Jucenir)

A classe social de sua família, as características do pai e o estilo de vida que lhe era possibilitado viver, são apontados como mediadores fundamentais que o incitaram para os estudos e leituras que lhe propiciaram novas compreensões

em relação à política.

Alguns movimentos sociais e acontecimentos históricos são significados como propulsores de seu interesse pela participação política:

A década de 60, eu diria que o movimento hippie, fez muito a minha cabeça, foi um norteador...eu gostava do Che Guevara, e gostava do movimento pacifista, meio contraditório mas é essa contradição que carrego até hoje (...) As vezes eu falo, vou pra luta armada, e por outro lado eu penso que a violência não resolve...então foi mais ou menos aí né, na década de 60, os movimentos revolucionários acontecendo na América Latina, na Europa, nos EUA (...) .a guerra do Vietnã, as mobilizações contra a guerra... Tinha aquelas tragédias humanitárias, como tem agora, Bangladesh, genocídio, Paquistão, aquelas fotos de crianças anêmicas (...) Então tudo isso fez com que eu criasse uma profunda aversão no modo de vida capitalista. (Jucenir)

A partir da fala de Jucenir, podemos compreender o elo subjetivo e objetivo que sustenta a produção dos sentidos, na dialética da história singular e coletiva do sujeito (Vygotsky 1991, 1992, 2004). A condição econômica, a possibilidade de leituras e os acontecimentos históricos foram mediadores significativos para sua atual mobilização política, constituindo suas condições concretas de possibilidades de existência. Sabemos que, ao lado das condições objetivas, há os aspectos subjetivos que mobilizam o sujeito para determinadas práticas, neste caso, na inserção em atividades e leituras políticas. Podemos notar que a base afetivo-volitiva de Jucenir, foi se nutrindo por meio das tragédias humanitárias, do sofrimento de outras pessoas, que de alguma forma, afetaram Jucenir, que se apropriou destas histórias coletivas tornando-as próprias, realizando escolhas para sua vida singular, como por exemplo, optar pelo curso de História na universidade e se tornar professor.

Antônio morava em Brasília onde participava do Centro de Mídia Independente (CMI). Escolheu participar deste coletivo por considerar:

Uma ferramenta muito interessante, necessária para as pessoas publicarem suas próprias notícias... não se trata de virar um veículo de esquerda, mas possibilitar que as pessoas produzam a própria mídia, democratizar a produção da informação... porque o cara ia nas manifestações, a tiazinha apanhando da polícia, ia pra casa e via a televisão mostrando que os manifestantes tavam destruindo tudo, quebrando as coisas e agredindo o policiais, então surge a

necessidade do cara ter o próprio meio de comunicação, dele ser o produtor de informação. (Antônio)

Juntamente com o Centro Mídia Independente, Antônio inicia a busca pelas formas de mobilização existentes em Brasília para construir as reportagens, que a maioria delas foi significada como “*Mc Manifestação*”, ou seja, “*aquela coisa programadinha, uma faixa ali, vai pra lá, nada no laginho na frente do Congresso, todos em volta de um líder, entrega uma carta...*”. Antônio assinala que, até o surgimento do Passe Livre, as mobilizações sociais em Brasília se enquadravam na “*Mc Manifestação*”, significando esta forma de fazer política como desinteressante e se motivando a participar do Passe Livre por este movimento romper com as formas tradicionais de se fazer política. A partir destes sentidos produzidos em torno da forma de militância no Passe Livre e das “*Mc manifestação*”, podemos notar algumas diferenças nas formas de expressão e organização dos novos e tradicionais movimentos sociais (Scherer-Warren 1993; Maheirie, 1997).

Ao acompanhar as reuniões do Movimento Passe Livre em Brasília, devido sua participação política no Centro Mídia Independente, Antônio se interessou em militar no movimento pelo transporte público por considerar uma “*demanda muito presente em Brasília*”, “*por ter rompido com a Mc manifestação*”, e “*pela euforia que o Movimento Passe Livre começou a causar nas pessoas, reuniões com 100 pessoas, o pessoal fazendo mil coisas, manifestações gigantescas, uma teve 4 mil pessoas*”. (Antônio)

Os sentidos construídos em torno desta participação política estão enlaçados por uma dimensão reflexiva e afetiva, na qual Antônio se apropria da necessidade concreta da melhoria nos transporte públicos da cidade onde mora, como também, se envolve afetivamente com a causa e com a forma de organização do Movimento Passe Livre:

O Passe Livre começou a aglutinar muita gente, foi uma coisa muito louca, aquela euforia que te falei, colocava as pessoas com essa coisa nova que tava acontecendo, que tinha a intenção de transformar as pessoas para transformar o coletivo, fazendo com que o sentido de estar gritando na rua pudesse ser redimensionado... além disso, o ódio que a galera tem em Brasília em relação

aos transportes públicos, é muito intenso, direto aparece ônibus queimado, quebrado, eles abafam, mas sempre acontece, as pessoas tem raiva do transporte em Brasília (Antônio)

Ao buscar separar a cisão cartesiana de emoção e razão, Vygotsky (2004) considera que os processos afetivos e reflexivos se constituem dialeticamente, marcando a historicidade destes processos na vida do sujeito, em sua dimensão singular e coletiva. A palavra se caracteriza por um ato de pensamento, que será construído a partir das experiências do sujeito que serão vivenciadas afetivamente, ou seja, marcando a inexorável relação entre os processos afetivos e reflexivos na produção dos sentidos:

El espantoso resultado al que nos lleva la psicología de las emociones contemporánea es haber privado absolutamente de sentido a las pasiones del alma y haber eliminado toda esperanza de comprender un día el significado vital de la pasión y, con ella, toda la consciencia humana... Así, la solución paralelista del problema psicofísico... es la separación total de la conciencia de la vida... de la unidad de la consciencia emocional y de la vida. (p.199)

O envolvimento com o Movimento Passe Livre de Brasília se estendeu para o Movimento Passe Livre de Florianópolis quando Antônio ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina para cursar Geografia. Ele nos conta que já conhecia alguns militantes por meio do Encontro Nacional do Movimento Passe Livre, e se inseriu no movimento de Florianópolis. O interesse pela discussão da mídia e do transporte tem, cada vez mais, se articulado na vida de Antônio, sendo que, atualmente, pensa em direcionar sua monografia universitária para estas temáticas.

Podemos perceber que os sujeitos entrevistados significaram diversos mediadores, entre pessoas, situações, objetos e lugares, que foram significativos para o interesse pela participação política. A família foi significada como uma importante mediação na construção das vontades e escolhas, concretizada nas práticas políticas em outros movimentos, nas situações que vinculavam a política com situações prazerosas, nas características e posturas políticas assumidas por

integrantes da família. Encontramos o espaço educacional, manifestado na figura de um professor ou nas leituras teóricas, como mediadores significativos para atual militância. Em todos estes processos de apropriação dos significados, sabemos que a base afetivo-volitiva se emaranha na produção dos sentidos, contudo, esta dimensão escapou do discurso e da memória dos entrevistados, sendo reveladas nas entrelinhas dos discursos mais sociológicos. Esta lacuna em relação aos aspectos mais afetivos que mobilizaram estes sujeitos para a prática política revela a cisão histórica entre subjetividade e participação política ressaltada por Sawaia (1994), que anuncia a necessidade de novos estudos que insiram a afetividade no campo da política.

4.2 Relações sócio-afetivas no Movimento Passe Livre

Analisar um movimento social ou formas de participação política, demanda olhares para a rede de subjetividades que se (re)criam, em movimentos de subjetivação e objetivação, por meio deste espaço que se configura para além das relações político-tradicionais, na medida em que é perpassado pelas relações sócio-afetivas que compõem este cenário.

A palavra participação tem origem no latim e vem de *participatio*, *participacionis*, *participatum*, que significam “tomar parte em”, de acordo com Avelar e Cintra (2004), no sentido de compartilhar, associar-se pelo sentimento ou pensamento:

Esse sentimento é um dos alicerces da organização, cuja riqueza está na vivência de sentimentos comuns que se prolongam na consolidação de objetivos coletivos. No grupo são ampliados os contatos sociais, as amizades, as referências pessoais, que encorajam as pretensões individuais relativas ao desejo de fazer parte da formação da vontade pública. (p. 6)

Nos pautamos na visão destes autores os quais significam a participação política como uma prática que transcende as fronteiras das questões políticas propriamente ditas, e também na concepção de Sawaia (1994, 1995, 1997, 2006), na qual participar politicamente significa envolver-se afetivamente, encarando esta

prática também constituída por componentes subjetivos, tornando o movimento social um espaço de amizades, conflitos, trocas, (des)encontros, (des)construções, aprendizagens, avanços, retrocessos, ou seja, um lugar mediador de práticas de significação constituintes e constituídas pelos militantes, que se (re)criam na complexidade destes processos.

A ambigüidade e contradição marcaram os processos de significações em torno das relações sócio-afetivas experienciadas entre os militantes e com o próprio movimento. Para alguns sujeitos entrevistados, os laços afetivos e amizades se tornaram um dos maiores atrativos para a participação política. Para outros, há momentos em que as amizades enriquecem o movimento e a si mesmo, como também, por outro lado, podem vir a ser um empecilho para a organicidade do movimento e para o interesse em participar do grupo. Há também aqueles que apontaram o risco do movimento se fechar em si mesmo, por ser demasiadamente coeso, via as relações sócio-afetivas, e não permitir ou acolher a entrada de novos integrantes.

A inserção no Movimento Passe Livre, assim como a apropriação do universo simbólico compartilhado pelo movimento, foram significadas como penosas para Tiago por, dentre outros motivos, o grupo ser caracterizado por um grupo de amizades e ser marcado por fortes elos afetivos e ideológicos:

eu no começo fiquei assustado de ver como é difícil tu assimilar uma questão que é mais madura ... todo mundo já sabe do que tá falando, falou numa palavra "X" já sabe tudo que tem por trás, já tem um valor bem mais forte do que pra quem nunca teve contato com um movimento social...ainda mais porque muitos deles já se conheciam de outros espaços políticos, compartilhavam mesma ideologia...eu cheguei de pára-quedas de São Miguel D'Oeste...é bem lento assim, é que nem você entrar numa roda de amigos, numa roda nova...no movimento é a mesma coisa, só que bem mais complicado né, porque mexe com política, tem discussão, tem que ler e demora até começar. (Tiago)

Tiago foi o único entrevistado que entrou no movimento sem ter uma pessoa que o apresentasse ou o inserisse no grupo. Ele era de outra cidade, não estudava nas escolas onde já ocorriam os debates e mobilizações sobre transporte, não tinha amigos no movimento, não participava de outra organização ou entidade em Florianópolis, não participava de outro Movimento Passe Livre (como é o caso de Antônio que militava no Passe Livre de Brasília), ou seja, sua inserção não contou com facilitadores para que pudesse integrar ao grupo do

Passe Livre. Desta forma, ele significou sua entrada como algo lento, demorado, tanto pelas (não) amizades, quanto pelo não compartilhamento simbólico do grupo.

Ao contrário, para Flora e Bianca, a inserção se deu de forma bastante fluida:

Quando eu estudava lá na escola técnica, acho que isso era 2001, quando começou a movimentação aqui em Florianópolis do passe livre, eu tava ali na saída da escola e aí tinha uma menina que eu conhecia... ela entregou panfleto (...) aí eu não tinha muito o que fazer, aí eu fui. Convidei umas amigas, um pessoal da sala e fomos. Aí este dia a gente saiu pela Mauro Ramos, fechou aquele terminal antigo e foi na frente da Câmara dos Vereadores entregar um documento com assinaturas que tinham sido coletadas pra fazer a lei né. Aí esta foi a primeira manifestação que eu fui. Aí eu deixei meu nome com uma outra menina, com meu telefone (...) Daí um tempo depois eles ligaram 'ah, tem uma reunião e tal', daí eu fui, comecei a ir, sempre que tinha uma atividade eu ia, tanto reunião quanto atividade de rua, cada vez mais (...) Mas no começo, eu não sei assim, não dá pra dizer 'ah se eu não conhecesse ninguém eu não iria', não sei, pode ser que se um desconhecido me entregasse o panfleto eu fosse, mas como era uma pessoa que eu conhecia, eu vejo que isso ajudou bastante a me integrar, foi um contato que fica mais fácil né, do quê quando não tem ninguém que tu conhece. (Flora)

Podemos notar que as mediações afetivas, concretizadas nas amizades de Flora, foram importantes para sua inserção no Movimento Passe Livre. Por ela conhecer uma pessoa que já estava inserida no movimento, assim como possuir amigos que também se interessaram em freqüentar esta atividade do movimento, a participação política no Passe Livre passa a ser significada como um lugar de amizades, enredando a afetividade com esta forma de participação. O rompimento histórico que as ciências realizaram entre afetividade e participação política é anunciado por Sawaia (1994), apontando a necessidade de se integrar as relações entre o pensar, agir e sentir, afirmando que "afeto, emoção e necessidade são questões socais e políticas tanto quanto poder e movimentos sociais são questões subjetivas" (p.152).

Ao falar de sua inserção no Movimento Passe Livre, Bianca significa a participação política vinculada a uma atividade prazerosa, mediada pelas pessoas e os encontros possibilitados pelos/com o movimento:

A minha tia trabalhava na secretaria estadual do PT, e era no centro e eu tava procurando emprego (...) ela conhecia algumas pessoas do movimento daquela época né, era uma coisa que tava acontecendo na cidade assim, uma coisa muito nova, e daí teve um dia que eu tava indo embora assim, foi muito engraçado, o pessoal coletando assinaturas, e a gente foi. Aí eu, 'vou pra manifestação, é aqui que eu quero ficar! (...) foi bem, bem legal, aí depois disso, a gente saiu da manifestação e foi pra um bar (...) e a minha tia tava junto, e conhecia o pessoal, aí a gente se apresentou, tudo tranqüilo e a gente começou a conversar (...) E daí assim, como tava sempre pelo centro, sempre encontrava as pessoas e aí a gente foi se aproximando, 'e aí, hoje vai ter reunião, aparece lá' (...) É uma coisa que rola inda, é assim que rola sabe (...) tipo, não é uma captação, passa uma ficha, não. As pessoas vão se aproximando, vão conseguindo conversar e tal, vão se interessando, vão aparecendo assim. (Bianca)

A partir da fala de Bianca, podemos remeter suas significações relacionadas a sentimentos de bem-estar, de satisfação em estar ali naquele grupo. Conforme Espinoza (1632-1677), o ser humano é corpo e alma, sendo dimensões inexoravelmente relacionadas e constituintes entre si; o corpo é relacional, se faz por meio da intercorporeidade, isto é, nas relações vivenciadas com os outros nas quais constituem a alma. (Chauí, 1995). Neste sentido, toda experiência é corporal e psíquica e significada por meio da afetividade, em outras palavras, as afecções do mundo são sentidas pelo sujeito que subjetiva e objetiva o/no contexto por meio de sua afetividade (Sawaia, 1995, 1999, 2006). Alguns sentimentos expandem ou deprimem o *conatus* do ser humano, compreendido por Espinoza como uma força para existir e agir na vida. Os encontros que mediam a alegria expandem o *conatus* do sujeito, mobilizando-o para ação, fazendo se sentir mais potente para pensar e agir no mundo (Chauí, 1995). Podemos caracterizar a inserção de Bianca no Passe Livre como um bom encontro espinoziano, na medida em que ela foi afetada por um sentimento que pode ser denominado de alegria, expandindo sua vontade de pensar e agir no mundo por meio desta militância, pois foi, cada vez mais, se mobilizando e buscando participar no movimento.

Podemos perceber que os caminhos de significações de Bianca e Flora diferem daqueles transcorridos por Tiago, enquanto que para aquelas a inserção no movimento foi “*tranqüila*”, “*fluida*”, para Tiago foi significada como difícil, algo que ele teve que se esforçar, investir neste processo de inserção grupal.

Estes militantes entraram no grupo em momentos bastante diversos. Bianca

e Flora estão no movimento desde seu início, ou seja, foram pioneiras na história do movimento e na história do grupo, que foi se fomentando a partir da participação dos militantes. Portanto, quando elas se inseriram no movimento, o grupo ainda não tinha uma coesão e vínculos sociais como o tem hoje, após 7 anos de história. Ou seja, quando elas se inseriram, os integrantes do grupo também estavam se inserindo, ainda não havia um grupo tão permanente e integrado como se tem atualmente.

Podemos pensar sob a perspectiva de Lapassade (1983), que realiza uma leitura dialética sobre os grupos, com base na teoria de Sartre (1905-1980), para auxiliar nossas análises sobre os diferentes processos de inserção destes militantes no grupo do Movimento Passe Livre. Há uma distinção entre aquilo que o autor chama de fusão grupal e de organização grupal: a primeira se caracteriza por um agrupamento de pessoas que se unificam em torno de uma causa mais momentânea, mais imediata, que os levam para ações, sem a necessidade de maiores processos auto-reflexivos para a construção de um projeto em comum e de novas práticas; já a segunda, se refere a um grupo mais permanente, que se unifica em torno de um projeto coletivo, o qual se faz constantemente por meio de ações e reflexões, e é marcado por um sentimento de reciprocidade, onde eu e o outro são mediadores fundamentais do processo grupal, ou seja, cada um é uma encarnação do grupo (Lapassade, 1983). Um grupo não se encontra em uma ou outra posição, mas caminha dialeticamente entre estes e outros lugares, no decorrer de sua processualidade histórica, subjetiva e inacabada.

Podemos pensar que na época em que Bianca e Flora se inseriram no movimento, ele se caracterizava mais por uma fusão e iniciava a sedimentação de um grupo mais permanente; enquanto que no momento da inserção de Tiago, o movimento já se aproximava mais de uma organização, marcada por um compromisso recíproco, devido aos processos subjetivos e objetivos que o movimento foi passando nos últimos sete anos.

Isso não significa que o grupo se define por uma totalidade de sua história, singular e coletiva, que se dá por uma coesão construída ao longo do tempo que não permite transformações, rupturas ou conflitos. Ao contrário, o que se tem são processualidades inacabadas, inseridas em movimentos de subjetivação-objetivação, em torno de um projeto em comum que também se modifica no

processo histórico grupal. Com base em Sartre, Lapassade (1983) escreve que a dialética dos grupos é “o movimento de uma perpétua totalização em processo, nunca acabada” (p.230), que luta para não se diluir na serialização ou se cristalizar na burocracia, mantendo-se em torno de seu projeto comum, o compromisso grupal que faz o grupo se (re)fazer por meio de processos de (des)totalização, na subjetivação e objetivação constantes.

Logo, não se trata de pensar o atual Movimento Passe Livre como algo estável, coeso e sem contradições. Pensamos que o momento histórico desta unificação, assim como o fato de Tiago não ter contado com mediadores em sua inserção, tornou sua experiência mais tortuosa do que das militantes Bianca e Flora.

Tanto para Tiago quanto para Antônio, o fato do movimento se caracterizar por fortes vínculos de amizades, corre-se o risco do grupo se cristalizar e obstruir a entrada de novos sujeitos para o movimento, além de tornar o movimento fechado para novos debates e ideologias:

Não sei se o movimento percebe, mas é bem cristalizada as coisas assim, as relações, quando eles falam que têm que conseguir novos militantes, eu fico imaginando eu voltando né, lembrando como foi assim, foi difícil... o convívio pessoal, as amizades, acaba se tornando um grupinho mesmo de amigos... se você já conhece alguém, já vai junto com alguém, é mais tranquilo, mas eu cheguei sozinho não conhecia ninguém. (Tiago)

O que eu tento fazer é atrair mais gente no movimento, tentar aglutinar, tentar fazer com que o movimento também não vire aquela coisa fechada, aquele grupo que é um grupo de amigos, mas, por ser um grupo de amigos, que tem mais ou menos a mesma formação, o mesmo entendimento das coisas, a conversa já parte de um pressuposto, de princípios, então pra que não fique fechado, evitar que as pessoas que vão na reunião e se sintam meio excluída, não têm a mesma conversação, tipo, aquela piada não entendeu... todas mobilizações tem tendência de ser assim, mas a gente tem que lembrar que a gente é o contrário, quer envolver pessoas assim de forma mais fluida, diferente, bato muito nessa tecla. (Antônio)

A partir das falas de Tiago e Antônio, percebemos que eles buscam anunciar e superar estes impasses grupais, ou seja, do movimento possibilitar a entrada de novos sujeitos e diálogos, tornando este processo mais fluido e atrativo, tanto para os novos integrantes, quanto para o próprio movimento.

A partir destas falas, percebemos a tensão que Sartre aponta, sob a leitura de Lapassade (1983), em sua teoria dos grupos: o risco do grupo se diluir ou de se fechar, passando de movimentos de (des)totalizações para uma fixação na totalidade. Os discursos de Tiago e Antônio mostram o receio de que o Movimento Passe Livre acabe se fechando em si mesmo, podendo ocorrer uma cristalização dos lugares, funções e tarefas, destruindo o sentimento de reciprocidade, tornando a unificação uma fixação pela unidade realizada por obrigação e não mais por desejos e vontades, desaparecendo o terceiro mediador, na qual cada singularidade é autor e responsável do/pelo grupo.

Os processos de significações em torno da rede de relações sócio-afetivas também são marcados por contradições de sentimentos e pensamentos. Como nos aponta Bianca:

Isso quase 3 anos, todo sábado, todo sábado, todo sábado! Então assim, acaba virando um grupo de amigos, e as vezes isso é bom e as vezes você vê que é ruim. Porque as vezes você não consegue fazer a discussão que precisa ser feita, por exemplo, fazer avaliação, não é porque é amigo que a gente não vai avaliar, mas assim, os que são mais amigos, né? fica meio complicado(...) Acho que não é só ali, acho que em todos os lugares, mas acaba configurando como isso, é muito um grupo de amigos, tá junto o tempo inteiro!(risos). Então assim, tem que ter todos esses melindres, daí as pessoas que têm mais experiência, tem que tá sempre tentando mediar(...) é uma coisa bem interessante, uma experiência bem legal, mas ao mesmo tempo, as vezes enche o saco, tipo, "ai, não quero fazer nada", porque é muito uma casa sabe, muito tua família, todo sábado e tal. (Bianca)

Percebemos que os sentidos produzidos por Bianca, em relação aos vínculos sócio-afetivos no Movimento Passe Livre, tendem para uma apropriação do movimento como uma "família", já que se encontram há sete anos semanalmente, "vejo mais o coletivo do que minha própria família" (Bianca), exigindo um "jogo de cintura para as amigades não atrapalharem as discussões políticas" (Bianca), sentindo-se em alguns momentos cansada, enquanto em outros momentos, o coletivo torna-se uma referência e uma rede de apoio, e ainda em outros, o grupo que pode se configurar como um julgamento do sujeito:

Aí rola uma coisa pessoal e todo mundo sabe, daí aquilo às vezes te aflige, às vezes aquilo é bom porque é um apoio, às vezes você tá precisando de uma coisa, tá todo o coletivo ali pra amparar, mas também tá todo o coletivo pra julgar, então essa dificuldade de trabalhar no coletivo. (Bianca)

Esta fala de Bianca nos auxilia a inserir na intimidade deste movimento social, revelando a importância das relações intersubjetivas na mediação de (im)possibilidades de práticas no interior do movimento. A necessidade de se analisar as relações entre os sujeitos em um movimento social é destacada por Sawaia (1997) como uma importante contribuição da psicologia social, pois permite “captar as pessoas de carne e osso, com seus dramas particulares, as quais, em relação umas com as outras, os constroem, isto é, captar a intersubjetividade participativa constituinte e constituída” (Sawaia, 1997, p.151). Dessa forma, o movimento social pode se tornar uma tribo para o sujeito, onde se identificará com alguns valores e se apropriará de algumas referências do grupo (Maffesoli, 1995) ou um lugar de bons encontros, no sentido elaborado por Espinoza, onde os sujeitos se potencializam para novas formas conceber e agir em relação ao outro e a si mesmo (Sawaia, 1995, 1999, 2006).

Ao serem questionados sobre os aspectos que os motivaram para a militância no Movimento Passe Livre, as amigadas foram significadas como um dos maiores atrativos para a participação no movimento pelos militantes Jucenir, Bianca e Flora. A partir das falas destes sujeitos, percebemos que o envolvimento político se dá pela relação afetiva com o movimento, onde as relações de amigadas entre os militantes ganham destaque. As relações sócio-afetivas mostram-se como uma dimensão importante na produção de sentidos em torno da participação política no Passe Livre:

Acho que o crescimento político, e várias amigadas que você faz, pessoas que você confia, pessoas que você tem como referência... As vezes quando eu preciso tomar uma decisão política, eu falo com as pessoas do passe livre que são muito importantes pra mim, ou 'e aí, tô com esse problema', sabe, acho que existe muito isso dentro do Passe Livre, tipo, te procuram pra discutir algumas coisas, pessoais, dúvidas, coisas morais, acho que tem isso, acho que encontrei, além de uma oportunidade política de militar, de crescer, de intervir, de falar em público e não sei o quê, grandes amigadas. (Bianca)

São várias coisas que me pegaram, primeiro o encanto com a juventude que tava alienadona, não tinha nenhum movimento. Segundo o interesse pra aula mesmo, muito importante e essa coisa da organização deles, então passou tudo meio por aí. Então, eles (alunos) vinham e falavam “vamos invadir a câmara dos vereadores”, eu dizia, “pode deixar, eu vou junto”, passei duas noites lá, acordava de manhã e vinha dar aula. Coisas que pra mim foram fantásticas!

Imagina eu com meus alunos fazendo esse tipo de coisa, tomando o poder da casa, discutindo na madrugada, aquela coisa, show, passeatas na chuva...e eu fiz grandes amigos, não só o Murilo e a Flora, muita gente do passe livre que eu fiquei amigo. Então acho que é uma relação assim muito forte que acabei estabelecendo com meus alunos. (Jucenir).

Por considerarmos que o sujeito se relaciona por meio de suas significações, concretizadas em suas práticas, sendo estes processos enlaçados pela afetividade, pensamos que esta prática política está sendo construída, em grande parte, pelos processos afetivos vivenciados com os outros presentes neste movimento, fortalecendo os vínculos subjetivos entre os militantes, que são constituídos pelas suas histórias singulares e coletivas que se entrecruzam por meio do Movimento Passe Livre.

A afetividade não se caracteriza por algo natural ou instintivo (Sawaia, 1997), ela é construída por meio das relações sociais do sujeito, ou seja, “o sentimento não se torna social mas, ao contrário, torna-se pessoal (...) converte-se em pessoal sem com isto deixar de ser social” (Vygotsky, 2008, p.315). Os processos afetivos se fazem em relação ao outro, na medida que o sujeito se apropria afetivamente de suas relações e experiências. Dessa forma, o Movimento Passe Livre se caracteriza por um lugar onde os sujeitos se encontram, se relacionam e constroem seus processos afetivos, marcando a inexorável relação entre a participação política e a afetividade.

Quando perguntamos qual tipo de relação que vivencia com o Movimento Passe Livre, Flora fala de uma relação afetiva com alguns militantes deste coletivo, contando que se tornou bastante amiga de pessoas por meio desta militância, e que hoje, estas amizades vão para além das atividades e encontros do movimento. Também fala do seu namorado (Murilo), que também é militante:

Tem uma relação virtual porque eu fico olhando os e-mails (risos), e também até das próprias amizades, o meu namorado também é do movimento, a gente já namora há bastante tempo. Todas pessoas que agora são minhas amigas, inclusive o Murilo, a gente começou a se conhecer ali, eu acho que quando eu comecei a namorar com ele eu já tava no movimento há uns dois anos. (Flora)

Além da relação afetiva com os integrantes do movimento, Flora também aponta para uma relação afetiva com a própria história do movimento, em que ela se sente ativa e autora, ao mesmo tempo em que se enxerga nesta criação:

tem um lugar assim, não é uma coisa burocrática, que eu faço por obrigação, eu também tenho um afeto, sentimentos com a história do movimento, com aquilo que eu ajudei a construir, e também da própria luta, eu sempre gosto de ver, 'ai, tem gente nova entrando', acho legal quando fazem uma coisa nova, ver que outras pessoas também tão tomando parte assim... eu fico bem contente quando eu vejo que outras pessoas também tão entrando com outras idéias... É tanto com as pessoas que são minhas amigas também, não é só o passe livre, vai além, eu faço outras coisas com as pessoas do passe livre que vão além da luta, mas também um sentimento com o próprio movimento, com a pessoa jurídica do movimento, com a coisa que foi construída, principalmente quando vejo algumas coisas assim que eu fico feliz, quando vê um filme que fala, tem um documentário, quando alguém tá fazendo uma pesquisa sobre o movimento, vê que alguma coisa que depois que eu morrer, não sobrar nada de mim, alguma coisa eu ajudei a fazer, que outras pessoas estão dando continuidade, é este o sentimento" (Flora).

O movimento de subjetivação-objetivação conceituado por Sartre (1987), nos ajuda a olhar para os sentidos construídos por Flora sobre a história do movimento. O sujeito para Sartre é subjetividade e objetividade, ou seja, é a síntese dialética dos afetos, pensamentos, significações, projetos e a concretização dos mesmos na realidade. Portanto o sujeito é visto sempre em relação a algo, em um constante movimento de devir, transcendendo a realidade objetiva, por meio de suas significações, produzidas nas relações dialéticas entre subjetivação-objetivação. Ao subjetivar o contexto em que vive, o sujeito se objetiva no mesmo, construindo uma nova subjetivação que também se objetiva...e assim incessantemente ao longo da existência do sujeito. Portanto, a cada movimento de subjetivação e objetivação, o sujeito se (re)faz, (re)fazendo sua história singular e coletiva:

É superando o dado em direção ao campo dos possíveis e realizando uma possibilidade entre todas que o indivíduo se objetiva e contribui para fazer a História: seu projeto toma, então, uma realidade que o agente talvez ignore e que, pelos conflitos que ela manifesta e engendra, influencia o curso dos acontecimentos. (Sartre, 1987, p.153)

O Movimento Passe Livre é significado por Flora como uma objetivação de suas vontades, desejos, interesses, buscas, escolhas, em uma postura afetivo-reflexiva, em que ao se objetivar, ela se enxerga nesta obra objetivada, subjetivando de uma nova forma, construindo novos sentidos e possibilidades de existência. Além disso, sente-se feliz pois o movimento é uma objetivação que

circula para além dela, participando da vida de outras pessoas, transformando sujeitos e contextos, carregando significados, levando ao mundo sua criação e a si mesma. De acordo com Maheirie (2003b), a criação de algo “dialetiza a relação objetividade-subjetividade na medida em que possibilita aos sujeitos produzirem constantemente novas significações, construindo, desconstruindo e reconstruindo sentidos singulares e coletivos em contextos concretos” (p.153), tanto para o autor/criador, quanto para os sujeitos que, de alguma forma, entrará em contato com a produção criada.

Podemos pensar que para Flora, ver o movimento circular no mundo, é como se um pedaço dela acompanhasse o movimento, possibilitando o compartilhamento e a continuidade de algo que é sua criação, uma extensão de sua subjetividade objetivada em uma atividade política, que circula provocando novos sentidos em si, nos outros e nos contextos por onde passa. Neste caso, não se trata de uma realidade ignorada pelo agente, pois muitas vezes, conforme Sartre (1987), a História nos escapa, mas isso não decorre do fato de que não a fazemos, mas por não nos apropriarmos da condição de autor das nossas objetivações que circulam pelo mundo, desconstruindo significados hegemônicos, criando novos sentidos, realidades e sujeitos, na medida em que os outros também subjetivam e objetivam, transcendendo nossa possibilidade de apreensão de todo processo.

4.3 Novas formas de (se) fazer (por meio da) política

Além do conteúdo da luta, a forma em que a militância é experienciada no Movimento Passe Livre foi fortemente significada como um dos principais atrativos desta participação política. Esta forma de militância é significada singularmente por cada um deles, contudo, há um carácter coletivo em todas estas significações que está relacionado com a identidade coletiva do Movimento Passe Livre. Concordamos com Souza Santos (1995) sobre a identidade coletiva, ou seja,

Que as identidades culturais não são rígidas, nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de

temporalidades em constantes processos de transformação...Identities são, pois, identificações em curso. (p.135)

Portanto concebemos o Movimento Passe Livre como identificações em curso, onde os sujeitos se identificam e se diferenciam a todo instante de outros militantes e de outros grupos. Diante da polissemia desta identidade coletiva, pudemos identificar nos discursos de todos os sujeitos entrevistados, um sentido unificador dos processos de significação no momento das entrevistas. Trata-se da possibilidade de atuação no movimento social, que se caracteriza por relações mais fluidas, onde todos podem se manifestar, construir o movimento e se fazer por meio dele, além de conseguir se ver como sujeito ativo neste movimento, já que buscam se distanciar de relações cristalizadas, hierarquizadas e burocráticas.

Ainda de acordo com Souza Santos (1995), a identidade de um grupo não é coesa e estável, logo, não se trata de pensar o movimento como eximido destas características, mas sim que, a partir das falas e das observações no campo, percebemos que o movimento busca superar estes impasses, ou seja, tentando ser um grupo que se distancie das relações cristalizadas, hierarquizadas e burocráticas, entretanto, como qualquer outra atividade social, é marcada por contradições, avanços e recuos, dialeticamente vivenciados neste contexto histórico.

Considerando o caráter antagônico do espaço político, Prado (2005) aponta para a lógica da identidade como da diferença na construção psicossocial da identidade coletiva, definida por “um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia social...que dão formas e que criam o sentimento de pertencças grupais, compartilham crenças, valores societais” (p. 53) que são construídos por meio das negociações entre os grupos. Logo, as identidades coletivas são concebidas como processos psicossociais e políticos, que se engendram nas relações de (in)diferenciação entre os grupos, inseridos nas relações de poder.

Portanto, a partir das contribuições de Souza Santos (1995) e Prado (2005), consideramos a identidade coletiva como processos de identificação em curso, que se refazem nas relações intergrupais, permeadas pelas relações de poder, em movimentos de identificação pela semelhança e pela diferença, no compartilhamento e confronto de significados e valores que constituem o

sentimento de pertença grupal.

O Movimento Passe Livre foi oficialmente fundado em 2005 com base nos princípios da autonomia, independência e auto-gestão. Por meio das observações participantes e experiências vivenciadas no campo, pudemos perceber que estes princípios são, de fato, norteadores do grupo de Florianópolis. O grupo se esforça para que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, buscando proporcionar oportunidade para que todos possam opinar e participar, seja nas reuniões, na discussão *on line*, nas atividades ou nas ações coletivas.

As transformações nas formas de atuação e organização dos movimentos sociais incitaram mudanças teórico-metodológicas, refratadas e refletidas pela práxis dos sujeitos, que inauguram novos olhares sobre os movimentos sociais, que passam a ser denominados e compreendidos por novos movimentos sociais (Scherer-Warren, 1984)

O projeto em comum entre os participantes, a práxis, a ideologia e a forma da organização do movimento são elementos utilizados por Scherer-Warren (1984) para definir um movimento social. Conforme a autora, o projeto dos movimentos sociais, até a década de 70, buscava a transformação de toda uma ordem social, possibilitada por meio da práxis das classes dominadas que tomariam o poder dos modos de produção, tendo a luta das ideologias conflitantes entre dominantes X dominados enquanto pano de fundo destes movimentos, caracterizados por uma organização político-partidária. Por outro lado, nos novos movimentos sociais o projeto é vivenciado na práxis cotidiana, não esperando a transformação de toda uma sociedade para vivenciar o ideal democrático, mas sim contemplando as transformações, nas esferas individual e coletiva, no presente, no cotidiano, buscando novas formas de organização social, tais como a auto-gestão, grupos de trabalho e apartidarismo (Scherer-Warren, 1993).

Um exemplo de uma prática que objetiva estes princípios é a forma como que o grupo se articula para criar um panfleto (geralmente com imagem e texto) de uma atividade do movimento (Vide Anexo J). Um militante envia uma proposta inicial para a lista do grupo *on line* e todos vão acrescentando novas idéias, tanto no texto quanto nas imagens. Logo, há uma abertura para que todos se expressem e o material criado torna-se, de fato, uma criação coletiva. Outro exemplo, quando um militante está insatisfeito com algum acordo ou regra do

movimento, ele se manifesta na reunião e todos discutem e realizam as mudanças necessárias, às vezes por consenso, outras por votação. Não é necessário fazer grandes articulações e burocracias quando um militante quer implementar algo novo, realizar mudanças, excluir alguma regra, ou, simplesmente, se manifestar.

Nas ações coletivas em que estive presente, o megafone circulava livremente e todos podiam se manifestar, opinando sobre a organização, o destino e as ações da manifestação. Esta fluidez na relação entre o instrumento de expressão (megafone) do sujeito com ele próprio, possibilita que ele se torne e se aproprie de sua posição ativa na construção da ação coletiva, que por sua vez, o constitui inserido em um contexto que propicia que suas criações, concretizadas nas falas, músicas e gestos sejam compartilhados pelo grupo. A liderança encarnada em um sujeito singular é fortemente diluída nas mobilizações, pois todos podem propor estratégias, sugerir e opinar, sendo que estas são votadas em Assembléias no próprio asfalto, ou, literalmente, pela voz do coletivo, manifestada nos gritos, aplausos ou vaias. Este estilo de gestão participativa propicia que os atores se identifiquem com o coletivo e se mobilizam para ação, construindo movimentos sociais mais orgânicos e democráticos (Scherer-Warren, 2006a)

Foi interessante notar, a partir de uma vivência específica no campo, algumas diferenças entre as ações coletivas realizadas somente pelo Movimento Passe Livre e esta em que estive presente. Tratava-se de uma ação coletiva, de caráter Nacional, denominada “Dia Nacional das Lutas” (Vide Anexo L), construída por diversos movimentos, grupos, entidades, organizações e pessoas. Esta manifestação contou com 5 mil pessoas, número que colocou Florianópolis em segundo lugar no ranking brasileiro relacionado ao número de manifestantes. Ou seja, foi uma grande manifestação, bastante populosa e heterogênea, contando com os grupos dos Sem-Teto, Sem-Terra, desempregados, Passe Livre, professores, servidores, estudantes, partidos políticos, a-partidários, anti-partidários, GLBTS, hip-hop... Segue o registro em meu diário de campo sobre esta ação coletiva:

A cidade começava a parar, e eu, também parada no trânsito. Não imaginava que esta manifestação tomaria tamanha proporção. Surpreendi-me quando, ao atravessar o túnel em direção ao centro, me deparei com um congestionamento imenso permeado por buzinas, gritaria, aplausos, palavras de apoio e de repúdio aos manifestantes. A contradição estava posta: eu, pesquisadora do Movimento

Passe Livre, me locomovia para a manifestação de carro, e me encontrava impossibilitada de chegar até o agito, devido ao trânsito que a própria manifestação havia provocado. É estranho ir para uma manifestação de carro quando se luta pelo transporte gratuito e contra a individualização do mesmo. Bom, mas ali estava e tentava me aproximar. Até que, finalmente, consegui alcançar a manifestação a tempo de atravessar a ponte, fetiche das mobilizações em Florianópolis. A sensação foi, novamente, estranhamento: quantos movimentos sociais havia em Florianópolis e eu não conhecia! Quanta gente lutando por mudanças! E eram desde a luta pela reciclagem até a reforma da previdência! Foi fantástico ver esta mistura de grupos, sujeitos, culturas e lutas. A cena de um velhinho carregando um cajado, andando bem devargazinho, enrolado por uma bandeira do MST, contrastava com os três jovens do movimento punk que caminhavam ao lado dele transmitindo ar de juventude e modernidade. (Diário de Campo, maio, 2007)



Figura 7: Foto de Flora Lorena referente à manifestação do Dia Nacional das Lutas, realizada em Florianópolis em Maio de 2007.

Esta manifestação tinha outra estampa, a multiplicidade identitária dos

movimentos transmitia um ar de pós-modernidade, ou seja, um contexto marcado pela diversidade, heterogeneidade, fragmentação, contradições e miscigenação de valores, lutas e formas de expressão.

A compreensão do conceito de pós-moderno, conforme Harvey (1993), só pode ser tecida em relação à modernidade. O autor aponta que a partir da década de 70 o conceito de “pós-modernidade” vem sendo amplamente debatido em diversos âmbitos, como na ciência, arte e teologia. Caracteriza esta discussão como complexa e inserida em um cenário marcado por forças e opiniões conflitantes, entretanto, considera que há um ponto pacífico entre as diversas perspectivas, referindo-se às transformações culturais, subjetivas, políticas, artísticas, filosóficas e epistemológicas nas sociedades ocidentais, sendo discutível a natureza e profundidade dessas transformações.

Conforme Harvey (1993), a pós-modernidade não se caracteriza por tudo aquilo que a modernidade rejeitou, discordando da visão de que esta vem como uma redentora dos malefícios e fracassos produzidos por aquela. O autor defende a idéia de que a pós-modernidade se mistura com a própria modernidade, que só podemos pensar em uma relacionada com a outra. Discorda da visão de autores que defendem que a pós-modernidade se instaura na medida em que rejeita, completamente, todos os valores da modernidade.

A modernidade é, tradicionalmente, caracterizada pelas idéias do positivismo, individualismo, tecnocentrismo, racionalismo e por discursos ancorados em universalismos e metanarrativas. A pós-modernidade, por outro lado, é marcada por uma valorização dos sentimentos, significados, experiências, heterogeneidade, diversidade, e contra os discursos totalitários. Essa dicotomização é criticada por Harvey (1993), pois defende que nos encontramos em uma época onde há espaços e expressões para todos estes valores, conceitos, sentimentos e pensamentos. Defende que não se trata de uma ruptura radical contra a modernidade, mas que a pós-modernidade é criada pela própria modernidade, tornando-se uma continuidade e descontinuidade desta:

O pós-modernismo, por exemplo, representa uma ruptura radical com o modernismo ou é apenas uma revolta no interior deste último contra certa forma de “alto-modernismo”... Terá ele um potencial revolucionário em virtude de sua posição a todas as formas de metanarrativa e da sua estreita atenção a “outros mundos” e “outras vozes” que há muito estava silenciados (mulheres, gays,

negros, povos colonizados com sua própria história)? Ou não passa da comercialização e domesticação do modernismo e de uma redução de aspirações já prejudicadas deste a um ecletismo de mercado “vale tudo”, marcado pelo *Laissez-Faire*? Portanto, ele solapa a política neoconservadora ou se integra a ela? (Harvey, p.47, 1993).

Ao transpormos esta discussão sobre a pós-modernidade para os movimentos sociais, podemos pensar que a rejeição do projeto socialista, da revolução armada organizada por uma classe social, dos princípios políticos universalizantes e de uma forma de participação política configurada por conceitos rígidos advindos de uma concepção tradicional de política, possibilitou a abertura de novas significações e trajetórias no campo político. Houve abertura para novas formas de participação, expressão e contestação no âmbito da política, que também passa a ser redimensionada, não se restringindo às fronteiras da política institucional.

A pós-modernidade, conforme Harvey (1993), traz uma preocupação com relação à alteridade, aos outros mundos que não encontravam espaços de ser e existir na modernidade, já que esta presumia uma voz unificada, que falasse por todos os grupos, negros, colonizados, trabalhadores, mulheres, índios, e outras minorias:

A idéia de que todos os grupos têm o direito de falar sobre si mesmos, com sua própria voz, e de ter aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno...a abertura dada no pós-modernismo à compreensão da diferença e da alteridade, bem como o potencial liberatório que ele oferece a todo um conjunto de novos movimentos sociais (mulheres, gays, negros, ecologistas, autonomistas regionais etc. (Harvey, p. 52, 1993).

Estas múltiplas vozes chamaram atenção nesta mobilização, a diversidade e a fragmentação dos movimentos sociais, marcados por uma ampla heterogeneidade de estilos, pessoas, bandeiras e formas de expressão, remeteram-me ao conceito de contemporaneidade, ou seja, uma mistura de valores modernos e pós-modernos no âmbito da política.

Além disso, esta experiência no campo me remeteu ao conceito utilizado por Scherer-Warren (2006a) sobre a transversalidade dos movimentos sociais, pautada na concepção da indivisibilidade dos direitos humanos, que implica em um alargamento da concepção de direitos humanos. A autora enfatiza que na atualidade os movimentos sociais vêm se articulando em forma de redes, pois

lutam por “temas transversais, relacionados a várias faces da exclusão social, e a demanda de novos direitos” (p.117), conquistando maior visibilidade, força e resultados para suas lutas. Cita como exemplo o Fórum Social Mundial, que se caracteriza por uma rede de movimentos sociais que lutam por direitos da diferença, civis, sócio-econômicos, ecológicos e políticos, buscando a construção de um outro mundo, “formando redes de redes de movimentos, identidades plurais, radicalizando a democracia a partir dos níveis locais, regionais, nacionais até os transnacionais na direção de uma cidadania planetária”. (Scherer-Warren, 2006a, p.119)

Esta manifestação que trago para esta análise foi, predominantemente, liderada pelos movimentos sindicais e dos trabalhadores, que, em muitos momentos, monopolizavam os carros de som. O megafone não ficou marcado pela livre circulação, ao ponto de ocorrer conflitos para que algumas pessoas conseguissem subir no carro de som e se manifestar. No lugar das músicas marcadas por sátiras, que marcam o MPL, como por exemplo, “Dário almofadinha, esta tarifa é mais cara que a tainha!”, ouvia-se as velhas palavras de ordem do tradicional discurso da política: “Vamos tomar o poder, revolução já!” Ou ainda, “você que é explorado pelo seu patrão, junte-se a nós, venha construir sua consciência de classe!”. Ao invés da dança, da batucada, dos palhaços e das dramatizações, a multidão caminhava com as bandeiras dos movimentos, acompanhando três caminhões de som, em um clima quase que apático, onde a seriedade tomou lugar do clima festivo que eu vivenciava nas mobilizações do Movimento Passe Livre.

Durante esta manifestação fui sentindo um clima diferente das mobilizações do Movimento Passe Livre. Não se tratava de um clima festivo e alegre, na qual as pessoas, mesmo sem se conhecer, se unificam por meio das músicas, danças, sátiras ou dramatizações. Neste dia, parecia que as ordens coordenavam mais e a espontaneidade menos, que a hierarquia se fazia valer no lugar das assembléias de asfalto, que os gritos de guerra irônicos e criativos deram lugar às expressões rudes e ultrapassadas. Não se trata aqui de fazer julgamentos sobre qual forma de manifestação pública é mais adequada na política, até porque não acredito que há uma resposta única e estável para isso.

Na reunião do Movimento Passe Livre que aconteceu após esta

mobilização, que se destinou, dentre outras coisas, avaliar as ações do movimento na mobilização, os militantes significaram que a atuação do movimento não foi típica do Passe Livre, que não se sentiram à vontade para gritar, cantar e dramatizar como fazem de costume. Apontaram algumas causas como a heterogeneidade da mobilização, marcada por diferentes grupos e forma de atuação dos mesmos, a monopolização dos megafones por alguns movimentos, a diferença dos discursos e gritos de guerra entre os movimentos, entre outras.

O meu sentimento marcado pela ausência das características típicas do Movimento Passe Livre, de animação, espontaneidade, criatividade, mediações artísticas, tornando a manifestação quase que uma festa para se manifestar, também foi compartilhada por alguns militantes do grupo que diziam na reunião “eu não me senti no Passe Livre”, “eu não vi o Passe Livre na mobilização”.

A participação nesta mobilização trouxe novos conhecimentos e sentimentos a respeito do Passe Livre, pois, foi a partir da diferenciação dos outros movimentos que pude me apropriar daquilo que constitui este movimento, tanto pela identificação quanto pela diferenciação de características que faz o Movimento Passe Livre ser “isso” e não ser “aquilo”. Esta prática no campo me possibilitou experienciar e compreender as diferenças que marcam as múltiplas formas de se manifestar politicamente, teorizado por alguns autores como as diferenças dos tradicionais e dos novos movimentos sociais.

A discussão sobre o conceito de identidade na Psicologia Social vem colaborar com as observações realizadas nesta manifestação. O conceito da identidade social de Tajfel (1984) é considerado de suma importância na construção de uma psicologia social menos individualista, contudo, de acordo com Prado (2002), não é suficiente para explicar a construção da mobilização social. Conforme o autor, para que ocorra a emergência de uma ação coletiva, é necessário que o grupo construa uma identidade política, que transcende o conceito de identidade social. Além de considerar o sentimento de pertença e o compartilhamento de valores no interior do grupo, a identidade política é constituída, fundamentalmente, pela instauração de um antagonismo entre NÓS e ELES, sendo considerada:

um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada por um NÓS que está

sendo impedido por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto uma relação antagônica (Prado, 2002, p.60).

Podemos analisar que o NÓS do Movimento Passe Livre é construído pelo compartilhamento de um estilo de militância, pelas relações sócio-afetivas, pelas práticas cotidianas concretizadas nas diversas atividades do movimento, pela construção coletiva de projetos futuros, e também, pela delimitação da fronteira do ELES, identificando-se e diferenciando-se de outros movimentos sociais, marcando o antagonismo constitutivo da identidade política. Sendo que nesta manifestação, o antagonismo da identidade política entre NÓS e ELES ficou bastante evidente.

Este estilo de militância no Passe Livre foi significado como um grande atraiante para a participação política por todos/as entrevistados/as. Ao perguntarmos nas entrevistas "por quê o Movimento Passe Livre", todos sujeitos apontaram suas significações em torno da questão de uma "nova militância", diferente de partidos (Bianca e Jucenir), ou de movimentos sociais atrelados a partidos políticos (Antônio).

O militante Antônio significa este modo de participação política como o principal motivador para estar no Movimento Passe Livre, elegendo, prioritariamente, mais a forma de vivenciar a militância, do que o conteúdo das reivindicações:

A forma do Movimento Passe Livre foi o que em grande parte me atraiu a participar, porque eu não me atrairia em participar na luta do transporte que tivessem manifestações de rua mas que fosse, por exemplo, ligada ao partido X(...) só existia aquela forma de organização de esquerda tradicional, aquela coisa bem quadrada, então eu vi uma possibilidade muito interessante, eu vi essa cultura, pô, toda manifestação que a gente fazia tinha muita gente diferente que achava muito legal o que a gente tava fazendo, então isso foi o que me motivou mais, tá na rua, tá dialogando com as pessoas, e tá mostrando outra forma de se organizar, e que essa forma de se organizar é muito efetiva também, o sucesso que a gente teve foi muito legal assim, isso foi o que mais me motivou pra participar do Movimento Passe Livre. (Antônio)

Portanto, para Antônio, o estilo da militância que marca a identidade política do Movimento Passe Livre, o faz escolher pelo NÓS e rejeitar outros estilos que constituem o ELES, demarcando a fronteira daquilo que se identifica e se diferencia, sustentando sua participação política por meio destes processos

antagônicos de (des)identificações intergrupais.

Jucenir conta que se identificou com a forma de militância no Movimento Passe Livre, por ser um canal de participação política diferente dos partidos políticos, pois este movimento se tornou uma nova forma de organização política onde o sujeito pode se expressar politicamente:

O partido político também nunca me atraiu. Então eu fiquei com um viés meio hippie-anarquista-marxista... então a tendência é o jovem, não só o jovem, o adulto também, de não querer participar de partido político, desse tipo de política(...) eu abri mão do meu voto há muito tempo, é uma coisa complicada, essa falta de canais que você possa se manifestar politicamente. É um canal que eu nunca senti... a forma de organização do movimento, e os princípios do movimento, é o que me levaram entrar. Então, quando o passe livre se propôs ir pra rua, ir pra prática, discutir o público, a questão do transporte público, pô, foi fantástico! Eu vejo que o passe livre é muito uma iniciação na organização política destes jovens. Eu tenho já gerações que participaram do passe livre, porque dou aula no Ensino Médio, alguns que entraram no Passe Livre, agora estão na direção do DCE, ocupando a reitoria. (Jucenir)

O NÓS é mantido por Jucenir pela organização, princípios e o projeto reivindicativo do movimento, que o fez se identificar e escolher este canal de participação política, rejeitando um ELES, neste caso, o partido político, configurando o antagonismo da participação política no Movimento Passe Livre.

A militante Bianca construiu sentidos em torno das diversas formas de militância a partir de suas experiências políticas, em especial, a militância no Partido dos Trabalhadores. Os sentidos construídos por Bianca apontam para um esgotamento pela forma de participação em partidos, assim como uma busca por outras formas de militância:

Então, como eu militava no partido, acho que aprendi que a burocracia precisa tá atrás da política, precisa de uma política que guie a burocracia, acho que a burocracia é só um instrumento para efetivar algumas coisas e acho que o partido não mostra isso, o partido busca a burocracia pra esconder, pra dificultar, pra dizer que não dá(...) então acho que com o movimento eu aprendi a olhar de uma forma diferente do partido, sabendo da necessidade dele, mas sabendo da incapacidade dele hoje(...) ali no movimento é tudo muito próximo, não tem uma instância lá não sei aonde, em Brasília...você consegue ver o resultado muito perto(...) é uma coisa que eu consigo enxergar o meu trabalho, e dentro do partido não conseguia enxergar(...) você vai lá, vai lálálá (...) é só mão de obra, só que você não tem acesso sabe, é muita instancia(...) então acho que isso de ver o resultado, daquelas coisas que você tá fazendo, e assim, me formar politicamente, ter a condição de intervir nos lugares, cada vez mais consciente, fazendo uma discussão cada vez mais elevada do transporte, do que significa

pras pessoas, acho que isso assim, é uma militância inigualável. (Bianca)

A burocracia e a hierarquia, vivenciadas no partido, são significadas como desmotivadoras da militância para Bianca. Para esta militante, o Passe Livre propiciou uma nova forma de militar que transcende as dificuldades encontradas no partido, sendo que a principal delas refere-se à proximidade de si com suas atividades, com os outros e com os resultados de suas práticas.

O fato de não haver barreiras burocráticas ou institucionais, possibilita que Bianca se insira no movimento de subjetivação-objetivação por meio desta militância, de forma que se reconhece em suas objetivações, se refazendo em movimentos constantes de relações dialéticas com seus companheiros e suas objetivações. Essa forma de militância é significada como possibilitadora da apropriação de seu lugar ativo na história do movimento, propiciando que ela consiga vislumbrar sua condição de autora em sua história singular e coletiva, na medida em que se reconhece no movimento social por meio de suas práticas, assim como, que estas são constituídas do movimento, sentindo-se autora das processualidades do movimento e de si mesma.

Podemos pensar, de acordo com Guiddens (1992), que este estilo de militância que marca o Movimento Passe Livre, propicia relações mais democráticas no campo da intimidade, ou seja, entre os sujeitos que constroem este movimento. Conforme o autor, só podemos pensar em relações democráticas na sociedade, se construirmos estes tipos de relações na esfera privada, ou seja, entre os pares, amigos, familiares e outros. Portanto, a partir de uma forma de militância mais horizontal e participativa entre os sujeitos, é possível construir uma rede social pautada em relações mais igualitárias, participando ativamente na construção de relações democráticas nas esferas mais amplas da sociedade.

De forma semelhante aos sentidos produzidos por Bianca, Flora também aponta para uma vontade de mudar as coisas, assim como de sentir que se pode conseguir realizar mudanças concretas por meio da participação em movimentos sociais. Ao ser indagada sobre a importância, para sua existência, de participar em um movimento social, Flora diz:

Pra mim toda importância, por várias coisas, porque eu vejo que os movimentos

sociais eles têm isso mais claro e mais construído, e daí, a pessoa quando entra, ela vai entendendo... Tipo o MST tem o ideal da Reforma Agrária, quando a pessoa entra é que ela vai descobrindo essas coisas. Eu acho que é um jeito de fomentar, e também, principalmente, de não ficar só no ideal e de conseguir coisas efetivas, de conseguir mudanças, de conseguir que as pessoas sejam respeitadas, de que as pessoas não paguem uma tarifa tão grande... Se for só pra ficar discutindo, a Universidade serve, eu acho que uma coisa muito importante é de conseguir mudanças reais, que pela via institucional de eleições, se não tivesse os movimentos sociais, não aconteceria. É uma forma da sociedade pressionar para que façam alguma coisa. (Flora)

A posição ativa do sujeito na história é enaltecida tanto por Vygotsky (1991, 1992) quanto por Sartre (1987). O primeiro autor defende a idéia de que o sujeito se encontra em uma posição de autor em sua história, pois suas trajetórias dependerão das significações que ele atribuirá para suas experiências, que são constituídas por condições sociais e históricas. O segundo autor afirma que “o homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele não se reconheça jamais nessa objetivação” (p.178), destacando que o que importa não é o que as pessoas e os fatos fizeram do sujeito, mas sim, aquilo que ele faz com o que fizeram com ele.

A condição de ator do sujeito é, freqüentemente, apropriada pelas pessoas, ou seja, se dão conta de que pensam ou sentem determinadas coisas devido aos acontecimentos, fatos e pessoas que marcaram suas vidas. Contudo, às vezes torna-se difícil o sujeito se apropriar de sua condição de autor em sua história singular e, principalmente, de sua história coletiva, ainda mais em tempos onde o individualismo marca de forma proeminente o cotidiano das pessoas, provocando, muitas vezes, um descrédito nas formas coletivas de estar, sentir, agir e viver.

A partir das falas destes militantes, podemos pensar que a participação no Movimento Passe Livre possibilita que eles se apropriem desta condição de autor de suas histórias singulares (já que eles têm o espaço para opinar, agir, manifestar no movimento), e, além disso, na história coletiva, neste caso, mais especificamente na história da luta pelo transporte gratuito em Florianópolis, pois se dão conta de que eles têm o poder de alterar o cotidiano da cidade, parar o trânsito, fechar a ponte e as ruas, cercar a prefeitura para exigir a votação do projeto de lei, baixar a tarifa de ônibus, conquistar direitos, participar das tomadas de decisão juntamente ao Governo, entre outras.

Jucenir significa a participação no Movimento Passe Livre como uma forma da juventude transcender as barreiras dos valores individualistas que, em muitos momentos, isolam e afastam as pessoas de atividades coletivas:

o capitalismo foi adotando a partir da década de 70, este grande avanço das tecnologias, o fim do bloco socialista, esta coisa da hegemonia, do discurso único e tal, começou a gerar uma juventude muito individualista, muito self, e portanto, alienada. Porque você só tem a dimensão do social no social! (risos)(...) Eu não sou contra as tecnologias, mas as tecnologias dentro do capitalismo é terrível. Então vai ocasionando um isolamento terrível, um espaçamento social, da família, não vou fazer um discurso conservador da família burguesa(...) mas de qualquer modo nós estamos numa fase que as famílias estão meio desarticuladas. Tem um lado legal, tem alunos meus que têm dois pais, duas mães, vão casando, casando, casando, no fim o cara tem um monte de irmãos, pode ser até que venha uma coisa legal. Mas de uma forma geral os caras não tem mais muita coisa em casa, então é shopping, é clube, condomínios fechados, dentro do automóvel, né? Por isso que eu acho legal a idéia do transporte coletivo. (Jucenir)

A fala de Jucenir traz um sentido da luta do Movimento Passe Livre que transcende as barreiras da tarifa zero nos transportes públicos, significando a importância da luta por buscar algo coletivo, ou seja, uma forma de estar junto com o outro, objetivada no transporte coletivo. A tarifa zero passa a ser significada como uma alternativa aos modos individualistas de (não) estar junto com o outro na contemporaneidade, possibilitando uma maior convivência com as pessoas, rompendo as impessoalidades do sistema capitalista, saciando, para Jucenir, o "sentimento de estar junto", deslocando-se do isolamento social (Maffesoli, 1995). Portanto, para Jucenir, a luta do movimento refere-se tanto a uma forma concreta quanto subjetiva de circular no mundo de forma coletiva. Ele se interessou tanto por esta forma de se deslocar inserido em um coletivo, que se apropriou disso em seu cotidiano: após um problema de saúde teve que ficar alguns meses sem andar de carro. Neste tempo, já militava no Movimento Passe Livre, resolveu vender seu automóvel e, atualmente, só circula de ônibus.

Ao refletir sobre as formas de vida e de reconhecimento do sujeito no “projeto sócio-cultural da modernidade”, Trigo (2007) traz à tona as contradições que marcavam este momento histórico: se por um lado ocorriam avanços tecnológicos, inovações nas formas de comunicação e informação, por outro, aumentavam as desigualdades sociais e, cada vez mais, se intensificava os

grupos de pessoas que ficavam excluídas da maior parte dos benefícios neste processo paradoxal do capitalismo e da globalização.

Com relação à forma de se conceber o sujeito, mantinha-se a dicotomia da racionalidade/afetividade, sendo a primeira compreendida como propulsora de desenvolvimento e a segunda, percebida por uma perspectiva idealista, era vista como algo negativo e que tinha de ser controlada, pois atrapalhava o desenvolvimento do ser individual, racional e objetivo. Como afirma Trigo (2007),

o mundo moderno possibilitou um processo de emancipação individual que derivou ao individualismo e deu origem a novos despotismos. Essas possibilidades se fundamentam em novas condições de vida que se realizam distanciando os sujeitos em relação a assumir posições em questões coletivas de interesse social, mas que dão elementos para implementar suas próprias vidas, e, nesse sentido, assumir suas próprias decisões. Traspassa-se a idéia de que tudo é conseguido por méritos próprios e nada se deve a ninguém, o que leva a diluir os contatos e as referências coletivas e sociais. (p.28)

Portanto, o estilo da participação política no Movimento Passe Livre foi significado como um atrativo para esta militância, já que permite a inserção e expressão de todos militantes, possibilitando que estes se sintam autores da história do movimento e de si mesmo. Além disso, também foi significado como um lugar mediador da construção de uma postura mais “coletivista” do que individualista, possibilitando o sujeito transcender o “mito da emancipação individual”, se interessar pelas questões coletivas (afetando sua base afetivo-volitiva), engajando-se politicamente neste movimento social.

Ao mesmo tempo em que os sujeitos significam os princípios do Movimento Passe Livre como incentivadores da militância, possibilitadores de uma nova forma de participação política, na qual todos os militantes podem se expressar, e o próprio movimento buscar autonomia em relação a partidos, ou outras organizações, os militantes também apontam para movimentos contraditórios em relação aos princípios na práxis cotidiana:

O Movimento Passe Livre se configura como uma nova forma de organização da juventude, mas tem muuuuita coisa que é difícil de você fazer, justamente por causa desses princípios que a gente coloca a frente(...) ele se configura como uma organização independente e que muitas vezes é dependente, muitas vezes acaba rolando uma dependência implícita(...) a gente faz alianças estratégicas, táticas com vários setores da esquerda, quem quiser fazer, vem e faça, vamos discutir a política aqui, quem não tiver de acordo, vocês com a nossa, a nossa com a de vocês, sem atrelar nada, sabe, acho que essas coisas você só entende

vivendo ali, por isso que eu acho que é uma nova força, uma nova configuração que tem servido de referência para outros movimentos. (Bianca)

Esse caráter de autonomia, o afastamento da política político-partidária(...) uma estrutura falida, que a gente tem que se organizar apesar dela, e até contra ela...a gente tem que ser um movimento autônomo, tentar preservar autonomia, apesar disso gerar muitas discussões do que é autonomia, até onde é autônomo nesse sistema? Porque a gente não conversa com o deputado pra discutir o projeto de lei? Porque a gente pede dinheiro pra secretaria do partido lá? Eu não tenho uma opinião formada sobre isso, e acho que isso faz parte do próprio movimento, então a gente discute, tipo, nesse ponto acho que fere autonomia, porque que fere autonomia? Qual o problema? A horizontalidade, acho que são os princípios que me atraem muito, as formas que esse movimento se faz. (Antônio)

Ao considerar que os novos movimentos sociais são constituídos como antíteses dos antigos movimentos sociais, em termos subjetivos, políticos, econômicos e culturais, Maheirie (1997) aponta para as contradições existentes nestes processos de sínteses, compreendidas e vivenciadas por processos dinâmicos e inacabados, constantemente se (re)fazendo nas práticas sociais no cotidiano dos sujeitos, constituindo o contexto, a história singular e coletiva dos mesmos.

Na própria interioridade dos movimentos sociais, comumente, encontramos contradições, já que herdamos do passado formas tradicionais de fazer política, marcadas por relações mais autoritárias, clientelistas e paternalistas (Maheirie, 2003a).

Podemos depreender, a partir das observações participantes e dos discursos dos militantes, que a participação no Movimento Passe Livre possibilita uma nova forma de se fazer política, onde o sujeito, permeado por estas relações e práticas sociais, se lança em novos movimentos de criação de si mesmo, apropriando-se de sua condição ativa em sua história singular, do próprio movimento e do contexto em que está inserido. Também há de se ressaltar os movimentos contraditórios e dialéticos deste movimento social, que busca se aproximar de princípios e práticas que estampem uma nova forma de se organizar politicamente, avançando e retrocedendo em suas trajetórias de lutas.

4.4 Relações ético-estéticas e participação política

Atualmente o conceito de estética, examinado para além das questões artísticas, vem sendo amplamente debatido no universo acadêmico. Em uma perspectiva mais sociológica, Maffesoli (1995) analisa um novo estilo que vem marcando as sociedades contemporâneas, denominado de estilo estético. O debate em torno do conceito de estética é aprofundado por Sánchez Vázquez (1999), transcendendo as fronteiras do artístico, levando a estética para o trabalho, a rua, o lar, e a vida cotidiana. As relações estéticas e os processos de criação são discutidos por Maheirie(2006) e Zanella(2006), trazendo à tona os processos psicossociais constituintes da atividade criadora e dos sujeitos. Por fim, citaremos Sawaia(2006), que leva a estética para o campo da política, ressaltando que nesta dimensão, só podemos pensar em relações estéticas aliadas a uma ética comunitária, ou seja, que reconhece a alteridade marcada pela diversidade, superando os processos de exclusão e discriminação.

O conceito de estética é remetido por Sanchez Vázquez (1999) ao significado original de sensível (*aisthesis*), referindo-se a “um modo específico de apropriação da realidade, vinculado a outros modos de apropriação humana do mundo e com as condições históricas, sociais e culturais em que ocorre” (p.47). Logo, trata-se de uma forma peculiar de relação, entre o sujeito e um objeto, que se distancia da lógica racional, tradicional e utilitária para a inauguração de uma outra forma de se relacionar, que se aproxima da dimensão do sensível, “ao superar a unilateralidade funcional do objeto” (p. XVI), marcada, inexoravelmente, pelas relações sociais em um contexto histórico.

Para que ocorra uma relação estética, o objeto tem que se revelar para o sujeito de forma estética, ou seja, é preciso que ele afete sensivelmente este sujeito que, de alguma forma, se envolve esteticamente com o objeto. Conforme Vázquez (1999), este objeto pode ser de qualquer natureza, já que há o “estético na natureza, na arte, na técnica, na indústria, na vida pública ou privada, nos centros de trabalho ou de entretenimento, no lar ou na rua” (p.XIV), pois não se trata de um objeto em si, mas sim da relação que o sujeito estabelece com ele em um contexto histórico-cultural específico. A relação estética acontece de forma única, pois é constituída por meio de suas experiências singulares e, também, de

forma coletiva, já que tanto o objeto, quanto o sujeito se fazem por relações sociais e históricas.

Podemos articular este conceito de estética com o processo de apropriação em Vygotsky, compreendendo que há uma forma de apropriação dos significados, das relações e do mundo de forma estética, ou seja, uma apropriação que, além de perpassar pela sensibilidade do sujeito, traz rupturas com os significados cristalizados, criando novos sentidos que, dialeticamente, possibilitará novas formas do sujeito se constituir.

Em linhas gerais, podemos compreender que as relações estéticas se caracterizam por novos olhares frente ao mundo, à alteridade, ou a algum fenômeno específico. Um novo olhar provocado por um estranhamento, por uma ruptura de uma concepção hegemônica e cristalizada que, contemporaneamente, está ancorada nos valores do individualismo, produtivismo, racionalismo, e na lógica prático-utilitária. Estes valores, comumente relacionados à modernidade, são apropriados pelos sujeitos que, muitas vezes, se constituem voltados para si mesmos, valorizando apenas aquilo que lhes trará benefício imediato, não reconhecendo a alteridade, não se importando com os problemas coletivos, tornando a si mesmo e seu contexto-histórico cada vez mais egocêntrico e intolerantes em relação aqueles que, de alguma forma, se encontram em processos de exclusão de direitos em diferentes esferas da vida. Ou seja, são formas de apropriação dos significados que não se aproximam de uma posição que seja ético-estética frente ao mundo, constituindo sujeitos que, dificilmente, terão motivações para se engajarem em algum tipo de luta ou projeto coletivo. Nestes casos, “o exercício político se transforma em buscas de estéticas existenciais particularistas, que sustentam o ‘eu narcísico’ e a intimidade transborda, afogando o público, esvaziando o sujeito político” (Sawaia, 1999, p.23).

Por outras formas de apropriação, há sujeitos que, mesmo permeado por este contexto ideológico, se direcionam para os interesses sociais e coletivos, e os reconhecem como importantes para todo o contexto e para si mesmo. Construindo novas formas de se relacionar com a alteridade e com o mundo, criam novos sentidos de sua própria existência.

Podemos pensar que estas múltiplas formas de se relacionar com o mundo,

que transcende a lógica prático-utilitária do capitalismo, que caminha para uma lógica aberta à sensibilidade, ao reconhecimento do outro, a valorização do outro como alguém em mim mesmo, possibilita a luta para que este outro tenha as mesmas possibilidades subjetivas e objetivas de existência. Com isso queremos levar a discussão da estética para o campo da política e, mais especificamente, para a inteligibilidade do engajamento em práticas políticas.

Sendo assim, o sofrimento alheio, seja de um grupo, uma comunidade, ou um segmento da sociedade, é sentido esteticamente por um sujeito que, sensibilizado por esta condição, se insere em participações políticas em prol de alguma demanda coletiva que passa a ser apropriada pelo sujeito, tornado-a singular. O compromisso ético nestes casos, conforme Sawaia (1999), não se faz por obrigação ou persuasão, mas sim por uma motivação, necessidade e desejo do sujeito, que ao reconhecer e lutar por um outro, reconhece a si mesmo.

Ao realizar uma crítica à modernidade, Sennet (1988) aponta para o enaltecimento do individualismo, da singularidade e da subjetividade que, segundo o autor, tornam os sujeitos desinteressados pela vida pública, pois o que é valorizado está na intimidade de cada um, e não na esfera coletiva. A ideologia da intimidade, assim chamada por Sennet (1988), transforma categorias políticas em psicológicas, dificultando as transformações no âmbito coletivo já que o sujeito se submete e se aprisiona em sua vida particular.

A exaltação do singular também é assinalada por Sawaia (1999), apontando para a estetização da existência de forma perversa, já que a afetividade passa a ser uma dimensão privilegiada do/pelo sujeito somente na dimensão do individual particular. Assim, a autora aponta para o paradoxo da estetização da existência, que pode se dirigir tanto para uma estetização intimista e individualista, como para uma estetização comunitária. No primeiro caso, encontramos os sujeitos embebidos em sua singularidade, na qual a subjetividade se torna tirana do sujeito que esvazia o espaço social e político. No segundo caso, a estetização pode se revelar como transformadora do espaço público, já que se pauta em uma ética comunitária não excludente, que significa:

ter sensibilidade para ouvir os gritos de sofrimento de cada um e a vivência do mal que existe na sociedade, advindos da situação de ser tratado como inferior, apêndice inútil da sociedade e visa potencializar os sujeitos para lutar contra essa ordem social excludente, em favor de todos (Sawaia, 2006, p.24).

A partir das falas de alguns militantes, compreendemos que estes podem estar se colocando em uma posição ético-estética em relação às necessidades de um outro, na medida em que foram se sensibilizando pela demanda do transporte público, ao mesmo tempo em que se inseriam nas lutas pela passagem gratuita. Podemos pensar que, por meio da militância, eles foram transcendendo a visão hegemônica, prática-utilitária de transporte coletivo (que reduz a passagem gratuita, simplesmente, ao acesso do transporte ou ainda, que o transporte tem que ser pago pelo cidadão, não sendo esta uma responsabilidade do Estado) construindo um olhar para além das tarifas propriamente ditas. A partir da leitura de Maheirie (2006) sobre relações estéticas, transpondo para este caso específico, podemos nos perguntar: estes sujeitos desconstruíram os sentidos habituais em torno da tarifa de ônibus, descontextualizando-os e recontextualizando-os em outros níveis de complexidade, a partir de uma experiência estética?

Por ora, apenas podemos afirmar que, para eles, a luta não se reduz à simples gratuidade no transporte coletivo, mas se amplia para o acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, cultura e lazer, que, muitas vezes não são usufruídos, pelos altos preços das passagens. Logo, não se trata apenas de conseguir passe livre para estudantes, mas sim de superar os processos de inclusão/exclusão que as camadas populares vivenciam em seu cotidiano, tendo o transporte coletivo como pano de fundo da obstrução da passagem das pessoas em determinados lugares da cidade. Ou seja, a tarifa de ônibus passa a ser vista de forma estética, transcendendo o significado de “passagem de ônibus”, para (im) possibilitadora da circulação social e subjetiva das pessoas, alcançando o debate da dialética exclusão/inclusão.²⁸

Alguns militantes contaram os processos que vivenciaram, mediados pela participação no movimento, que fizeram olhar a passagem de ônibus sob outra perspectiva, diferente da visão que tinha antes da inserção no movimento:

No começo eu não entendia nada dessa luta do transporte, quando eu cheguei eu tinha bem o senso comum, que a gente paga o transporte duas vezes, no

²⁸ A dialética exclusão/inclusão é concebida conforme o pensamento de Sawaia (1999), ou seja, todos são incluídos no discurso dos direitos no sistema capitalista, mas somente alguns é que têm possibilidades de acesso, isto é, o sistema inclui e exclui o sujeito.

imposto e na hora de usar, e essa é a visão das pessoas, acham que elas têm que pagar o ônibus, aquele negócio cidadão do bem, paga tudo direitinho, tão acostumados a pagar pelo transporte, acham que é normal... mas não é bem assim, isso teria que ser uma obrigação da administração pública, cobrar mais impostos dos mais ricos, porque não é justo, o grande beneficiário são os empregadores, o trabalhador gasta maior grana pra sair, trabalhar, o estudante as vezes deixa de estudar porque tem que pagar muito caro a passagem...e tem gente que ainda diz: 'já pagam a metade e ainda tão reclamando!'. Então, pelo Passe Livre é que eu fui conhecendo, me inserindo no debate e vendo com outros olhos essa questão da tarifa, não é tarifa zero, sem custo, é uma questão de vontade política pra permitir que os menos desfavorecidos possam usufruir dos seus direitos básicos. (Tiago)

A partir da minha experiência de inserção no movimento, enquanto pesquisadora, também fui me apropriando das demandas do Movimento Passe Livre na medida em que fui me inserindo no grupo, nas atividades e nos debates sobre o transporte coletivo. Penso que também fui me sensibilizando pela causa na medida em que fui me aproximando do movimento, pois até então, minha postura frente ao passe livre era, de certa forma, hegemônica, pois a passagem de ônibus se reduzia apenas ao acesso do transporte coletivo. Acredito que o meu olhar foi se transformando na medida em que me aproximava do movimento, pois foram processos de ruptura dos sentidos presentes até então: “passagem gratuita é para não pagar ônibus” - para uma ampliação do sentido de como o transporte é imprescindível para as pessoas poderem circular pela cidade em seu cotidiano.

Ao falar sobre sua motivação de militar no Movimento Passe Livre, Antônio nos mostra que, dentre outros motivos, houve uma sensibilização por um outro que mora na periferia e é excluído da área central devido à falta de transporte público:

o passe livre despontou, deu liga, porque o transporte é muito precário, ônibus sucateados, um lixo, poucas linhas, muito caro, a cidade só tem transporte horizontalmente, não tem na vertical, é um absurdo, é bem condizente com a lógica de Brasília, o centro ali, o serviço público, e as periferias bem afastadas, a exclusão social total, o trabalhador que construiu Brasília foi jogado pra periferia e leva 3 horas pra chegar no centro da cidade, só pra trabalhar e voltar, pois não tem ônibus a noite, depois das dez da noite não tem mais ônibus...é uma demanda muito presente. Se eu que sou de classe favorecida, morava no plano piloto e podia, sei lá, ligar pra minha mãe me levar numa festa, apesar de eu não gostar de fazer isso, e nem ela, aí não tinha como sair. Quem dirá o pessoal da periferia? Não sai de casa simplesmente porque não tem transporte. (Antônio)

Podemos compreender que Antônio se engajou no Movimento Passe Livre

por sentir que a melhoria nos transportes de Brasília é uma demanda presente para ele e, também, para a população da periferia, reconhecendo essa alteridade, pautada em uma ética, já que se sensibiliza com as dificuldades da mesma em relação ao acesso na cidade, inserindo-se no Movimento Passe Livre na busca de melhorias para si e para o outro.

A motivação de Tiago para a luta no Movimento Passe Livre também perpassa pelo reconhecimento da necessidade do outro, posicionando-se de forma ético-estética em relação ao direito de ir e vir das pessoas, denunciando, também, aqueles que não reconhecem a demanda do outro como a sua própria:

No momento o que eu tô buscando nessa luta é o direito de ir e vir das pessoas, que hoje tá controlado, elitizado, limitam os lugares onde a população carente pode ir... Porque quase não tem ônibus do centro para Jurerê Internacional? Apenas nos horários do início da manhã, no almoço e fim da tarde, é só pra ir trabalhar. O povão não pode pegar praia lá simplesmente porque o sistema de transporte não permite, a tarifa é excludente sim, então temos que quebrar essa barreira de muro invisível, entre aspas né, que é a catraca que tem na sociedade, é uma seleção econômica... quando a gente foi fazer um catracaço aqui na UFSC, pra ir pro centro fazer manifestação, a gente entrou no ônibus... o motorista desembarcou, ligou pra bombeiro, pra polícia, pra um monte de gente, aí a gente, não vou saí, não vou saí, aí a gente ficou. E o pessoal ali né, que tava indo trabalhar, indo embora, esperando, e parado por causa dos estudantes, e aí o cara falou assim: 'pô, tenho que ir embora, não tenho nada haver com isso', pô, aí fiquei muito puto cara, falei meu, o que tu tá fazendo aqui dentro, como tu não tem nada haver com isso? Pega ônibus todos os dias, tamo aqui lutando pra abaixar a tarifa, e você faz que não tem nada haver com isso? Aí é essa separação, a galera acha que é só dos estudantes... essa luta é também contra o individualismo né? A solução é, vou fazer um consórcio, vou comprar um carro, e daí o problema vai acabar né, não vou depender do ônibus, só que não vai melhorar, só vai piorar, vai colocar mais um carro no transito, piorando o transito, aumentando a poluição. (Tiago)

A questão do transporte também foi sensibilizando Flora na medida em que foi militando no Movimento Passe Livre, onde criou um novo sentido acerca da passagem gratuita, que transcendia a uma visão tradicional e hegemônica sobre o transporte coletivo:

Conforme eu fui conhecendo o tema, todas as questões envolvidas no transporte público, também porque aqui em Florianópolis é muito ruim mesmo, vai tocando a gente... Às vezes a gente ouvia os relatos das pessoas, quando a gente parava no centro, vinha uma mãe e 'ah, cadê o passe livre do meu filho, eu vim pegar o passe'...Aí tu vê que é uma coisa que mexe com a vida das pessoas, e isso foi

me pegando. (Flora)

A afetividade, conforme Sawaia (2006), está intrinsecamente relacionada com a estetização ética da existência, afirmando que não se pode pensar em “autonomia e emancipação social” sem a idéia da afetividade. A autora utiliza a teoria do filósofo Espinoza, que enaltece a importância da afetividade para se compreender a base de um sistema ético-político em uma determinada sociedade.

A afetividade é a possibilidade de afetar e ser afetado²⁹, ou seja, podemos pensar que se trata de algo que afete o sujeito esteticamente por meio de seus afetos. O sujeito é concebido por Espinoza como um grau de potência em expansão, que será construída por meio dos encontros intersubjetivos e das experiências vivenciadas com os outros. Ou seja, não se trata de uma potência natural, pré-determinada, ao contrário, é uma força de expansão que o sujeito constrói a partir de suas relações sociais, sendo o afeto o principal mediador na constituição desta potência de ação.

Alguns encontros possibilitam o aumento desta potência de ação (alegria), mobilizando o sujeito para práticas, outros deprimem o sujeito (medo), tornando-o prisioneiro da apatia e da inércia, mantendo-se submetido ao sofrimento. Portanto, os sentimentos de “estar alegre” ou “estar triste” não se restringem ao âmbito individual, estão inexoravelmente relacionados com a expansão ou diminuição da potência de ação em função das relações com os outros, logo, mediando a constituição do contexto ético-político (Sawaia, 2006). Dessa forma, a autora relaciona os afetos e a ética, possibilitando a construção de uma psicologia voltada para questões políticas, tendo a afetividade, a partir do encontro com o outro, como o cerne na criação da potência de ação, destinada a transformações sociais, políticas e subjetivas:

é o afeto que promove a passagem da heteronomia passiva à autonomia corporal e intelectual (...) o que levou Espinoza a afirmar que a ética não vem de fora. É impulsionada pelos afetos que o homem decide se algo é bom e pode determinar se ação deve ou não ser evitada. Não há ética, tampouco transformação social,

²⁹ O termo “afetar” é concebido conforme a concepção de Espinoza, isto é, “(...) a capacidade do ser humano afetar e ser afetado, ao mesmo tempo em que é o resultado corpóreo e mental dessas afecções, ao que ele denomina *affetio* (afeto)” (Sawaia, 2006, p. 86). Logo, o movimento de afetar e ser afetado está relacionado com as dimensões subjetivas e objetivas do sujeito.

independente dos afetos (Sawaia, 2006, p. 87).

O exercício político, de acordo com Sawaia (2006), pauta-se em relações estéticas ancoradas em uma ética, no qual a coletividade pode se revelar pelos “bons encontros”, “onde os indivíduos tornam-se causa de seus afetos e senhores de suas percepções, sem abdicar da universalidade, sem se satisfazer com os afetos instituídos na exclusão do outro e sem pôr nos outros o sentido da própria potência” (p. 25), tornando os “bons encontros” mediadores do aumento da potência de ação.

No segundo encontro com a militante Flora, em que utilizamos suas fotografias do Movimento Passe Livre para mediar nossa conversa, perguntamos se ela se recordava de alguma cena, vivenciada por meio desta militância, que a afetou significativamente. A militante, então, remete a um momento específico que vivenciou com/no coletivo, que foi marcado por uma diversidade de sentimentos e que, apesar dos momentos de tensão, ainda sim foi significado por um clima festivo, de alegria:

E também as manifestações em geral do passe livre, também foi muito bom quando a gente ficou muito tempo ali na frente da câmara dos vereadores, chovendo, a gente fez ciranda, cantando, horas e horas ali embaixo, tipo, a gente não vai sair daqui enquanto vocês não votarem o negócio! Numa manifestação tem muitos sentimentos misturados(...) de alegria, de esperança, de respeito, decepção, desespero, porque acontece muita coisa... Eu vejo que o pessoal mais novo gosta muito de manifestação, quando a gente vai na escola, ‘ai, quando vai ter a próxima?’ Vira tipo um programa, uma baladinha, risos(...) Algumas conseguem ficar num clima festivo, acho que a esperança de estar na rua, era muito bom, tinha uma época que parecia um carnavalzão, as pessoas ficavam muito felizes, ‘ai tô na rua, ocupando o que é nosso’, esse lugar é nosso, não vou sair daqui, principalmente os jovens, mas aí ia caindo a noite, a polícia ia fechando e mudava completamente. Então na manifestação tem tudo isso, tem aqui uma menina fazendo um malabarismo, pô que legal, a menina fazendo malabaris na manifestação... o menino com a mochilinha e o cara com uma escopeta gigante, para as pessoas verem como ainda é violento, e essa daqui para as pessoas verem como é bonito, como dentro das manifestações têm pessoas se divertindo, vão ali por uma vontade muito grande, sempre tem alegria assim, claro, menos nos momentos de tensão(...) Essa foi no Iguatemi, quando abriu o shopping(...) É muito bom e muito tenso(...) tudo misturado. (Flora)

Maffesoli (1995) assinala que “vivemos uma ditadura anônima, doce e dissimulada”, pautada no “princípio utilitarista que mata nossos sonhos” (p. 11).

Diante deste cenário, os seres humanos caminham para uma nova forma de se relacionar com o mundo que supere o ideal democrático, a razão instrumental e o individualismo, enaltecidos na modernidade, logo, lançando-se em um movimento de estetização da existência, ou seja, na busca de relações sensíveis, da cultura do sentimento, do ideal comunitário, vivenciado por meio do sentimento de pertença ao coletivo e a um modo solidário de estar com o outro. O estilo estético é fortemente marcado pelo tribalismo, que são grupos que se formam em torno de sentimentos, valores e ideais coletivos, nas sociedades contemporâneas, onde os sujeitos buscam saciar este sentimento de pertença, do estar junto com o outro, do vibrar em comum com um coletivo. “Assim o que prevalece não é mais o indivíduo, isolado na fortaleza de sua razão, mas sim o conjunto tribal (Maffesoli, 1995, p.145).

Neste sentido, o espaço coletivo do Movimento Passe Livre pode ser concebido como um mediador de possibilidades na construção de relações ético-estéticas, por meio dos bons encontros que acontecem na tribo Passe Livre que possibilita um sentimento de pertença, de compartilhamento, de vibração de ideais, afetos, lutas, reconhecimento e novos olhares para o outro e para si mesmo. As falas, as músicas cantadas, as alegrias compartilhadas, a esperança na rua, objetivam os devires desta totalização absolutamente inacabada da “tribo Passe Livre”.

A participação no Movimento Passe Livre possibilitou e foi possibilitada por meio de alguns afetos construídos na/pela militância. Jucenir nos conta que sua militância estava “cansada”, “adormecida”, e o Passe Livre propiciou que ele criasse novos sentimentos que o levaram para novas práticas:

então eu me envolvi bastante, foi uma das coisas que de 2003 pra cá, m deu pique, porque a gente vai ficando mais velho, vai entrando nessa coisa de 50 (anos) , e vai ficando um pouco mais cansado, vai caminhando e vê que as coisas não tão rolando legal (...) e o Movimento Passe Livre é uma coisa que me deu gás, me deu pilha, essa vitalidade da criançada me motivou muito...me oxigenou, porque a tendência é você ficar cada vez mais na vida particular, privada, ‘ah, vou cuidar da minha mulher, dos meus filhos, da minha família, do meu empreginho (...) então a tendência é você ir se acomodando. Agora, um professor de História, que trabalha com adolescentes, se ele se acomodar é a morte, quem mexe com adolescentes não pode perder o pique, tem que ter o pique, tem que ter esperança, e a esperança tem que ser a mudança. Então, acho que o passe livre é uma célula revolucionária que aponta para um outro

mundo possível, e é por isso que eu gosto deste movimento, porque me dá essa possibilidade de entrar em contato com estes jovens e dar esperança de que a gente pode fazer, e juntos. (Jucenir)

A partir das significações de sua militância no Movimento Passe Livre, percebemos que para Jucenir esta participação política está fortemente vinculada aos sentimentos de esperança, de pique, que são fundamentais na expansão de sua potência de ação que, anteriormente, estava enfraquecida. Logo, estes sentimentos são fundamentais para que ele se insira em práticas transformadoras do mundo. Além disso, relaciona a importância de se ter estes sentimentos à sua atividade profissional, em especial, em sua relação com os alunos.

Em tom emocionado, Flora traz à tona sentimentos que a fazem mobilizar para a luta de melhorias, assim como a necessidade de que as pessoas precisam se sensibilizar por algo para poderem se inserir em práticas transformadoras:

No MST o que me tocava muito eram as crianças, eu chegava em casa arrasada, era quase insuportável ver que muitas daquelas crianças não vão poder ir pra escola, não têm acesso à educação, que a vida vai continuar naquele ciclo de miséria, sabe? Ver criança passando fome é uma coisa que me deixa muito indignada! Isso ao mesmo tempo que te destrói também te dá força pra não, não vai continuar assim! Se cada pessoa ficar um pouco indignado, o mundo muda né? Porque a pessoa só acorda e pensa em fazer alguma coisa diferente quando fica muito indignada com alguma coisa (...) Ver criança passando fome me deixa muito indignada. Ver que a família dela não vai se desenvolver (...) Aí eu voltava de lá sempre muito arrasada, queria ficar só na minha casa, não olhar, não ouvir barulho, mas também com raiva, alguma coisa eu tenho que fazer. Se cada pessoa tiver o mínimo de sensibilidade pra se indignar e fazer algo, e não é sozinho, isso eu não acredito também, 'sozinho, vou doar todas as minhas coisas', não é isso, mas sim fazer alguma coisa concreta pra mudar o mundo(...) é fazer algo pro mundo desgraçado em que a gente vive. Isso acontece muito, tanto na luta pelo transporte, na luta das mulheres, que é outra coisa que me deixa muito destruída mas também com muita vontade de juntar com outras mulheres e mudar alguma coisa. Se acomodar e ficar triste, 'ai que mundo idiota, que mundo horrível, não vai mudar nada, vai continuar toda a mesma merda que tu acha que é, (...) você não vai mudar o mundo sozinho, nunca. (Flora)

Olhar o outro com olhos de um corpo que se afeta na relação com a cena vivida, provocando reações afetivo-volitivas que são experienciadas na situação com o outro, marca um tipo específico de relação. Esta relação, que estamos procurando trazer para o campo da política, é uma forma de ser afetado colocando-se em uma postura estética, capaz de se sensibilizar com o outro que,

de uma forma ou de outra, coloca-se de determinada maneira em um contexto específico. O que estamos procurando afirmar é que, nas relações vividas na esfera do político, as transformações dos sujeitos podem estar pautadas em relações estéticas entre militante e sujeito objeto da ação do movimento, ampliando o tema da luta para muito além de uma reivindicação prático-utilitária.

A reação estética é compreendida por Vygotsky (2001) como “uma certa superação dos conflitos íntimos” (p.340) que atormentam o sujeito, provocada por uma catarse, que se caracteriza por uma forte emoção que impulsiona o sujeito a superar algo que o angustia. Ao analisar a reação estética provocada pela arte, Vygotsky (2001) afirma:

A contradição, a repulsão interior, a superação e a vitória são constituintes obrigatórios do ato estético. É necessário ver o feio em toda a sua força para depois colocar-se acima dele no riso.... A arte implica essa emoção dialética que reconstrói o comportamento e por isso ela sempre significa uma atividade sumamente complexa de luta interna que se conclui na catarse. (Vygotsky, 2001, p.345)

Considerando esta reflexão na dimensão da participação política, a catarse se relaciona com a relação estética experienciada pelo militante em relação ao outro que lhe afeta, trazendo sentimentos de indignação, como no caso de Flora, que mobiliza o sujeito para novas práticas na tentativa de superar seus impasses. Neste sentido, a experiência estética, no campo da política, pode ser compreendida como uma forte mobilização de sentimentos que impulsionam o sujeito para movimentos de transformações de seu contexto e de si mesmo.

Se a relação estética marca uma forma de ser afetado que propicia processos de criação (Maheirie, 2006, 2002), na esfera da política, a criação se objetiva em diferentes estratégias de atuação neste contexto, fortalecendo os militantes e possibilitando novas reflexões-afetivas, que possam se fazer mediadoras de novos fazeres.

A militância no Movimento Passe Livre possibilitou, para Jucenir e Flora, a construção de sentimentos, como a esperança, raiva e indignação, que aumentaram a potência de ação destes sujeitos, lançando-os para a prática política, ou seja, estes sentimentos constituem e são constituídos por meio da militância neste movimento social.

Uma das alternativas, apontada por Sawaia (1999), para a potencialização

dos sujeitos, de ações individuais e coletivas, para a luta por melhorias na sociedade, é a participação em uma comunidade que se pautem em uma ética, ou a vivência nos bons encontros que afetam os sujeitos de forma a aumentar sua potência de ação. Podemos pensar, a partir das falas de alguns militantes, que este movimento pode se configurar em uma comunidade que possibilite os bons encontros, permeando a construção de olhares e posturas ético-estéticas mediando, dialeticamente, um aumento da potência de ação destes sujeitos que participam do Passe Livre.

Para os militantes que entrevistamos, o espaço coletivo é significado como um lugar onde o sujeito vivencia experiências que escapam do sujeito singular quando não inserido em alguma coletividade. Ou seja, o Movimento Passe Livre é significado como um campo de novas experiências que lançarão estes militantes a novas formas de se relacionar com o outro e consigo mesmo, participando de formas inaugurais do devir de suas histórias singulares e coletivas.

eu acho que o movimento me deu, com o movimento eu tive mais vontade de discutir a luta de classes, sociedade e tal, sabe, eu busquei formação política, acho que o movimento propiciou muito isso, e uma vontade também, as vezes até, eu não sei se eu diria 'de ser útil. (Bianca)

Pô, eu acho que ele me traz muita experiência, muitas vivências, coisas que eu acabo entrando em contato em função do movimento, eu não sei o que o movimento me traz, até que ponto é o movimento que me faz fazer as coisas, ou eu é que vou atrás, não sei, mas assim, um movimento articulado atrai muitas coisas que eu não estaria fazendo parte se eu tivesse, sei lá, correndo atrás sozinho, tem experiências que me alcançam que são por causa do movimento, se eu tivesse sozinho não viveria isso. Você acaba entrando em contato com muitas coisas. (Antônio)

Em todos os discursos até então citados, percebemos uma sensibilização em relação aos processos de inclusão/exclusão concretizadas nos custos das passagens de ônibus. Provavelmente esta sensibilização não desemboca apenas nesta questão do transporte, contudo, foi difícil acessar uma postura ético-estética do sujeito de forma mais explícita. Isto é, notamos algumas relações ético-estéticas construídas na dialeticidade da participação no Movimento Passe Livre, entretanto, não temos indícios suficientes para refletir uma postura ético-estética ao longo da processualidade na constituição destes sujeitos.

Pensamos que isso possa ter ocorrido, dentre vários fatores, por ser difícil para o sujeito retomar e identificar suas experiências e significações das processualidades que o constituíram. Nas entrevistas, pudemos notar que foi difícil para os sujeitos analisarem os “germes” de suas posturas, ou seja, quais foram os caminhos objetivos e subjetivos que o levaram a se posicionar de forma sensível diante o sofrimento do outro, de que forma eles transcenderam a visão individualista e se inseriram em lutas coletivas. Em outras palavras, nesta investigação não nos foi possível identificar relações estéticas que talvez pudessem estar mediando sua história na construção de suas posturas diante da cena política.

Com a militante Flora, pudemos encontrar linhas dos processos que constituem uma postura ético-estética frente ao mundo, ou seja, onde a militância, a luta por melhorias, a necessidade de mudança são significadas como fundamentais para a existência deste sujeito. Trata-se de um sujeito que se constitui, fundamentalmente, mediado pela participação política, pela vontade de fazer algo para mudar o mundo:

Eu acho que eu não conseguiria ficar sem fazer nada, vou desencanar de tudo e não fazer nada, vou só trabalhar, aí seria quase a morte porque seria viver pra eu mesma. Acho que cada um vive pra si, obviamente, mas um pouco pro mundo, um pouco da tua vida doar pro mundo, pro planeta, pro futuro, lutar, daí sim é uma vida que vale a pena. Eu acho que mais porque eu não conseguiria viver assim ‘ah, vou trabalhar ali, vou almoçar ali, no mercado lá, criar meus filhos e pronto, acabou’, incompleto, totalmente, uma vida pra mim assim é sem sentido. Não consigo pensar levar uma vida que não seja uma vida com a luta pela melhoria, por coisas muito diferentes, passe livre e MST são coisas bem diferentes, mas tem uma coisa que une que é lutar por uma sociedade mais justa. (Flora)

No que se refere à Flora, lutar por uma sociedade mais justa é um sentido crucial de sua existência. Esta militante se engaja em projetos coletivos e os reconhece como importantes para si mesma, sendo que o outro, marginalizado de alguma forma, é reconhecido como alguém importante e por quem ela tem que lutar para que ele tenha condições básicas de existência. A forma que Flora relaciona sua dimensão singular e coletiva, esfera privada e pública, podem ser compreendidas a partir da afirmação de Sawaia (1999) em que “o estilo de vida, ao se qualificar como comunitário, volta-se à mediação entre a universalidade

ética e a singularidade do gozo individual, entre o bem estar particular e o coletivo e concebe o público e o privado, o pessoal e o político como conceitos reversíveis” (p.24).

Tentamos investigar os “germes” desta postura que Flora construiu para sua vida. Buscamos as vivências e significações que possibilitaram que ela se lançasse em movimentos de lutas sociais:

em estar envolvido com pessoas que estão discutindo coisas parecidas, acho que isso vai acrescentando mais na pessoa. Pode ser que antes tivesse um sentimento, pelo de estar curiosa e querer ver as coisas, mas de sentimento grande, de querer mudar, acho que foi construído junto com minha participação. Não era de antes, foi sendo construído junto, conforme eu ia militando eu ia querendo militar mais. (Flora)

Por meio das fotos, Flora contou seus momentos no Movimento Passe Livre e no Movimento dos Sem Terra, revelando seu olhar, sentidos e emoções que remetiam essas fotos. Indaguei se ela se recordava de alguma cena marcante que ela relaciona com a atual vontade de militar, de lutar por melhorias de vida. Ela, emocionada, nos conta da primeira noite em que dormiu no acampamento do MST no interior de Santa Catarina:

Assim, cenas que me uniam muito à luta, foi a primeira noite que eu dormi no acampamento do MST, foi uma noite, nossa, maravilhoso, um marco na minha história. Era um barraco de lona, era eu e mais uma menina, nos acolheram muito bem, como se conhecessem a gente há muito tempo sabe, aí arrumaram a nossa cama, era frio, não tinha luz, não tinha água quente. Aí a gente ficou até tarde conversando, tomando chimarrão, comendo aipim frito, aí chegou uma hora que a gente ‘precisamos dormir, porque a gente vai acordar amanhã 6 da manhã. Daí eu deitei e não acreditava que eu tava ali, eu tô aqui, no estado que eu nasci, que eu morei aqui, mal saí daqui, numa situação que é completamente diferente da minha, né? Daí, nossa, eu dormi muito bem... Essa lembrança me marcou muito, de ter dormido no meio de um lugar que não tinha luz, que era no meio do mato, com um monte de gente que eu não conhecia, mas que parecia que era minha família, de tão bem que eles nos acolheram. Isso foi uma coisa que me marcou muito, sabe quando aquilo te fortalece, fortalece tua ligação com o resto das pessoas que não tem nada haver contigo em tese, mas que tem tudo haver, pessoas que falam de outro jeito, que moram em outro lugar, que não conversa sobre as coisas que você conversa, mas que naquela hora parece que tu és um sem terra sabe? Foi bem legal. (Flora)

Sua postura ético-estética frente ao mundo foi sendo construída,

fundamentalmente, por meio de suas práticas políticas. O movimento de estetização em relação a algo é constituído, conforme Vázquez (1999), por aspectos subjetivos e objetivos, assinalando que “a relação estética com o objeto só ocorre se o sujeito se interessa pelo objeto e está atento a ele” (Vázquez, 1999, p.111), ou seja, o sujeito tem que estar em relação a um objeto concreto, sendo que “daí se depreende que no sujeito não ocorre algo assim como uma atitude estética anterior a essa relação... o que existe, na verdade, é a experiência que o objeto provoca, ou o estado ou a atitude engendrada *na* (e não antes da) relação estética, concreta, singular, com este objeto” (Vázquez, 1999, p.108). Logo, podemos pensar que o posicionamento estético na política requer, de alguma forma, experiências concretas que coloquem o sujeito diante de algum fenômeno que o provoque esteticamente fazendo com que este se insira, por exemplo, em um engajamento político. Na fala de Flora percebemos que ela foi sendo esteticamente provocada pelo objeto (no caso, a exclusão do sujeito por meio das tarifas de ônibus, que é vetado de circular pela cidade exercendo seu direito de ir e vir), na medida em que foi se inserindo na militância.

Esta vivência trouxe para Flora um estranhamento de sua própria realidade, pois se inseriu em um contexto totalmente diferente daquele em que está acostumada. Isso lhe trouxe um sentimento de bem-estar, de acolhimento, de se sentir mais um Sem-Terra naquele momento, possibilitando que ela se posicione de uma forma estética em relação a essa luta. Parece que Flora, atualmente, se afeta mais pelas causas dos Sem-Terra e menos pelas questões do Passe Livre. Podemos pensar que as questões do MST tem se revelado esteticamente, de forma mais intensa, para Flora, do que a luta pela tarifa zero:

Acho que um pouco por isso que eu nesse momento não tô indo muito nas reuniões, porque tem muitas coisas que pegam pras pessoas, que eu vejo assim, tipo no MST, ah, aí tu vê assim que o que a gente fala pode ser até pouco perto do quê as pessoas em outros lugares realmente precisam, que não é só a passagem gratuita, não ter ônibus pra andar na cidade, mas de ter gente que bebe a mesma água que ela usa pra lavar as coisas porque ela não tem água potável, acho que daí este sentimento foi sendo construído ao longo do contato com as outras lutas, não só do passe livre. Eu vi que tá num grupo político, numa organização política te ajuda a ter contato com muitas outras coisas, que não é aquela luta principal nossa, mas a luta de vários grupos né, acho que agora eu até posso dizer que não sou só militante do passe livre, mas de muitas coisas que surgirem eu vou me empenhar, não é lutar pelo transporte que vai resolver o problema que eu tenho com o mundo. (Flora)

A própria militância no Movimento Passe Livre foi possibilitando a construção de uma postura ético-estética em relação às questões do transporte, assim como a transcendência deste lugar de estetização se direcionando para outras lutas que, atualmente, tem afetado e mobilizado Flora de forma mais profunda.

Para além do olhar da estética sob a singularidade do sujeito, podemos nos dirigir para a análise do próprio movimento social, destacando que há um processo de estetização nos novos movimentos sociais que buscam novas formas de se fazer política, na medida em que utilizam diferentes linguagens, como objetivações artísticas variadas, compreendidas enquanto instrumento político, expressando suas reivindicações, mobilizando a militância e afetando as pessoas da sociedade civil que têm a chance de com ele se relacionar. Podemos pensar que nos movimentos sociais contemporâneos, há rupturas de formas tradicionais de se fazer política, que podem se dirigir, dentre outras formas, para uma estetização do movimento em si, por meio de formas criativas de se expressar e reivindicar.

A partir das observações participantes, podemos notar que o Movimento Passe Livre se insere neste processo de estetização, buscando novas formas de expressão que buscam sensibilizar as pessoas, tanto nas manifestações, nos materiais produzidos pelo movimento, assim como em outras atividades. Ao invés de longos discursos, as manifestações eram marcadas pelo grupo dos *clown* (pessoas que se vestem de palhaço e se expressam por meio das dramatizações), pela batucada do maracatu e do grupo “da bateria” dos militantes, pela dança afro, por dramatizações, por gritos de guerra divertidos, alguns já clássicos da luta – “vem, vem, vem pra luta vem, contra o aumento!”- outros criados no ato da manifestação, que vão contagiando as pessoas que participam, ou não, da manifestação – “Você aí no alto, a luta é no asfalto!”, dirigindo-se às pessoas que assistiam a manifestação das janelas dos edifícios.

Ao falar da sua paixão pelas fotos, Flora aponta esta busca de afetar os outros por meio das imagens que produz no movimento Passe Livre:

Acho que fazer as pessoas sentir um pouco o que estava acontecendo naquele momento, não transmitir pela informação, mas transmitir algum sentimento, algo que falte no texto, transmitir alguma vibração do momento, não só quantas pessoas, não, transmitir uma

pulsação mesmo, uma experimentação, você olha e sente alguma coisa. Mas tudo bem que é difícil, não é fácil, sei que não é, mas o que eu gostaria era isso, contar uma forma de contar para as pessoas que não estavam, e para lembrar para aquelas que estavam na manifestação, lembrar onde elas estavam no meio do povo. (Flora)

No lugar de jornais em formato tradicional, encontram-se folhetins requintados por caricaturas, charges e imagens criativamente elaboradas. Portanto, podemos dizer que há marcas estéticas no Passe Livre que visam transformações sócio-políticas por meio de relações sensíveis e de criações estéticas, ancoradas em uma ética, entendida como a garantia de igualdade nas condições sociais para todos os cidadãos reivindicando, ao mesmo tempo, o direito de se fazer diferente.

Estas análises referentes a uma possível estetização deste movimento social foram elaboradas de forma superficial por meio das observações participantes. Esta lacuna não foi preenchida, abrindo um caminho para futuras pesquisas que podem abordar os processos de criação e as relações estéticas do Movimento Passe Livre de forma mais complexa.

A leitura estética sobre a participação política em movimentos sociais pode trazer novas contribuições para os diálogos entre a psicologia e o campo da política. Podemos focar esta leitura tanto no próprio movimento, quanto no sujeito em relação à participação política.

No primeiro caso, é possível estudar os estilos de se fazer política e de participar politicamente, concretizado nas diversas atuações e criações do movimento social que busca provocar o olhar do outro que não está inserido no movimento.

No segundo caso, podemos investigar se os militantes constroem relações estéticas, por meio da participação política, tendendo a romper a lógica prático-utilitária em relação aos processos de inclusão/exclusão, constituindo um ideal comunitário, ancorado na cultura de sentimentos coletivos e de solidariedade com o outro, se potencializado por meio de seus bons encontros nos grupos políticos, propiciando aos sujeitos, coletivos e singulares, circularem no mundo pautados em uma base ético-estética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi investigar as relações existentes entre os sujeitos militantes e o Movimento Passe Livre, considerando-as constitutivas do/pelo sujeito em movimentos de totalização, que se fazem sempre abertos e inacabados. Buscamos analisar os processos da constituição deste sujeito que, de alguma forma, significa a participação política como algo atrativo ou importante para sua existência, concretizando este interesse em práticas políticas. Por outro lado, visamos estudar de que maneira a participação neste movimento media a constituição deste sujeito, investigando as contribuições que possibilitam inovações subjetivas e objetivas destes militantes. Tendo em vista a complexidade das relações existentes entre o sujeito e a participação política, este estudo contribui com alguns olhares que possibilitam compreensões acerca deste fenômeno sem, contudo, esgotar as análises do MPL, e muito menos desta temática, já que a realidade é muito mais dinâmica do que os esboços teóricos, caracterizando estes como ensaios de apropriação da realidade, contextualizados subjetiva e historicamente.

Encontramos as mediações familiares como importantes para os sujeitos que escolheram a participação política no Movimento Passe Livre. Em alguns casos, o sujeito se identificou por meio da semelhança com a postura política de seus familiares, apropriando-se desta nas atuais práticas políticas de sua vida. Em outros casos, a identificação com os significados políticos compartilhados pela família e/ou as características singulares de figuras parentais (pai autoritário, nazista, disciplinador) se enveredou pela diferença, ou seja, o sujeito se apropriou destes significados construindo sentidos que o distanciassem desta postura, criando novas formas de conceber e experienciar a participação política. Há ainda o caso em que a mediação das práticas políticas foi, fundamentalmente, afetiva, marcada por um contexto em que a política se relaciona com um contexto de alegria e de festa.

As condições objetivas também emergiram nos discursos dos sujeitos que as significaram como importantes mediadoras na construção do interesse pela participação política. A situação econômica da família que possibilitou o sujeito estudar em boas escolas e universidades, podendo se dedicar integralmente aos estudos por não ter que trabalhar para ajudar financeiramente a família, permitiu que este sujeito tivesse mais tempo e acesso a livros e estudos que possibilitaram leituras mais críticas em relação às desigualdades sociais, aos sistemas e acontecimentos políticos, mediando novos olhares em relação ao mundo. Assim, a objetividade se mostra uma dimensão importante na análise da participação política na medida em que desconstrói o discurso subjetivista em relação à mobilização do sujeito que se engaja em lutas coletivas.

A participação política no Movimento Passe Livre mediou novas possibilidades de existência para estes militantes. Para Flora, a atividade de fotografar já era significada como atrativa em sua vida, contudo, foi por meio da participação no movimento que ela aprimorou esta prática. A partir da necessidade do movimento, aliado ao seu interesse, buscou o curso de fotografia, comprou uma nova máquina, tornando-se a fotógrafa do movimento. Ou seja, a fotografia foi um dos grandes ganhos, oriundo desta militância, em sua existência, na qual conciliou sua vontade com uma função dentro do movimento, demonstrando uma importante contribuição da participação política em sua existência. Para Jucenir, a participação política no Movimento Passe Livre possibilitou novas formas de se relacionar com seus alunos, que também participavam ou eram convidados por ele a militarem no movimento. Para este professor, a participação política contribui de maneira significativa para sua prática docente, pois, além de possibilitar uma nova relação com seus alunos, permite complexificar os conteúdos de sua disciplina (História) ministrados em sala de aula, mediados pelas experiências nas diversas atividades do movimento, em especial, nas manifestações públicas. Conforme o professor, o trabalho em sala de aula enriquece substancialmente quando este contexto é constituído por pessoas que participam politicamente em alguma atividade.

Para todos os sujeitos entrevistados, a participação política neste movimento possibilita aprendizagens, experiências, leituras e práticas em relação ao mundo e a si mesmo, não ou pouco encontradas em outros espaços e relações da vida. A participação política foi fortemente significada como uma mediadora de novas possibilidades do porvir de cada um, seja na forma de transcender a visão individualista hegemônica na contemporaneidade; seja na possibilidade de se sentir acolhido por um coletivo e potencializado por este, construindo um sentimento de poder e fazer diferente em suas práticas cotidianas relacionadas a si mesmo e a uma alteridade; sejam nas inovações de apropriação do mundo, por meio dos estudos e discussões realizadas pelo movimento, referente ao sistema de transporte, aos acontecimentos políticos, aos direitos humanos, à cidadania, aos fatos históricos, entre outros; e seja na criação de novas formas de se relacionar com o outro - família, alunos, amigos, namorado - mediadas pelos (des)encontros desta participação política, marcando movimentos de democratização, politização e conflitos na esfera da intimidade.

Aproximamos-nos, contudo, não nos aprofundamos na dimensão mais coletiva do Movimento Passe Livre, por exemplo, em relação à identidade coletiva deste grupo. Ao longo desta pesquisa é que percebemos a importância desta categoria para contribuir em nossas análises sobre as relações entre participação política e constituição do sujeito. Dessa forma, abriu-se uma lacuna pouco preenchida em nossos ensaios teóricos e metodológicos, construindo possibilidades de estudos futuros.

Por meio da inserção no campo, nos apropriamos, paulatinamente, de que a identidade coletiva do Movimento Passe Livre traz as marcas dos Novos Movimentos Sociais, e que, também, possui características singulares que se tornam atrativas de novos estudos. Por exemplo, chama atenção a organicidade do movimento, concretizada na multiplicidade de atividades realizada por este grupo (desde uma simples panfletagem, passando por grupos de estudos, seminários, grandes manifestações, exposição de filmes, atividades em escolas e Universidades, oficinas, festas, ramificações em subgrupos que se destinam à luta pela equidade de gênero, outros que buscam aprimoramento nas atividades

teatrais para a estetização do movimento, outro subgrupo que luta pela “bicicletada” como alternativa ao automóvel, entre outras); e pelo tempo de vida do movimento, afinal, são quatro anos de reuniões semanais. Esta dinâmica interna do movimento, suas formas de articulação e de organização, foram pouco aprofundadas nesta pesquisa, e poderiam trazer elementos interessantes para analisar a identidade coletiva deste grupo.

Abordamos a relação entre esta nova forma de se fazer política, que marca as performances do Movimento Passe Livre, com a constituição do sujeito. A busca de se tornar um movimento que possibilite a atuação de todos, faz com que a militância no Movimento Passe Livre se torne um lugar onde o sujeito se sinta autor da história do movimento, de Florianópolis e, dialeticamente, de si mesmo. Ao criarem um novo espaço de prática política, marcado pela possibilidade de participação e expressão de todos, o sujeito se insere em novos movimentos de criação de si mesmo, por meio de relações sociais que lhe permitam fazer história e se apropriar desta condição de autoria singular e coletiva, em um contexto que lhe permite visualizar suas objetivações que lhe propiciarão novas formas de subjetivação.

Trouxemos a contribuição do olhar estético para analisar a relação desta participação política na estetização da existência destes militantes. Pudemos perceber que esta participação política pode contribuir na construção de uma postura estética diante das catracas de ônibus que passam a ser vistas como as catracas da sociedade que giram em torno dos processos de inclusão/exclusão; do olhar estético em relação ao sofrimento do outro, aberto à alteridade e apropriado como importante para si mesmo, lançando o sujeito em lutas coletivas; e também, na construção de uma forma de viver que busca transcender a visão prática-utilitária do sistema capitalista, possibilitando alternativas para a impessoalidade e o individualismo que marcam a contemporaneidade, permitindo uma forma de estar junto com o outro, com a coletividade, na alegria, nas festas, nas celebrações, mediada por relações ético-estéticas.

Ao longo das escutas e análises, percebemos que algo escapava dos discursos e das nossas escutas, tornando difícil acessar os “germes” de uma

postura ético-estética. Portanto, uma questão fica aberta: Onde se encontram as experiências desencadeadoras deste olhar ético-estético que o sujeito construiu ao longo de sua constituição? De que forma se deu esta primeira ruptura com o olhar hegemônico que provocou um estranhamento com as formas e relações instituídas no campo histórico, social e político? Quais experiências estéticas os sujeitos vivenciaram na relação com o outro, que possibilitaram que fossem afetados em suas existências?

Quando tentávamos investigar estes aspectos, as respostas se delineavam no silêncio, ou no “nunca havia pensado sobre isso”, ou logo tangenciavam explicações sociológicas (tudo começou na Novembrada...). Estas respostas nos mostraram a dificuldade do sujeito de acessar, pensar e colocar em palavras algo complexo, cujo delineamento de raízes exige um “corpo memorioso” capaz de se lançar no já vivido e trazer presente um momento de impacto produzido por uma relação específica, a que temos chamado aqui de relação estética. Sabemos que não se trata de uma experiência determinista na construção desta atual forma de se relacionar ético-esteticamente. Contudo, também sabemos que suas origens não estão na casualidade ou, exclusivamente, nos acontecimentos históricos ou na apropriação intelectual dos livros e manifestos marxistas.

Portanto, esta é a outra lacuna construída por esta dissertação que incita novos estudos. As dificuldades encontradas ao longo desta investigação demonstraram a necessidade de se repensar os aportes teóricos e metodológicos para que se consiga transcender o discurso racional e as explicações sociológicas, na busca dos mediadores afetivos que podem estar constituindo um sujeito que se relaciona de forma ético-estética face à alteridade e a si mesmo.

É extremamente difícil, embora necessário, finalizar este percurso de aproximação da relação entre a participação política e a constituição dos sujeitos militantes do Movimento Passe Livre. Após dois anos destinados a este contexto, pudemos tecer reflexões e questionamentos que não são passíveis de serem esgotados em uma dissertação de mestrado, devido à sua complexidade que escapa às palavras, à escrita e ao tempo destinado à conclusão desta pesquisa. Contudo, ainda assim, consideramos estas análises importantes na construção de

compreensões acerca da participação política e da constituição do sujeito, podendo contribuir para o conhecimento científico, para os protagonistas desta dissertação (os militantes do Passe Livre) e para aqueles que acreditam que a participação em movimentos sociais ou em outras formas de coletivo se configura como uma alternativa aos impasses sociais, históricos, culturais, políticos, financeiros e subjetivos da contemporaneidade. As análises terão que parar por aqui, mas o movimento dos sujeitos que circulam no Passe Livre continua, assim como o trânsito de outros sujeitos em outros movimentos sociais e lutas coletivas, requerendo novos estudos e olhares teórico-metodológicos que venham a contribuir para a compreensão das múltiplas “catracas” a que estamos submetidos, assim como pelos múltiplos saltos que os sujeitos possam, coletivamente, realizar sobre elas.

REFERÊNCIAS

Amoretti, A. (2003). Participação e mudança: Representações Sociais de práticas políticas na voz de delegados do II Fórum Social Mundial, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Avelar, L. (2004). Participação Política. Em: Avelar, L. & Cintra, A. O. (Eds.), *Sistema político brasileiro: uma introdução* (pp.223-235). São Paulo: UNESP.

Araújo, E. R. (2006). Responsabilidade social Empresarial, comunidade e cidadania participativa: um estudo de caso, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Azevedo, L. M. R. (1992). Valores anti-democráticos e participação política de alunos universitários do interior de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Baltazar, B. (1998). Quando a militância e a vida cotidiana se (des)encontram: Um estudo das concepções de lideranças sobre as relações do movimento popular com suas vidas, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

Bastos, V. A. (2006). Educação do campo e formação continuada dos(as) professores(as): as contribuições do projeto político-pedagógico, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, Brasil.

Bicalho, M. S. (2003). Conselheiros de saúde construindo o controle social: um estudo de caso de conselheiros usuários de Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Bonifácio Junior, N. F. B. (2004). Identidade e participação política em uma ONG alinhada ao movimento anti-manicomial, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Marcos, São Paulo, Brasil.

Borges, J. M. (2004). Jovens assentados: projetos e histórias de vida - um estudo psicossociológico de um assentamento rural, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Brancaleoni, A. P. L. (2005). Um olhar acerca do processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico em uma escola do município de Araraquara, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, Brasil.

Brandão, C. S. (1999). A socialização política dos estudantes universitários na perspectiva psicossociológica, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Brizola, A. L. C. (1999). Sistema Democrático e Relações Autoritárias: um estudo entre universitários, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Camino, L. (1991). Ações Coletivas e movimentos sociais. *Cadernos de texto*, 1, pp. 1-10.

Castells, M. (2002). O poder da identidade. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Chauí, M. (1995). *Espinoza: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna.

Chillemi, M. M. (1997). Produção de Subjetividade, militância e Gênero, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Costa, G. P. (2006). Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Costa, J. B. (1994). A influência da programação jornalística da TV no comportamento eleitoral nas eleições de 1989 e 1990 em João Pessoa, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Costa, J. B. (2000). Visões sociais de democracia: Um estudo psicossociológico dos Significados da Democracia, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Croisfelts, H. (2003). Processos associativos: versões circulantes sobre ação e cidadania entre participantes de uma associação de moradores de bairro, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Del Prette, A. (1990a). Em busca de uma abordagem psicológica na análise dos novos movimentos sociais. *Ciência e Cultura*. 42 (12), pp.1060-1066.

Del Prette, A. (1990b). Movimentos Sociais em uma perspectiva psicológica social: o Movimento de Luta Contra o Desemprego, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Domingues, E (2001). A luta pela terra e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): contribuição da Psicanálise, Dissertação de Mestrado, Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Eleoterio, I. S. (2000). Cidadania e saúde: protesto pela abertura do Hospital Dório, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

Figueiredo, S.M.F. (1995). Análise psicossocial da capacidade de mobilização das condições internas do MST em termos de representações e identidades sociais. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Filho, K. P. (2005). Para uma arqueologia da psicologia (ou: para pensar uma psicologia em outras bases). Em: Neuza Guareschi. (Org.), *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Abrapso SUL.

Filho, P. O (1997). Identidade Social e comportamento político: uma análise das conseqüências da identidade religiosa sobre a participação de trabalhadores em ações coletivas e em movimentos sociais, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Garcia. L. B. R. (1994). Uma abordagem da psicologia social a respeito dos movimentos sociais, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Gianordoli, I. F(2006). Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

Gomes, M. J. M. (2003). Estudo Sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Gonçalves, B. D. (2005). Participação e consciência política. Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Goulart, P. M. (2001). O Movimento dos Trabalhadores Desempregados. (MTD) e suas estratégias contra o Desemprego: uma abordagem psicossocial, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Gouveia, R, C (1995). O papel das crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Guareschi, N. M. F. 2003. Identidade, Subjetividade, alteridade e ética. Em: Ploner, K. S.; Michels, L.R. F; Schlindwein; L. M; Guareschi, P. A. (Eds.), *Ética e paradigmas na psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO REGIONAL SUL.

Guiddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.

Harvey, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Hashizume, C. M. (2002). Mobilização política e saúde: um estudo de professores de uma instituição de ensino superior pública, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Herkenhoff, M. B. L. (1994). Os movimentos de bairro e suas lideranças no contexto histórico do município de Vitória, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitoria, Brasil.

Lara, N. J. (2005). A mística no cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.

Lapassade, G. (1983). Dialética dos grupos, das organizações e das instituições. Em: *Grupos, organizações e instituições*. (pp. 227-259). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Leite, M. I. M. G. (2001). Ideologia sexista e partidária e a atribuição social a participação política feminina: um estudo exploratório, Dissertação de Mestrado, Universidade Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil.

Lima, A. B. (2005). Era uma vez... Algumas histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários, Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Lima, M. E. O. (1997). Valores, participação política, atitude face à democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Loizos, P. (2003). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. (2ªed). In: Bauer, M. W; & Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.

Luchetta, S. L.(1998). Madres de Plaza de Mayo: da maternidade doméstica à maternidade política: um estudo sobre um movimento de direitos humanos na Argentina, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Machado, J. A. (2000). Oportunidades e apostas dos médicos no mercado de trabalho: os dilemas entre o individual e o coletivo, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Maciel. C. M.C.(1997). Representação social sobre drogas e seus usuários: um estudo comparativo com profissionais das áreas jurídicas e de saúde. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Maffesoli, M. (1995). *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Maheirie, K. (1997). Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais. Em: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Eds.), *Estudos sobre comportamento político* (pp.161-173). Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, 13(7), pp. 31-44.

Maheirie, K.(2003a). Identidade e os processos de exclusão/inclusão na ambigüidade dos movimentos sociais. Em: Guareschi, N. M. F.; Bruschi, M. E. (Eds.). *Psicologia Social nos estudos culturais* (pp. 60-67). Petrópolis: Vozes.

Maheirie, K. (2003b). Processo de criação musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em estudo*, 8 (2), pp.147-153.

Martelete, R. M. C. (2001). Confronte simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. *Revista de Ciência da Informação*, 2(1), pp. 1-19.

Martins. S. T. F. (1987). Desenvolvimento da consciência do militante político: elementos para uma análise. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Marx, K. E Engels, F. (1996). *A ideologia alemã* (Feuerbach). São Paulo: Hucitec.

Melucci, A. (1991). Para uma teoria dos movimentos sociais. Em: Melucci, A. (Ed.), *A invenção do presente nos movimentos sociais nas sociedades complexas* (pp. 29-60). Petrópolis: Vozes.

Mendonça. V. L. M. (2006). Novos modos de subjetivação e cidadania: uma articulação necessária, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Mortada S. P. (2002) Memória e política: um estudo de psicologia social a partir do depoimento de militantes estudantis, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Monteiro, R. A. P. (2006). Do direito à participação: considerações sobre a cidadania de crianças e jovens no contemporâneo, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Narita, S. (2000). Estudos dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Narita, S. (2005). Notas sobre movimentos sociais e participação política. *Psicologia Política*, 5 (10), pp. 183-210.

Palassi, M. P. (2004). Privatização! Uma solução problemática: o impacto do movimento (anti)privatização na participação dos trabalhadores em ações coletivas, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Pereira, F. C. P. (2006). Memória se faz na história: um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientadas pela teologia da libertação, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Pereira, L. M. (1998). Adolescência e discurso: analisando o funcionamento da heterogeneidade no discurso de adolescentes que participaram do movimento do impeachment presidencial, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Pessoa, E. S. (2003). O discurso evangélico como expressão de cidadania, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Pimenta, S. D. C. (2005). Trajetórias na terra: sociabilidades, gênero e identidades coletivas no projeto de reforma agrária Aliança, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Prado, M. A. M. (1994). A consciência e a constituição de valores comunitários-um estudo sobre participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Prado, M. A. M. (2000). (Des)Razão: Sujeitos da Consciência e Políticas de Identificação. Mapa Teórico Acerca do Sujeito Coletivo e do Político na Literatura sobre as Ações Coletivas, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Prado, M. A. M. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva. *Revista de Psicologia Política*. 1(1), pp. 149-172.

Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. 8 (11), pp. 59-71.

Prado, M. A. M. (2005). Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*. (37), pp. 47-65.

Prado, M. A. M. (2006). Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. Em: Maia, R. & Castro, M.C.P.S. (Eds.), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (pp. 193-212). Belo Horizonte: UFMG.

Prehn, D.R. (2005). Participação política das mulheres, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

Prim L. F. (2004). Aspectos psicossociais da agricultura de Grupo de Agricultura Familiar: um estudo a AGRIMA- Associação de Agricultores Monte Alegre, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Ribeiro. M. A. (1998). ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia): história e memória de um movimento, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Rodrigues, C. S. (2006). As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Rodrigues, L.C. (2002). Explorações sobre gênero e poder - a hora e a vez da mulher na política, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasil.

Sabadini, A.A.Z.P; Sampaio, M.I.C; Nacsimento, M.M. (n/d). Normalização de referências: uma adaptação do estilo de normalizar de acordo com as normas da American psychological Association (APA). São Paulo. Disponível no site: www.ip.usp.br/biblioteca/pdf

Sandoval, S. (1997). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. Em: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Eds.), *Estudos sobre comportamento político* (pp.13-24). Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Sanchez Vázquez. (1999). Convite à estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos. M. A. P. (2006). Desafios na aquisição da identidade profissional por jovens universitários egressos de cursinho pré-vestibular popular, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Sartre, J. P. (1987). Questão de método. Em: Sartre, J. P. *Os pensadores*. (3rd ed) São Paulo: Nova Cultural.

Sawaia, B. B. (1994). Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial. Em: Spink, M. J. P. (Ed.), *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

Sawaia, B. B. (1995). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. Em: Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (Eds.), *Novas veredas da Psicologia Social* (pp.157-168). São Paulo: PUC.

Sawaia, B. B. (1997). A legitimidade subjetiva no processo de participação social. Em: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Eds.), *Estudos sobre comportamento político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Sawaia, B. B. (1999). Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. *Revista Psykhe*, 8(1), pp. 19-25.

Sawaia, B. B. (2006). Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito. Em: Da Ros, S; Maheirie, K; & Zanella, A.V. (Eds.). *Relações Estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e(em) experiência* (pp. 85-94). Florianópolis: NUP/CED/UFSC.

Sennet, R (1998). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das letras.

Scarcelli, I. R. (1998). O movimento antimanicomial e a rede substitutiva em saúde mental: a experiência do município de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

Scherer-Warren, I. (1984). *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: EDUFSC.

Scherer-Warren, I. (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola.

Scherer-Warren, I. (2006a). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 21 (1), pp.109-130.

Scherer-Warren, I. (2006b). Redes sociais na sociedade da informação. In: Maia, R. & Castro, M. C. P. S. (Eds.), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (pp. 215-227). Belo Horizonte: UGMG.

Scherer-Warren, I. & Luchman, L. H. (2004). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. *Revista Política & Sociedade*, 1(5), pp.11-24.

Silva, A. M. (2001). Os movimentos negros e a busca do reconhecimento da identidade negra como movimento emancipatório, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Silva, A. S. (2002). Acampados no “Carlos Maringuela”: um estudo sobre a formação da consciência política entre as famílias do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Panapanema-SP. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Silva, A. S. (2006). Marchando pelo Arco-íris da política: a Parada do Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva nos movimentos do Brasil, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Silva, C. R. C. (1998). Aspectos psicossociais do processo de participação em entidades não-governamentais: um estudo de caso de uma organização que atua no campo da AIDS, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Silva, C. R. C. (2004). A politização da dor e indignação de pessoas que vivem ou convivem com o HIV/AIDS: a participação política em uma ONG como forma de fortalecimento psicossocial, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Silva, M. L. (2002). Cultura, arte e política: o movimento HipHop e a construção dos narradores urbanos, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Silva, M. P. (2000). O Anti-racismo no Brasil como Novos Movimentos Sociais, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Souza, A.E.C.C.(1996). Viva rio, violência e redes movimentalistas: uma reflexão sobre psicologia comunitária, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade de São Paulo, Brasil.

Sousa. J. T. P. (1997) Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90, Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Paulo.

Souza Santos, B. S. (1995). Modernidade, identidade e cultura de fronteira. Em: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

Souza, S. R. E. (1997). A psicologia e os movimentos sociais: um olhar através dos trabalhos comunitários, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais.

Souza, T. M. S. (2000). Agora eu sou uma estrela...uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no partido dos trabalhadores, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Souza. T. R. P. (1998). Mundo contemporâneo e totalitarismo: os limites da diferença. Formações identitárias de grupos skinheads no Brasil e na Itália, Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Spink, M. J. P. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia social. *Psicologia & Sociedade*. 19 (1), pp. 7-14.

Trigo, R. A. E. (2007). CEFURIA: militância e paixão: um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Valadares, F. C. (2006). Entre a lei e a luta: o movimento pela saúde do trabalhador, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Vinade, T. F (2006). Tempos de leveza e liquidez: as revoluções cotidianas da militância contemporânea, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Vinicius, L. (2005). *A guerra da tarifa*. São Paulo: Faísca.

Vygotsky, L. S. (1991). El significado histórico de la crisis de la psicología. Una investigación metodológica. In: *Obras Escogidas I* (pp. 259-407). Madrid: Visor Distribuciones.

Vygotsky, L. S.. (1992). Pensamiento y palabra. In: *Obras Escogidas II* (pp. 287-348). Madrid: Visor Distribuciones.

Vygotsky, L. S. (1995). Método de investigación. In: *Obras Escogidas III* (pp. 47-96). Madrid: Visor Distribuciones.

Vygotsky, L. S. (1998). Arte e Vida. In: *Psicologia da arte* (pp. 304-337). São Paulo, Martins Fontes.

Vygotsky, L.S. (2001). A educação estética. In: *Psicologia pedagógica* (pp. 323-363). São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (2004). *Teoría de las emociones. Estudio histórico-psicológico*. Madrid: Akal.

Xavier, S. M. (2005). Comportamento participativo de moradores atendidos por um programa social de habitação, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Zanella, A. V.(2001). *Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal*. Itajaí: UNIVALI.

Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em estudo*, 9 (1), pp.127-135.

Zanella, A. V. (2006). Sobre olhares, fios e rendas: reflexões sobre o processo de constituição de educadores(as). Em: Andréa Vieira Zanella; Fabíola Cirimbelli Búrigo; Kátia Maheirie; Sílvia Zanatta da Ros. (Eds.), *Educação Estética e Constituição do Sujeito: reflexões em curso*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC.

ANEXO A

Jornal Zero, produzido por estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, referente às mobilizações ocorridas em 2005.

A democracia do porrete. (Junho de 2005). Jornal Zero, pp. 1-20.

EDIÇÃO ESPECIAL

ZERO

★★★★★★★★
Curso de Jornalismo da UFSC
Florianópolis
28 de junho de 2005
Ano XX - Número 4



Cobertura completa dos 17 dias de protestos de estudantes e população contra o reajuste das passagens de ônibus em Florianópolis. Manifestantes venceram novamente mas tiveram que enfrentar a truculência do governador e prefeito com

A DEMOCRACIA DO PORRETE



CMI mobiliza com mídia tática

Sítio independente de notícias informa, organiza protestos e dá força às manifestações

Antes das recentes manifestações começarem, Daniel Guimarães, estudante de jornalismo da Faculdade Estácio de Sá, publicou um artigo no sítio do Centro de Mídia Independente e no jornal *A Notícia* que foi considerado por alguns – a polícia, principalmente – a senha para o levante popular contra o aumento das tarifas do transporte coletivo. O artigo tratava de um episódio pouco conhecido, a Revolta das Barcas, na qual milhares de pessoas se levantaram, em maio de 1959, contra o péssimo sistema de transporte de barcas, que fazia o roteiro entre Niterói e Rio de Janeiro, antes de ser construída a ponte que liga as cidades. Apesar da semelhança histórica e geográfica, foi apenas uma coincidência.

Esse exemplo mostra como o Centro de Mídia Independente conquistou força e se transformou em um instrumento para convocar os militantes e informar a população sobre as manifestações e movimentos em geral. O CMI é um projeto de grupos de comunicação independentes, que surgiu em 1999, em Seattle (EUA), durante a cobertura das manifestações contra a Organização Mundial do Comércio. O CMI de Seattle (indymedia.org) se espalhou pelo mundo e hoje já conta com mais de 250 grupos internacionais. É formado por voluntários que buscam oferecer ao público informação “alternativa e crítica”.

No Brasil, o CMI (midiaIndependente.org) surgiu no começo de 2001, para cobrir as manifestações contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Guimarães, que é um dos membros do CMI Flórida, define a rede como “um grupo de trabalho não competitivo, uma comunicação participativa, não existe patrão, chefe, não tem funcionário e ninguém é assalariado”, explica, deixando bem claro o perfil ideológico do grupo. São 11 “coletivos” espalhados em diferentes cidades do país: Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

A rede nacional tem um grupo que edita os temas mais importantes na coluna principal do sítio e monitora a coluna situada na direita da *homepage*, onde a publicação é livre para qualquer pessoa. Quando o texto publicado não está de acordo com a política editorial não é apagado, é transferido para a coluna de “arquivos escondidos” para mostrar o que o CMI não concorda. Daniel esclarece que as mensagens “de cunho racista e partidário” não são bem vindas. Outra característica diferenciada do CMI é o *copyleft*, que autoriza a utilização de qualquer material publicado desde que citada a fonte.

O CMI Flórida é formado por um núcleo duro de dez pessoas divididas em quatro grupos de trabalho. O grupo de mídia impressa é responsável pela publicação do jornal-poste *CMI na Rua* e *O Independente*, que é vendido para se levantar fundos. O grupo de rádio produz material em áudio para o sítio e faz programas na rádio de Tróia – iniciativa do DCE da UFSC. Há ainda um grupo de vídeo que está sendo implantado e outro de finanças que arrecada dinheiro para ser investido no próprio coletivo. A relação entre o CMI Flórida e o movimento passe livre começou de forma natural. “Como tem esse caráter de mídia alternativa é normal que alguém já faça parte de algum movimento”, lembra Guimarães, “quando a gente começa a cobrir uma coisa, a gente se envolve, publicamos até os deslizes do movimento”.

Alexandre Brandão

Mãe de estudante ferido denuncia abusos da PM

Denize Leal, de 47 anos, estava em casa conversando com os amigos na quinta-feira, dia 21 de junho, enquanto seu filho participava das manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público de Florianópolis. Por volta de uma e meia da madrugada, Diogo chegou em casa. Voltava do hospital, pois uma granada de gás pimenta havia atingido o seu pé durante os protestos. O pai de outro rapaz que levou dois tiros de balas de borracha no rosto foi quem levou o estudante para casa.

Além das preocupações de mãe, Denize pôde sentir o que o filho passou. Quando Diogo chegou em casa, ela começou a espirrar devido ao cheiro de gás pimenta impregnado na roupa. Depois de ter colocado as roupas do filho para lavar, Denize passou as mãos no rosto: “Fiquei com o rosto ardendo. Parecia que a cara ia cair”, lembra.

Diogo foi atingido por uma bomba de gás pimenta atirada pela polícia. Algumas pessoas estavam presas e os



Denize: granada atingiu o filho

manifestantes que estavam no centro da cidade se dirigiam à Central de Polícia. Quando estavam perto do local, a tropa de choque começou a jogar bomba de gás pimenta e dar tiros de balas de borracha. Uma das bombas atingiu o pé de Diogo. Como estava com uma bota de montanhismo, o ferimento não foi mais grave. Mesmo assim não conseguiu caminhar e duas pessoas o levaram para o hospital. “A polícia reprime os estudantes como se fossem bandidos. Eles estão protestando contra um aumento absurdo na passagem dos coletivos”, contesta Denize.

Para ela, os pais devem dar força ao movimento. Ela não vai à rua protestar, mas vai participar de outras formas: fazendo representação ao Ministério Público ou denunciando para órgãos de direitos humanos o ocorrido com os estudantes. “Ainda bem que na época da ditadura era eu que participava dos protestos. Os pais sofrem muito mais nessas ocasiões”, avalia.

Maurício Frighetto



Nossa equipe (com algumas ausências): Daniela Cucolicchio, Marianna Aragão, Wladimir D'Andrade, Sarah Castro, Alexandre Brandão, Isadora Pamplona, Maurício Frighetto, Wendel Martins, professor Ricardo Barreto, Robson Martins, Thiago Macedo, Francis França, professor Clóvis Geyer e Clarice Zornio

ZERO

ANO XX - Nº 4 - JUNHO/2005 - CURSO DE JORNALISMO - UFSC - CCE - JOR Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina Apoio: LabFoto, LabInfografia, LabRádio Arte: Alexandre Brandão, Clóvis Geyer Colaboração: Carolina Mello Samorano, Luís Prates, professor Victor Carlson Copy-writer: Francis França, Marianna Aragão, Maurício Frighetto, Thiago Macedo, Ricardo Barreto (final) Direção de Arte e de Redação: Professor Ricardo Barreto Edição: Bruno Moreschi, Emília Chagas, Francis França, Marianna Aragão, Maurício Frighetto, Sarah Castro, Thiago Macedo Editoração eletrônica: Alexandre Brandão, Wendel Martins Editores-executivos: Alexandre Brandão, Isadora Pamplona Fotografia: Bruna Marcon, Clarice Zornio, Daniela Cucolicchio, Leo Miranda, Lucas Sampaio, Sarah Castro, Tadeu Martins, Wladimir D'Andrade Laboratório fotográfico: Bruna Marcon, Leo Miranda, Marcelo Rafael, Wladimir D'Andrade Secretária de redação, checagem e circulação: Isadora Pamplona Serviços editoriais: *A Notícia*, *Diário Catarinense*, *O Estado*, *O Correo* Textos: Alexandre Brandão, Bruno Moreschi, Emília Chagas, Francis França, Isadora Pamplona, Leandro Uchôas, Leo Branco, Marianna Aragão, Maurício Frighetto, Sarah Castro, Thiago Macedo, Wladimir D'Andrade Tratamento de imagens: Alexandre Brandão, Wendel Martins Impressão: *Diário Catarinense* Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC Telefones: 55(48) 331-6599, 331-9490, 331-9215 Fax: (48) 331-9490 Sítio: www.zero.ufsc.br E-mail: zero@cce.ufsc.br Circulação: Nacional, gratuita e dirigida Tiragem: 5.000 exemplares Deadline: 28 de junho 2005

Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98

e-ZERO

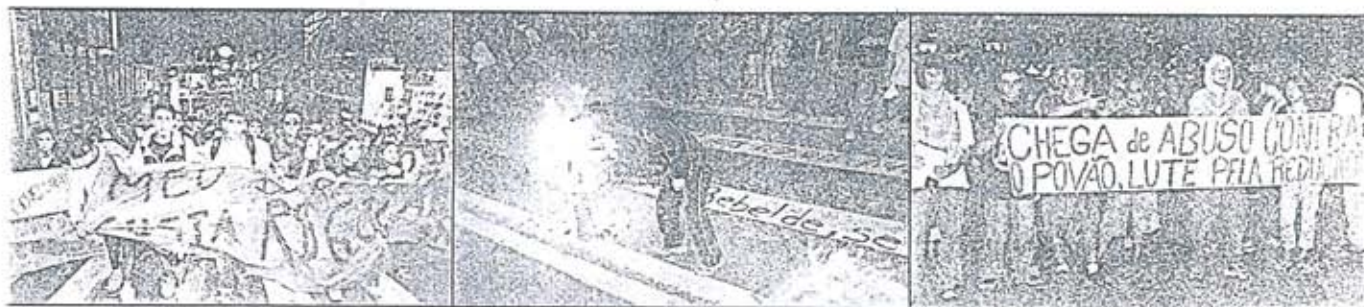
3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
Expocom 94

Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

20-ZERO

www.zero.ufsc.br

JUNHO 2005



Arriamente, passeatas levaram centenas de estudantes às ruas da capital em protesto contra os aumentos; em frente ao Ticeu, manifestantes ateiam fogo à catraca e fazem gesto pedindo paz

Prefeito se rende. Desgastado

Após três semanas de caos urbano, inabilidade e inércia política, aumento é suspenso

O prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PSDB), precisou de 24 horas para determinar o aumento médio de 8,8% no valor das tarifas do sistema integrado de transporte da capital. Na quarta-feira, 25 de maio, véspera do feriado de Corpus Christi, decisão do juiz Domingos Paludo, da 2ª Vara da Fazenda da Capital, autorizou a Prefeitura a conceder o reajuste. O aumento equivale a diferença do reajuste de 15,6% concedido pelo governo da ex-prefeita Ângela Amin (PP) através do Decreto nº 2454, em junho de 2004, e o valor efetivamente repassado de 6,81% - em vigor desde dezembro por determinação da Justiça. Na terça-feira, 21 de junho, depois de 24 dias de duração do reajuste e 17 dias de protestos ininterruptos, Berger revoga o aumento das tarifas, através do Decreto nº 3495, que voltou ao patamar praticado desde dezembro. Foram três semanas de trapalhadas, desmentidos e versões desencontradas. O prefeito ainda se indisps com a Câmara dos Vereadores e quase assistiu a um "racha" em sua base de sustentação.

Manifestações generalizadas e diárias se espalharam por toda a capital. No norte da ilha, estudantes da Escola Jovem fecharam o Terminal de Canasvieiras e ocuparam a rodovia SC-401. No sul, populares fizeram passeatas pelas ruas principais e impediram o trânsito de ônibus do terminal Rio Tavares. Na região da UFSC, secundaristas e universitários promoveram "catracação" por vários dias e ainda fecharam o terminal da Trindade. Estudantes do continente fizeram passeata até a região central da cidade. A avenida Paulo Fontes, no centro, foi bloqueada quase todos os dias. Os manifestantes também ocuparam o terminal Central (Ticeu) e fizeram passeata pelas principais vias da cidade: as avenidas Beira Mar e Mauro Ramos.

Durante a primeira semana de protestos, o prefeito se esforçou para transferir a responsabilidade do aumento da tarifa para o Judiciário. "Não posso fazer nada, o aumento foi autorizado pela Justiça", declarou. Norberto Stroisch, secretário de Transportes, foi ainda mais incisivo: "Não há o que negociar, a prefeitura não é responsável". Diante das declarações, a Associação de Magistrados Catarinense esclareceu em nota oficial que "o aumento nas passagens deve-se a um ato discricionário do próprio Executivo municipal, que poderia ou não autorizá-lo". Na sexta-feira, 3 de junho, Jaime de Souza, procurador-geral do município, surge para corrigir o problema. "O prefeito Dário não é advogado, pode ter se pronunciado de forma equivocada", disfarça.

Enquanto isso, manifestantes denunciavam as "prisões arbitrárias" e o "uso de violência" por parte da força policial. Logo no primeiro dia de protestos, três principais líderes do movimento, Marcelo Pomar, Flora Muller e André Moura Ferro foram detidos, enquadrados nos crimes de formação de quadrilha e proibidos de participarem das manifestações. Eles foram liberados na madrugada de terça-feira sob fiança de R\$ 1,5 mil cada. Uma cena de um jovem sendo espancado por policiais militares gravada pela TV Floripa foi enviada à Anistia Internacional. Os deputados estaduais Válio dos Santos e Afrânio Bopp (PT) pedem a demissão do secretário de Segurança Pública, Ronald Benedet, que passou a primeira semana de protestos em Paris.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Bruno Knills, acusou os manifestantes de promoverem baderna, agredirem policiais e denunciou uma suposta "infiltração" de provocadores de outras cidades. "O quebra-quebra tem origem na violência policial e na exploração do transporte coletivo e seus capachos na administração pública", devolveu Pomar. Segundo o sar-



Nem os santos ajudaram: establishment se concentra para tentar evitar a sucessão de trapalhadas

Nas semanas seguintes, Dário Berger apresenta duas propostas para contornar a situação e conquistar uma trégua com os manifestantes. Na segunda-feira, 6 de junho, sugere parcelar o aumento. No dia 13, a prefeitura propõe subsidiar passagens acima de dois reais. As duas propostas são recusadas. "O movimento pede a redução total das tarifas, não há negociação antes disso", declara Matheus de Castro, advogado e representante dos manifestantes. Stroisch, secretário de Transportes, afirma que "revogar o decreto é impossível, pois implicaria derrubar os 6,81% concedidos pela Justiça em dezembro".

Depois de mais uma quinta-feira de protestos e quebra-quebra, a mesa diretora da Câmara dos Vereadores resolve dar um fim ao impasse. Na sexta, 17 de junho, o presidente da casa, Márcio Ávila, propõe um substitutivo global de subsídio total e redução da tarifa aos patamares anteriores por tempo indeterminado. A proposta é discutida em três comissões da Câmara e analisada pelo prefeito Dário Berger e o secretário de Administração, Filipe Melo. "A votação só aconteceu depois que Dário comprometeu-se a sancionar o projeto", garantiu Ávila. O substitutivo foi aprovado por unanimidade por todos os 13 vereadores presentes.

Na manhã de segunda, 20 de junho, o homem forte da administração tucana, o secretário de Governo Gean Loureiro, garantiu em entrevista à rádio CBN que o prefeito não iria vetar o substitutivo global. O próprio secretário de Administração explicou que o dinheiro para pagar a diferença viria do fundo de contingência do município. No fim da tarde, a prefeitura muda de ideia, rejeita o projeto da Câmara e escala o procurador-geral Jaime de Souza para mudar a versão. O prefeito apresentaria uma proposta estudada durante o final de semana entre o Executivo e a equipe do político e urbanista Jaime Lerner - contratada para fazer um diagnóstico do transporte coletivo em Florianópolis.

Em entrevista coletiva, na terça-feira 21, o prefeito Dário Berger anuncia a revogação do aumento e a volta do valor das tarifas aos patamares anteriores. O decreto 3495, que suspende a "complementação do reajuste relativo ao decreto 2454", não estipula prazo, mas Berger garante que, entre 60 e 90 dias, deve apresentar um novo projeto de sistema de transporte. Depois de pelo menos 55 detenções e 36 processos judiciais, segundo o movimento, os manifestantes consideram o recuo do prefeito uma vitória, mas comemoram com ressalvas: "Responderemos aos processos judiciais que pesam sobre nossos militantes de cara limpa, com orgulho de nossa contribuição à sociedade", desabafa, aliviado, Marcelo Pomar.

gento Amauri Soares, presidente da Associação de Praças de Santa Catarina (Aprase), o descontrolado causado por "provocadores e vândalos implantados por forças obscuras" foi motivado pela ação militar e judicial que afastaram as lideranças. Soares também criticou a preferência adotada pelo governo do Estado: "A ordem vinda é esta mesmo: deixa o caos prevalecer e depois usa a força necessária". Esta é a opção do Governo, que está a serviço do prefeito da capital, do PSDB, em nome de uma aliança que viabilize a reeleição do ano que vem. Só isso justifica essa atitude do governador".

Alexandre Brandão



Estudantes no centro de Florianópolis se protegem com máscaras e acusam prefeito e governador pela violência, enquanto a Polícia confirma a acusação ao reprimir o protesto com bombas de gás



"Não posso fazer nada".

Dário Berger, *Diário Catarinense* 2 de junho de 2005, ao ser perguntado se há a possibilidade das tarifas baixarem.

"Não sou nenhum 'bocó'. Ninguém vai fazer xixi na minha perna e rir na minha cara".

Prefeito de Florianópolis, Dário Berger, em entrevista ao *Diário Catarinense* de 1º de junho de 2005 sobre as manifestações contra o aumento.

"A polícia não vai permitir o fechamento das pontes, a obstrução das ruas e dos terminais. A capital não é uma terra de ninguém!"

Dário Berger, *A Notícia* de 2 de junho de 2005, sobre o rigor da polícia no tratamento das manifestações.

"No meu governo não vou permitir baderna".

Dário Berger, *A Notícia* de 2 de junho de 2005.

"Nenhum policial bate por livre e espontânea vontade em alguém".

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005, sobre a truculência da polícia.

"Não vou permitir que a desordem e a anarquia tomem conta da cidade".

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005.

"Eu mesmo fui conversar com o governador Luiz Henrique da Silveira sobre a situação, que precisa ser combatida de forma enérgica".

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005.

"Abri a 'caixa preta' dos transportes quando assumi a prefeitura. Me tem que desmistificar o termo, que não é só sacola cheia de dinheiro ou corrupção como pensam".

Dário Berger, *Diário Catarinense* de 2 de junho de 2005, sobre o Sistema Integrado de Transporte.

"No meu governo, vocês não vão ver polícia batendo em estudante".

Governador Luiz Henrique da Silveira, *O Estado* de 6 de julho de 2004, em entrevista coletiva concedida na véspera, quando rebateu as declarações de que a Polícia Militar estava sendo omissa no controle das manifestações em 2004.

"Tivesse havido alguma morte ou ferimento grave, os mesmos críticos de sempre diriam que estávamos de rasgar o nosso discurso e a nossa bandeira, a usar de violência desnecessária contra estudantes indefesos. São os apologistas da democracia do cassete".

Luiz Henrique da Silveira, no jornal do PMDB, acusando a oposição representada principalmente pela ex-prefeita Angela Amin (PP), de considerar uma "fraqueza" a revogação dos aumentos das tarifas de transporte coletivo, julho de 2004.



Foto: Corbis/Agência/Imagem/Contrasto

Alunos da UFSC fizeram protestos e organizaram passeatas no campus. Manifestantes e policiais em frente ao prédio da Câmara Municipal, em noite quente da primeira semana do movimento

Protesto é reprimido no Tican

PM reagiu às manifestações em Canasvieiras com ameaças, confrontos e arbitrariedades

Por falta de opção, ou por não ter usado seriamente sobre o assunto, fato é que o Governo do Estado consitiu a Escola Jovem de Canasvieiras, Ensino Médio, praticamente do do do terminal de ônibus (Tican), posição estratégica facilitou a organização para os protestos que fecham o terminal e para as caminhadas: sete quilômetros até o pedágio da 401. A resposta das autoridades foi o silêncio e arbitrariedade contra os estudantes.

No primeiro dia de manifestação, terça-feira, dia 31, houve pancadaria prisões. Um aluno de 16 anos, que tentou furar o bloqueio da tropa de choque, foi agredido e levado pela polícia. Funcionários da empresa Canasvieiras Transportes também partiram de socos e chutes para cima de manifestante, que desmaiou. Cinco professores da Escola Jovem estavam junto com os alunos. O dia seguinte, nenhum deles apareceu. A Secretaria de Educação e Inovação mandou adverti-los de que, se não se afastassem dos protestos, seriam demitidos.



Não faltou disposição para os estudantes que protestaram por mais de três semanas

Albino denuncia agressões e acredita que imunidade parlamentar corre risco

A CPI dos Transportes, sugerida pelo vereador Márcio de Souza (PT) no ano passado para investigar o preço das passagens e o Sistema Integrado de Transportes saiu da gaveta fervendo em meio às manifestações dos estudantes e finalmente foi instaurada no dia 20 de junho. A comissão é formada pelos vereadores João Bittencourt (PSDB), Xande Fontes (PP), Jaime Tonello (PFL), Márcio de Souza (coligação PT-PL-PCdoB) e Juarez Silveira (coligação PMDB-PTB). Apesar de a bancada do PP ter tentado barrar a CPI pela suposta falta de um fato determinado, a instauração do inquérito foi aprovada por 11 dos 16 vereadores. "Não havia condições políticas para emperrar o processo", diz Ângela Albino (Pcdob), que sofreu agressões da polícia na primeira semana de manifestações.

Na segunda-feira, 30 de maio, conta a vereadora, estava na sessão da Câmara quando manifestantes chegaram. Desceu, conversou pacificamente e eles começaram a dispersar. Foi quando a polícia atacou. E afirmou: "Disseram que foi bala de borracha, mas nunca vi uma bala de borracha perfurar uma calça jeans, como aconteceu com um menino", denuncia a vereadora, acrescentando que os policiais negaram-se a socorrer o ferido. No tumulto, ela também foi atingida pelas bombas de gás lacrimogêneo e ficou com um hematoma no braço. Outros dois estudantes foram atingidos naquele dia. Jorge Silva, presidente do Centro de Estudos Cultura e Cidadania (Cecca), ONG atuante nas áreas de ecologia, políticas públicas e direitos humanos, teve dois dentes e o maxilar perfurados por bala e deve fazer uma cirurgia. Uma estudante de 16 anos apresenta três marcas de tiro com bala de borracha nas costas.

Albino responsabilizou o Governo do Estado por criar a situação de caos em Florianópolis. "Tivemos presos políticos nesta cidade", e denuncia que os estudantes presos sofreram tortura psicológica. "Tiago Andriano, presidente da UCE, foi colocado em uma cela junto com um assassino que não tem direito nem a tomar sol de tão perigoso, e as meninas foram ameaçadas de irem para celas com lésbicas violentas", acusa.

Para ela, a ação de vândalos no meio das manifestações é suspeita. "A participação de baderneiros foi organizada e a mando, só não se sabe de quem, mas tivemos informações de dentro do governo que eles fazem parte do narcotráfico", acusa. Além disso, diz ter sido incluída em uma lista da PM com 100 pessoas, que são a prioridade nas prisões - caso forem flagradas em alguma manifestação. "Meu telefone está grampeado, como o da maioria dos vereadores e, de dentro do governo, disseram que eu não saísse para as manifestações, porque não havia como garantir a minha segurança". Ângela Albino diz que está na lista porque, na opinião da polícia, extrapolou seu direito de imunidade parlamentar. A PM nega a existência dessa lista. "Não tenho conhecimento de lista nenhuma. Não estamos caçando bruxas", contestou o coronel Mário César de Oliveira, responsável pelo setor de comunicação da Polícia Militar.

Textos: Francis França

Histórias reais

Luzalidia Ribeiro Cravo, gestora social do Norte da Ilha e da Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) estava no Tican quando a tropa de choque chegou, sem identificação no uniforme, e foi procurar o capitão Arruda.

- Onde está a identificação? - perguntou ela.
- Por que você quer saber? - ele respondeu, acrescentando que não precisava de identificação porque a tropa sabia quem ele era. Quando insistiu, Luzalidia recebeu a resposta: os soldados não têm dinheiro para pagar o bordado da identificação. Luzalidia procurou a Corregedoria, órgão que fiscaliza as ações da polícia. Foi informada de que a falta de identificação dos policiais é totalmente arbitrária e aconselha a fazer uma denúncia por escrito. Fará.

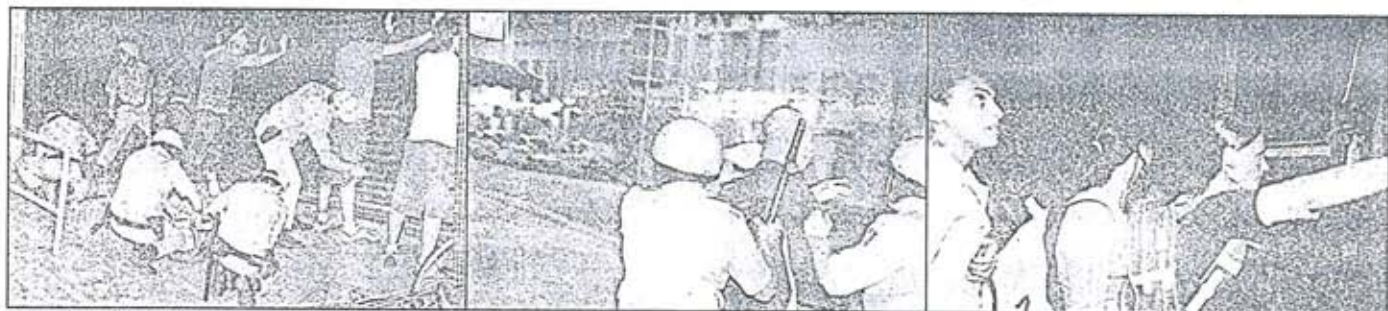
Na quarta-feira, 1º de junho, cerca de 50 policiais estavam no Tican. Foram conversar com estudantes para combinar como seria a manifestação. Só era permitido protesto comportado. Fechar o terminal ou a rodovia SC-401 acarretaria repressão. Três jovens que tinham acabado de chegar negociavam com o capitão Norberto, chefe da operação quando o capitão Nolasco apareceu e apontou o dedo para eles: "se alguém entrar na rodovia eu prendo vocês três".

Priscila, de 15 anos, estava dentro de um ônibus que saía do Tican quando gritou para os policiais: "vai pegar uma enxada e vai trabalhar!". Um carro com oito policiais parou o ônibus e, os oito, retiraram a menor de dentro para levá-la à delegacia. Ela ficou detida das 11h às 16h. Quando a mãe de Priscila chegou para buscá-la, a escrivã falou: "por favor, leve esta menina daqui, ela não calou a boca um minuto!".

Lidiane Chagas, 23 anos, estudante do primeiro ano do ensino médio noturno, foi para a aula de carona por volta das 21h20 de quinta-feira. Na esquina da escola foi abordada por policiais. "Sabia quem eram os líderes do movimento?", sabia se tentariam fechar o terminal? Foi revistada e encontraram uma câmera filmadora em sua bolsa. Disseram que levasse a câmera embora ou não entraria na escola. Todos os estudantes foram revistados. Pouco antes houve protestos e confronto com a polícia. Um manifestante soltou fogos de artifício nos policiais, mas atingiu uma moradora. Mais tarde, o diretor passou de sala em sala suplicando aos alunos que fossem embora "porque a polícia disse que ia invadir".



Manifestantes fecham principal avenida que dá acesso às pontes e se dirigem ao Tican



Reação desmedida: estudantes são revistados em camburão pela PM, como marginais, presos sem qualquer explicação e, apavorados, conduzidos em camburões à Central de Polícia da Capital

Mães protestam contra prisões

Atuação da OAB, UFSC e Igreja não evitou que os manifestantes acabassem no presídio

Logo no começo da manhã da sexta-feira, 3 de junho, a rua em frente à Central de Polícia de Florianópolis já estava cercada de manifestantes que faziam vigília e protestavam contra a prisão de 16 jovens na noite anterior. Algumas pessoas nem dormiram, passaram a madrugada por ali. O advogado Prudente Silveira de Melo, indicado pela OAB para acompanhar as prisões, foi uma dessas pessoas. De acordo com ele, as detenções efetuadas são ilegais. Ele assegura que os próprios policiais reconhecem que nenhum deles praticou crime algum. "Eles foram pegos como bode expiatório, não participaram das depredações, a PM não capturou nenhuma pessoa que fez depredação, foram presos porque ficaram parados", acusou. Melo ainda informou que entre os 16 presos, quinze foram enquadrados por "obstruir a atividade de circulação de ônibus" e um, Thiago Andriano, por "incitação à violência".

No período da tarde, a confusão estava armada. Poucas pessoas de fato sabiam como estava a situação dos detidos. As informações divulgadas eram confusas e poucos tinham acesso aos jovens detidos. Advogados da OAB tentavam acalmar os ânimos e explicar como funcionava a burocracia nesses casos: a Polícia Militar entrega os detidos para a Polícia Civil, que lavra o auto de prisão em flagrante. Depois são colhidos os depoimentos dos policiais e dos presos. O delegado encaminha os detidos para o presídio e o auto de prisão para o Judiciário, que vai decidir o que fazer: manter no presídio, estipular uma fiança ou deixar os detidos em liberdade.

Durante todo o tempo, a OAB, representantes dos manifestantes e lideranças políticas negociavam um relaxamento para que os detidos não fossem levados para o presídio, mas diretamente para o fórum. Muitos deles estavam convictos de que eles não seriam transportados para o presídio, tanto que espalharam a versão de que os presos seriam levados para a 3ª Delegacia de Polícia, no Estreito, para serem libertados. Em troca, a polícia pedia que os manifestantes não se concentrassem em frente da Central de Polícia.

O padre Wilson Groh, conhecido por sua militância em comunidades pobres da cidade, apareceu para visitar os detidos. A pró-reitora de Assuntos Estudantis da UFSC, Corina Espíndola, também foi até a Central para intervir pelos estudantes. Ela informa que o reitor Lício Botelho fez contato com o governador e o delegado para relatar a prisão dos estudantes, mas não obteve sucesso. Durante um bom tempo, a pró-reitora permaneceu ao lado da mãe da estudante de Psicologia Cíntia Ertel Silva.

Famíliares- A mãe de Elisiane Aires de Melo, uma das estudantes detidas, estava desesperada e desamparada com a situação. Maria Albina Aires não sabia com quem contar e nem o que fazer. Ela amarrava suas próprias mãos com uma corda e segurava o cartão estudantil de transporte da filha como forma de protes-

to. Ela gritava, chorava e recebia a solidariedade de outros manifestantes. Afastada do trabalho por problemas de saúde, fala com dificuldade sobre sua filha. Elisiane faz o Curso Técnico de Meteorologia no Cefet de São José e estuda Pedagogia na Unisul. Com apenas 22 anos, ela já trabalha na OAB: ganha R\$ 280 de salário, paga R\$ 300 de mensalidade para a Unisul e ainda gasta com transporte entre sua casa, no Saco dos Limões, a faculdade e o trabalho. "Minha filha não é bandida para estar presa, ela é uma menina estudiosa e trabalhadora, ela tem o direito de protestar".

Ao seu lado, a mãe do jovem Pablo Brum, Mara Denise Brum, também tentava obter alguma informação. O filho tem uma rotina parecida a de Elisiane: faz o Curso Técnico em Meio Ambiente em São José, trabalha em uma loja de materiais esportivos, próxima ao Shopping Beira Mar e ganha salário de R\$ 500. Com o dinheiro, tem que pagar o transporte entre sua casa na praia da Armação (sul da ilha), o trabalho (no centro da cidade) e a escola (em São José). Mara lamentava que o filho tinha que passar por essa situação só por estar lutando por uma vida mais digna. Lá estavam também os pais da jovem Patrícia Aparecida Bernardo, estudante do IEE, que ficaram juntos o tempo todo. A mãe, em prantos, não conseguia conversar. Nilton Bernardo, o pai, também muito abalado não conseguia falar muito, evitava falar com a imprensa e ficava recordando a filha, de apenas 18 anos.

Às 16h, um camburão pira em frente da delegacia central, os manifestantes decidem fechar a rua para evitar que os jovens fossem levados para o presídio. Um pelotão da Polícia Militar chega para acompanhar a manifestação. Com o tumulto criado, a mãe de Patrícia desmaia. Mas é alarme falso: os estudantes ainda não seriam transferidos, o camburão deixa o local e os manifestantes desocupam a rua e se mantêm na calçada em frente.

Após negociação, os manifestantes conseguem formar uma comissão de três integrantes para visitar os estudantes presos, entre eles o ex-vereador Nildomar Freire, o "Nildão" do PCdoB. O grupo fica na carceragem por cerca de 30 minutos e volta com notícias para todos: "Eles estão assustados, desesperados, não querem enfrentamento e todas as meninas estão chorando", relatou Iraldo Matias, um dos representantes na comissão, que faz pós-graduação em Sociologia na UFSC e é formado em design pela Udesc. "Estão querendo desmoralizar um movimento legítimo, esses jovens são bodes expiatórios", explicou. Matias disse ainda que as meninas estavam em uma sala trancada e os meninos em uma cela. "Quando eu cheguei, deu pra perceber que estavam desesperados, deu um nó na garganta, segurei o choro para passar segurança para eles", disse emocionado.

Às 17h35, dois camburões estacionam em frente da garagem da Central de Polícia. É o momento da transferência dos estudantes. O desespero toma conta de todos. Estudantes, pais e amigos começam a chorar. Até os servidores da delegacia, que acompanhavam tudo das janelas, também choram. Os manifestantes começam a aplaudir e gritar o nome de cada detido quando eles são jogados dentro dos camburões. A polícia militar e a civil cercam os dois carros, que logo saem a toda velocidade e sirenes ligadas pela avenida Osmar Cunha. Alguns acreditavam que

eles seriam levados até o Estreito para serem libertados, outros achavam que os camburões iam ficar circulando até os trâmites legais serem executados. Mas eles foram diretos para o presídio da Agrônômica. No dia seguinte, em uma reunião reservada entre as lideranças do movimento, Marcelo Pomar resumiu como os estudantes foram tratados:

"Eles foram humilhados, tomaram tapas na cabeça, nas nádegas, ficaram ajoelhados, nus, por uma hora e ficaram no setor mais sujo do presídio".

Caminhada- Depois da pirotecnia policial, os manifestantes seguiram em marcha para a avenida Mauro Ramos em direção à avenida Beira Mar. Outro grupo que estava reunido desde o começo da tarde em frente ao Ticen, por volta das 20h também se dirigiu para a Mauro Ramos, passando pela Assembleia Legislativa. Uma terceira frente saiu logo depois do Terminal Central em direção à rua Esteves Júnior, circulando pelo centro da cidade e passando em frente ao Colégio Catarinense, todos se encontraram no cruzamento da avenida Beira Mar, em frente ao centro comercial. A manifestação retoma a caminhada de volta e chega ao Ticen, ocupando toda a Beira Mar.

Na frente do terminal, é realizada uma assembleia para definir as atividades da semana seguinte. Enquanto isso, um grupo de estudantes vai até o Centro Integrado de Cultura, onde acontece o Festival Audiovisual do Mercosul (FAM), para arrecadar dinheiro da fiança. Por ironia, quatro detidos são estudantes de Cinema da Unisul, que estavam produzindo um vídeo sobre as manifestações. Quando os estudantes são libertados, eles vão até o CIC agradecer, provocando comoção entre os participantes do festival. No Ticen, a assembleia é interrompida para aplaudir os estudantes libertados.

Mais confronto- A assembleia fica esvaziada e os manifestantes começam a ensaiar uma dispersão. Um grupo de crianças bota fogo em uma catraca no meio da avenida Paulo Fontes. Com a confusão, ninguém sabe informar de onde surgiu a catraca. Os manifestantes tentam ir embora, mas alguns ônibus não estão saindo do terminal. Os moradores do continente não conseguem voltar para casa. Um fiscal da Cotisa, que não quis se identificar, informa que a própria prefeitura "mandou reter os ônibus", que se dirigiam para o continente. "Eles estão saindo sem horário determinado do Centro Sul, quando acumula gente". Algumas pessoas, para ir embora, tentam pular a catraca, mas a polícia age rapidamente. A correria se instala e as lideranças tentam organizar a dispersão.

Às 22h15, os policiais jogam bombas de efeito moral para o alto. Um adolescente de 15 anos é ferido no ombro, outro é ferido na perna por estilhaços de bombas. Uma frente policial monta um cordão de isolamento e fecha as entradas dos terminais. Vários destacamentos da PM localizados em diversos pontos deixam os estudantes encurralados entre o Ticen e o camelôdromo, no calçadão da avenida Paulo Fontes. Enquanto os estudantes cantam o hino nacional e gritam "violência não", a tropa de choque caminha em direção a eles, jogando bombas e atirando. Cada um corre para um lado na tentativa de se defender. Os militares também hostilizam a imprensa: tentam evitar as filmagens e as fotografias. Em todo o centro, estudantes são retidos para serem revistados. Pelo menos sete pessoas foram presas e encaminhadas para a 6ª Delegacia de Polícia, na avenida Mauro Ramos. Cinco menores foram libertados com a presença dos pais e os outros dois maiores foram libertados sem defesa e fiança.

Alexandre Brandão



PMs prendem jovens sem nenhuma acusação



ré Moura, um dos líderes do movimento é preso no primeiro dia de protestos, Afrânio Boppé acompanha estudantes detidos e Alex Nunes, da TV Floripa, é ferido na orelha enquanto filmava

Boppé condena governo e mídia

Deputado vê retorno de uma ditadura disfarçada e acha que a imprensa distorceu fatos

"Quando cheguei, tinha três estudantes presos por P-2 (licença sem farda, à paisana). Um deles estava levando uma vata" do P-2 e gritava, porque seu megafone, nas mãos do policial, era pressionado contra seu pescoço. Entrei para sair e fui empurrado pelas costas por outro policial. Agarre a ele e fomos ao chão. Quando levantei, vi um grupo de policiais para cima de mim...". O relato não é de outro dia, mas de uma manifestação de estudantes contra o aumento das tarifas de transporte coletivo em Florianópolis. Quem narra esta cena de violência e confusão é o deputado estadual Afrânio Boppé (PT), candidato a prefeito da cidade na última eleição. No dia 1º de junho, em sessão extraordinária no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado denunciou a violência policial contra os manifestantes e criticou as ações do governo.

Boppé conta que participou de uma sessão solene na noite de segunda-feira, 30 de maio, quando, por volta das 20h30, foi avisado de que havia, nas proximidades do terminal da cidade de Florianópolis, um conflito entre policiais e manifestantes que protestavam contra o aumento de 8,8% nas tarifas de transporte coletivo da cidade, implementado no dia anterior. Segundo o deputado, a situação estava contornada e os estudantes começavam a se dispersar organizadamente. "Ainda havia um grupo de cerca de dez estudantes, quando Mário César Simas, comandante do batalhão da Polícia Militar, deu a ordem para que a polícia prendesse os que restavam no local. Ai começou a correria dos PMs atrás dos estudantes e eu acompanhei de perto o que estava acontecendo. Em seguida deu-se a ordem para que a polícia tentasse separar a polícia e estudantes e se envolveu no conflito. O deputado estadual seria atacado por um grupo de policiais, não fosse pela presença do major Adriano Gilvan da Silva, que o reconheceu e impediu a ação. Quando a situação parecia resolvida, houve novo correr e correr. Boppé acompanhado dos estudantes, sofreu ataque de spray de gás. "Os estudantes se agarravam comigo para que eu os lesasse. Foi lamentável", revolta-se.

Vem delegada, vem secretário, vem imprensa. Na delegacia da Polícia Civil, situada na rua Osmar Cunha, o deputado registrou boletim de ocorrência e tentou conversar com os estudantes que foram detidos, mas foi impedido pela delegada Sandra Mara Pereira. "Ela me provocou e disse: 'só senhor me empurrar e passar por cima de mim'". Boppé acha que a delegada esperava que ele "criasse um fato" na delegacia e, por isso, o deputado recuou e decidiu insistir.

A delegada explica que, na Delegacia Geral da Polícia Civil, os policiais militares conduziram os detidos pela garagem em um espaço de acesso restrito às atividades policiais, são estrados e fardados. Foi a este espaço que a delegada Pereira negou passagem ao deputado estadual. Ela nega que a provocação Boppé. "Este deputado quer se promover usando a delegada Sandra Mara", diz, enfatizando a autoridade. Os estudantes foram enquadrados por incitarem violência e impedirem a circulação dos ônibus. Para a delegada, o Movimento Passe Livre pode ser considerado forma de quadrilha. "Entendo que este movimento incita e comete crimes", conclui. Pereira relata que muitas pessoas procuram a delegacia, alegando terem o carro riscado por manifestantes. Os três estudantes presos tiveram que pagar R\$ 5 mil de fiança cada um e só saíram da delegacia de madrugada.

O deputado Afrânio Boppé também se mostra contraria-

do com a posição do governo estadual e da imprensa local. "Liguei para o secretário estadual de segurança pública (Ronaldo Benedet) três vezes. Ele me disse: 'ah, eu não posso fazer nada, agora estou em Paris'. Pedi que ele mandasse que algum comandante falasse comigo. Infelizmente nada foi feito", indigna-se. Ronaldo Benedet, secretário de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, esteve em Paris para participar da 22ª Conferência Europeia da Associação Internacional dos Chefes de Polícia. Quanto à imprensa, o deputado alega que a "novela" foi contada de uma forma distorcida. Ele entrou em contato com a redação dos dois principais diários do estado e acha que a imprensa contornou os fatos. Em um destes jornais, o fato saiu de maneira reduzida e, no outro, nenhuma palavra sobre o assunto foi publicada no dia seguinte.

Boppé comentou a nota oficial do prefeito Dário Berger (PSDB), na qual ele alega que, ao aplicar o aumento, está cumprindo uma decisão judicial herdada da prefeitura anterior: "A justiça autorizou o aumento da passagem, não obrigou o aumento. Ele poderia não fazer. Ele criou um discurso na campanha eleitoral que não pôde honrar, pois está comprometido com as empresas de ônibus, tal qual o governo anterior", rebate o deputado, que usou o tempo a que tinha direito em plenário para exibir imagens de Alex Nunes, da TV Floripa, que mostravam o enfrentamento entre a polícia e os estudantes. As imagens chamavam a atenção pela violência, no uso de bombas de gás e cassetetes pelos policiais e pedras por parte dos manifestantes. Uma cena, capturada em detalhes, mostrava um policial imobilizando um estudante contra o chão e socando-o covardemente. Outra cena registrava o momento em que o estudante L.H.V., que mais tarde seria diagnosticado com traumatismo craniano, caía no asfalto. "Ou o governador toma conta da situação ou vai acontecer o pior. Se ele se omitir, estará subscrevendo estas agressões", sentenciou Boppé.

Na onda do assunto que palpitava na Alesc, o deputado Joares Ponticelli, líder do PP, cobrou as promessas de campanha de Dário Berger: "ele não iria abrir a caixa preta do transporte coletivo?" e fez acusações ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). "Um comportamento como este (da polícia militar) só poderia ter saído de alguém que serviu o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) por quase uma década", bradou no plenário, referindo-se à atuação de Luiz Henrique da Silveira, então recém-formado em Direito, no famoso órgão de polícia política da ditadura militar do governo federal, entre 1958 e 1966.

Os aliados do governador também se manifestaram. O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, deixou de lado a violência da polícia para ressaltar a dos estudantes. "A polícia soltou bomba, sim. Mas choviam pedras. Cada pedra enorme! A polícia precisava manter a ordem." O deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo na Alesc e ex-secretário estadual de segurança pública, se negava a acreditar que o governador tenha dado a ordem para que a polícia batesse nos estudantes: "acirramento de ânimos de parte a parte. Apenas isso." Houve quem recorresse a momentos de violência extrema como o do regime militar ao tratar do que aconteceu em Florianópolis. "É o retorno a uma ditadura disfarçada", lamenta o deputado Boppé.

Thiago Macedo

Grupo realiza manifesto na secretaria de transportes acorrentando-se a móveis

Cerca de 20 manifestantes, a maioria ligada ao movimento Passe Livre, ocuparam a Secretaria Municipal dos Transportes na tarde de 14 de junho em mais um protesto contra o aumento das tarifas de ônibus em Florianópolis. Os manifestantes montaram uma barraca no corredor do quinto andar do edifício Barra Sul, na avenida Rio Branco, centro da cidade, onde fica a secretaria. Acorrentaram-se em bancos, mesas e cadeiras na ante-sala do gabinete do secretário e gritavam palavras de ordem, como "vou resistir, vou resistir e a tarifa vai cair".

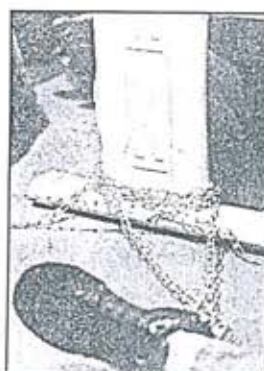
Para ocupar a secretaria, os estudantes planejaram uma estratégia. Saíram em duplas de um "QG" (local da cidade não divulgado), dispersaram-se pelo centro e foram entrando aos poucos no prédio da secretaria, cada dupla dirigindo-se a um andar diferente. Às 14h15min, horário marcado, reuniram-se na escada que dá acesso ao quinto andar e entraram todos de uma só vez, com a orientação de acorrentarem-se ao primeiro objeto que tivessem acesso.

Os funcionários da Secretaria Municipal de Transportes assistiram à movimentação e, em seguida, chamaram a polícia. "Fiquei assustada. Não sabíamos o que estava acontecendo porque eles só falaram depois. Pedi que saíssem, mas eles não atenderam", relata Eleonora Franzoni, funcionária da secretaria. A Polícia Militar chegou ao prédio em seguida, mas não fez nenhuma ação contra os manifestantes.

Logo depois da ocupação, duas lideranças do movimento Passe Livre — o advogado Matheus de Castro e o estudante Marcelo Pomar — foram atendidos por assessores do secretário municipal de Transportes, Norberto Stroisch Filho. Segundo Castro, o secretário classificou a manifestação como uma "visita" dos estudantes. Para os manifestantes, o subsídio proposto pelo prefeito Dário Berger não é suficiente e o objetivo dos protestos continua sendo a revogação imediata do reajuste de 8,8% em média nas tarifas do transporte. "O caos na cidade é devido ao aumento nas tarifas e não às manifestações", justifica o advogado Matheus de Castro.

No início da ocupação os estudantes planejavam permanecer na secretaria até a revogação do decreto que permitiu o aumento das tarifas. Mas o protesto terminou no final do dia de forma pacífica. Ameaçados de serem retirados pela Polícia Militar, os próprios estudantes removeram as correntes e abandonaram o prédio da secretaria.

Emília Chagas



Manifestação pacífica na secretaria

Foto: J. V. / Agência

Foto: J. V. / Agência

Foto: J. V. / Agência

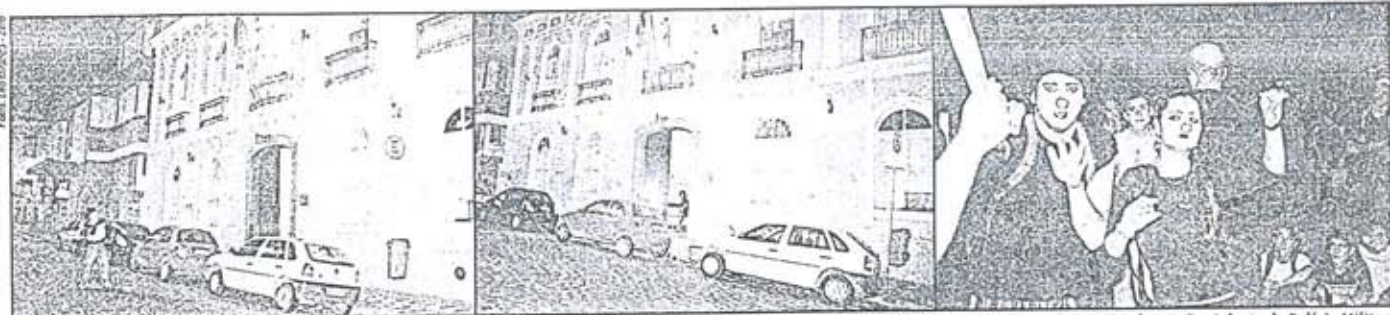
Foto: J. V. / Agência

Foto: J. V. / Agência

Foto: J. V. / Agência

Foto: J. V. / Agência

Foto: J. V. / Agência



No centro de Florianópolis, coquetel molotov é arremessado em direção à Câmara Municipal, enquanto outros manifestantes usam ironia para protestar e simulam ação violenta da Polícia Militar

Balanco do dia 9: 28 detenções

Dia começou com provocações do prefeito e terminou com repressão, prisões e destruição

Desde o começo da semana, a manifestação de quinta-feira, 2 de junho, já estava sendo convocada por todos os meios possíveis: pelo sítio do Centro de Mídia Independente, cartazes e boca-a-boca. A pretensão dos organizadores era fazer um grande ato de protesto. Logo de manhã, a cidade acordou com provocações do prefeito de Florianópolis, Dário Berger: "Enquanto eu for prefeito de Florianópolis ninguém fecha as pontes. Não sou nenhum 'bocó'. Ninguém vai fazer 'xixi' na minha perna". Soma-se a provocação do prefeito com a determinação da Polícia Militar em reprimir com toda força o movimento, chega-se ao saldo final: vários estudantes feridos, terminais quebrados, bancos apedrejados, quebra-quebra, correria e mais de duas dezenas de prisões.

19h - Após assembleia que teve início às 18 horas, estudantes marcharam pela avenida Paulo Fontes em direção à avenida Beira Mar. Dirigentes do movimento avaliam que existem cerca de 10 mil estudantes. Um grupo de manifestantes (cerca de 500 pessoas) chega em frente ao terminal rodoviário Rita Maria e ocupa a rodoviária para chegar mais facilmente até as pontes Pedro Ivo e Colombo Salles. Lá dentro são interceptados, impedidos de passar e dispersados pela tropa de choque, ainda na garagem da rodoviária.

19h25 - Na rua Antônio Pereira Oliveira Neto, ao lado do terminal Rita Maria, a PM chega com a tropa de choque para barrar a passagem da passeata. Nesse momento os manifestantes ensaiam uma caminhada até as pontes. São formadas várias colunas de estudantes que caminham de mão dadas, gritando palavras de ordem. A Polícia Militar esquenta os ânimos e começa o primeiro confronto. Policiais atiram bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Manifestantes respondem com rojões, pedras e paus. Os PMs atiram com balas de borracha para cima e contra os manifestantes, que correm em direção ao Hotel InterCity e a Praça da França. Um dos estudantes pega uma bomba de efeito moral que ainda não tinha detonado e devolve aos policiais. A bomba explode na linha de frente da PM e muitos comemoram. Parte dos manifestantes reagem à agressão policial e outra parte pede para parar o revide. Um manifestante é ferido na cabeça.

19h35 - Rojões são jogados contra a cavalaria. Como os cavalos ficam assustados, a cavalaria é obrigada a recuar, mesmo assim, a tropa de choque avança provocando o recuo e a dispersão dos manifestantes. Uma fila de estudantes se ajoelha em frente à tropa de choque e todos começam a cantar o hino nacional. Mesmo assim a fila é dispersa com as bombas e tiros. Muitos correm em direção à rodoviária ou ao posto de gasolina Esso (que fica na frente do terminal) e ao longo das duas vias da avenida Paulo Fontes. Policiais atiram (balas e bombas) contra manifestantes e populares que tentam se proteger dentro do posto. As pessoas gritam para parar os tiros e não provocar incêndio. Nesse momento os manifestantes dispersos começam a se concentrar novamente em frente ao terminal integrado do centro - Tícen.

19h50 - Em frente ao Tícen, a estudante Amanda, uma das lideranças e integrante do Movimento Passe Livre, entra em estado de choque e desmaia. Um enfermeiro que passava pelo local presta socorro imediatamente.

20h05 - Os manifestantes voltam a fazer assembleia e decidem ocupar o Tícen. Alguns tentam forjar a entrada na plataforma B do terminal central. Começa uma confusão e quebra-quebra. A resposta dos seguranças particulares da Cotisa é imediata. É o segundo confronto. Estudantes começam apedrejar vidros, guaritas, quebram lixeiras, placas de sinalização, cercas e tudo que encontram pela frente. Os seguranças respondem com as mesmas pedras atiradas pelos manifestantes. Alguns deles tentam impedir o quebra-quebra. Mas

nesse momento a manifestação já está sem controle. Seis seguranças acam um estudante dentro do terminal e o agredem.

20h10 - A tropa de choque chega e boa parte dos estudantes parte para a plataforma A. A troca de agressões entre seguranças e manifestantes continua. O quebra-quebra também: algumas cercas são derrubadas. Carla Santos Ribeiro, estudante da UFSC, leva uma pedrada na testa e é levada para o Hospital de Caridade, onde é feito curativo. Os estudantes recuam e começam a se dispersar.

20:20h - Um grupo de estudantes começa a destruição do prédio da Cotisa, consórcio das empresas de ônibus. As portas de vidros são quebradas e as cercas derrubadas. Os semáforos em frente ao Largo da Alfindega são destruídos. Novamente a tropa de choque provoca a dispersão do pessoal, que se defende com pedras tiradas do calçamento que dá acesso ao terminal. Nesse momento, a tropa de choque vem com força total e provoca a dispersão por todo o Largo da Alfindega, pelas ruas Conselheiro Mafra e Trajano, pela Praça XV e o Terminal Cidade de Florianópolis, antigo terminal central. É o terceiro confronto. Alguns manifestantes quebram os vidros do posto policial do Largo da Alfindega e de guaritas do antigo terminal. O carro de som está próximo do terminal. De cima do carro, um dos líderes pede para que o motorista não saia do local: "Não motorista, não vai embora". Sem sucesso, o motorista acelera em direção contrária aos manifestantes.

20h35 - Com o avanço dos PMs, os manifestantes são tomados por um pânico generalizado e correm para a Praça XV. Alguns começam a apedrejar o antigo prédio da Câmara Municipal de Florianópolis. Um grupo de policiais - que estavam isolados e sem escudo - fica encurralado em frente à Câmara e se protegem atrás dos carros que estavam estacionados. Os carros também são apedrejados. A porta da Câmara é arrombada e um manifestante joga um coquetel molotov. Começa um princípio de incêndio. Nesse momento a polícia de choque está muito perto dos manifestantes. Uma pessoa ainda fica dentro da Câmara apagando o fogo.

20h40 - Manifestantes apedrejam as portas do banco Bradesco. A grande maioria corre em direção às ruas Anita Garibaldi, Saldanha Marinho, Ilhéus, Padre Miguelinho e no largo da Catedral Metropolitana. A polícia conduz os manifestantes dispersos em direção à Praça Getúlio Vargas, com tiros de bombas e pistolas.

20h45 - Um destacamento da Polícia Militar se concentra em frente ao Teatro Álvaro de Carvalho e marcha ao longo de toda a rua Marechal Guilherme, enquanto outros grupos patrulham pelo centro da cidade. Os manifestantes totalmente dispersos correm pelas ruas do centro se protegendo e fugindo das agressões.

20h55 - Policiais se concentram em frente à Câmara, alguns reclamam que levaram pedradas nas pernas. Nesse momento, na Praça XV e no terminal Cidade de Florianópolis o ambiente está muito silencioso, depois de duas horas de gritaria, carro de som, bombas, tiros e cavalaria. Os manifestantes estão dispersos pelo centro cidade. Alguns estudantes procuram pelos seus colegas e exibem os ferimentos. Alguns choram e muitos vão embora. Um policial entra no meio dos estudantes e começa uma provocação. Por pouco não foi agredido. A cena é de um tsunami que devastou o centro da cidade, a calçada da Câmara está coberta de pedras.

21h05 - Os estudantes começam a voltar para frente do Tícen. Seguranças da Cotisa passam, em fila, em frente aos ma-

nifestantes e são vaiados. Um grupo de cobradores e motoristas assiste a tudo dentro dos terminais.

21h50 - Depois de uma breve assembleia com apresentação e defesa de propostas, cerca de mil manifestantes começam a caminhar rumo ao prédio da Prefeitura Municipal. Os demais estudantes já tinham ido embora ou estavam dispersos pelo centro da cidade.

22h - A polícia reage prontamente e marcha em direção aos manifestantes, atirando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha: é o quarto confronto do dia. Começa novo pânico e correria. Genélio dos Santos, 31 anos, estava passando pelo local e recebeu um tiro no rosto, que não soube precisar o que era. A bala atingiu sua boca, que sangrava muito. Com a camiseta ele estancava o sangue e caminhava para todos os lados desorientado. "Acabei de sair do trabalho, não tenho nada com isso, eles não podem sair por aí atirando em qualquer um", gritava desesperadamente. Indignado, vai tomar satisfação da PM, mas é hostilizado pelos policiais. "Cala boca, bunda mole", manda um policial.

22h05 - Na esquina das ruas Bento Gonçalves e Conselheiro Mafra, cerca de 100 metros da prefeitura, dez jovens são presos e colocados contra a parede para serem revistados. A maioria estava escondida em uma casa, se protegendo dos tiros e bombas. A imprensa acompanha a prisão dos manifestantes, mas em alguns momentos a polícia tenta evitar as filmagens e fotografias. Um dos presos, que foi capturado por um policial à paisana, reclama que foi agredido. Os estudantes detidos estavam de cabeça baixa e alguns choravam. Outros tentavam conversar com os policiais para saber o que estava acontecendo, como resposta obtinham apenas que estavam "cumprindo ordens". A estudante Patrícia Aparecido Bernardo, 18 anos, estava acompanhada de mais duas amigas, uma de 21 e outra de 17 anos. Enquanto estava sendo revistada, tentava entender por que estava sendo presa. A resposta dos policiais era que elas estavam participando da "baderna" e da "quebradeira" na cidade. Apesar de negar que tivesse sequer atirado uma pedra, os policiais continuavam com a revista. Patrícia, que é estudante do Instituto Estadual de Educação, chorava e pedia para alguém fazer alguma coisa: "A gente não fez nada, só estava se escondendo para não ser atingido e os PMs já chegaram dando ordem de prisão".

22h10 - Um ônibus da Polícia Militar chega para levar os estudantes detidos. Lá dentro cerca de dez pessoas já estavam presas. Alguns manifestantes que estavam próximos protestam. Eles são encaminhados para a Central de Polícia da Capital.

22h30 - Em frente ao Tícen, os estudantes fazem assembleia e decidem ir embora fazendo um "catracaço", ou seja, pulando as catracas dos terminais. Mesmo com a debandada dos estudantes, a tropa de choque aparece e promove novo pânico. Em resposta, os populares começam a vaiar a PM.

23h00 - Um estudante, que estava detido na Central de Polícia, é encaminhado para o Hospital Celso Ramos. Ele estava com o braço machucado. A imprensa foi impedida de entrevistá-lo.

23h20 - Foram presas pelo menos 28 pessoas, das quais 12 menores, que foram encaminhados para a Vara da Infância e da Juventude, na Agronômica, e liberados com a presença dos pais. Os 16 maiores ficaram detidos na Central enquanto 100 pessoas se concentravam em frente da Central de Polícia.

Alexandre Brandão



Numa das várias assembleias que os estudantes fizeram durante os protestos, grupo de teatro simula as agressões feitas pela Polícia Militar e a camiseta do manifestante estampa "democracia"

Um protesto de todas as classes

Na luta pela redução das tarifas, população se mobiliza e faz crescer movimento estudantil

A carioca Graziella Farinazo participa pela primeira vez de uma manifestação pública desde que chegou em Florianópolis há seis meses. Na noite de quarta-feira, 1 de junho, ela carregava um cartaz pedindo "paz" para os policiais militares, enquanto travava o trânsito no cruzamento entre as avenidas Beira Mar e Mauro Ramos. Para sorte dela e dos demais, essa quarta-feira, foi uma das poucas que os confrontos entre policiais militares e estudantes não foram graves. Mesmo assim ela é categórica: "A PM de Florianópolis é muito covarde, o povo não está armado", disse a estudante de 18 anos, do Colégio Energia. Graziella reclama que sempre tem "uma meia dúzia que estraga", se referindo às depredações. Ela não sabe se a manifestação terá algum resultado, mas se anima com a iniciativa popular. "Pelo menos estamos fazendo alguma coisa e não esperando as decisões serem tomadas por cima".

Já a estudante Gracieli Fernandes tem uma certeza: o movimento é contra a violência. Ela mora em Coqueiros, tem 16 anos e estuda no Instituto Estadual de Educação. Durante uma pausa entre os confrontos da quinta-feira, 2 de junho, ela conversa em frente ao Tíen com um grupo de amigos da Escola Colônia Varosa. Para a estudante da IFE, "não é só eu que pago meu colégio sou eu, por isso estou aqui protestando". Marília paga cerca de R\$ 150 de mensalidade do colégio e ainda tem que pagar as passagens de ônibus. "Cinco reais por dia é muita coisa", afirma indignada.

Um grupo que acompanhava as manifestações de dentro do terminal também estava revoltado: os cobradores e motoristas. "Se os empresários das empresas de ônibus não derem o aumento pretendido pela categoria, nós vamos nos juntar aos manifestantes", avisava o cobrador Cleiton dos Santos, morador do Saco Grande II. Ele também afirmou que a grande maioria dos cobradores e motoristas é "totalmente" a favor da manifestação. Para ele, estão fazendo tudo certo, mas têm que tomar cuidado com os trabalhadores, já que muitos ônibus são apedrejados. Ele ainda explica: "Podem pular a catraca, não nos importamos, mas motoristas e cobradores não podem deixar porque senão vão para a rua". Perguntado sobre a opinião do grupo em relação à destruição da Cotisa, ele responde: "Olha para eles, estão todos rindo, não estamos nem aí".

Antoni, de 12 anos, circulava pelo centro da cidade pouco preocupado com as bombas e balas. O garoto, que estava sozinho, mora em Canasvieira e estava passeando pela Praça XV quando começou o confronto mais violento entre manifestantes e policiais. Para se defender, o menino se utilizava de um método antigo e eficiente: "Quando aparece um policial eu só correndo".

Na noite de sexta-feira, 3 de junho, por volta das 23h, quando os estudantes tentam se dispersar, três jovens são detidos, jogados contra a parede e revistados, na rua Conselheiro Mafra. Dois deles são calouros da UFSC: Guilherme Silva Remor de Oliveira, cursa História e Eduardo José de Souza, Psicologia. Enquanto eles perguntavam o que estavam acontecendo, os policiais gritavam: "A gente tem toda autoridade para revistar". Guilherme conta que eles foram muito violentos e ainda "correram atrás dos fotógrafos que estavam fotografando a cena".

Alexandre Brandão



Estudantes usam o cinema para protestar

Cerca de 500 pessoas faziam passeatas pelo centro de Florianópolis para protestar contra o aumento das tarifas de ônibus na quinta-feira, dia 9. Por volta das seis da tarde, chegaram em frente à prefeitura, abriram uma caixa preta e esvaziaram sacos amarelos que simbolizavam urina. O protesto foi uma ironia a duas frases do prefeito Dário Berger. Durante a campanha para as eleições municipais, Berger disse que assim que assumisse o cargo "abriria a caixa-preta do transporte público da cidade". E uma semana antes, quando os protestos estavam acontecendo, disse ao jornal Diário Catarinense: "Não sou nenhum bocó. Ninguém vai fazer xixi na minha perna e ir na minha cara".

Os protestos de quinta-feira — que começaram às três da tarde e terminaram por volta da meia-noite — foram pacíficos na maior parte do tempo. No auge das manifestações, estima-se que 4 mil pessoas pararam em frente ao Centro Sul, fechando uma das vias que dá acesso às pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Sales.

Os manifestantes estavam preocupados. Na semana anterior, 28 pessoas foram presas e houve relatos de abusos por parte da polícia. Alguns queriam ir até à ponte, outros preferiam fazer passeatas pelo centro da cidade. A tropa da PM estava a 200 metros, formando um cordão de isolamento na passagem até às pontes. O recado dos estudantes é que houvesse confronto com a polícia. Mesmo assim, a assembleia decidiu marchar para até às pontes.

Os estudantes foram marchando, cantando palavras de ordem e dançando maracatu. Chegaram a um metro do cordão de isolamento da polícia. As lideranças tentavam negociar a



Jovem não quer confronto com a PM

passagem. Enquanto isso, a tropa de choque se posicionou atrás do cordão de isolamento. E atrás da tropa de choque parou a cavalaria. O comandante da PM para a operação informou que havia dois mil homens.

Como a polícia não deixava que as pessoas passassem, a saída foi ficar ali mesmo. Uma parte dos manifestantes dançava ao som de maracatu, outra jogava capoeira. Havia até um grupo de teatro imitando os policiais.

Como a multidão estava muito perto da polícia, começaram a gritar: "com licença, com licença...". Ao verem que alguns oficiais começaram a rir, os estudantes gritavam: "Sorriso, sorriso...". Um dos policiais riu e os manifestantes aplaudiram e gritaram. O policial que estava do lado só balançou a cabeça, não acreditando que o colega tinha sorriso.

Como a passagem estava obstruída pela polícia, aos poucos as pessoas foram dispersando. Outras foram até o Terminal Integrado do Centro (Tíen) e houve confronto com a polícia. No caminho, uma parte dos manifestantes jogou pedras e deu chutes nos ônibus. Em vez de parar no Tíen, correram em direção às pontes. A polícia barrou os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Uma acertou o ombro do repórter do Zero Alexandre Brandão.

Durante todo o tempo, a banda de maracatu não parava de tocar. Aos poucos, os estudantes foram dispersando. Quem morava por perto, voltou pra casa a pé. Quem morava mais longe, pagou a passagem de ônibus e foi embora.

Maurício Frighetto

Repórter descobre que bala de borracha não é brinquedo

Há alguns dias, os organizadores da manifestação já estavam agendando um "grande ato" para a quinta-feira, 10 de junho. A manifestação que começou pacífica e organizada terminou violenta e dispersa. Um grupo de manifestantes que tentava a todo custo alcançar a ponte foi fortemente reprimido entre o terminal rodoviário Rita Maria e o Hotel Intercity (antigo Diplomata) sem obter sucesso. Entre policiais e manifestantes — como durante todos os dias de manifestação — ficava a imprensa. Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas estavam sempre na linha de frente ou no fogo cruzado para capturar o melhor instante, entender todo o processo. A chance de ser atingido por balas, bombas e pedras era quase certa.

Às 22h30, a polícia começa a atirar contra os manifestantes. Nesse momento, como ninguém além da PM está equipado com escudo, o desespero toma conta e cada um corre para o primeiro lado que vê. De repente, sinto uma pancada no ombro direito que quase me derruba. No primeiro momento, imagino que é uma pedra. Mas depois, quando a consciência é retomada e a dor amplificada, percebo que fui atingido por uma bala de borracha, que eu e nem ninguém foi procurar o paradeiro dela. Um tiro de bala de borracha é "macio" e, nesse caso, como já estava a cerca de 200 metros da polícia, não chegou a ser perfurante. A bala é de borracha, mas a dor é intensa e aumenta a cada instante: o local começa a ficar dolorido, depois incha bastante, o braço começa a formigar e a garfanta — que aparentemente não tem nada a ver com a história — chega a ficar trancada. A dor no ombro persiste por mais alguns dias.

A mesma falta de sorte teve Leonardo Miranda, repórter fotográfico do Zero, que na noite quarta-feira, 1º de junho, foi alvejado na cabeça por uma "pedra perdida", quando fotografava o fechamento da rua em frente ao Shopping Beira Mar. Desse dia em diante, passou a cobrir as manifestações com uma toca na cabeça para minimizar eventuais azarões.



Insistência da polícia em resguardar as pontes provoca confronto



Dzzenas de feridos nos protestos que fugiram ao controle do Estado



dos Santos, 31 anos, atingido por bala de borracha na saída do trabalho, foi tirar satisfação com a PM e ouviu: "Cala boca, bunda mole"

is voltou a 1964

ado de assassinos e são tratados como bandidos

dar da Central de Polícia. Os depo-
da madrugada. Depois disso, todas
sas.
também foi preso na rua Conselheiro
de gritar.
os expressar!

de Santa Catarina (UFSC) Gustavo
Assinou o termo substanciado e foi
te da polícia na hora da apreensão.
stavam ir para a ponte. Os policiais
das de borracha, os estudantes res-
garam perto, ameaçando bater nele.
s o imobilizaram e levaram para trás
ão tem ninguém filmando", sorria
rio, no caminho para a Central de
a no carro.
m apreendidas pela polícia, na quin-
esse tempo ficaram sem dormir. Por
m a se concentrar na frente da Cen-
manifestação atrapalharia a soltura-
riam um documento para tranquiliz-
nferir com Mello), os presos seriam
cela juntos e as mulheres em outra
le. O advogado da OAB leu o docu-

es. As quatro estudantes ficaram na
a, o camburão corria muito, andava
onte e ameaçou deixar os presos na
as fizeram terrorismo psicológico.
que se todas dormissem seriam
no na Agrônoma. Ficaram no Pátio
elas detentas. Comeram e assistiram
a entrada no presídio foi mais trau-
joelhos, com a cabeça na parede e
avam nessa posição, um por um era

levado a uma sala e revistado. Pablo conta que a posição é muito incômoda e não dava para
enxergar quem estava do lado. Os últimos já estavam cansados e ele seria o último a ser revis-
tado. Quando estavam em dois, um policial disse para o preso do lado.

— Está cansado?

— Estou cansado, mas não

am e ficariam na mesma cela. Não aconteceu. Ficaram todos na "Casa Velha",
local onde os detidos vão quando estão de castigo. Alguns ficaram em celas com
presos comuns. Pablo foi um deles.

O companheiro de cela era forte, tinha 19 anos e é acusado de assassinato. A
cela tem cerca de 3,5m de comprimento por 1,5m de largura, com duas camas
de cimento dos lados. Em vez de vaso sanitário, havia apenas um buraco com
uma torneira em cima, o que deixava o local com cheiro de urina. O colchão em
que Pablo dormiria estava pendurado. Pegou o colchão e o prego caiu. Pergun-
tou ao companheiro:

— Onde eu coloco o prego?

— Ah, põe em qualquer lugar.

O companheiro virou e Pablo colocou o prego dentro da meia. Apavorado,
pensou que se houvesse uma briga, poderia usá-lo. Estava enganado. O detento
ficou amigo do estudante, deu bolachas e ainda ofereceu um café para ele. E
quando saiu, até trocaram os tênis. Thiago Andriano de Paula também ficou com
um preso comum. O detento tinha sido preso por assalto à mão armada e era
acusado de homicídio. Estava na Casa Velha porque surrou muito um colega de
cela. No entanto, Thiago conta que o detento o "tratou bem" e também lhe deu
café. Quando saiu, Thiago quis dar sua camiseta a ele. O carcereiro não deixou.

Os manifestantes que foram presos na quinta-feira reclamam que a polícia e a
mídia ligaram a imagem deles às pessoas que quebraram a cidade. Além de negar
que quebraram a cidade, foram presos com base no artigo 265 do código penal
—"atentar contra a segurança ou o funcionamento de serviço de água, luz, força
ou calor, ou qualquer outro de utilidade pública". Apenas Thiago Andriano foi
detido devido ao código 286 — "incitar, publicamente, a prática de crime".

Os estudantes saíram da prisão às 11h de sexta-feira. Na segunda-feira foram
ouvidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais.
Os vídeos com as imagens devem ser enviados para a Anistia Internacional. De
acordo com reportagem do jornal A Notícia, o secretário de segurança pública
do estado, Ronaldo Benedet, disse que houve abusos dos dois lados.

Para Meyer, a saída do presídio foi o pior momento. Primeiro, o carcereiro
levou Rodrigo — seu companheiro de cela. Nesse momento, Meyer teve uma crise
de choro e achou que poderia ficar ali por mais tempo. Passou um filme passou
pela cabeça dele: não entendia como estudantes e trabalhadores tinham sido
tratados como bandidos.

Maurício Frighetto



Momentos de polícia acuada se alternaram com os de desobediência à bilheteria e de conflito em plena Paulo Fontes, revelando que a ordem de bater foi pouco para aplacar quem buscava justiça

Segunda semana fica no impasse

Reunião entre políticos e manifestantes manteve frustradas as tentativas de negociação

A segunda semana de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público em Florianópolis terminou como começou. Manifestantes, empresas e prefeitura municipal não chegaram a um acordo. Desta forma, o aumento de 8,8% em média nas passagens foi mantido, assim como as manifestações que pararam a circulação dos ônibus, fecharam o trânsito do centro da cidade e enfrentaram forte resistência da polícia militar. Nem uma reunião conciliadora na Câmara de Vereadores, nem uma viagem a Brasília ajudaram o prefeito Dário Berger a dividir a responsabilidade que cabe a ele — tomar uma decisão que satisfizesse, ao mesmo tempo, aos manifestantes e aos empresários do transporte de Florianópolis.

Na segunda-feira, 6 de junho, o clima na Câmara dos Vereadores era conciliador, mas, mesmo assim, depois de uma longa reunião, de quase três horas de duração, tudo ficou basicamente como começou. Na tentativa de chegarem a um acordo sobre as manifestações dos estudantes e a greve dos motoristas e cobradores que, com dez horas de duração, parou a cidade naquele dia, estiveram presentes na câmara, o prefeito Dário Berger, o secretário municipal de transportes Norberto Stroisch Filho, o presidente do Sindicato das Empresas do Transporte Urbano de Florianópolis (Semf) balneários no transporte urbano (Sintraurb), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e de entidades comunitárias, mediados pelo presidente da Câmara Municipal Marcelo Avila.

Aumentando aos poucos. O máximo de negociação proposto pelo prefeito Dário Berger foi revogar temporariamente o aumento de 8,8% e fracioná-lo em duas ou três parcelas a serem aplicadas nos próximos meses. O prefeito alegou ainda que a diferença para as empresas seria bancada pela prefeitura, enquanto seriam procuradas soluções para alterar o sistema de transportes de Florianópolis. "O que mais estou fazendo é repensar o sistema. Mas, o que está aí é um elefante branco tão grande que não se resolve da noite para o dia, ou em cinco meses de governo", justificou-se.

Matheus de Castro nem precisou levar a ideia aos participantes do movimento. Já tinha a resposta: a proposta foi discutida e não foi aceita. E disse mais. Segundo ele, o Movimento Passe Livre, que "vem agindo nos últimos cinco anos e sempre de forma ordeira". No entanto, o advogado alegou que a polícia militar adotou uma estratégia errada na tentativa de conter a manifestação. "A polícia achou que, cortando as cabeças, o corpo iria morrer. E, pelo contrário, ele só cresce e agora está desgovernado." Castro acusa a polícia de ter aliado o Movimento Passe Livre e a União Catarinense dos Estudantes (UCE) dos protestos ao prender as lideranças. "Eles tinham uma ascendência moral sobre a massa, que agora carece de consciência política. A polícia está criando um monstro", resume. O representante do movimento fez questão de ressaltar a presença de P2 (polícia sem farda) infiltrados nas manifestações para promover a baderna e "justificar" a violência policial.

Benedet defende os seus. As acusações de violência da polícia militar foram comentadas pelo secretário de estado de segurança pública e defesa do cidadão Ronaldo Benedet, à reportagem do Zero. O secretário tentou resumir o confronto entre policiais e manifestantes com uma frase de Bertolt Brecht: "Todos falam da violência das águas do rio, mas se esquecem da violência das margens que o oprimem". Trocando em miúdos, para o secretário, todos clamam contra a violência da polícia e esquecem de condenar a violência dos manifestantes. "Os policiais que abusaram de violência serão punidos, mas o que vai ser feito com os manifestantes que abusaram da violência contra os policiais? Na ditadura, eles eram presos e punidos. Agora só os policiais arcam com as consequências", disse Benedet, defendendo seus subordinados. Para ele, os policiais, como todo ser humano, podem "perder a cabeça numa briga". Antes de deixar contrariados todos os que acreditam que os policiais precisam



Estudantes respondem à brutalidade cantando bino nacional



Simbolos do abuso na tarifas, ônibus sofreram depredação



Cobertura parcial da grande imprensa lembrada com ternura

ter um preparo para não "perderem a cabeça numa briga", o secretário se corrigiu, sempre voltando à mesma pergunta. "Eles precisam (ter preparo) e têm. E serão punidos. Mas quem será o responsável pelos danos aos policiais?" Ronaldo Benedet negou que a estratégia de "cortar as cabeças" do movimento foi deliberada. "Aconteceu porque eu não estava aqui. Se estivesse, seria o contrário, eu me aproximaria das lideranças para tentar o diálogo", explicou, lembrando que estava na Europa quando as manifestações começaram.

No fim da reunião, vendo que não se estava chegando a lugar algum, o padre Wilson Groh, líder comunitário, propôs uma solução: "revoga-se imediatamente o aumento e faz-se um pacto com todos (estudantes, comunidade, governo, empresas) para a melhoria do sistema". Dário Berger respondeu à proposta com o encerramento da reunião. Porém, o "pacto" proposto pelo padre Wilson poderá se realizar por meio de uma comissão que vai tratar do transporte público de Florianópolis de forma ampla. Esta comissão deverá ser composta com representantes de vários setores da sociedade e do poder público, já convidados pela Procuradoria-Geral do Município. A partir desta comissão, serão discutidas as medidas necessárias para a melhoria das condições quanto a isto. "O passe livre iria custar R\$ 40 milhões por ano à Prefeitura. Da onde o município vai buscar este dinheiro?", pergunta ao invés de responder. Quanto à redução da tarifa, Stroisch não é menos pessimista. "O prefeito seria irresponsável (se reduzisse a tarifa). A realidade do transporte exige essa tarifa. Para reduzir a tarifa teria que reduzir o preço do combustível, do pessoal, da frota de ônibus, enfim, redução de custos do transporte", explica.

Prefeito busca soluções em Brasília. Reduzir custos do transporte era o intuito do prefeito Dário Berger na viagem a Brasília, junto ao governador em exercício Eduardo Pinho Moreira. Os dois tiveram uma reunião com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para solicitar subsídios no preço dos combustíveis para o transporte público. Uma das medidas seria reduzir o IPI do diesel, segundo Norberto Stroisch Filho. Durante a semana também se realizou o Encontro da Frente Nacional dos Prefeitos de Capitais, presidida por João Paulo (PT), prefeito de Recife (PE). O encontro teve como um dos objetivos pressionar o governo federal para a criação de uma política nacional para o transporte público urbano, principalmente centrada na redução de impostos. Dário Berger também esteve presente a este encontro. "Tem que sensibilizar o governo federal para uma política nacional para dar a atenção merecida ao transporte coletivo, que o governo trata como um serviço privado, uma loja, uma boutique qualquer. O governo federal tem que dar o exemplo", reclama Stroisch.

Norberto Stroisch Filho afirma que o movimento dos manifestantes de Florianópolis tem orientação essencialmente político-partidária. "O objetivo deste movimento é mudar o foco do que está acontecendo em Brasília", acusa o secretário, referindo-se à greve dos servidores da Previdência e às acusações de corrupção. Para ele, as manifestações vão "esvaziar" naturalmente e a prefeitura não tomará nenhuma medida às pressas para contentar o movimento. "Seria muito bom politicamente para o prefeito, pegar a caneta e baixar a tarifa em 20%, mas no outro dia, o transporte pára." O secretário espera receber uma avaliação detalhada do Sistema Integrado de Transportes no próximo mês. Em julho, vence o prazo de três meses dado à empresa Jaime Lerner e Arquitetos Associados para a entrega de um diagnóstico com propostas de solução para o transporte de Florianópolis. A empresa do ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do Paraná foi contratada pela prefeitura através da dispensa de licitação para empresas de notória especialização, prevista na lei de licitações.

Thiago Macedo



Desmaios em frente à Câmara e ao Tízen. A batalha contra a máfia dos transportes levou manifestantes ao limite de suas forças, mas a tática do cansaço foi tão ineficaz quanto à da violência

Deputado critica Luiz Henrique

Vânio dos Santos acusa governador de usar a polícia para dar apoio político ao prefeito

"A crise do transporte é um problema de vontade política", avalia o deputado estadual Vânio dos Santos (PT). Ele critica a atuação de Luiz Henrique da Silveira (PMDB), governador de Santa Catarina, diante das manifestações e lista dez erros cometidos pelo prefeito Dário Berger (PSDB) no período de uma semana após a eclosão dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus. Entende que o governador usou a Polícia Militar com o propósito de dar apoio político ao prefeito.

O governador de Santa Catarina orientou a PM de formas diferentes nas duas manifestações contra o reajuste das tarifas do transporte organizadas por estudantes. Em 2002, Luiz Henrique tinha a intenção de evitar o confronto entre policiais e manifestantes. Em artigo publicado após a revogação do aumento, acusa a oposição, representada principalmente pela prefeita Ângela Amin (PP), de taxar tal ação como "tibetiz ou fraqueza". "Tivesse havido alguma morte ou ferimento grave, os mesmos críticos de sempre diriam que estávamos a rasgar o nosso discurso e a nossa bandeira, a usar de violência desnecessária contra estudantes indefesos. São os apologistas da democracia do cassete", escreveu o governador no jornal do PMDB de julho de 2004.



Para Vânio, falta vontade política

Este ano, no entanto, sob orientação do governador, a tropa de choque da Polícia Militar lançou bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, atirou balas de borracha e prendeu estudantes que protestavam contra o aumento das passagens de ônibus. Na quinta-feira, 2 de junho, foram detidos 16 pessoas. Os manifestantes foram acusados de crimes como formação de quadrilha, incitação ao crime e dano ao patrimônio público. De acordo com o deputado Vânio dos Santos, a PM chegou a forjar os flagrantes dos jovens. "Tanto eles erraram que o secretário de Segurança Pública [Ronaldo Benedit] reconheceu isso", depõe.

Dez erros- Para o deputado, a crise do transporte também fez com que o prefeito Dário Berger entrasse em contradição. Lembra que o fato de a família Berger ser dona de uma empresa de transporte coletivo impede o prefeito de resolver os problemas herdados do governo anterior. "Dário elegeu o transporte como tema importante da sua campanha e até agora não fez absolutamente nada. A insatisfação é quase que generalizada. Mesmo quem não é usuário do sistema está insatisfeito", constata Vânio.

O deputado elencou dez erros cometidos pelo prefeito Dário Berger na tentativa de encontrar solução para o problema. Entre eles, a própria decisão de reajustar as tarifas do transporte em um momento político desfavorável e em pleno feriado de Corpus Christi. "Qualquer tentativa de aumento seria jogar fogo em um rasilho de pólvora", registra.

"A solução é municipalizar o sistema"

Quando se discute menores tarifas para o transporte público em Florianópolis as sugestões giram em torno da isenção de impostos e de subsídio em favor das empresas. No entanto, há uma proposta de estudar a redução da margem de lucro das companhias de transporte coletivo que operam na cidade. "É preciso reduzir o lucro dos cartolas do transporte", defende o deputado estadual Vânio dos Santos (PT), membro da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Humano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Para se deslocar de um ponto a outro da cidade, o usuário do transporte coletivo não tem escolha entre as empresas de ônibus. Dependendo do destino, somente linhas de determinadas empresas páram em certos locais. Por exemplo, alguém que queira deslocar-se do Saco dos Limões ao terminal integrado do centro pode optar somente pelos ônibus da Transol, uma vez que os da empresa Insular que passam pelo bairro não podem embarcar passageiros. O mesmo ocorre em outros pontos da cidade, como na avenida Ivo Silveira, onde a única de opção de deslocamento para o centro da cidade são os ônibus da Estrela, apesar de os veículos da Biguaçu e da Jotur também passarem por lá. Para o deputado Vânio dos Santos, caso fosse quebrado o oligopólio das empresas haveria mais opções de ônibus para os usuários, que escolheriam a linha mais barata. "A solução do problema do transporte passa por acabar com o monopólio das empresas", sugere. Assim, uma vez estabelecida a concorrência, as empresas tenderiam a competir também nos preços, o que reduziria a tarifa.

Outra proposta do deputado é a municipalização da Cotisa, o consórcio privado responsável pela administração dos terminais, composto pelas empresas de transporte da cidade. "Com a compra da Cotisa pela Prefeitura daria para reduzir 10 pontos percentuais no preço da passagem", justifica. A Cotisa cobra entre R\$ 4,00 e R\$ 7,00 cada vez que um ônibus entra nos terminais integrados. Esse valor é acrescido nas tarifas e os lucros da Cotisa são

repartidos entre as empresas que fazem parte do consórcio.

Na estimativa do deputado, a Prefeitura teria que investir R\$ 600 mil na compra da Cotisa, valor que inclui o pagamento da dívida que o consórcio tem com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (Bndes). "Isso é algo totalmente possível. É um custo que a Prefeitura teria que assumir um dia", defende. O deputado se refere ao contrato de concessão do consórcio, que prevê que em 2019 a empresa volte ao controle da Prefeitura. Prevê que a transformação da Cotisa em órgão público reduziria os custos da empresa. "A Prefeitura tem como negociar melhor do que uma empresa privada. Assim, gastaria menos com os seguros, com energia elétrica e poderia obter maior prazo de pagamento no banco", pondera.

Distorções- Entre maio de 1997 a maio de 2005, um período de oito anos, as passagens de ônibus acumularam um aumento de 238%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) aumentou 37%. Segundo o deputado, são as pessoas mais pobres da cidade que pagam a maior parte dos custos das empresas provenientes das gratuidades concedidas a idosos, deficientes físicos e estudantes. "Os desempregados custeiam as gratuidades, que o poder público e as empresas deveriam assumir. Existem distorções completas", acusa.

A Constituição de 1988 prevê a criação de uma comissão municipal de transporte tripartite, com representantes da sociedade, das empresas e do governo. Mesmo com a representação nessa comissão, os cidadãos de Florianópolis não puderam contribuir em uma série de decisões públicas, como na criação do sistema integrado de transporte e no aumento das tarifas. "Cada vez que o governo estiver a serviço dos empresários vai ser sempre dois a um. Nos governos Ângela Amin e agora no de Dário Berger, percebe-se uma relação muito estreita, de interesses em comum e de proteção aos empresários em sacrifício dos usuários", denuncia o deputado.

Na Carta de Curitiba, documento elaborado ao final do Encontro de Prefeitos de Capitais e Grandes Cidades Brasileiras, os prefeitos afirmam que cerca de 35% dos brasileiros se deslocam a pé, por falta de condições financeiras para pagar as passagens de ônibus. Isso mostra que a crise do transporte coletivo não é exclusiva de Florianópolis, e está na maioria dos grandes centros do país.

Para buscar alternativas de solução do problema, o deputado Vânio dos Santos promoveu na Assembleia Legislativa, no dia 27 de junho, um seminário sobre o Movimento Nacional pela Tarifa Cidadã, que busca o barateamento do transporte coletivo nos centros urbanos. Entre as propostas do Movimento Nacional pela Tarifa Cidadã estão a redução de impostos que incidem sobre o setor, com o repasse de 29% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para investimento em infraestrutura de transportes e uma política de substituição gradativa de óleo diesel pelo gás natural.

Textos: Emília Chagas

Incidência dos tributos sobre os custos do transporte

Diretos	
Impostos federais	3,65%
Impostos e taxas municipais	8%
Encargos sociais	10,28%
Indiretos	
ICMS sobre óleo diesel	4,5%
ICMS sobre veículos	1,2%
CIDE e PIS/COFINS sobre óleo diesel	3,75%
Total	31,38%

Fonte: Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU



Resultado do dia mais violento das manifestações em Florianópolis. Estudantes depredaram lojas, bancos, oreibões e lixeiras do centro da cidade em resposta aos tiros e bombas de gás dos policiais

O dia mais violento dos protestos

Manifestantes apanham, são detidos e quebram bancos no 14º dia da Revolta da Catraca

Quinta-feira, 16 de junho de 2005. O 14º dia de protestos contra o aumento da tarifa no transporte público de Florianópolis não prometia muita coisa. No dia anterior, apenas uma dúzia de estudantes havia fechado o trânsito na avenida Paulo Fontes, em frente ao terminal integrado do centro (Ticen). Outros 30 acorrentaram-se na sede do Núcleo de Transportes pedindo a revogação do aumento. A revolta estudantil parecia se encaminhar para o fim, desgastada pela intransigência da Prefeitura Municipal em negociar. Surpreendentemente, esse foi o dia mais violento da chamada Revolta da Catraca.

Bombas, tiros, bancos depredados e telefones públicos arrancados. Estudantes feridos por balas de borracha, manifestantes sendo perseguidos pelo centro da cidade até à meia-noite por batalhões da PM. Foi o resultado de um dia de protestos que começou pela manhã, no auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, em um debate sobre o transporte público e acabou na madrugada, em confrontos generalizados, regados por bombas de gás que escovavam nas ruas centrais da cidade.

Durante o debate, em que participaram representantes do Movimento Passe Livre, do Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Público de Florianópolis) e da Ufeco (União Florianopolitana das Entidades Comunitárias), foram discutidas alternativas para o transporte público na cidade. A presença do prefeito Dário Berger era esperada, mas não se confirmou. Em mais de três horas de discussão, reinou o impasse. Norberto Stroisch, secretário municipal de transportes, representando o prefeito no encontro, não propôs nenhuma saída imediata para a questão tarifária e se mostrou refratário a uma possível municipalização do transporte em Florianópolis. Como resposta, foi vaiado pelas mais de 400 pessoas que acompanhavam a audiência.

A concentração de manifestantes em frente ao terminal central começou à tarde. Às 18h, cerca de 250 pessoas saíram em passeata, com destino à Prefeitura, distante alguns quarteirões. Por causa da barreira policial, a passeata seguiu em direção à praça XV, indo parar na avenida Gustavo Richard, em frente ao Centrosul, que acabou com as quatro pistas fechadas pelos manifestantes.

Enquanto isso, um outro grupo de 200 estudantes, que acabavam de sair da aula, iniciou um bloqueio em frente ao terminal Rita Maria. Nenhum ônibus pôde entrar no Ticen, que já estava parado por causa do bloqueio da Gustavo Richard, durante quase 40 minutos. Segundo alguns manifestantes, a barreira estratégica irritou os policiais, que resolveram carregar na repressão.

Às 19h30min, o estopim: ônibus que tentavam furar o cerco dos estudantes foram alvejados com pedras em frente ao Centrosul. Como resposta, a polícia iniciou o ataque jogando bombas de efeito moral no meio da concentração. "Nunca tinha visto algo igual. Eu, que tava lá no Rita Maria nesta hora, senti o chão tremer", explica o universitário Rafael, 20 anos, que não quis revelar o sobrenome.

Era o início da confusão. Os estudantes que fechavam a avenida Gustavo Richard saíram correndo em direção ao Ticen, de onde foram dispersos pela polícia com balas de borracha e gás lacrimogêneo. Pequenos grupos de manifestantes, sem qualquer tipo de organização ou coordenação, se formaram em vários pontos do centro. Nesse momento começaram as depredações de bancos e telefones públicos. Seis agências bancárias foram atingidas, além da Biblioteca Pública Estadual.

Uns quebravam, outros apanhavam. Claudionor Santos, 20 anos, estava saindo do trabalho quando foi atingido por duas balas de borracha na perna. "Estava só dando uma olhada na manifestação, não tinha nada a ver", lamentava. Levado por um amigo para o hospital Celso Ramos, lá encontrou mais pessoas atingidas. "Eu estava com uns amigos, tirando fotos das manifestações na Praça XV, quando senti algo bater no meu rosto e meu braço ficar dormindo. Fui para um canto e lá vi que havia sido baleado", conta Jorge Minella, 17 anos, estudante de Física da UFSC, que levou tiros no rosto e no braço. Ele faz parte do Centro de Mídia Independente e estava tirando fotos para a cobertura que o sítio vem fazendo das manifestações. Após ter sido baleado, Minella fez um relato no sítio, contando o que passou. Além deles, mais duas pessoas haviam passado pela emergência do hospital naquela noite, inclusive um cinegrafista atingido por uma pedra na cabeça.

Na Central de Polícia, muita agitação dos policiais, às voltas com vários estudantes detidos. Mas ninguém sabia ao certo quantos eram. Um comissário comentou que havia cinco presos que passariam a noite na delegacia. Mais tarde, o número de detenções subiu para 16. Para sair, alguns manifestantes pagaram fianças que variavam entre R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00. Eles responderão a processo por danos ao patrimônio público.

Quem estava no centro ouviu explosões de bombas de efeito moral até às 23h30. Choques entre policiais e manifestantes continuaram concentrados na avenida Mauro Ramos, próxima ao Cefet/SC - Centro Tecnológico de Santa Catarina. A PM montou cordões de isolamento em diversas ruas próximas para conter os manifestantes, que não passavam de cem nesse momento.

Leo Branco

Oliveira não quer ser visto como liderança do movimento

Desvinculado de organizações formais e desgastado de antigos seguidores, um dos principais líderes estudantis de Florianópolis aderiu às manifestações de forma independente. Lucas de Oliveira, o homem que teria trazido à cidade a luta pelo transporte gratuito aos estudantes, prefere não ser visto como uma liderança. "Já no começo, aderi ao movimento e passei a arriscar a pele como todos os outros", diz.

A imprensa não pensa da mesma forma. Numa manifestação de lideranças invisíveis e participação ampla da sociedade, Oliveira constantemente aparece nos noticiários como uma das cabeças gerentes do movimento. A atribuição não ocorre por acaso. Desde os protestos dos anos anteriores contra o aumento das tarifas, Lucas de Oliveira foi o nome de maior relevo depois de Marcelo Pomar.

Conhecidos de longa data, os dois defendiam as mesmas bandeiras desde o grêmio estudantil da Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas. Integraram juntos a Juventude



Oliveira: anti-partidos

Revolução (JR), uma cisão do braço juvenil da corrente petista O Trabalho, onde já figuraram nomes como Antônio Pallocci, ministro da Fazenda, e Ricardo Berzoini, do Trabalho. Quando, no Encontro Nacional da Juventude Revolução, em 2002, a ala florianopolitana foi considerada incompatível com as outras, os dois criaram a Juventude Revolução Independente (JRI). O Movimento pelo Passe Livre (MPL) nasceu dessa organização.

Lucas de Oliveira não integra mais a JRI. Uma sequência de brigas com Marcelo Pomar, no início do ano, por causa de dívidas e diferenças ideológicas, fez com que o segundo afastasse Oliveira e todos os militantes ligados a ele. Assim, foram também desligados da JRI Lucas Scherer, Gabriela Rangel e Maria Cristina, integrantes da chamada Casa da Revolução, sede da militância liderada por Oliveira onde moram todos eles.

A principal acusação de Pomar contra Oliveira é de interesses econômicos. A chamada Empresa da Revolução, ideia que Oliveira afirma ter tirado de um livro de Lênin como única forma de profissionalizar a militância, seria formada segundo um conceito próximo ao de uma empresa capitalista. Oliveira, por sua vez, acusa Pomar de ter se desviado do princípio do Movimento pelo Passe Livre de independência partidária. "No Encontro Nacional do Passe Livre, no Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, os caras lotaram uma resolução em que a campanha do Passe Livre tinha critérios, histórico e princípios e, ao fazer isso, eles estabeleceram um programa político à campanha do Passe Livre", acusa Oliveira.

Manifestações desse ano - Um dos projetos que a Casa da Revolução mantém, mesmo após seu desligamento da JRI, é o de correr o Brasil a pé, conversando com as pessoas, tentando convencê-las da necessidade de uma revolução socialista desvinculada de partidos tradicionais que, segundo Oliveira, "sempre estiveram aí e nunca mudaram nada". Lucas Scherer, morador da casa, já iniciou a marcha, nomeada Aventura pelo Brasil. Percorreu algumas cidades catarinenses, filmando jovens e tentando doutriná-los. Nas manifestações atuais, em que se define como "instrumento dos estudantes independentes" responsável por "canalizar a força do movimento para ações práticas em contraposição à disputa político-partidária", Oliveira acha que o governo pode negociar, porque não há lideranças claras e reconhecidas pelo movimento que pudessem viabilizar a negociação. "A única coisa possível é a redução integral para a tarifa anterior, que já é abusiva". Oliveira encontra diversas vantagens na ausência de lideranças claras nas manifestações. Uma delas é a de que Dário Berger cede cada vez mais às pressões já que não tem com quem negociar. Outra vantagem é que não vai surgir nas manifestações o "Lindberg Farias de Florianópolis", que amanhã ou depois seria eleito, representando um partido.

Leandro Uchôas



A persistência dos manifestantes, que ficaram sentados durante horas no meio das principais vias de trânsito, além de protestos como a queima de caixas, dobrou os políticos sem ação

Estrategista na linha de frente

Jogador de xadrez e líder do MPL, Pomar acumula processos, prisões e ameaça de morte

Mesmo contra sua vontade, Marcelo Nascimento Pomar tem se destacado como o principal líder das manifestações pela redução da tarifa que tem abalado Florianópolis desde 2004. Apesar de ainda ter 23 anos de idade, já conta com dez anos de vida política. E ainda carrega uma herança familiar de 70 anos de experiência. Explica-se: a família Pomar está presente na política brasileira desde a década de 30. Seu bisavô, Pedro Pomar, foi assassinado durante a ditadura militar em 16 de dezembro de 1976, no episódio que ficou conhecido como "Chacina da Lapa". Antes, tinha sido militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador e membro do comitê central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Seu avô, Vladimir Pomar, é analista político e jornalista. Foi um dos coordenadores políticos da campanha de Lula em 1989, ex-membro do diretório nacional do PT e ex-dirigente do PCdoB. Dois tios, Walter Pomar e Milton Pomar, e o pai, Pedro Estevão Pomar, são pertencentes à corrente Articulação de Esquerda do PT. Walter é terceiro-vice-presidente do PT e pré-candidato à presidência do partido em 2005.



Bisavô assassinado na ditadura e forte tradição ativista na família

Aos 15 anos, Marcelo namorou o PT e fez parte da Articulação de Esquerda. Mas sua militância política começou mesmo mais cedo. "Tenho uma família de formação stalinista, mas fui anarquista até os 13 anos", conta. Aos 16 anos, quando estudava na Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas em São Paulo, participou do grêmio estudantil e se aproximou da Juventude Revolução (JR), braço juvenil da corrente trotskista O Trabalho do PT. Aos 18 anos já fazia parte do secretariado nacional da JR, ascendeu como militante da corrente Trabalho em 2000 e militou nessa tendência até 2001. Ele e outros militantes não concordavam com a ingerência "adultista" na organização juvenil, bateram de frente com a direção e sofreram as represálias: "Fomos expulsos informalmente, rompemos em 2002 e fundamos a Juventude Revolução Independente", relata.

A trajetória política de Marcelo Pomar e as recentes revoltas em Florianópolis — pelo passe livre e redução das tarifas — muitas vezes se confundem. A campanha pelo transporte estudantil gratuito começou através do sindicalista Sérgio Goulart da corrente Trabalho, em julho de 2000, conta Pomar. O movimento foi encampado pelo núcleo Juventude Revolução de Florianópolis. Quando Pomar veio para a ilha no mesmo ano, participou da construção da campanha pelo passe livre ao mesmo tempo em que a dissidência da JR local se transformou em JRI. Em 2004, a campanha ficou mais organizada e articulada nacionalmente com o nome Movimento Passe Livre (MPL). "Com as vitórias em Florianópolis viramos referência nacional", orgulha-se.

Pomar se esforça para diferenciar as duas bandeiras. Segundo ele, o trabalho de base do movimento passe livre ajudou "em parte" as revoltas contra o sistema integrado de transporte que explodiram em 2004, mas não foi fundamental. "Não dá para colocar tudo na conta do MPL. Se não existisse uma situação objetiva de crise no transporte público e insatisfação da população, não teria acontecido nada", frisa.

Até o final do ano passado, Marcelo Pomar e Lucas de Oliveira eram os protagonistas do movimento. Um

"racha" dividiu o grupo em duas frentes. Oliveira saiu da JRI, que ajudou a construir, e foi desautorizado em nota oficial pelo MPL para falar em seu nome. O motivo da dissidência, segundo Pomar, era a concepção "reformista" e "financeira" que Lucas tinha da organização. "Para ele, a revolução precisava de três coisas para se desenvolver: dinheiro, dinheiro e dinheiro".

Prisões — Desde a primeira revolta em julho de 2004, quando assumiu a linha de frente dos protestos, Marcelo coleciona uma ameaça de morte registrada na Polícia Civil, quatro processos judiciais e duas prisões. Ano passado, foi preso no terceiro dia de manifestações, ficou detido por algumas horas e ganhou um "interdito proibitório" da Justiça do Estado. Esse ano foi preso logo no primeiro dia de manifestação e responde processo por acusações ainda mais graves: formação de quadrilha, obstrução ao serviço público e incitação ao crime. Os outros dois processos são acusações de crime de desobediência. Ele está proibido de chegar perto das manifestações e de participar de qualquer reunião, se apanhado, pode ser preso novamente. "A gente não vive em uma democracia de fato", lamenta Marcelo, que demonstra grande desapontamento quando fala das retaliações que vem sofrendo.

Por causa da prisão, Marcelo está afastado das manifestações, cuja liderança foi ocupada por pessoas que tem pouco respaldo entre os estudantes. A situação fica tão caótica que até o presidente da Associação de Policiais Militares de Santa Catarina (Aprase), sargento Amauri Soares, defende uma espécie de "salvo-conduto" para que Pomar volte a liderar os manifestantes. "Se a polícia prende uma liderança, impedindo-a de exercer sua legítima tarefa de dirigir, não deixa ninguém que possa racionalizar o movimento, inclusive para negociar com a polícia", justifica Soares.

Pomar apresentou em agosto, logo após as manifestações do ano passado, sua monografia de conclusão do Curso de História na Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina). No trabalho, ele mostra a repercussão — na imprensa e nas organizações de classe — da Revolução Russa e o início do movimento comunista em Florianópolis. Foi estagiário no Colégio de Aplicação da UFSC,

professor de História de um colégio estadual em Palhoça e atualmente dá aulas particulares. Ele também é professor de xadrez no Colégio Autonomia. A propósito, não é só no tabuleiro da política que Marcelo atua. Ele é um dos melhores enxadristas de Santa Catarina. Esse ano ele ficou com o quarto lugar na semifinal do Campeonato Catarinense Absoluto, ano passado ficou em oitavo lugar no Campeonato Estadual Universitário, em Joinville. Também é vice-presidente do Clube de Xadrez de Florianópolis. Marcelo Pomar é um jovem estudioso, sua atuação política é baseada na ação prática e no preparo teórico. Como todo bom enxadrista e dirigente político, movimenta taticamente as peças no presente com um objetivo estratégico no futuro. Quando perguntado sobre sua orientação política atual, ele não vacila: "Eu sou comunista".

Alexandre Brandão



Não é novato: militância política começou aos 13 como anarquista

"Não dá pra culpar só o MPL, se não tivesse uma crise, nada aconteceria"



Estudantes vão às ruas protestar contra o aumento de 26,6% que tornou a passagem de Uberlândia a mais cara do estado. A polícia reprimiu as manifestações com cães e bombas de gás lacrimogêneo

Em Uberlândia, a mesma história

Em Minas, onde o aumento foi de 26,6%, também houve protestos e violência da polícia

A cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, viveu, nas últimas semanas, situações parecidas com as que Florianópolis presenciou. Depois de 27 meses sem reajustes, a antiga tarifa de R\$ 1,50 sofreu um aumento de 26,6%, chegando ao valor de R\$ 1,90 e tornando-se a mais cara de Minas Gerais. Implementado no feriado de Corpus Christi (26 de maio) — segundo os manifestantes, para diminuir a repercussão —, o aumento gerou indignação e protestos, principalmente dos estudantes, que começaram a se mobilizar no final de maio e entraram o mês de junho com o lema de "R\$ 1,90 ninguém aguenta" e uma sucessão de confrontos com a polícia militar. Apesar do valor da tarifa em Uberlândia ser mais baixo que o de algumas linhas de Florianópolis, o aumento na cidade mineira foi quase três vezes maior do que na capital catarinense.

Para se estabelecer uma comparação mineira, basta-se verificar que a tarifa dos ônibus de Belo Horizonte, capital do estado, reajustada recentemente, é de R\$ 1,65, ou seja, 35 centavos mais barata que a de Uberlândia. Mesmo a segunda tarifa mais cara de Minas Gerais, a da cidade de Uberaba, não chega perto do valor da de Uberlândia. Depois de um reajuste de 13,6%, a tarifa de Uberaba chegou a R\$ 1,70. A comparação com cidades de mesmo porte e até maiores que Uberlândia mostra que, nas outras, há mais distribuição de linhas por empresas.

Marconi Santos, secretário adjunto de Trânsito e Transporte, usa o fato do sistema de Uberlândia ser integrado como justificativa para a nova tarifa. Na cidade, os passageiros pagam apenas uma passagem para se locomoverem. Em Minas Gerais, só Uberlândia e Belo Horizonte, parcialmente, adotam o sistema integrado de transporte. Outra justificativa para o aumento seria o fato de a estimativa inicial do sistema integrado não ter se confirmado. Esperava-se que seis milhões de passageiros por mês utilizassem o sistema. No entanto, a média até agora é de 4,3 milhões por mês. Mesmo com as explicações de Santos, os estudantes de Uberlândia não admitem o aumento de R\$ 0,40 na passagem, enquanto outras cidades tiveram aumentos médios entre R\$ 0,10 e R\$ 0,20. Uma estimativa aponta que, com a nova tarifa, uma família que ganha dois salários mínimos e tem dois filhos em idade escolar gastaria cerca de um terço de sua renda mensal com transporte.

No segundo dia de protestos, quase dois mil manifestantes aglomeraram-se em frente ao Terminal Central, impedindo o fluxo de ônibus. A Polícia Militar reprimiu o ato com violência, usando cães e bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo para dispersar a multidão. Seis manifestantes foram presos, acusados de desobediência à ordem policial e danos contra o patrimônio. O movimento pretendia sair da praça central e seguir até a Câmara dos Vereadores, quando foi barrado pela polícia. O coronel Gilmar Crovato, comandante do 32º Batalhão da Polícia Militar, explicou que a polícia foi obrigada a usar de "força moderada", em decorrência dos confrontos. No meio da confusão, a polícia tentava impedir o trabalho da imprensa. Jornalistas foram agredidos. Um cinegrafista da Rede Integração (afiliada da Rede Globo no Triângulo Mineiro) teve sua câmera jogada no chão e outro cinegrafista foi agredido a tapas e pontapés. O coronel Crovato afirmou

que, se houve realmente violência contra jornalistas, o caso será apurado e os culpados punidos.

Embora o movimento estudantil tenha contado com o apoio da maioria das pessoas que utilizam o transporte público, a forma de protesto é considerada questionável. Quem ficou preso dentro do terminal ou no trânsito, trancado pelos manifestantes, não aprovou a atitude dos estudantes. Marlene Ferreira, que acompanhava o irmão, um aposentado de cadeira de rodas, na fisioterapia não tinha como voltar para casa por causa do tumulto no Terminal. Segundo ela, a manifestação não resolve e a população é sempre prejudicada, pois a manifestação atrapalha quem precisa usar o transporte coletivo.

Na sexta-feira, dia 3, Odeldo Leão (PP), prefeito de Uber-

lândia, se reuniu com representantes do movimento, que pediam uma revisão do valor da tarifa. O encontro foi acompanhado por políticos, principalmente da oposição, como o deputado federal Gilmar Machado (PT) e o vereador Elismar Prado (PT). Prado, que é ligado ao movimento estudantil, pediu a intervenção do Ministério Público para que a Secretaria de Trânsito e Transporte (Setran) exponha os critérios adotados na definição da nova tarifa. O vereador defendeu que a revisão dos cálculos é uma forma de viabilizar um valor mais baixo. No encontro, o prefeito alegou não ser possível rever o valor da passagem.

Com o rosto pintado de palhaço, faixas, apitos e carro de som, os manifestantes continuaram seus protestos. Mesmo assim, os integrantes do executivo mantiveram a afirmação de que, diante das planilhas e após dois anos e três meses sem reajustes, o aumento foi necessário, principalmente pelas condições dos ônibus da cidade. Pelo menos um terço da frota de 350 veículos está em atividade há mais de dez anos e coloca a população em risco. Elismar Prado rebateu, lembrando que a mesma desculpa foi usada quando a tarifa atingiu o valor de R\$ 1,50.

Para contornar o problema, Odeldo Leão propôs à comissão de representantes estudantis uma cadeira nas próximas negociações de reajuste de tarifa. Além disso, o prefeito pediu um prazo de seis meses para as adequações necessá-

rias no transporte público. Segundo ele, as empresas concessionárias do sistema têm até dezembro para colocarem nas ruas 117 ônibus com menos de dez anos de uso.

Após uma semana de protestos, o movimento estudantil, com base no campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, ganhou a adesão de outros movimentos sociais, como o Movimento Pela Reforma Agrária (MPRA), professores e pais de alunos. Membros da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) passaram a acompanhar as manifestações, a fim de vigiar os abusos da polícia militar. Um panfleto em apoio ao movimento foi assinado por 34 entidades, entre sindicatos, movimentos de sem-terra e partidos políticos — PT, PC do B, PSOL e PSTU. Os próprios coordenadores do movimento admitem ter recebido apoio financeiro de dois vereadores do PT e de um vereador sem partido.

No dia 8 de junho, os manifestantes voltaram a bloquear o Terminal Central durante quase todo o dia, prejudicando o fluxo normal de veículos em toda a cidade. No dia seguinte, cerca de 100 mil pessoas ficaram sem transporte, um prejuízo calculado em R\$ 200 mil para as empresas de ônibus. Dia 10, um ônibus foi apedrejado durante os protestos. Segundo a PM, um grupo de 30 estudantes que se deslocava para a concentração do protesto teria apedrejado o ônibus. Segundo um dos líderes, a ideia era fazer uma "passeata simbólica", sem bloquear o trânsito dos ônibus, e as pessoas que tentaram fechar o terminal não pertenciam ao movimento. Lá como cá, a suspeita da existência de badmeiros infiltrados no movimento está sempre presente.

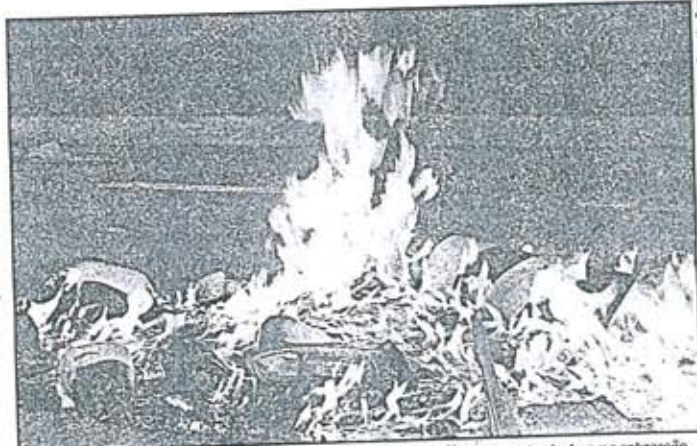
O Ministério Público entrou com uma ação na justiça pedindo a anulação do aumento da tarifa. O juiz João Ecyr Mota Ferreira, da 1ª Vara da Fazenda Pública negou o pedido na terça-feira, dia 14. Na quinta-feira, 16, dois estudantes foram detidos, levados para a delegacia para prestar depoimento e liberados em seguida.

O comando da Polícia Militar, representantes da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público, Secretaria de Trânsito e Transporte (Setran) e estudantes estiveram reunidos para discutir o desbloqueio das ruas e a liberação do Terminal Central. A intenção era estabelecer um acordo para que nas próximas manifestações não haja interrupção total do fluxo de ônibus.

As autoridades criticaram a forma de manifestação, uma vez que coíbe o direito de ir e vir. O promotor Luiz Henrique Borsari afirmou que o Ministério Público não concorda com a nova tarifa, mas não pode pactuar com um movimento que cerceia o direito das pessoas e atrapalha suas atividades cotidianas. No encontro, o coronel Gilmar Crovato sugeriu que nas próximas manifestações, o movimento ocupe apenas a avenida Afonso Pena, no centro da cidade, para que os ônibus possam continuar circulando. Ele garante que se for preciso, fará uso da força para desbloquear o trânsito.

Thiago Macedo

Com reportagem de Carolina Mello Samorano, Uberlândia, MG



A imagem é de Florianópolis, mas as circunstâncias foram idênticas no protesto e na repressão



Manifestantes revoltam-se com a cobertura da imprensa local, que distorce fatos, omite informações e enfatiza depredações para demonizar o movimento e colocar a população contra os estudantes

Postura da mídia é "vergonhosa"

Evangelista acusa imprensa de criminalizar movimento, ocultar fatos e omitir contextos

Mesmo quando ainda cursava Jornalismo na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Fernando Evangelista, 30 anos, já demonstrava interesse por causas e lutas sociais. Seu trabalho de conclusão de curso foi o documentário *Reações em marcha*, sobre como o MST utilizava a mídia. Após três meses com o diploma, sua primeira matéria, que tratava das manifestações contra a globalização em Gênova, na Itália, foi capa da revista Caros Amigos. Como seu correspondente, cobriu o conflito na Palestina e a Guerra do Iraque. Em 2003, recebeu menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos com uma reportagem sobre conflitos entre o MST e policiais no Pontal do Paranapanema, SP. Em outubro, Evangelista pretende defender sua dissertação de mestrado sobre a fabricação do consenso pela mídia, na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Desde 29 de maio, quando Florianópolis passou a ter a tarifa de ônibus mais cara do Brasil, até 6 de junho, Evangelista estava sem comer nem dormir direito, depois de ter ficado no meio do conflito entre policiais e estudantes e escapado de várias balas de borracha, mas não do gás lacrimogêneo. Nas três semanas de protestos na capital, ele acompanhou intensamente a mobilização dos manifestantes. Tudo que testemunhou durante esses dias, fez com que publicasse uma carta aberta a Ronaldo Benedet, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, repudiando a ação violenta dos policiais nas manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo.

Z - Como surgiu a ideia da carta?
Fernando Evangelista - Veio de um sentimento de indignação como cidadão, jornalista e testemunha que queria partilhar o que tinha visto. Fiquei feliz que por um momento a apatia e indiferença da população foram rompidas. Essa motivação que me fez escolher o Jornalismo pra poder expor o que vejo e o que sinto, sem a pretensão da neutralidade e da imparcialidade. O que temos que buscar sempre é a transparência. A questão da injustiça ou não do aumento das passagens não é o que está em pauta na carta ao secretário da Segurança, porque isso não está nas mãos dele, e sim o trabalho da polícia. O que aconteceu no centro de Florianópolis não foi um caso especial de violência, mas o excepcional foi poder registrar, fazer imagens e mostrá-las ao mundo inteiro pela Internet.

Z - Como está repercutindo a sua carta?

FE - Na verdade nem imaginava o retorno que estou tendo. Além do secretário, eu mandei a carta para alguns amigos via Internet e de repente ela se espalhou. Acabou sendo publicada na íntegra no jornal *O Estado*. É incrível como a Internet consegue isso. E é esse veículo que está mobilizando o pessoal que participa das manifestações, através do site Centro de Mídia Independente, que é a mídia das pessoas que estão participando dessa história. Essas pessoas tomaram consciência do velho papo de que são seis famílias que comandam a mídia do Brasil inteiro.

Z - Como você analisa a cobertura da mídia em relação a estes acontecimentos?

FE - No Brasil, existe uma repressão muito grande contra os movimentos sociais e aí que entra o trabalho sujo da mídia, que ao invés de divulgar as causas sociais, serve pra esconder, ou pior, pra legitimar a ação da polícia, criminalizando os movimentos. Isso é feito, às vezes, de forma muito explícita, ou então de uma forma mais sutil, não contextualizando os fatos. Se a mídia só mostrar a Câmara dos Vereadores sendo depredada, uma cena

de violência grave, a ideia que fica é de que aquilo é absurdo, e realmente é. Mas se for dado o contexto, de que o prefeito está sendo irresponsável, por não buscar o diálogo e dar declarações claras de provocação nos jornais como: "Ninguém vai fazer xixi na minha perna e rir da minha cara. Não sou bôco!", as pessoas poderiam tirar conclusões com mais clareza e informações. Porque a mídia serve para isso mesmo: criar consenso, uma ideia comum em relação a certos temas. E a criminalização dos movimentos sociais é um desses consensos. Eu vi o "cidadão" do *Diário Catarinense* na minha frente, na terça-feira, quando um menino foi espancado. Ele viu o mesmo que eu vi, mas sabe o que dizia a matéria dele no dia seguinte no jornal? Ele colocou que a polícia estava em desvantagem. Às vezes, isso é feito por ignorância. Às vezes, por má fé ou então pelas duas coisas, o que é mais grave. Todo mundo sabe que a polícia é despreparada, que não funciona, mas eles são mandados e esta é a questão. O grande chefe da polícia é o governador do Estado, que falou em 2004, durante a revolta da catraca, que no seu mandato a polícia não bate em estudante. Por que a imprensa, que parece muitas vezes não ter memória, não resgata essas frases tão importantes? Todos sabem que esse aumento das tarifas é injusto, pois de 1997 até hoje, o valor das passagens aumentou mais de 200% e o salário médio dos trabalhadores aumentou cerca de 75%. Porque isso não aparece nas matérias? Isso também é contextualizar, é fundamental.

Z - Que material você tem de denúncia contra a ação dos policiais?

FE - Eu e mais cinco pessoas estamos gravando imagens das manifestações para divulgar o que aconteceu. Foi por acaso que nos encontramos no meio dos conflitos e falávamos um pro outro: "tenho imagens 'porrada', de violência grave". E agora temos um material de denúncia forte contra a polícia e contra esse governo. Está explícita a inexistência de políticas públicas, diálogo, tudo! Vamos juntar nossas imagens e passar esse vídeo pela Internet ou onde derem espaço. Tenho imagens das manifestações de terça-feira na Beira-mar onde os jovens estão todos de joelhos, de mãos dadas, cantando o hino nacional, quando veio a tropa de choque e começou a jogar bomba. Foi muito ingênuo. Não imaginei que atirariam contra as pessoas em plena Beira-mar. Eu estava bem no meio filmando, entre manifestantes e policiais, quando vi a tropa de choque vindo e resolvi ir na direção deles. Bala de borracha passaram por cima da minha cabeça. Eu tive sorte, ao contrário de outros. Um cinegrafista do nosso grupo, Alex Antunes, levou cinco pontos na orelha por causa de uma bala de borracha. Filmei muitas pessoas sangrando por causa dos estilhaços das bombas de efeito moral. Outra imagem chocante foi a do menino que eu cito na carta ao secretário, que levou um golpe dos policiais enquanto estava de joelhos e começou a apanhar. Temos também a imagem de uma menina, no momento em que estava sendo presa e perguntaram ao policial: "Sob qual acusação estes jovens estão sendo presos?". Ele respondeu: "Eu não sei, aí tem que perguntar pro comando". É óbvio que o comando da polícia vai dizer que foi um caso excepcional, mas o excepcional foi essas imagens terem sido gravadas.

Z - Que nome será dado para o vídeo que vai reunir estas imagens?



Evangelista: mídia faz trabalho sujo

FE - Amanhã vai ser maior, porque acreditamos que quanto maior a repressão, maior a vontade de se manifestar.

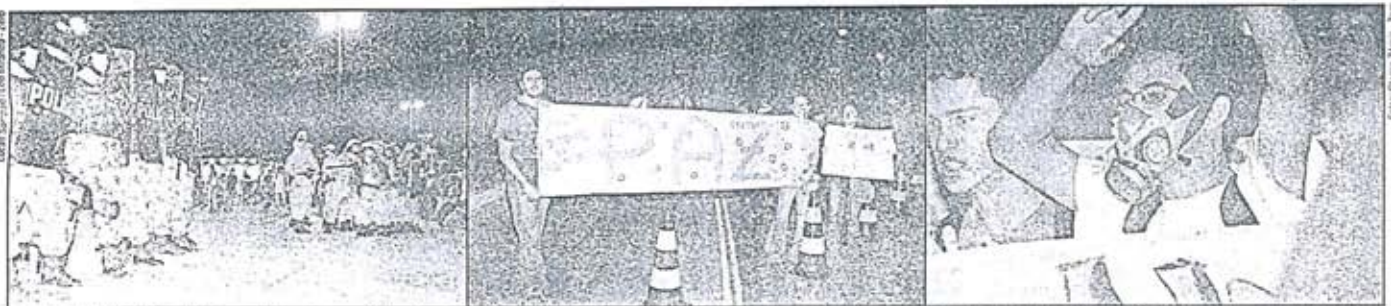
Z - Você acredita em pessoas infiltradas no movimento?

FE - A mídia está divulgando coisas que dão a entender que os manifestantes estão sendo manipulados por pessoas infiltradas. Isso não é verdade. Ninguém está sendo manipulado, mas existem pessoas infiltradas, é a polícia especial, conhecida como P2, que está lá gravando o que querem mostrar contra os manifestantes e que comprometem assim todo o trabalho da imprensa. Passei por situações complicadas, porque enquanto estava gravando, muitas pessoas ficavam desconfiadas de que eu poderia ser um P2 também. Gravei o depoimento da mãe de um dos presos, que disse ter visto um P2 jogando uma bomba contra a tropa de choque, para que eles pudessem revidar. Numa passeata do MST, por exemplo, já fotografei um P2 que estava ali para passar informações à polícia e fiz questão de publicar essa imagem.

Z - Como você compara a cobertura desses protestos com as suas outras coberturas como a da guerra da Palestina, de Gênova e dos militantes do MST?

FE - É legal porque sempre tem um fio em comum. O que está acontecendo em Florianópolis, lembra muito o que presenciei em Gênova, mas numa proporção menor. Lá eram cerca de 300 mil pessoas gritando pacificamente e sendo agredidas por policiais revoltados. É incrível, também, como os fatos que a gente observa ao lado de mais jornalistas, muitas vezes são silenciados por eles. Na época em que fui pra Palestina, havia uma ordem das autoridades da cidade para que as pessoas não saíssem de suas casas por causa dos franco-atiradores e tanques israelenses que estavam pelas ruas. Num desses dias, eu estava no hospital da cidade de Ramallah e vi uma senhora, que deveria ter uns 50 anos, que estava com dor no joelho, então resolveu ir ao hospital. E quando ela saiu da recepção do hospital eu ouvi um barulho. Ela tinha sido assassinada pelos franco-atiradores a poucos metros de mim e ali estava um jornalista da CNN e outro da Reuters, mas nenhum deles divulgou isso. São fatos silenciados que não chegam nem nos lugares que acontecem, nem no resto do mundo. Qual exemplo maior que o Movimento dos Sem Terra? Até meados de 1996 foi feita uma pesquisa pelo Ibope e 80% da população brasileira era a favor do MST. A partir desse momento o MST muda sua postura, começa a criticar a política neoliberal do governo e não só a questão da terra e da reforma agrária. Então a mídia passa a detonar o movimento. Às vezes, como diz o jornalista Bernardo Kucinski, o consenso não parte da mídia, mas sim da elite e a partir da elite vem o trabalho sujo da mídia, que quase sempre tem interesses comuns. Por que os meios de comunicação não falam que 1% dos proprietários rurais detêm 46% de todas as terras do país? É isso que tem que ser falado. O louco é que muitos dos repórteres que estão nas redações foram criados já com a ideia desse consenso. Aí o editor não precisa nem lutar com você, como era na época da ditadura que havia um enfrentamento. Agora o repórter vê a polícia batendo em adolescentes e diz que é pra manter a ordem.

Entrevista Sarah Castro



Batalhões da PM vigiam de perto os protestos, manifestantes exibem faixas pedindo paz e usam máscaras e panos com vinagre para se proteger das bombas de gás lacrimogêneo e spray pimenta

Primeiro bate e depois negocia

Socióloga Janice Ponte analisa agressividade popular como resposta a brutalidade da PM

Autora do livro *Reinvenções da utopia, a militância dos jovens nos anos 90*, Janice Tirelli Ponte, professora e socióloga na UFSC, se especializou em analisar a participação da juventude em movimentos sociais. Em Florianópolis, ela sempre procurou conversar com jovens que, de alguma forma, tenham se engajado em qualquer organização política, desde sindicatos até pastorais. Para a pesquisadora, as manifestações desse ano revelam tanto pontos negativos, como a institucionalização da violência pelo Estado, gerando uma reação também violenta por parte da população, até pontos positivos, como a convergência de interesses entre os movimentos comunitários dos bairros e o movimento estudantil na busca da solução de um problema que atinge todos eles.



Jovens mostraram o absurdo social

Zero - Por que os protestos pela redução das tarifas do transporte público têm sido tão violentos em Florianópolis?

Janice Ponte - Em primeiro lugar, é preciso termos cautela para não criminalizar os jovens, como começa a ocorrer nestas ocasiões. Não esquecer que é a polícia que corporifica a violência desde a sua imagem. O que ela fez questão de explorar sobremaneira nestes últimos episódios. Ela existe para conter, controlar, vigiar, e não para alagar e compreender as atitudes dos cidadãos. A reação do senso comum das pessoas, que não sofrem com o sistema viário, é, imediatamente, somar os ganhos e perdas numa manifestação de revolta sem fazer a crítica da cultura da brutalidade a que já estamos acostumados. Está claro, nesses 20 dias de revolta nas ruas, que a brutalidade se instalou primeiro, simbolicamente, desde o início, para restringir e resolver o assunto na base da violência. Depois, fisicamente, quando as imagens que assistimos em rede nacional impressionaram e nos levaram a lembrar dos tempos do autoritarismo, do medo a que estávamos submetidos durante a ditadura militar. O que está ocorrendo agora parece desproporcional, mas é o sintoma que a orientação governamental, que define as ordens da polícia, é a mesma: primeiro bate e depois negocia, ou seja, continua fazendo tudo do jeito que sempre fez. Agora, o movimento de massa é imprevisível e, diante da agressão desproporcional, como ocorreu, qual é a reação? No clima de propósitos comunitários, companheirismo em que se construiu o movimento, como impedir a revolta de explodir em auto-defesa? Embora algumas atitudes fujam do controle do movimento, acho que devemos analisar criticamente as depredações. Quais foram os equipamentos urbanos depredados? Territórios de significação marcante: Câmara de Vereadores, bancos, sede da Cotisa. Traduzindo: o campo da política, da economia e da propriedade privada dos transportes. Pelo que pude investigar junto aos militantes, não foram só alguns estudantes que agiram assim, mas alguns populares, também. Quem fez isso expressou o que muitos outros já percebem, ou seja, questionar o poder constituinte, tendo-o como objeto de ação. Trata-se, portanto, de uma ação política de revolta contra estas instituições. A violência iniciou, portanto, com quem tem o seu monopólio - o Estado e foi contra ele que as pessoas no fundo estavam se manifestando, em legítima defesa contra a autoridade que exa-

cerba o seu poder. Uma investigação rigorosa sobre os fatos não terá dificuldade em constatar que houve abuso de poder. Se essas manifestações são criminosas, porque revogaram a aplicação do reajuste por parte da Câmara e do prefeito? Serão retiradas as acusações contra os estudantes de atentado contra a segurança de meio de transporte, incitação pública à prática do crime, vandalismo, formação de quadrilha exposição de adolescentes a vexames? O abuso de autoridade também será perdoado? Como se vê há algo mais do que o simplismo neste momento histórico que vive o país. O jovem entre 16 e 18 anos, um dos protagonistas do movimento aqui em Florianópolis, faz parte de uma geração social que cresceu sem utopias, preparada para um pragmatismo individualista, formada sob uma razão instrumental, despreparada em lidar com o coletivo, despreparada para viver em sociedade. E, veja, mesmo assim, contraditoriamente, fez o que muitos não tiveram coragem de fazer: enfrentou a polícia colocada nas ruas com todas a sua truculência e sensibilizou a população para aquilo que é um problema de todos. Mais uma vez, o jovem, como o fez em muitos momentos da história, (e não importa que seja de uma forma cíclica ou episódica) mostrou o absurdo social a que estamos entregues e o quanto é preciso ser ousado para não sermos reféns da inércia.

Z - Quais as implicações da ausência de uma liderança mais definida no movimento?

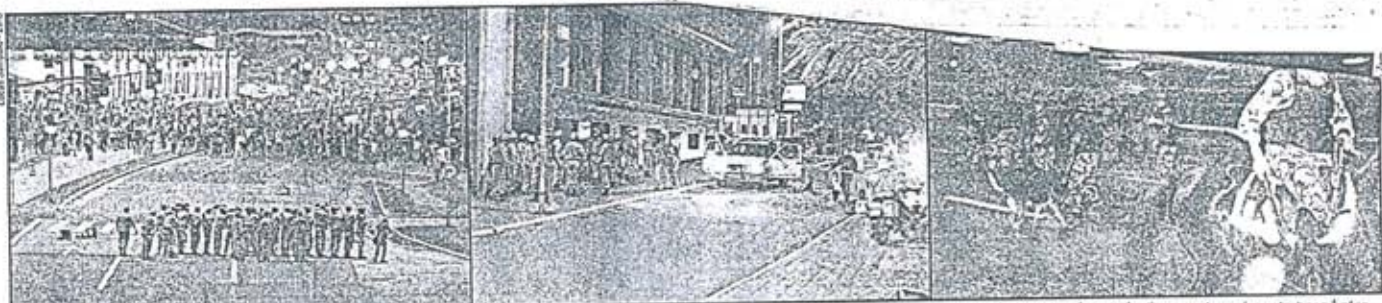
JP - A polícia atuou na linha de frente, mas pelo que mostram os fatos, não no coração da revolta que ainda mostra o seu fôlego. Cal um comando, aparece outro, não há como impedir que as pessoas se sobressaia por sua capacidade organizativa política, estratégica ou operativa de um grupo político, quando a forma em que se processam as manifestações permite a expressão democrática. E outra coisa: é preciso ponderar que a ideia de liderança hoje não é mais aquela da manipulação de anos passados, o que não quer dizer que hoje, os jovens não procurem mais vínculos coletivos, que não têm mais ideologia ou não constroem utopias. Eles têm um convívio político que traduz um repertório baseado na contestação multifacetada, diferenciada e criando um novo conceito de coletividade, reinventando utopias velhas e criando novas. E a capacidade de domínio da tecnologia está a favor dessa geração: a bomba que explode hoje no asfalto às 19h está sendo denunciada às 20h pela internet e informando quem procura a informação. Essa é uma grande fonte de poder sobre os fatos. Tanto é que a própria polícia está usando dos mesmos expedientes da mídia alternativa. Tem policial que mais parece repórter na rua, "cobrindo" a repressão que executa. É até possível que serviços de inteligência do Estado, além da PM também devem estar querendo entender o que está acontecendo. Seria curioso ver o relatório de um espião da ABIN (Agência Brasileira de Informação) sobre o que está acontecendo em Florianópolis. Hoje se acelera o que desde a década de 90 já estava aparecendo: um interesse pela militância em organizações não hierarquizadas e descentradas em ideologias, que disciplinam o comportamento político individual em nome do coletivismo. Portanto, a liderança hoje é tão legítima quanto pode ser contestada, questionada e decide-se sobre a sua existência pelo conjunto. É preci-

so penetrar no universo do movimento juvenil para perceber que os esquemas e classificações que a imprensa estabelece, não vigoram no relacionamento da sua rede movimentalista. Hoje, os jovens que atuam, buscam em todas dimensões de sua ação, o reconhecimento de sua individualidade, o que equivale a afirmar que para eles o coletivo deve incorporar a forma de ser de cada um e que projetos de vida mais do que nunca vêm dependendo da sua escolha autônoma.

Z - Quais as consequências para a cidade, do ponto de vista social, e que análise você faz da atuação dos políticos nessa questão?

JP - Desde as manifestações do ano passado, os políticos passaram por um constrangimento. No ano passado, vereadores tiveram que usar de muito argumento para desfazer o equívoco de terem votado em causa própria pelo reajuste de seus salários, o que foi o estopim de uma grande mobilização dos estudantes em frente a Câmara de Vereadores e obrigou o recuo. Apenas um vereador votou contra o aumento e isso repercutiu muito mal, inclusive nos meios mais progressistas da cidade, que não esperavam esta atitude de alguns vereadores comprometidos com as causas populares. A consequência disto é que o apoio ao movimento dos estudantes cresceu na mesma proporção da sua repercussão positiva junto à população. Houve, portanto, limites na exploração eleitoral que é comum nestes casos. Mesmo porque, quem acompanhou a atuação juvenil pôde perceber a crítica contundente dos jovens ao oportunismo político que aparecia durante do processo. Sem dúvida a questão partidária alimenta a crítica geral durante o processo e os "sempre" candidatos a alguma coisa vêm no movimento uma oportunidade de terem visibilidade. Mas, quando a política se traduz como mera tecnologia, como neste momento, não podemos esperar outra coisa: uma inteligente indiferença como resposta dos jovens a estes expedientes. Com relação a atual gestão da prefeitura, o descrédito do prefeito ficou evidente quando iniciou um jogo de empurra sobre a responsabilidade sobre o aumento, quando estava muito claro que a decisão judicial não determinava o reajuste, mas reconhecia a legalidade do decreto 2.454. Considero que muitos jovens que sentem e têm clareza dessa situação desacreditam nas formas por onde passa a política institucional. Esta política, vê-se claramente, que eles a rejeitam. Aquela que é resultado de um pensamento e visão de mundo técnica, preocupada em como tirar vantagem do outro, que impede o pensamento, que se prende a atitudes que têm como fim único a manutenção do poder. Os jovens estão querendo distância desse tipo de prática, ao mesmo tempo que aprendem e se socializam politicamente na crítica a ela quando se agrupam, quando se organizam, desde uma expressão de contestação organizada à de desobediência civil. Assim eles vão criando a seu jeito próprio, uma nova forma de encarar a participação social nos problemas da cidade, envolvidos e aprofundando o conhecimento da realidade do seu cotidiano e de suas questões, e partilhando de laços que vão criando uma cultura própria. Florianópolis por trás da propaganda que ressalta a sua beleza natural é repleta de desigualdades e contradições sociais, além da destruição ambiental que vêm ocorrendo. As políticas econômicas e sociais vigentes não dão conta de democratizar a sociedade tão desigual, por isso a forma política é disfuncional à sociedade, e isso a juventude não está mais suportando. Parece que os políticos não se deram conta disso.

Entrevista: Leandro Uchôas



Vitória do povo: ausência de representantes na Câmara e nos Executivos municipal e estadual levaram ao confronto contra tropas trazidas do interior do estado. Sem contrangimento para bater

Irresponsabilidade e repressão

Professor acusa prefeito de incitar manifestações e governador de abandonar democracia

A culpa do colapso do Transporte Público em Florianópolis é dos empresários de ônibus que praticam um capitalismo provinciano. Quem pensa assim é Waldir Rampinelli, doutor em Ciências Sociais e professor de História da UFSC, que esteve nas manifestações junto com os estudantes. Ele sugere que os empresários da cidade aprendam que obter lucro não é sinônimo de "arrancar o olho da população". Waldir Rampinelli completou três cursos de graduação: Direito, Filosofia e Letras. Fez seu mestrado na Universidade Autónoma do México sobre as relações exteriores brasileiras na América Latina. Na PUC de São Paulo, produziu seu doutorado sobre a política externa do presidente Juscelino Kubitschek. Na entrevista, Rampinelli analisa os protestos dos estudantes dentro de um contexto que engloba a crise dos partidos na América Latina. "Simplesmente essa classe política que está aí deve ir embora".

Zero - As causas do movimento estudantil se esgotam na redução da tarifa de ônibus?
Waldir Rampinelli - Não, é algo maior. É preciso ver o movimento dentro de um contexto latino-americano. Não é à toa que os protestos ocorridos em Florianópolis não chamam a atenção apenas da cidade. Atualmente acontece a perda de legitimidade dos partidos políticos, que não conseguem mais representar as populações da América Latina. Os partidos foram se distanciando ao longo do tempo e representam uma hegemonia dominante composta por latifundiários, empresários e banqueiros, não mais o povo. Por isso é comum ouvir na América Latina a expressão "que se vão todos". Nesse contexto, surgem outras formas de representações. Pode ser o movimento estudantil, camponês, cocaleiro ou piqueteiros, todos com características próprias, mas com algo em comum. A semelhança é que eles não deixam os partidos políticos atuais tirarem proveito. É bom lembrar que nas manifestações de Florianópolis, a deputada federal do PT, Luci Choinacki, foi vaiada. E qualquer um que representa um partido político que fizer o mesmo vai receber vaias.

Z - Então se trata de um movimento social apartidário?

WR - Apartidário, não. É um movimento político que engloba vários partidos, mas o objetivo não é o partidário, é o político.

Z - Quando se iniciou esse enfraquecimento dos partidos na América Latina?

WR - Começou com o fim dos governos populistas em alguns lugares e, em outros, nos anos 60 e 70. As ditaduras cooperaram com esse enfraquecimento também. O que João Goulart fez como ministro do Trabalho em 1953? Aumentou o salário mínimo em 100% atendendo uma reivindicação popular. Goulart fez tal medida, porque pertencia ao PTB que defendia os trabalhadores. Hoje isso desapareceu e as pessoas se organizam de outras formas.

Z - E como resolver esse distanciamento visto na Câmara, na Prefeitura de Florianópolis e no governo de Santa Catarina?

WR - Não se deve tentar resolver esse problema. Simplesmente essa classe política que está aí deve ir embora. Eu diria: que se vão todos. Agora o que aparece no lugar? Acredito que virão movimentos sociais que representarão os anseios da população. Mas, como vivemos em uma democracia burguesa, é provável que virão partidos que te-

nham uma ligação maior com os movimentos sociais, mas não vamos esquecer que tais partidos ao chegarem no poder podem voltar a defender a classe hegemônica. O exemplo mais claro é o PT: começou com os movimentos sociais, mas hoje é um partido em crise.

Z - Como explicar a atitude violenta da PM?

WR - Ninguém passa impune por uma ditadura militar. Embora a ditadura brasileira tenha ocorrido entre 1964 e 1985, é bom lembrar que essa polícia foi educada ideologicamente durante esse período. A redemocratização no Brasil não transformou algumas instituições, entre elas a polícia. São entidades estatais educadas dentro de uma hierarquia verticalizada, de ideologia da classe dominante e protegendo aquilo que eles chamam de "a ordem". E como isso se mantém? Através do porrete. É diferente de algumas polícias de outros países que passaram por ditaduras, mas se redemocratizaram. O exemplo maior é a Nicarágua, um país que sofreu uma ditadura de 1934 a 1979 e, em dez anos, mudou ideologicamente sua polícia. Nas manifestações de lá, os policiais fazem suas funções, mas não reprimem como acontece no Brasil. Portanto, tivemos uma redemocratização, mas foi um processo feito por cima e no seio da polícia brasileira ainda existe o germe do autoritarismo.

Z - Mas e a responsabilidade do governador?

WR - Existe o papel do governador, mas quando temos comandantes na Polícia Militar que discordam da atitude do governo, eles precisam colocar seus cargos à disposição. E eu duvido que se isso acontecesse, o governador Luiz Henrique iria aceitar a saída deles. Seria uma crise na polícia que educaria o governador para a democracia. Aliás, convém lembrar que falo de um governador que, quando tem um poder municipal de oposição, não usa a polícia, mas, quando entra alguém ligado a ele, usa a repressão. A polícia, quando é redemocratizada, educa inclusive o próprio governador.

Z - E quanto à tentativa da polícia em caracterizar o movimento como baderneiro e criminoso?

WR - Não é novidade. Isso é resultado de um governo autoritário. Se você analisar a América Latina vai ver que durante o Estado Oligárquico (1850 a 1930) qualquer movimento era caso de polícia. Hoje esses resquícios continuam. Eu assisti às manifestações, sou contra a quebra do patrimônio, mas a quebra de uma imprensa diz que houve foi muito maior do que a existente. E eu digo mais: o caso de atear fogo na Câmara foi um ato simbólico. Representou o ataque ao poder legislativo dessa cidade, que é omissa.

Z - Na Constituição Brasileira de 1988 foram criados os Conselhos Municipais de Transportes com caráter deliberativo. Fazer esses conselhos funcionarem não seria uma solução a longo prazo?

WR - A longo prazo, pode ser. Agora a curto prazo, nem uma CPI resolve o problema. A solução imediata é o prefeito Dário Berger reunir os empresários de ônibus, o movimento estudantil e construir um acordo. Os empresários ligados ao transporte público de Florianópolis precisam



Rampinelli: polícia não se recicla

ganhar menos. Durante os governos de Angela Amin e o do Edson Andino, os empresários tiveram um aumento de arrecadação de 238% e o gasto com pessoal foi de 72%. O lucro é a subtração disso. Eles, portanto, precisam entender que estão em um sistema capitalista, mas não podem arrancar o olho da população usando o poder do Estado. É preciso bater duro nos empresários e afirmar que não podem ganhar o tanto que querem. Deviam fazer um curso de modernidade dentro do capitalismo. Vão aprender capitalismo na Europa onde não se ganha tudo em um dia, mas sempre se lucra. E não me venham com a história do ir e vir, porque onde fica esse direito para quem mora nos Ingleses, na Calceira do Sul? Eles também têm o direito! É ridículo quando o prefeito fala

que os estudantes devem protestar no sambódromo Nego quirido ou na frente da Catedral. A manifestação deve acontecer na rua exatamente para conseguir o apoio da população.

Z - A municipalização dos Transportes não resolve o problema?

WR - Sem dúvida nenhuma é uma solução viável. Se não toda a municipalização, pelo menos, uma parte. Por que se você tem sete empresas de transportes e prefeitura cria pelos menos duas outras, a prefeitura estimula mudanças. Temos exemplos como o metrô do México que é estatal, transporta cinco milhões de pessoas por dia, possui serviços melhores do que o de Nova York e tem uma tarifa social. É do Estado por quê? Por que o governo tem interesse em evitar revoluções. Em Florianópolis isso também é possível, mas é preciso ter vontade política. E esse prefeito não tem essa vontade de resolver o problema.

Z - Como o senhor avalia a cobertura da imprensa nos protestos?

WR - A imprensa nacional tem sido um pouco melhor, talvez por estar um pouco distante dos fatos. Mas a imprensa local sempre defende os interesses da classe dominante. Ela concede alguns espaços, mas o enfoque é sempre da classe que domina. Sem contar que os estudantes são mostrados como baderneiros, o movimento como arruaceiro e que só defende interesses pessoais, que não é possível acabar com o aumento senão quebra os transportes e que o prefeito não irá permitir a baderna. Mas é preciso deixar claro que o prefeito é um provocador e o governador um repressor. Um prefeito precisa ter responsabilidade na cidade e ele mostrou que não tem quando incitou os estudantes. Ele não foi responsável no trato da coisa pública. Durante a campanha, prometeu que iria resolver a situação dos Transportes e até hoje nada. Ou ele enganou a população ou é um caso de estelionato eleitoral. A administração anterior não diminui em nada a responsabilidade de Dário Berger. Já o governador Luiz Henrique é um repressor, porque, no ano passado, defendeu a democracia, fez críticas à ditadura e disse que a polícia não bateria nos estudantes. Hoje, largou o discurso e fez exatamente o contrário. Autoridades assim nenhuma cidade merece, nós precisamos de gente responsável.

Entrevista: Bruno Moreschi



Manifestantes levantam os braços para mostrar à polícia que estão desarmados, estudantes da Udesc pedem redução da tarifa e jovem coloca nariz de palhaço para ironizar a situação na Capital

Estudantes derrubam aumento

Após 17 dias de prisões e quebradeira, Berger recua, retira reajuste e devolve paz à cidade



Como num filme de suspense, Dário Berger soube manter toda a atenção sobre sua decisão a respeito do futuro do transporte público em Florianópolis até o último minuto. Num final feliz para os manifestantes, Berger se rendeu, suspendeu os 8,8% de reajuste e deixou a promessa de que novas soluções serão encontradas para o sistema integrado. O prefeito, no entanto, não ficou com o pepino na mão sozinho. Ao contrário de sugestões anteriores, desta vez quem vai bancar os custos da suspensão do aumento são as empresas. Como compensação, serão isentas do pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), o que vai representar cerca de R\$ 160 mil por mês. Do lado do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis (Setuf) ficou o aviso de que, se a medida representar prejuízo, haverá recurso na justiça.

O ato final de Dário Berger começou a se desenhar pouco antes das 16 horas de terça-feira, 21 de junho. A coletiva com a imprensa estava marcada. Em frente à prefeitura, participantes do Movimento Passe Livre tentavam controlar a ansiedade. Havia até quem apelasse para um jogo de xadrez. A segurança na entrada do prédio era numerosa e ostensiva, com policiais militares e guardas municipais. Poucos eram os que conseguiam entrar na prefeitura e menos ainda, os que conseguiam chegar ao décimo andar, onde Berger receberia a imprensa. A vereadora Ângela Albino (PCdoB) obteve autorização para subir, mas chegando à sala 1002, acompanhada de Thiago Andriano, presidente da União Catarinense dos Estudantes, e Matheus de Castro, representante do Movimento Passe Livre, foi "convidada" a se retirar. "Sou vereadora e tive que pedir autorização para entrar, enquanto nenhum vereador teve que passar por isto, e agora tenho que sair", reclamou. Os assessores do prefeito tentaram temporizar, alegando que, sozinha, a vereadora poderia entrar. Ela não gostou da idéia e desceu, para esperar o resultado na rua.

E foi na rua que, 40 minutos depois, ela e os manifestantes receberam a notícia: o aumento seria suspenso. O informante era o vereador Jair Miotto (PTB), que saiu da reunião para divulgar a boa notícia. Ele explicou que até a noite do domingo 26 de junho todas as tarifas do transporte público de Florianópolis voltariam aos preços anteriores ao reajuste. Os custos da suspensão caberiam às empresas, que passariam a ter isenção no ISS, o que representa 2% do valor da tarifa. O ato administrativo teria prazo de dois a três meses, com a previsão de que em 90 dias, no máximo, seria encontrada uma nova solução para os problemas do sistema integrado, provavelmente, vinda do diagnóstico que está sendo feito pela empresa de Jaime Lerner, ex-governador do Paraná.

A notícia trazida por Miotto foi o ponto de partida para a comemoração. Sorrisos de satisfação demonstravam que a decisão significou uma vitória para o movimento. "Era isto que a gente propunha desde o início", comemorou Matheus de Castro. Ainda assim, teve quem ficasse com um pé atrás. "Quero ver isto no papel. E não adianta dizer que a palavra é no fio do bigode, porque eu sou mulher, não tenho bigode e só acredito no que está escrito. Mas, é um avanço, sem dúvida", avaliou Ângela Albino.

Thiago Andriano era um dos que mais comemorava. "É o momento mais feliz das últimas semanas. Se ele tivesse feito isto antes, teria evitado tanta confusão. Espero que nestes 90 dias, venha uma boa solução", resume. Andriano passou por maus momentos durante os protestos, chegando a ser preso. "Foi uma vitória, mas pagamos um preço muito alto por ela. Sangue e muitas prisões. Não era preciso tudo isto. Saiu caro, caríssimo", lamentou, aliviado com a perspectiva de dias mais tranquilos pela frente. Para ele e para a cidade.

Thiago Macedo



Fotos: Leo Magalhães / Zero



ANEXO B

Reportagem referente à Lei do Passe Livre.

O passe livre é inconstitucional. (Novembro de 2007). Diário Catarinense, Geral, p. 32.

Transporte Ônibus não será de graça

O passe livre é inconstitucional

O Pleno do Tribunal de Justiça julgou inconstitucional a lei municipal nº 1137/2004 que instituiu o passe livre para estudantes nos transportes coletivos em Florianópolis. O TJ já havia concedido liminar, em 16 de novembro de 2005, que suspendia a eficácia da lei até julgamento do mérito, fato que ocorreu na última sessão judicial do Pleno, realizada nesta semana.

Para os desembargadores, a lei apresentava vício de iniciativa, uma vez que "o Legislativo não pode propor e aprovar lei que implique em gastos para o Executivo". A Lei do Passe Livre, como ficou conhecida,

previa passagem gratuita aos estudantes e responsabilizava a prefeitura pelo acerto de contas com as empresas de transporte coletivo.

A Adin teve como relator o desembargador Rui Fortes. A decisão do Pleno foi por unanimidade de votos.

O vereador Marcio de Souza (PT) é autor da lei que pedia o passe livre. Ele lembrou uma manifestação do prefeito Dário Berger, onde o mesmo disse não ser contrário à lei. Disse que do ponto de vista legal, o legislativo tomou as providências necessárias e estaria no aguardo da remessa processual de Berger sobre o projeto. A decisão não cabe recurso em termos de Tribunal de Justiça do Estado, mas no Supremo Tribunal Federal.

ANEXO C

ANEXO C: Tabelas dos estudos coletados no rastreamento do Banco de Teses da CAPES

IDENTIFICAÇÃO	ASPECTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS	TEMÁTICA PRINCIPAL	ORIENTADOR(A)
Alessandro Soares da Silva. Acampados no “Carlos Maringuela”: Um estudo sobre a formação da consciência política entre as famílias do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Panapanema-SP. Mestrado. PUC-SP/2002.	Aporte teórico na Teoria Social do Self e o Modelo Analítico para o estudo da consciência política. Entrevistas semi-estruturadas com 6 famílias.	Busca compreender as razões que motivam sujeitos a adotarem as ações coletivas como alternativa para transformação social da realidade em que vivem por meio da análise do processo de formação da consciência política entre as famílias do MST.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Eliane Domingues. A luta pela terra e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): contribuição da Psicanálise. Mestrado. PUC-SP/2001.	Conceito de função fraterna em Psicanálise. Entrevistas com acampados e assentados.	Propõe uma reflexão sobre a dimensão subjetiva (inconsciente) presente na luta pela terra e adesão dos sujeitos ao MST.	Dr. Raul Albino Pacheco Filho
Henrique Croisfelts. Processos associativos: versões circulantes sobre ação e cidadania entre participantes de uma associação de moradores de bairro. Mestrado. PUC-SP/2003.	Não identificado	Compreender versões que circulam entre membros de uma associação de moradores de um bairro da periferia de Ribeirão Preto em relação as suas participações em ações coletivas.	Dr. Peter Kevin Spink
Marcia Prezoti Palassi. Privatização! Uma solução problemática: o impacto do movimento (anti)privatização na participação dos trabalhadores em	Aporte teórico no modelo analítico para estudos da consciência política. Entrevista estruturada com 17 sindicalistas e 28 trabalhadores. Observação	Analisa o impacto do movimento (anti)privatização do Banespa na consciência política e na predisposição dos trabalhadores à participação em	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval

ações coletivas. Doutorado. PUC-SP/2004.	participante e análise de documentos.	ações coletivas.	
Marco Aurélio Máximo Prado. (Des)Razão: Sujeitos da Consciência e Políticas de Identificação. Mapa teórico acerca do Sujeito Coletivo e do Político na literatura sobre as ações coletivas. Doutorado. PUC-SP. 2000.	O sujeito coletivo é entendido como um “NÓS” e o político como sendo um espaço não institucionalizado onde os antagonismos sociais são expressados. Estudo teórico.	Desenvolve uma interpretação da literatura sobre ações coletivas, a partir de duas categorias: o sujeito e o político, propondo uma releitura crítica das principais perspectivas que analisam as ações coletivas e os movimentos sociais.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Milton Santos Bicalho. Conselheiros de saúde construindo o controle social: um estudo de caso de conselheiros usuários de Belo Horizonte. Mestrado. UFMG. 2003.	Entrevistas com os conselheiros de saúde.	Focaliza como os conselheiros de saúde percebem seu papel e como constroem suas ações participativas.	Dr. Cornelis Johannes Van Stralen
Patrícia Martins Goulart. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados. (MTD) e suas estratégias contra o Desemprego: uma abordagem psicossocial. Mestrado. PUC-RS. 2001.	Aporte teórico na abordagem psicossocial pautada em Bardin (1995). Entrevistas semi-estruturadas e observação participante em duas reuniões.	Objetivou conhecer as articulações psicossociais entre o engajamento no movimento social e a possibilidade de superar o desemprego.	Dr. Jorge Castellá Sarriera
Pedro Oliveira Filho. Identidade Social e Comportamento político: uma análise das consequências da identidade religiosa sobre a participação de trabalhadores em ações coletivas e em	Trabalha com dois grupos religiosos: pentecostais e católicos.	Investiga a relação de trabalhadores pentecostais com a dimensão religiosa de suas identidades e as consequências dessa relação sobre o modo como representam a	Dr. Leôncio Camino Rodrigues Larrain

movimentos sociais. Mestrado. UFPB. 1997.		realidade social na qual estão inseridos e sobre suas práticas políticas.	
Sara Deolinda Carlos Pimenta. Trajetórias na terra: sociabilidades, gênero e identidades coletivas no projeto de reforma agrária Aliança. Mestrado. UFMG. 2005.	Observação participante, entrevistas abertas, individuais e grupais.	Busca compreender os processos de construção de identidades coletivas na trajetória de luta pela terra e na constituição do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Aliança em seus aspectos psicossociais.	

Tabela com os estudos que contém o descritor “ações coletivas” no Banco de Teses da CAPES nos cursos de Pós-Graduação em Psicologia

Análise quantitativa: 272 estudos; 20 de maio de 2007.

IDENTIFICAÇÃO	APECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	TEMÁTICA PRINCIPAL	ORIENTADOR(A)
Alessandro Soares da Silva. Marchando pelo Arco-íris da política: a Parada do Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva nos movimentos do Brasil. Doutorado. PUC-SP. 2006.	Aporte teórico na Teoria Social do Self e o Modelo Analítico para o estudo da consciência política. Entrevistas semi-estruturadas com 6 famílias.	Busca compreender as razões que motivam sujeitos a adotarem as ações coletivas como alternativa para transformação social da realidade em que vivem por meio da análise do processo de formação da consciência política entre as famílias do MST.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Ana Lúcia Campos Brizola. Sistema Democrático e Relações Autoritárias: um estudo entre universitários. Mestrado. UFSC/1999	Entrevistas.	Compreender as representações e o comportamento político de estudantes sobre democracia, sociedade ideal, participação política e autoritarismo.	Dra. Louise Amaral Lhullier
Bernadete Baltazar. Quando a militância e a vida cotidiana se (des)encontram: Um estudo das concepções de lideranças sobre as relações do movimento popular com suas vidas. Mestrado. UFES/1998.	Entrevistas com 12 líderes de organizações e análise de conteúdo.	Busca saber como as lideranças de organizações populares na Grande Vitória têm se sentido em relação à sua participação nessas organizações e em suas vidas.	Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas
Betânia Diniz Gonçalves. Participação e consciência política. Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. Doutorado.	Aporte teórico na Psicologia Política e nos Estudos Psicossociais. Utiliza o método de histórias de vida com dezenove mulheres.	Investiga se a participação política em instâncias decisórias e movimentos sociais interfere na construção de novas identidades entre as	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval

PUC-SP. 2005.		mulheres.	
Carla de Sant'Ana Brandão. A socialização política dos estudantes universitários na perspectiva psicossociológica Mestrado.UFPB/1999	Questionário aplicado de forma coletiva em sala de aula.	Busca investigar em quais redes sociais os estudantes universitários participam e o grau de participação em cada uma destas, relacionando-as com a formação política destes sujeitos.	Dr. Leôncio Camino Rodrigues Larrain
Carlos Roberto de Castro e Silva. A politização da dor e indignação de pessoas que vivem ou convivem com o HIV/AIDS: a participação política em uma ONG como forma de fortalecimento psicossocial. Doutorado. USP/2004.	Análise de documentos históricos, entrevistas em profundidade e questionários respondidos por agentes comunitários da ONG-Br situada na grande São Paulo.	Busca verificar como a participação em uma ONG, onde bons encontros são estimulados, podem ajudar pessoas afetadas pela AIDS a extrapolar esta vivência individualista e estigmatizadora ... para o âmbito da vivência solidária/coletiva de agentes comunitários que convivem com o HIV/ AIDS.	Dra. Vera Silvia Facciolla Paiva
Carlos Roberto de Castro e Silva. Aspectos psicossociais do processo de participação em entidades não-governamentais: um estudo de caso de uma organização que atua no campo da AIDS. Mestrado. PUC-SP/1998.	Observação participante	Visa através de um estudo de caso perceber os aspectos psicossociais que facilitariam o processo de participação comunitária/política em uma organização não governamental, que atua no campo da AIDS.	Dr. Peter Kevin Spink
Cristina Miyuki Hashizume. Mobilização política e saúde: um estudo de professores de uma	Utiliza a cartografia da qualidade de vida de docentes.	Busca articular a saúde dos docentes com as modificações da organização de trabalho, devido à	Dra. Maria Luiza Sandoval Schmidt

instituição de ensino superior pública. Mestrado. USP. 2002.		Reforma Administrativa das Universidades, conhecendo os fatores que influenciam na mobilização política destes trabalhadores.	
Denise Rodrigues Prehn. Participação política das mulheres. Doutorado. PUC-RS. 2005.	Estudos Feministas e Foucault	Analisa como determinadas configurações do espaço público, assim como os discursos, produzem efeitos de constituição das mulheres como sujeitos políticos.	Dra. Marlene Neves Strey
Giseli Paim Costa. Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre. Doutorado. PUC-SP. 2006.	Utiliza os autores: Salvador Sandoval e Alberto Melucci. Levantamento documental, questionário e entrevistas semi-estruturadas.	Aborda a formação da consciência política, viabilizada pela participação política, no caso, de moradores e trabalhadores da Unidade de Reciclagem do Lixo.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Ingrid Faria Gianordoli Nascimento. Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar. Doutorado. UFES. 2006.	Entrevistas com nove mulheres, e o método fenomenológico para analisar as trajetórias de vida.	Busca analisar os aspectos psicossociais, principalmente aqueles relacionados aos processos de identificação, implicados na interconexão entre relações de gênero e campo político na militância de mulheres contra a ditadura militar brasileira.	Dra. Zeidi Araujo Trindade
Joseli Bastos da Costa. A influência da programação jornalística da TV no	Não identificado.	Não identificado.	Dr. Leôncio Camino Rodrigues Larrain

comportamento eleitoral nas eleições de 1989 e 1990 em João Pessoa. Mestrado. UFPB. 1994.			
Joseli Bastos da Costa. Visões sociais de democracia: Um estudo psicossociológico dos Significados da Democracia. Doutorado. PUC-SP. 2000.	Não identificado.	Investiga os significados atribuídos à Democracia e as formas como as pessoas estruturam estes significados, relacionando com os valores sociais, crenças e atitudes políticas.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Juliana Amoretti. Participação e mudança: Representações Sociais de práticas políticas na voz de delegados do II Fórum Social Mundial. Mestrado. PUC-RS. 2003.	Teoria das representações sociais, sentidos e análise sócio-histórica. Entrevistas com 14 militantes/delegados que representam entidades	Busca refletir sobre como os participantes do FSM configuram práticas políticas para um novo projeto de sociedade, por meio das representações sociais e sentidos da participação política neste evento.	Dr. Pedrinho Arcides Guareschi
Loide Mesquita Pereira. Adolescência e discurso: analisando o funcionamento da heterogeneidade no discurso de adolescentes que participaram do movimento do impeachment presidencial. Mestrado. UFRS. 1998.	Aporte na Escola Francesa de Análise do Discurso. Entrevistas com 11 adolescentes que participaram do movimento do impeachment presidencial.	Investiga a adolescência e a participação política neste movimento por meio da heterogeneidade no discurso dos adolescentes.	Dra. Freda Indursky e Rita de Cássia Sobreira Lopes
Lorena de Fátima Prim. Aspectos psicossociais da agricultura de grupo da agricultura	Pesquisa etnográfica e grupo focal com base na produção de sentidos, sofrimento ético-político e	Analisa as transformações psicossociais ocorridas na sociabilidade e na	Dra. Bader Burihan Sawaia.

familiar: um estudo sobre a AGRIMA (Associação de agricultores de Monte Alegre). Doutorado. PUC-SP/2004.	dialética exclusiva/inclusão.	produção de sentidos dos agricultores que participam destas experiências de cooperação como a AGRIMA.	
Lucia Maria Rangel Azevedo. Valores anti-democráticos e participação política de alunos universitários do interior de São Paulo. Mestrado. PUC-SP. 1992.	Escala de Adorno e a escala adaptada de Rokeach com 156 sujeitos.	Estudar a influência exercida pelo sistema político autoritário sobre a universidade e, por consequência, sobre os alunos, centrando-se nos valores destes estudantes referentes a seu nível de dogmatismo e autoritarismo, além de seu grau de participação política.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Luciomar da Costa Rodrigues. Explorações sobre gênero e poder - a hora e a vez da mulher na política. Mestrado. UNB. 2002.	Entrevista com quatro mulheres que atuam na esfera pública, e análise de conteúdo.	Investiga as motivações e dificuldades, de que forma conciliam a defesa dos interesses públicos e os assuntos familiares, e a avaliação da participação feminina na política.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Marcia Prezoti Palassi. Privatização! Uma solução problemática: o impacto do movimento (anti)privatização na participação dos trabalhadores em ações coletivas. Doutorado. PUC-SP/2004.	Aporte teórico no modelo analítico para estudos da consciência política. Entrevista estruturada com 17 sindicalistas e 28 trabalhadores. Observação participante e análise de documentos.	Analisa o impacto do movimento (anti)privatização do Banespa na consciência política e na predisposição dos trabalhadores à participação em ações coletivas.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Marcus Eugênio de Oliveira Lima. Valores, participação	Entrevistas (não especificada) com universitários.	Busca entender o papel desempenhado pelos valores na	Dr. Leônicio Camino Rodrigues Larrain

política, atitude face à democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba. Mestrado. UFPB. 1997.		formação e expressão das atitudes e comportamentos políticos dos universitários da Paraíba.	
Maria Beatriz Lima Herkenhoff. Os movimentos de bairro e suas lideranças no contexto histórico do município de Vitória. Mestrado. UFES. 1994.	Observações em reuniões, consulta a documentos e entrevistas com líderes de bairros e moradores.	Traçou o papel das entidades de bairro do município de Vitória no processo de construção da cidadania.	Dr. Paulo Rogério Meira Menandro
Maria Isabel Monteiro Guerra Leite. Ideologia sexista e partidária e a atribuição social a participação política feminina: um estudo exploratório. Mestrado. UGF. 2001.	Fundamenta-se na posição de Hewstone (1992) sobre as atribuições sociais mediadas pelas representações sociais, em especial aquelas relacionadas ao masculino e feminino. Escalas.	Identificar os tipos de causas mais freqüentemente atribuídas à participação política feminina e as possíveis interrelações entre tal fenômeno e certas crenças.	Dra. Maria Cristina Ferreira
Mariane Lemos da Silva. Cultura, arte e política: o movimento HipHop e a construção dos narradores urbanos. Mestrado. USP. 2002.	Conceito de esfera pública e privada de Sennet (1999) Conceito de narrador para Walter Benjamim. Entrevistas com jovens da periferia de Curitiba.	Analisa como movimento HipHop constitui um novo sujeito político agindo na esfera pública, caracterizando o movimento de artístico, social e político.	Dr. Paulo de Salles Oliveira
Nelson Fernandes Bonifácio Jr. Identidade e participação política em uma ONG alinhada ao movimento anti-manicomial. Mestrado. USM.	Conceito de identidade segundo Ciampa (1987); re-apropriação dos códigos simbólicos conforme Melucci (2001); a perspectiva das redes de Ilse-Scherer-Warren	Investiga o processo de construção da identidade da ONG SOS Saúde Mental, Ecologia e Cultura que se alinha ao movimento anti-manicomial.	Dra. Marisa Todescan Dias da Silva Baptista

2004.	(1999); análise de grupos de acordo com Lapassade (1978) e Berger & Luckman (1983)		
Renata Alves de Paula Monteiro. Do direito à participação: considerações sobre a cidadania de crianças e jovens no contemporâneo. Mestrado. UFRJ. 2006.	Não identificado	Busca questionar o atual modelo de cidadania que é atrelado aos direitos, propondo uma nova visão de cidadania que não exclua crianças e jovens da participação política, já que estes são atores sócio-políticos relevantes.	Dra. Lucia Rabello de Castro
Samir Perez Mortada. Memória e política: um estudo de psicologia social a partir de depoimentos de militantes estudantis. Mestrado. USP. 2002.	Entrevistas semidirigidas.	Realiza uma análise psicossocial da militância estudantil, buscando compreender quais as motivações para a política.	Dr. José Moura Gonçalves Filho
Terezinha Martins dos Santos Souza. Agora eu sou uma estrela...uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no partido dos trabalhadores. Mestrado. PUC-SP. 2000.	Aporte nas teorias de gênero, do marxismo e da teoria sócio-histórica de Vigotski.	Compreender o sentido que as mulheres atribuem à sua participação política.	Dra. Bader Burihan Sawaia

Tabela com os estudos que contém o descritor "participação política" no Banco de Teses da CAPES nos cursos de Pós-Graduação em Psicologia
 Análise quantitativa: 460 estudos

IDENTIFICAÇÃO	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	TEMÁTICA PRINCIPAL	ORIENTADOR(A)
Alessandro Soares da Silva. Acampados no “Carlos Maringuela”: Um estudo sobre a formação da consciência política entre as famílias do movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Panapanema-SP. Mestrado. PUC-SP/2002.	Aporte teórico na Teoria Social do Self e o Modelo Analítico para o estudo da consciência política. Entrevistas semi-estruturadas com 6 famílias.	Busca compreender as razões que motivam sujeitos a adotarem as ações coletivas como alternativa para transformação social da realidade em que vivem por meio da análise do processo de formação da consciência política entre as famílias do MST.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Alessandro Soares da Silva. Marchando pelo Arco-íris da política: a Parada do Orgulho LGBT na construção da consciência coletiva nos movimentos do Brasil. Doutorado. PUC-SP. 2006.	Entrevistas abertas pautadas em um esquema de livre-associação com militantes dos movimentos LGBTs e com homossexuais militantes em outros movimentos e partidos políticos. Abordagem psicopolítica.	Realiza um estudo intercultural para analisar a construção da consciência política coletiva de homossexuais no Brasil, na Espanha e Portugal.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Alexandre Bonetti Lima. Era uma vez... Algumas histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Parapanema em dois jornais diários. Doutorado. PUC-SP/2005. Peter Kevin Spink	Não identificado	Busca compreender e discutir os discursos sobre o MST da região do Pontal do Parapanema, no estado de São Paulo, presentes nos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial, de Presidente Prudente.	Dr. Peter Kevin Spink
Almir Del Prette. Movimentos sociais em uma perspectiva psicológica social: o movimento de luta	Descrição com base na observação participante, entrevista estruturada e pesquisa	Analisa o processo coletivo denominado de movimento de luta pelo desemprego em SP.	Não informado

contra o desemprego. Doutorado. USP/1990.	documental.		
Ana Paula Leivar Brancaloni. Um olhar acerca do processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico em uma escola do município de Araraquara. Doutorado. USP-Ribeirão Preto. 2005 José Marcelino de Rezende Pinto.	Estudo de cunho etnográfico, ancorado na observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental.	Tem por objetivo analisar o processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico para as escolas rurais do município de Araraquara, tendo como foco a participação dos sujeitos.	Dr. José Marcelino de Rezende Pinto
Antonio Martins da Silva. Os movimentos negros e a busca do reconhecimento da identidade negra como movimento emancipatório. Mestrado. PUC-SP/2001.	Utiliza os autores: Berger e Luckmann, Ciampa e Gohn	Discute a (re)significação da identidade negra pautando-se no movimento negro.	Dr. Antonio da Costa Ciampa
Aurila Eurídice Carneiro da Cunha Souza. Viva rio, violência e redes movimentalistas: uma reflexão sobre psicologia comunitária. Mestrado. PUC-SP/1996.	Não identificado	Analisa a dinâmica interna do movimento Viva Rio (RJ) por meio de reflexões que possibilitem repensar a psicologia social comunitária.	Dra. Bader Burihan Sawaia
Betânia Diniz Gonçalves. Participação e consciência política. Análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. Doutorado.	Utiliza o método de histórias de vida com dezenove mulheres. Psicologia Política e Estudos Psicossociais	Investiga se a participação política em instâncias decisórias e movimentos sociais interfere na construção de novas identidades entre as mulheres.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval

PUC-SP. 2005.			
Carla Maria Carvalho Maciel. Explicações das Desigualdades Sociais por Meninos em Situação de Rua de João Pessoa. Mestrado. UFPB/1997.	Questionário auxiliado por fotos que os meninos expunham suas explicações para as desigualdades sócio-econômicas.	Estuda como meninos em situação de rua explicam as causas das desigualdades sócio-econômicas e como essas concepções são influenciadas pela participação ou não deles em movimentos sociais próprios dessa categoria.	Dr. Leôncio Camino Rodrigues Larrain
Cristiano Santos Rodrigues. As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras. Mestrado. UFMG/2006.	Entrevistas com ativistas, levantamentos de fontes documentais e de uma revisão bibliográfica das teorias sociológicas e psicossociais de interpretação dos movimentos sociais.	Busca compreender como as articulações em torno das categorias raça e gênero confluem para a construção da mulher negra enquanto sujeito coletivo de direitos, sob o foco da constituição da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras.	Dr. Marco Aurélio Máximo Prado.
Eliane Rocha Araújo. Responsabilidade social Empresarial, comunidade e cidadania participativa: um estudo de caso. Mestrado. UFRJ/2006.	Base etnográfica, com utilização de relatos de história oral, entrevistas semi-estruturadas em profundidade e observação participante.	Analisa um projeto de desenvolvimento comunitário implantado por uma indústria a fim de compreender como o projeto foi implantado, em que contexto, sob que motivações, a forma como envolve a população e se oferece instrumentos para sua participação.	Dr. Maria Cecília de Mello e Souza
Enock da Silva Pessoa. O discurso evangélico como expressão de cidadania.	Psicologia Social	Estuda as crenças, as atitudes e os comportamentos políticos de lideranças evangélicas no ACRE,	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval

Doutorado. PUC-SP/2003.		remontando aos movimentos sociais religiosos europeus.	
Fabiana Castelo Valadares. Entre a lei e a luta: o movimento pela saúde do trabalhador. Mestrado. UERJ/2006. Marisa Lopes da Rocha.	Não identificado	Busca analisar o modo pelo qual os movimentos sociais vêm abordando as questões da saúde do trabalhador docente em suas lutas focando a atuação dos movimentos sociais em educação, em especial, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB.	Dra. Marisa Lopes da Rocha
Fernando César Paulino Pereira. "Memória se faz na história": um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientadas pela teologia da libertação. Doutorado. PUC-SP/2006.	Identidade enquanto metamorfose (Ciampa) e o pensamento pós-metafísico de Habermas. Narrativas de histórias de vida de quatro sujeitos.	Compreender o processo de formação e transformação da identidade de protestantes metodistas que se envolveram em movimentos sociais orientados pela Teologia da Libertação.	Antonio da Costa Ciampa
Glauco Henrique Pereira. O trabalho de assessoria: uma relação de dependência ou de parceria? Mestrado. PUC-SP/1996.	Não identificado	Realiza uma reflexão sobre o trabalho de assessoria junto aos movimentos sociais, por meio das visões das lideranças dos movimentos como também das assessorias.	Dra. Lucila Augusta Reboredo
Ianini Régia Scarcelli. O movimento anti-manicomial e a rede substitutiva em saúde mental: a	Psicologia social de Pichon-Rivière a partir da supervisão de grupos de supervisão clínica/institucional.	Reflete a atuação dos trabalhadores em saúde mental diante da implantação da rede substitutiva de saúde mental ancorada nos	Dra. Maria Inês Assunção Fernandes

experiência do município de São Paulo (1989-1992). Mestrado. USP/1998.		princípios do movimento anti-manicomial.	
Isabele Santos Eleoterio. Cidadania e saúde: protesto pela abertura do Hospital Dório Silva. Mestrado UFES/2000.	Pesquisa documental e entrevistas com participantes dos protestos.	Caracteriza os aspectos psicossociais relacionados à participação de um grupo de moradores num protesto pelo funcionamento de um hospital público.	Dr. Lídio de Souza
Janice Tirelli Ponte de Souza. Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90. Doutorado. USP/1997.	Depoimentos biográficos de militantes.	Compreender a forma como jovens militantes constroem a ação participativa e o sentido que atribuem à escolha do espaço coletivo como resposta para enfrentar o individualismo contemporâneo.	Dra. Iray Carone
João Ângelo Machado. Oportunidades e apostas dos médicos no mercado de trabalho: os dilemas entre o individual e o coletivo. Mestrado. UFMG/2000.	Não identificado	Estuda quais as razões que levariam certos indivíduos a desenvolverem estratégias prejudiciais à construção da ação coletiva, abordando um caso concreto de ação coletiva da profissão médica.	Dra. Suely Belinha Rolnik
Juliana de Melo Borges. Jovens assentados: projetos e histórias de vida - um estudo psicossociológico de um assentamento rural. Mestrado. UFRJ/2004.	Etnometodologia por meio da observação participante; interpretação dos relatos e da observação participante através da análise do discurso.	Estuda as trajetórias, sentidos e projetos de vida de jovens, que vivem em um assentamento no RJ, relacionando-as com o futuro da comunidade.	Dra. Jacyara Carrijo Rochael Nasciutti
Laura Beatriz Ramirez Garcia. Uma abordagem da psicologia social a	Psicologia Social	Constitui uma aproximação dos movimentos populares através da psicologia	Dra. Sylvia Leser de Mello

respeito dos movimentos populares. Mestrado. USP/1994.		social, concretizado na mobilização dos moradores de um bairro da grande periferia de SP.	
Lorena de Fátima Prim. Aspectos psicossociais da agricultura de grupo da agricultura familiar: um estudo sobre a AGRIMA (Associação de agricultores de Monte Alegre). Doutorado. PUC-SP/2004.	Pesquisa etnográfica e grupo focal com base na produção de sentidos, sofrimento ético-político e dialética exclusiva/inclusão.	Analisa as transformações psicossociais ocorridas na sociabilidade e na produção de sentidos dos agricultores que participam destas experiências de cooperação como a AGRIMA.	Dra. Bader Burihan Sawaia.
Marcelo Afonso Ribeiro. ENEP (Encontro Nacional dos estudantes de Psicologia): história e memória de um movimento. Mestrado. USP/1998.	Análise de documentos e coleta de depoimentos de pessoas que viveram os movimentos.	Visa a reconstrução da história e memória de um movimento chamado ENEP, com o intuito de analisar a dinâmica de funcionamento do movimento estudantil na área da psicologia.	Dra. Maria Luisa Sandoval Schmidt
Marcelo Augusto Parpulov dos Santos. Desafios na aquisição da identidade profissional por jovens universitários egressos de cursinho pré-vestibular popular. Mestrado. USP/2006.	Entrevistas semi-estruturadas e análise de conteúdo.	Aborda o ingresso no ensino superior por um grupo de jovens provenientes do curso preparatório pré-vestibular popular PsicoUSP enquanto uma alternativa à demanda por acesso às universidades pelas camadas populares.	Dra. Ivette Piha Lehman
Marco Aurélio Maximo Prado. A consciência e a constituição de valores comunitários- um estudo sobre participantes de um	Entrevistas individuais e com pequenos grupos, com análise de conteúdo, assim como a utilização de registros históricos e diário de campo.	Pesquisa o movimento da consciência junto a um grupo de mulheres participantes de um mutirão habitacional.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval.

mutirão habitacional na cidade de São Paulo. Mestrado. PUC-SP/1994.			
Margaret Maria Chillemi. Produção de Subjetividade, militância e Gênero. Mestrado. PUC-RS/1997.	Entrevistas com análise de conteúdo segundo Bardin.	Busca mostrar a importância de rever e ampliar a noção de subjetividade, articulando-a as noções de gênero e militância.	Dr. Jorge Castellá Sarriera
Maria Beatriz Lima Herkenhoff. Os movimentos de bairro e suas lideranças no contexto histórico do município de Vitória. Mestrado. UFES/1994.	Observações em reuniões, consulta a documentos e entrevistas com líderes de bairros e moradores.	Traçou o papel das entidades de bairro do município de Vitória no processo de construção da cidadania.	Dr. Paulo Rogério Meira Menandro
Maria Judith Magalhães Gomes. Estudo sobre a consciência política dos técnicos de extensão rural em assentamentos do estado de SP. Mestrado. PUC-SP/2003.	Questionários dirigidos; entrevistas semi-aberta. Análise teórica sob a perspectiva da identidade social de Tajfel, Identidade Coletiva de Melucci e o Modelo Analítico de Constituição da Consciência Política proposto por Sandoval.	Busca conhecer os profissionais extensionistas do Itesp (Instituto de Terras do Estado SP), suas visões de mundo, suas identificações sociais, seus sentimentos de compromisso e solidariedade, na realização da Assistência Técnica e Extensão Rural com famílias assentadas.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Maria Palmira da Silva. O anti-racismo no Brasil como Novos Movimentos Sociais. Doutorado. PUC-SP/2000.	Psicologia Social	Analisa os fenômenos do racismo, redes organizacionais, a dinâmica interna dos movimentos e o processo de construção da identidade nos movimentos sociais.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Nadir Lara Junior. A mística no cotidiano do MST: a interface	Observações participantes, diário de campo e	Busca analisar as principais características e	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval.

entre religiosidade popular e política. Mestrado. PUC-SP/2005.	entrevistas semi-estruturadas.	funções da mística no cotidiano do MST, considerando-a enquanto um fenômeno na interface entre a Religião e Política”.	
Pedro de Oliveira Filho. Identidade Social e comportamento político: uma análise das conseqüências da identidade religiosa sobre a participação de trabalhadores em ações coletivas e em movimentos sociais. Mestrado. UFPB/1997.	Não identificado	Investiga a relação de trabalhadores pentecostais com a dimensão religiosa de suas identidades, as conseqüências dessa relação sobre o modo como representam a realidade social e sobre suas práticas políticas.	Dr. Leônicio Camino Rodrigues Larrain
Raimundo Candido de Gouveia. O papel das crenças políticas no comportamento dos eleitores de João Pessoa em 1992 e 1994. Mestrado. UFPB/1995.	Psicologia Social	Relaciona os conceitos de atitude, crença e participação política.	Dr. Leônicio Camino Rodrigues Larrain
Silvia Regina Eulálio de Souza. A psicologia e os movimentos sociais: um olhar através dos trabalhos comunitários. Mestrado. UFMG/1997.		Busca a compreensão das razões que impelem e mantêm os atores sociais no trabalho comunitário.	Dra. Elizabeth de Melo Bonfim
Sandra M. de Freitas Figueiredo. Análise psicossocial da capacidade de mobilização e das condições internas do MST em termos de representações e	Abordagem psicossociológica, com base nos conceitos de representação social, categorização social, identidade grupal.	Busca compreender o que levam indivíduos ou grupos a adotarem a ação coletiva como alternativa para o atingimento de mudanças sociais.	Dr. Leônicio Camino Rodrigues Larrain

identidades sociais. Mestrado. UFPB/1995.			
Sandro Marcelo Xavier. Comportamento participativo de moradores atendidos por um programa social de habitação. Mestrado. UFSC/2005.	Entrevistas	Busca realizar análises da dimensão psicológica do comportamento de participar de moradores de uma comunidade atendida por um projeto governamental.	Dra. Olga Mitsue Kubo
Sonia Lima Luchetta. Madres de Plaza de Mayo: da maternidade doméstica à maternidade política. Um estudo sobre um movimento de direitos humanos na Argentina. Mestrado. UFMG/1998.	Enfoque interdisciplinar produto da psicossociologia, que incorpora os aportes da Sociologia, Psicologia e Antropologia; entrevistas e análise discursiva.	Estuda a passagem de uma maternidade doméstica para uma maternidade política, através da construção de uma nova identidade, de uma prática coletiva e da re-significação do vínculo filial.	Dra. Jacyara Carrijo Rochael Nasciutti
Stella Narita. Estudos dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Pontal do Paranapanema. Mestrado. USP/2000.	Psicologia Social; coleta e registro de relatos orais (depoimentos e histórias de vida).	Busca compreender os processos psicossociais motivadores da participação de trabalhadores junto ao MST.	Dra. Maria Luiza Sandoval Schmidt
Sueli Terezinha F. Martins. Desenvolvimento da consciência do militante político: elementos para uma análise. Mestrado.	Entrevistas com militantes.	Busca compreender o desenvolvimento da consciência do indivíduo, identificando os fatores determinantes que o levaram a	Não informado

PUC-SP/1987.		inserir-se na militância política.	
Telma Regina de Paula Souza. Mundo contemporâneo e totalitarismo: os limites da diferença. Formações identitárias de grupos skinheads no Brasil e na Itália. Doutorado. PUC-SP/1998.	Conceito de identidade.	Busca delinear as determinações sócio-históricas na constituição de grupos de caráter excludente e totalitário, no Brasil e na Itália.	Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval
Thaiani Farias Vinade. Tempos de leveza e liquidez: as revoluções cotidianas da militância contemporânea. Mestrado. PUC-SP/2006	Não identificado	Busca problematizar a militância na contemporaneidade, assim como identificar as estratégias ativas e potencialmente subversivas na contemporaneidade.	Dr. Pedrinho Arcides Guareschi
Valéria Aparecida Bastos. Educação do campo e formação continuada dos(as) professores(as): as contribuições do projeto político-pedagógico. Mestrado. USP-Ribeirão Preto/2006. José Marcelino de Rezendo Pinto	Cunho etnográfico com base na observação participante, análise documental e entrevistas.	Diante do fortalecimento dos movimentos sociais do campo, este estudo busca analisar as contribuições de um projeto político-pedagógico para formação de professores em uma escola de um assentamento rural em Araraquara.	
Valquíria Lucia Melo de Mendonça. Novos modos de subjetivação e cidadania: uma articulação necessária. Mestrado. PUC-MG/2006.	Não identificado	Compreender a possibilidade de mudanças nos exercícios de cidadania as quais envolvem, ao mesmo tempo, transformações subjetivas, a partir de uma experiência de um catador de papel e	Dr. João Leite Ferreira Neto.

		material reciclável associado à ASMARE (Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de BH)	
--	--	---	--

1. Tabela com os estudos que contém o descritor “movimentos sociais” no Banco de Teses da CAPES nos cursos de Pós-Graduação em Psicologia
Análise quantitativa: 1441

ANEXO D

Jornal do Movimento Nacional do Passe Livre. (Outubro de 2005). Pp. 1-8.

Passe livre é a gratuidade total no transporte coletivo. É o direito dos estudantes e das estudantes de pegar ônibus de graça. Quantos ônibus você pega para ir até a escola, ao cinema, ao hospital etc.? De que adianta estudar em uma escola pública se você tem que pagar para chegar até ela? Pagar para estudar? **Já pensou na quantidade de pessoas que não pode estudar porque não tem como se deslocar apropriadamente?**

O passe livre estudantil já é realidade em cidades como Rio de Janeiro e Cuiabá. Atualmente, muitas cidades estão mobilizadas nesta luta - Belo Horizonte, Blumenau, Campinas, Curitiba, Distrito Federal, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Maracanaú, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, entre outras.

O transporte não pode ser uma mercadoria, mas um direito das pessoas. Transporte público não pode ser controlado por empresas privadas. Tudo o que as prefeituras precisam fazer é separar uma parte do seu orçamento anual para subsidiar o transporte público. Este dinheiro pode vir de *impostos progressivos*, que são aqueles pagos pela parcela rica da população - por exemplo o IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores e as multas de trânsito.



O MPL - Movimento Passe Livre é um movimento social autônomo, independente, apartidário e horizontal que luta por **um transporte verdadeiramente público**, de acesso a todas as pessoas, sem exclusão social. Neste momento, lutamos pelo passe livre estudantil. A longo prazo, nosso objetivo é municipalizar todo o transporte coletivo, com a participação das pessoas neste processo.

<http://www.mpl.org.br>
passelivreja@grupos.com.br



**POR UM TRANSPORTE VERDADEIRAMENTE
PÚBLICO, SEM EXCLUSÃO SOCIAL**



26 de outubro
DIA NACIONAL DE LUT

editorial

o Brasil vai parar...

De norte a sul do país a situação dos transportes coletivos urbanos é basicamente a mesma. Tarifas caras, ônibus precários, linhas insuficientes, monopólio na mão de poucos grupos empresariais e uma lógica mestra que rege todo o sistema: a lógica do lucro.

As discrepâncias regionais assumem um caráter pontual. Onde se têm frota novas as tarifas são exorbitantes, como é o caso de Florianópolis (R\$2,60). Onde os preços são "acessíveis", como em Belém do Pará, os ônibus caem aos pedaços.

Essa concepção de transporte coletivo perdurou durante décadas, até que o momento de seu esgotamento começasse a aparecer. Concretamente falando, segundo dados oficiais do próprio governo federal, hoje 37 milhões de brasileiros e brasileiras estão excluídos dos transportes coletivos urbanos em virtude de suas tarifas. Significa dizer que uma Argentina dentro do Brasil não pega ônibus porque não pode pagar. É evidente que uma situação absurda dessa deveria explodir em forma de revolta, mais cedo ou mais tarde, com menor ou maior intensidade.

Isso ajuda a explicar a Revolta do Buzu, em agosto de 2003, em Salvador (BA), e as duas edições da Revolta da Catraca em Florianópolis (SC), em 2004 e 2005. É o povo, e a juventude em especial, levantando-se contra a exploração absoluta a que estão submetidos em relação ao transporte coletivo.

O Movimento Passe Livre surgiu da demanda de um instrumento de organização política em torno da questão. Desde seu primeiro encontro nacional, em julho de 2004, tem se expandido por todas as regiões do Brasil, se consolidando como instrumento de luta contra os aumentos de tarifas de ônibus, pelo passe livre para estudantes e desempregados, e pelo fim da concepção mercadológica que rege o transporte coletivo, serviço público essencial para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse dia 26 de outubro de 2005, o MPL realizará em todas as cidades em que está organizado no Brasil, manifestações, atos culturais, mobilizações, enfim, atividades políticas no dia nacional de luta pelo passe livre. Participe delas, faça o debate em sua escola, universidades, bairro, local de trabalho etc. Organize-se junto com o MPL e combata a exploração do transporte coletivo na sua cidade. Ajude a construir uma perspectiva anticapitalista na sua cidade.



foto: Jorge Minella



foto e desenho: graciela kunsch

esboço do uniforme da bateria do MPL São Paulo homenagem aos cobradores de ônibus, para deixar claro que nada temos contra eles. Muito mais importante que a função de cobrar o pagamento da tarifa, é a ponte que este trabalhador exerce entre o motorista e o usuário (por exemplo quando bate uma moeda na barra de ferro para avisar que os passageiros já desceram do ônibus), quando avisa as pessoas em que ponto elas devem descer.

sobre o jornal, sobre o movimento e sobre transparência

Não poderíamos fazer esta primeira edição do jornal do MPL sem comentar a própria construção do jornal. E contar esta história significa falar sobre o próprio movimento, suas raízes, seus princípios mais caros. É contar que passamos por um momento novo, que estamos entrando em um novo período ao falar das pessoas comuns que se revoltam contra o que há de injusto e se organizam para isso. Organizam-se de forma coletiva.

Esta foi a lição da Revolta do Buzu de Salvador em 2003: cabe à coletividade tomar as decisões que lhe dizem respeito. E a contribuição de Florianópolis ao debate: a coletividade irá conquistar suas reivindicações, seus desejos, através da organização e das manifestações explosivas que esbanjamos Brasil afora, quebrando a tranquilidade da qual os empresários gozavam.

E misturando organização, coletividade e rebeldia, o movimento se espalhou por praticamente todos os cantos do Brasil, em quase três dezenas de cidades. Exemplo disso é a lista das cidades presentes no 2º Encontro Nacional do MPL, em Campinas, julho deste ano: Artur Nogueira, Campinas, Itu, Santos, São Carlos, São Paulo, Sorocaba (SP), Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Joinville (SC), Goiânia (GO), Uberlândia (MG), Curitiba, Londrina, Maringá (PR), Porto Velho (RO), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Distrito Federal.

Como costumamos falar, vivemos num novo paradigma. Uma busca incessante por participação efetiva, uma ânsia por independência, por não se deixar virar um fantoche nas mãos de quem quer que seja. Parte daí nossa organização não subordinada a partidos políticos e

organizações que tenham como fim dirigir nossa luta e não construí-la. Nossa união é com as pessoas que querem construir pouco a pouco, que querem participar.

Seguindo esse raciocínio, se faz necessário difundir as informações, tanto os acontecimentos relacionados à luta quanto as discussões de peso sobre nossos princípios, ou outros temas relevantes. Isto significa dizer que poderíamos optar por dois tipos de jornal: um feito para fora, para apresentar unicamente a existência do MPL; um feito para dentro do movimento, com debates mais específicos. Optamos por algo que mescle as duas formas. Que não seja apenas panfletário e contenha também um espaço para análises sólidas e textos jornalísticos. Isso acaba permitindo que potenciais militantes possam se aproximar com mais segurança, conhecendo

com certa profundidade o que se passa dentro do MPL. Além, claro, de fazermos discussões abertas com leitores e leitoras do jornal.

Assim, que fique bem claro, não iremos inflamar os pulmões, levantar a moral cínica e mentirosa para dizer que este é um jornal imparcial. Não repetiremos o comportamento demonstrado pelos jornais da grande imprensa, aquela comprometida com os valores pré-estabelecidos da sociedade, que mantém as injustiças como estão. Abraçamos a tradição e avisamos desde já que somos parciais, temos uma visão de mundo, e vamos justificá-la. Somos, então, transparentes! Ao ler estas páginas qualquer um e qualquer uma terá a segurança de não ser enganado, feito de bobo, iludido.

Chegamos até aqui para explicar a

forma pela qual organizamos este jornal. O Movimento Passe Livre se organiza nacionalmente de forma horizontal, ou seja, sem uma direção centralizada. Para nos articularmos, temos um Grupo de Trabalho, composto por integrantes de cada cidade que concorda com nossos princípios. Do mesmo modo organizamos este jornal, feito por um Coletivo Editorial formado por pessoas indicadas pelos MPL locais. A este coletivo cabe dividir o trabalho necessário: produção da pauta; dos textos; das imagens; contatar possíveis articulistas; diagramação; divulgação; impressão; distribuição; necessidades financeiras. Não existem editores e patrões. O trabalho é coletivo e voluntário, de igual para igual.

A Política Editorial do jornal do MPL deve dar respaldo aos princípios do movimento, referenciados na contracapa.

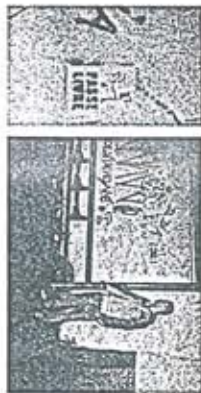
índice

- páginas 2 e 3 organização e atividades dos mpls locais
- páginas 4 e 5 poster do dia nacional de lutas - 26 de outubro
- página 6 nossa concepção de transporte coletivo
- página 7 o direito ao passe livre | o movimento dos empresários
- página 8

expediente

- coletivo editorial neste número e redação de textos alexandre mourão (mpl fortaleza), camarada d. (mpl flórida), graciela kunsch (mpl são paulo), hernandez elchenberger (mpl joinville), manolo (mpl salvador), marcelo pomar (mpl flórida) e palque (mpl distrito federal)
- revisão de textos camaradas d. e g.
- fotos alexzapa, graciela kunsch, jorge minella, pedro grandt e robson silva
- projeto gráfico e diagramação editora pressa
- correria nas gráficas andré filipe moura ferro (mpl flórida) e robson (mpl salvador)

o que é o MPL



princípios gerais

O Movimento Passe Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não anti-partidário. Nossa disposição é de frente única, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo passe livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados pelo movimento devem conter o nome Movimento Passe Livre, evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.

O MPL é um movimento social horizontal, ou seja, sem direções centralizadas, organizado através de apoio mútuo e um pacto federativo. Cada MPL local respeita os princípios do movimento, todos decididos através do consenso, e tem ampla autonomia de ação. Articulação nacional acontece através de um Grupo de Trabalho, formado por pessoas indicadas pelos MPL locais. Para participar do MPL, o grupo interessado deve enviar uma carta de apresentação demonstrando concordância com os princípios que guiam o movimento.

A luta pelo passe livre estudantil não tem fim em si mesma e não pode acarretar em aumento nas tarifas de ônibus. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, re-criando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, para o conjunto da sociedade, por um transporte coletivo fora da iniciativa privada.

O dia nacional de lutas é o 26 de outubro. As manifestações têm a perspectiva de acontecer simultaneamente, no mesmo horário em todo o Brasil, com vistas a projetar e fortalecer nacionalmente o Movimento Passe Livre.

O MPL - Movimento Passe Livre é um movimento social autônomo que luta por um transporte verdadeiramente público, de acesso a todas as pessoas, sem exclusão social.

Defendemos que o transporte coletivo deve ser subsidiado pelas prefeituras de cada cidade, a partir de uma melhor distribuição do orçamento municipal, que atenda às reais necessidades das pessoas. O dinheiro para a implementação do passe livre pode por exemplo vir de impostos progressivos - aqueles pagos pela parcela mais rica da população - como multas de trânsito, cartão zona azul e IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Neste momento, lutamos pelo passe livre estudantil, que já é realidade em cidades como Rio de Janeiro e Curitiba. A longo prazo, nosso objetivo é municipalizar todo o transporte coletivo, com a participação das pessoas neste processo.

*abaixo, páginas de referência e contatos dos grupos que já enviaram carta de adesão ao MPL. Há pessoas lutando pelo passe livre e usando o nome MPL em muitas cidades além destas, mas optamos por respeitar nosso processo formal.

notícias sobre as Jornadas de Luta:
<http://www.midaiaindependente.org>

notícias sobre transporte na grande mídia:
<http://cliptransporte.blogspot.com>

MPL Blumenau:
passelivreblu@grupos.com.br

página do MPL Distrito Federal:
<http://vidasemcatracas.blogspot.com>
e-mail: passelivredf@riseup.net

MPL Florianópolis:
mpl.floripa@grupos.com.br

página do MPL Fortaleza - Maracaná:
<http://www.passelivreceara.cb.net>
e-mail: passelivreceara@grupos.com.br

página do MPL Joinville:
<http://mpljle.blogspot.com>
e-mail: mpl.jle@gmail.com

página do MPL Salvador:
<http://www.passelivresalvador.ol.com.br>
e-mail: mpl-ssa@lists.riseup.net

MPL São Paulo:
mpl-sp@riseup.net

páginas nacionais:
<http://mpl.radiolivre.org/>
<http://www.mpl.org.br>

BANCO CENTRAL DO BRASIL



Inserção em circuitos ideológicos 3
carimbo em nota e devolvida à circulação | autor desconhecido

MPL
movimento
passe livre

número um | semana nacional de luta | outubro 2005

JORNAL

seis anos e estamos apenas começando

Entrando no sexto ano de luta, com um saldo de dezenas de manifestações, duas revoltas históricas, uma ocupação na Câmara dos Vereadores e uma lei aprovada, o Movimento Passe Livre – que assumiu tal nome apenas este ano – enfrenta agora uma ofensiva arquitetada pela Prefeitura e pelo Ministério Público. O desejo dos dois últimos é barrar o que seria um péssimo precedente para o poder e as empresas de transporte coletivo, mas uma maravilhosa forma de abrir a porteira para que a juventude revoltada e organizada passasse com mais segurança. Como dar conta destes seis anos em apenas 1.500 letras?



foto: jorge minella

Desde o ano 2000, a então chamada Campanha pelo Passe Livre iniciou uma incansável guerra em Florianópolis, uma cidade até então não referenciada no quesito movimentos sociais ou revoltas populares. A já longínqua Novembrada de 1979, quando estudantes fizeram o último presidente militar, Figueiredo, perder a cabeça e passar por um histórico vexame, já não era mais o suficiente.

Um abaixo assinado contendo 20 mil assinaturas pelo passe livre foi o início. A novidade estava colocada, um novo movimento e uma nova reivindicação. Brigas entre partidos políticos que pareciam apenas querer crescer sobre as costas da campanha e a explosiva Revolta do Buzu em 2003 consolidaram uma das maiores características adotadas pelo MPL desde então: a independência e o desligamento de qualquer partido político. Uma nova perspectiva pra juventude que esbanjava rebeldia canalizada, acumulada, pois são tantas as coisas que nos enfurecem todos os dias: uma hora é preciso explodir.

Entre o final de junho e a primeira semana de julho, a cidade viveu dias de fúria, de revolta. Jamais havia visto algo assim. A resistência a um aumento de 15,6%, iniciada pela campanha do passe livre, contagiou a população que bloqueou ruas, termi-

nais e ocupou as pontes que ligam a ilha ao continente. Os empresários, que exploram o transporte coletivo há anos e sem o menor rigor e fiscalização, e a Prefeitura, tiveram de recuar. Os dez dias que abalaram Floripa, a Revolta da Catraca, foi o primeiro resultado, a maior vitória desta população até então. Poucos meses depois, em novembro do mesmo ano, foi aprovada a lei número 1.137/04, que garante o passe livre para todos e todas estudantes desta cidade. Um reflexo da força adquirida.

Menos de um ano depois, no dia 26 de junho, após 3 semanas de manifestações contra um novo aumento, agora de 8,8%, a prefeitura suspendeu o reajuste. Novamente ruas e terminais foram bloqueados por toda a cidade. Em resposta, a prefeitura procurou o governo do Estado de Santa Catarina que através da Polícia Militar deixou um saldo de mais de 60 pessoas detidas e centenas de feridos/as. Cerca de 35 foram presos e presas. Entre elas, os militantes do Movimento Passe Livre André Filipe de Moura Ferro, Flora Muller e Marcelo Pomar. Sob os três pesam acusações como a de formação de quadrilha, de cunho nitidamente político, uma tentativa espúria de frear o movimento.

Porém, mesmo com toda esta bagagem, sabemos que não podemos parar, sob o risco do inimigo avançar. A organização é fundamental, assim como o diálogo com os setores explorados da sociedade. Cada reunião, cada passagem em

escolas, de sala em sala, é importante. Só assim, com a mobilização dos e das militantes de base, que se organizam sem dirigentes, com independência, conseguiremos conquistar definitivamente o passe livre.

Ainda neste mês de outubro de 2005 o Ministério Público acatou os desejos da Prefeitura, de entrar com uma ação na justiça a fim de barrar a lei do passe livre. A prefeitura já havia procurado outros atores para tal fim, mas sem sucesso. A justificativa, patética na melhor das hipóteses, trazia em seu bojo a máxima de que o passe livre não deveria ser aplicado, é "injusto", justamente por considerar todas as pessoas como iguais. Ou seja, concedendo o passe livre para todos e todas, exercendo o papel de direito, não de esmola, assistência. Sabemos que o Ministério Público está atuando a serviço da prefeitura, que conseguiu esta ação uma semana antes de enviar o orçamento municipal para a Câmara dos Vereadores.

Não nos intimidam. Aqui chegamos com suor, organização e rebeldia. Entramos no sexto ano sem pretensão de desistir. Temos apenas a ousadia de avançar na luta por uma sociedade justa e igualitária, pois todas as coisas do mundo são de todos e todas, porque todos/as delas necessitam, porque todos/as colaboraram, na medida de suas forças, para produzi-las; porque não é possível avaliar a parte de cada um e cada uma na produção da riqueza do mundo...

camarada_d@riseup.net

mpl fortaleza-



alexandre mouão maracanaú

O Movimento Passe Livre em Fortaleza foi pensado em um evento cultural no Espaço Comuna Libertária e se concretizou em uma reunião realizada no dia 22 de julho em um espaço (UECE) onde ocorria um encontro científico (S8PC). Inicialmente, denominou-se Comitê Pró-Passe Livre.

O Comitê desenvolveu como primeira atividade uma mostra de vídeos das manifestações pelo Passe Livre no Distrito Federal e passou a ter reuniões semanais todos os domingos à tarde. Paralelamente a isso, participou de uma manifestação puxada por Coletivos Libertários em Maracanaú pela Meia Intermunicipal, e depois atuou juntamente com a Frente pela Meia Intermunicipal, na mesma localidade, em um protesto no desfile militar de 7 de setembro.

O Comitê passou a ser conhecido nacionalmente pelo reconhecimento dos princípios do Movimento Passe Livre: apartidarismo, autonomia, independência, horizontalidade e federalismo; enviando uma carta de adesão ao MPL.

Atualmente o MPL-Fortaleza se reúne semanalmente e provisoriamente no Espaço Cultural Comuna Libertária. Por ter pessoas de Maracanaú (região metropolitana de Fortaleza) que possuem afinidade com o MPL e têm intenções de montar um Comitê na mesma localidade, o MPL-Fortaleza sempre vem acompanhado de "Maracanaú".

O movimento está voltado para a construção de um movimento de Base (preparo intelectual) nas escolas, universidades e bairros, com seus membros passando semanalmente nesses locais, marcando vídeo-debates e grupos de estudos com a intenção de formar comitês locais autônomos. Um grupo de estudo de viabilidade técnica da implementação do passe livre de acordo com o contexto do transporte coletivo em Fortaleza foi formado, uma oficina de jornalismo com estudantes de comunicação da UFC foi iniciada. O MPL-Fortaleza-Maracanaú participa das reuniões via internet do GT Nacional onde interage e articula com as pessoas das outras cidades. O financiamento do movimento se dá através de doações de sindicatos, auxílios voluntários de xerox, venda de camisetas, adesivos e DVDs sobre as lutas estudantis em prol do passe livre.

alexzapa@riseup.net

mpl distrito federal paíque

A luta social nos espaços urbanos nunca foi tarefa fácil para quem quer se organizar como corpo militante de juventude numa perspectiva de longo prazo. No caso do Distrito Federal – sem tradições de organização popular para a luta duradoura, seja por sua constituição geográfica ou por ter nascido para ser um órgão burocrático – a situação se torna ainda mais complexa. A experiência do Movimento Passe Livre, contudo, trouxe avanços a esta questão nacional e localmente. As experiências de Salvador e Florianópolis foram instrutivas tanto sobre a forma horizontal e descentralizada de disseminação da luta como por sua estrutura orgânica, que permite uma leitura coletiva e politizada da realidade, superando sectarismos partidários.

No DF o crescimento e fortalecimento do MPL têm superado as expectativas. Dia 25/10/04 (da criação do então Comitê pelo passe livre no DF), poucas eram as esperanças de que aquela luta ganhasse a força e a expressão que tomou. Pensávamos que o passe livre fosse mais uma ferramenta de organização de setores da juventude do que um efetivo instrumento político urbano. Porém a luta imersa

na coletividade (sempre ela) impulsionou inúmeros militantes ao seio do movimento. Pequenas manifestações, simplesmente por seu caráter de ação direta, sua cultura de organização autônoma, além de sua organicidade crescente foram suficientes para que todos e todas as envolvidas solidificassem o movimento.

Após a 1ª Plenária Nacional pelo Passe Livre (Porto Alegre, janeiro de 2005), além da certeza da relevância da luta local, saímos com uma organização nacional em construção – o Movimento Passe Livre. Assumimos essa tarefa no DF realizando logo em seguida uma mobilização com cerca de 200 estudantes. Estava lançado o MPL-DF, que iniciou atividades de catracaço, panfletagens, debates em escolas etc. A juventude individualista e desacreditada do Distrito Federal tomou para si não só a responsabilidade coletiva de organização de um movimento específico, mas também a da inserção na luta de classes de maneira realmente transformadora.

Mais que nos organizarmos, passamos por provas à efetividade na mobilização social. Em processo de um iminente aumento das tarifas no DF, o MPL realizou entre junho e agosto de 2005 uma intensa jornada de mobilizações (agora

por uma vida sem catracas

com mais de 500 pessoas). Ocupamos órgãos públicos (DFTRANS e ANTT-Agência Nacional dos Transportes Terrestres), construímos blocos carnavalescos e levamos à sociedade a possibilidade efetiva de mudança da realidade através da luta.



A despeito do empresariado dos transportes e do Governo do DF, as tarifas rodoviárias do Distrito Federal não aumentaram, em favor do povo e por meio de sua ação. O Movimento Passe Livre do Distrito Federal mostrou sua força, vitalidade e capacidade de formulação em meio a situações adversas; lançou-se à sociedade trazendo a perspectiva de construção de um transporte urbano efetivamente popular; constituiu um referencial de ação urbana coletiva, politizada, de enfrentamento. Deparamo-nos com uma intensa repressão policial que foi incapaz de nos in-

timidar e avançamos uma vez mais sobre as estruturas do Estado. Iniciamos agora uma jornada pelo passe livre, com nosso acúmulo de forças e ânimo renovados. "Toda hora é hora/tudo local é local para mobilizações e quem organiza é você"

Certos grupos criticam o MPL-DF afirmando que somos um movimento restrito e sem formulações gerais. Nossa resposta, ao invés de galgar mais espaços letrados, vem principalmente em mobilização. Os referenciais organizativos e táticos que criamos constantemente influem, dialogam, contagiam os diversos setores da sociedade e nossa luta se multiplica. Seja em coletivos (de mídia independente, de solidariedade zapatista, do movimento anarcopunk, da luta feminista, do movimento LGBTQIT, de arte militante, do movimento negro, de torcidas organizadas, de escolas livres, de associações de skatistas, de movimentos culturais), ou em organizações outras, aquelas/es que imaginavam que nossa pauta era específica a um setor da sociedade começam a perceber que os referenciais de luta que estamos criando apontam não só para um novo sistema de transportes, mas também para uma outra sociedade.

paíque@riseup.net

mpl são paulo graziela kunsch



"Serviço público é aquele que não tem exclusão. Ele permite o acesso de todas as pessoas". Partindo desta noção, o ex-secretário de transportes do município de São Paulo, Lúcio Gregori (gestão Luiza Erundina, então do PT, 1988-92), elaborou o projeto Tarifa Zero. Se naquele momento seu projeto foi considerado absurdo, o mesmo não se pode dizer sobre a sua recepção no Seminário Transporte Público e Passe Livre, organizado pelo MPL São Paulo, em 15 de outubro de 2005.

Antes de falar como funcionária a Tarifa Zero, a palestra de Lúcio esclareceu sobre a municipalização dos ônibus em São Paulo, lei aplicada em 1991, que durou por mais 9 anos, resistindo aos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta (PP), até ser cortada pela

prefeitura de Marta Suplicy (e aqui cabe uma reflexão sobre o PT de 91 e o PT de agora). "A municipalização é fazer com o serviço de transporte exatamente o que o Estado faz com todos os outros serviços, como educação e saúde". Até aí, nenhuma novidade para nós. A grande contribuição de Lúcio no nosso debate atual é o fato de ele defender que um serviço pode ser público - não excludente - e ser prestado pelo mercado: "É impossível o Estado gerir certas demandas. É inimaginável pagarmos taxas para utilização de escolas e hospitais públicos; e no entanto vários dos serviços contidos na atividade de educação pública ou saúde pública são fornecidos pelo setor privado. Ninguém imagina que o Estado tenha que fabricar seringas de injeção, ou os cadernos, os giz, os

quadros negros e as carteiras das escolas públicas".

Lúcio defende que a prefeitura separe o custo dos ônibus do preço da tarifa para poder preparar este subsídio. Corrupções à parte, a ideia é que a prefeitura contrate o serviço de algumas empresas, por um valor pré-estabelecido em seu orçamento, e assim a tarifa deixa de ser o determinante da qualidade e do acesso a este serviço. "Perguntaram se eu estava propondo ônibus de graça para todas as pessoas. Não era ônibus de graça, esse ônibus teria um custo. Mas era um ônibus com tarifa zero".

Da nossa organização Como São Paulo é uma cidade muito grande, o nosso MPL está dividido em 4 regiões - Centro (onde traba-

hamos em apenas uma escola), Leste (onde o trabalho acaba de começar, após problemas com pessoas de partidos políticos), Noroeste (6 escolas) e Sudoeste (6 escolas). O trabalho nestas escolas objetiva fundar comitês autônomos de luta pelo passe livre e consiste em mostras de vídeo, debates e distribuição de materiais impressos sobre transporte público e passe livre. Cada região/grupo de escolas da região realiza reuniões locais e a cada quinze dias ocorre uma reunião municipal.

Nossas tarefas são distribuídas em comissões de trabalho: comissão de materiais, de finanças, de redação de um projeto de lei; além das comissões de mobilização - comissão legal, de imprensa, segurança, primeiros socorros e bateria. Nossos materiais tentam explicar o passe livre para diferentes públicos: temos impressos específicos para estudantes secundaristas, outro para motoristas e cobradores, e um para a população em geral. Além dos impressos, nós produzimos e vendemos camisetas (preço de custo 6 reais, venda 10 reais) e bôtons (custo 50 centavos,

venda 1 real). Outra fonte de renda é a venda do livro *A guerra da tarifa*, de Leo Vinicius, sobre a Revolta da Catraca de 2004, em Florianópolis - a Editora Faísca nos entrega o material em consignação, o livro é vendido por R\$10 e repassamos R\$7 para a editora.

A comissão de finanças possui diferentes fundos - fundo de materiais rentáveis (descritos acima); materiais não-rentáveis (uniforme da bateria, faixas dos atos, bandeira do MPL. O xerox de cartazes e panfletos é feito gratuitamente, com a colaboração de centros acadêmicos); fundo do jornal (4 mil cópias deste jornal nos custaram 600 reais); e encontro nacional (para cobrir despesas como transporte). A política de fundo só permite que se produzam novos materiais quando esse fundo atinge R\$150. Exemplo: o fundo de materiais rentáveis levanta 300 reais em doações e com esse dinheiro produz 600 bôtons. O fundo só poderá liberar dinheiro para novos materiais quando a venda desses bôtons atingir o valor de R\$150.

grazi@kela.org

A realidade de 2005, como não poderia deixar de ser, é diferente da de 2003. Naquele ano, o aumento em R\$ 0,20 da tarifa foi um combustível para uma revolta estudantil, bastando uma fagulha (uma passeata em direção à Lapa no dia anterior) para que a revolta explodisse e toda a cidade fosse parada pelos estudantes. Naquela época, o sangue dos estudantes fervia de ódio ao reajuste e todos estavam convencidos do quão injusto era o aumento.

Em 2005, no entanto, as coisas foram diferentes. O SETPS - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Salvador e as Entidades estudantis (provavelmente coordenados entre si) promoveram um enorme cala-boca na força estudantil. O SETPS atuou em 3 frentes: 1. Conseguiu uma liminar no judiciário que autorizava o aumento para R\$ 2,20, R\$ 0,70 centavos mais caro, causando um enorme choque na cidade. Entretanto, como prova de "bom-mocismo" não reajustou o preço e abriu para "negociação", aceitando o aumento proposto para R\$ 1,70 com a possibilidade de em breve ir para R\$ 1,90. Ou seja, causaram o choque e depois reduziram para ganhar respaldo e jogaram a discussão para o Conselho, onde conseguiram maioria, e não para as ruas. 2. Realizou uma megacampa publicitária, em jornais, outdoors, busdoor, televisão, rádio etc. apesar de dizer que operava em prejuízo de R\$ 17 milhões por mês e conseguiu convencer a população da "justeza" do aumento. 3. Aceitou uma das reivindicações marginais dos estudantes, reduzindo o valor da segunda via para smart card, de R\$ 30,00 para R\$ 20,00 (da mesma forma que em 2003, quando aceitaram o uso do smart card aos domingos e feriados para acalmar e dar elementos para as entidades anestesiar a revolta).

As entidades estudantis atuaram de duas formas: 1. Após a revolta espontânea de 2003, passaram a intensificar o trabalho

de cooptação dos grêmios estudantis e colocá-los alinhados às ordens da direção das entidades. 2. Ficaram sabendo mais rápido do aumento, fizeram um ato de mentira para se dizerem legítimas representantes dos estudantes e querem apenas figurar no conselho de transporte, compactuando com o aumento da passagem e aceitando propostas marginais do SETPS. Não podemos esquecer que a direção destas entidades são de partidos políticos que compõem a base do governo municipal, e não estão interessadas em revolta estudantil.

Nós, por outro lado, estamos em 2005, mas com a cabeça em 2003. Nesse cenário, nossa atuação inicial foi a de puxar atos, pois pensávamos que era preciso apenas um ato inicial que mostrasse aos estudantes de outros colégios que deveríamos ir às ruas e dali pipocariam revoltas espontâneas em toda a cidade. Grave engano. Fizemos manifestações diversas vezes, no CEFET, no ISBA, na UFBA, com os três juntos, mas os outros colégios não saíram. Ficou evidente que a estratégia de convencimento do SETPS e a cooptação dos grêmios tinha sido vitoriosa (dizem que só uma pessoa de uma das entidades tem 17 grêmios nas mãos). O aumento dos mesmos R\$ 0,20 que tinha causado a revolta em 2003 foi absorvido pelos estudantes e considerado até algo razoável, tendo em vista a vitória do SETPS pelo R\$2,20 na justiça e a contínua intenção deste em aumentar para R\$ 1,90.

Assim, a estratégia de sucessivos atos não deu resultado. Nos cansamos e cansamos os estudantes que não estão engajados no movimento. Nas passagens em sala, sente-se que a estratégia do SETPS deu certo. Falas como "o aumento é justo", "há dois anos que não aumenta" etc., ou aparecem ou podem ser lidas nos rostos das pessoas. Gastamos também recursos, como o uso de carro de som para duas passeatas, folhetos chamando para as mobilizações etc.

Há sete meses um grupo se organiza em Joinville-SC sob os princípios do MPL. Com a perspectiva de formar um movimento de base, o MPL Joinville atua principalmente em escolas discutindo o Passe Livre e a desmercantilização do transporte na cidade.

Junto a outras organizações, o MPL Joinville optou por elaborar um projeto de iniciativa popular do Passe Livre, uma lei feita pelo povo que necessita de 16.000 assinaturas para começar a tramitar na Câmara de Vereadores. Apesar da dificuldade de se conseguir tantas assinaturas, o

MPL vê como acertada a escolha da iniciativa popular em contraponto à iniciativa parlamentar, pois desse modo desperta a consciência do povo no sentido de que a população é o principal agente do processo político, demonstrando que a verdadeira democracia ultrapassa o mero ato de votar de 4 em 4 anos.

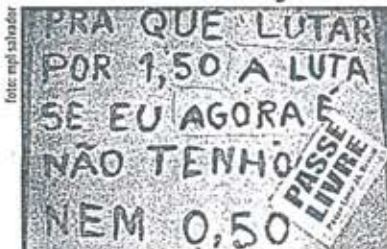
Em quatro de outubro nós paralisamos uma sessão na Câmara de Vereadores devido a uma reportagem veiculada por um jornal da cidade, onde era categoricamente afirmado pelos vereadores: "Passe Livre

é inconstitucional". Os manifestantes e as manifestantes elaboraram uma carta e, deslegitimando a representatividade dos vereadores, viraram-se de costas para o poder público e leram a carta afirmando os porquês do acesso à Educação, Cultura e Lazer não serem inconstitucionais.

carta e fotos em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/331825.shtml>

joinvive@gmail.com

análise de conjuntura



Entretanto, apenas a partir desses atos é que nos damos conta desta conjuntura e da necessidade de estruturar o movimento e partir para outros tipos de ações, com vistas a enraizar o movimento, desmistificando a visão do SETPS e tentando organizar atos por fora dos grêmios pelegos. Mas a angústia de "deixar o aumento passar" ainda fica em todos nós (sempre vem à mente 2003) e temos até essa sexta-feira para tentar fazer algum ato massivo, puxado por nós mesmos para evitar que o aumento entre para a normalidade da cidade e que a luta pela redução esteja perdida.

De qualquer forma, fica a necessidade inadiável de dar corpo ao MPL em Salvador, tendo em vista que a pauta do passe livre é de médio prazo e pode ser o elemento que mantenha unido um grupo de estudantes que está junto pela questão imediata do aumento da tarifa. Se não conseguirmos barrá-lo, podemos perder este elemento agregador e só haveria nova mobilização quando do anúncio de um próximo aumento da passagem. E nossa atuação seria novamente não planejada.

lurifalcao@yahoo.com.br

mpl joinville hernandez eichenberger

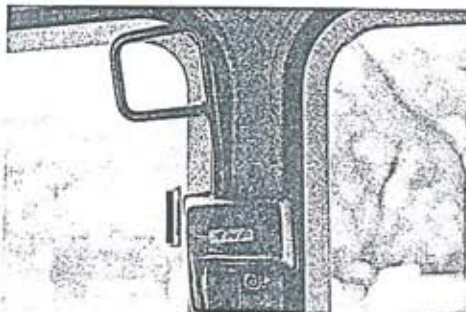


nostra concepção de transporte coletivo

marcelo pomar



O problema é a contradição profunda entre a necessidade de se ter um transporte coletivo voltado para os interesses públicos e da coletividade, do desenvolvimento social, e um transporte coletivo que serve para o enriquecimento de algumas dúzias de famílias brasileiras proprietárias de empresas de ônibus. Essa contradição só se resolverá pela eliminação da segunda perspectiva, ou pelo alijamento permanente e progressivo de setores expressivos da sociedade do direito de se locomover utilizando transporte coletivo dentro das grandes cidades. O direito de ir e vir, consagrado somente pela Constituição de 1988 – até então vigorava o "crime de vadiagem" – hoje é atacado pela política tarifária praticada pelos empresários, com a anuência do Estado.



Procure imaginar sua cidade durante um mês sem ônibus, ou qualquer similar para o transporte coletivo. Haveria um colapso, empresas entrariam em falência, escolas e universidades funcionariam de forma precária, enfim, a dinâmica social sofreria uma alteração substancial.

Nas últimas décadas o Brasil tem vivido um intenso processo de urbanização. A imensa concentração da terra, entre outros fatores, fez com que setores expressivos do campesinato abandonassem suas raízes rurais para viver o sonho de emprego e dinheiro, vida melhor nas grandes cidades. Esse inchaço das cidades, nos últimos anos em especial, ajudou a provocar nas metrópoles o fenômeno da conurbação. O crescimento de cidades próximas fez com que elas se tornassem grandes conglomerados humanos, com fronteiras meramente formais, e permanente relação entre as pessoas desses municípios próximos.

Numa configuração dessa, de grandes centros urbanos, grandes concentrações humanas e profunda desigualdade social – o Brasil só perde para Serra Leoa no quesito distribuição de renda – o transporte coletivo, ou seja, o instrumento por excelência de locomoção diária de milhões de pessoas nas cidades, não pode ser visto como uma questão qualquer. Deve ser visto como um serviço público essencial, tal qual a educação e a saúde.

Vale dizer que o transporte coletivo é a primeira etapa da venda da força de trabalho. Sem o transporte coletivo, setores massivos da sociedade que só possuem sua força de trabalho para sobreviver, não teriam como chegar aos locais de produção e circulação das mercadorias. Não teriam como participar da vida social produtiva. São excluídos da sociedade. Isso sem falar das outras questões essenciais para o desenvolvimento intelectual da vida, como é o caso do acesso à cultura, ao lazer, à arte. Hoje, segundo dados oficiais do governo, 37 milhões de pessoas não usam transporte coletivo em virtude do preço de suas tarifas.

A despeito da importância toda que representa o transporte coletivo urbano, sobretudo nas sociedades modernas, esse setor fundamental na vida de milhões de pessoas está na mão de poucos grupos empresariais, na maioria dos casos oligárquicos, baseados na família, na propriedade e na tradição de determinadas cidades. E nessa condição, evidentemente, esses grupos não têm outra pauta que não seja a de lucrar com o transporte coletivo. Ou seja, o transporte coletivo é visto como um grande mercado, uma fonte de apropriação de fatias gordas do orçamento das famílias, uma fonte de poder econômico e político.

Essa é a contradição fundamental que apresenta nesse momento seus graus de esgotamento. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta dados que demonstram que o transporte coletivo já é o terceiro item de gasto no orçamento das famílias, e dependendo do número de filhos, o segundo.

Os empresários se queixam da alta do preço do petróleo, da falta de subsídio público, do alto número de impostos que devem pagar ao Estado, das gratuidades e descontos conquistados por estudantes e idosos etc., que segundo eles geram tarifas altas e insatisfação popular. Mantêm um séquito de técnicos prontos para a qualquer momento dar explicações sobre planilhas, números e estatísticas, onde nunca constam os valores do lucro mensal dos empresários. Ainda não conseguiram perceber que o problema é de natureza política, de concepção de transporte coletivo.

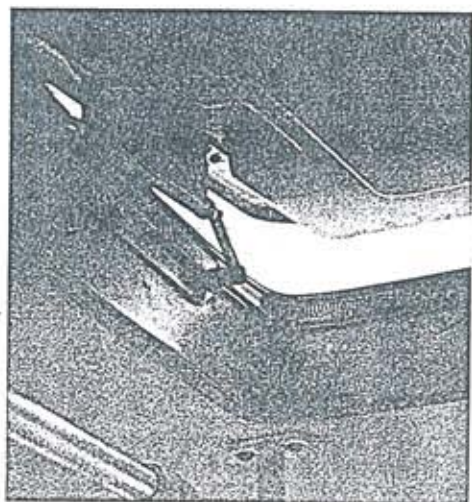
Isso ajuda a explicar a Revolta do Buzú, ocorrida na capital baiana em agosto de 2003, as duas edições da Revolta da Catraca em 2004 e 2005 em Florianópolis, e a onda de revoltas que tem tomado conta de várias cidades importantes Brasil, em torno da questão do transporte coletivo, sobretudo em resistência aos aumentos de tarifas. Criciúma, Uberlândia, Vitória, Aracaju, Fortaleza, Gualba, são alguns exemplos de que a crise da atual concepção política de transporte coletivo está posta, e o MPL quer contribuir no debate para sua superação.

Do nosso ponto de vista, o transporte coletivo deve ser retirado das mãos da iniciativa privada, como fator fundamental para superar a pauta da lucratividade, que é a questão essencial que exclui milhões de pessoas do transporte. O transporte deve ser gerido pelo poder público, voltado para os interesses da coletividade, e pautado numa outra forma de financiamento. Hoje o transporte coletivo é o único "serviço público" que é integralmente arcado pelos seus usuários. Cabe dizer que a grande maioria dos usuários e das usuárias dos ônibus estão nesta condição não porque gostam, mas por necessidade. Precisam chegar ao local de trabalho, procurar emprego, estudar. E isto beneficia não quem faz uso do transporte, mas quem faz uso dessa força de trabalho diariamente para produzir e fazer circular as riquezas. Ou seja, é preciso pensar numa nova forma de tributação que onere os setores que verdadeiramente se beneficiam do funcionamento diário do transporte coletivo, e não os usuários. Os setores que se beneficiam são os grandes industriais, as grandes empresas de comércio, os detentores dos grandes meios de produção e de circulação de mercadorias.

A inversão da lógica "do paga quem usa, para o paga quem se beneficia" é um instrumento importante de democratização do acesso ao transporte coletivo. Mas não é o único. Por exemplo, a cobrança de impostos progressivos sobre os setores mais ricos da sociedade, que fazem utilização das vias públicas em caráter praticamente particular – com seus carros importados utilizados por uma, duas ou três pessoas – sem que paguem por isso o mesmo que os usuários pagam por fazer a utilização em caráter coletivo.

É preciso superar o caráter elitista do transporte coletivo, e enxergá-lo de uma vez por todas como um instrumento fundamental para o acesso à civilização. Só um país que conseguiu aliar durante décadas liberalismo com escravidão, e desenvolvimento industrial com latifúndio, para possuir um transporte chamado "público e coletivo", e que ao mesmo tempo é instrumento de exclusão social e enriquecimento inescrupuloso de famílias atrasadas e reacionárias.

Com os impostos que o povo brasileiro paga – um dos maiores do mundo –, com o que pagamos de dívida externa aos cofres do FMI, com a distribuição esdrúxula de renda que possuímos, não há dúvidas de que é possível pensar num transporte coletivo público, gratuito e de qualidade, exatamente como deveriam ser a educação e a saúde. O que falta é determinação política das classes dirigentes, associadas aos interesses dos empresários do transporte, e muitas vezes financiadas por eles. Determinação política que o Movimento Passe Livre tem de sobra. Determinação política de ajudar a organizar a luta do povo contra a exploração do transporte.



Transporte: Um Direito do Cidadão; Um Dever do Estado.

O passe livre não é inconstitucional, porque foi instituído pela Constituição Federal (art. 208, VII) ainda em 1988, e nem é ilegal, porque foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996, arts. 10, VII e 11, VI) como materialização do que já se previa constitucionalmente. O Município, enquanto ente federativo com competência legislativa e material para tratar de transporte coletivo urbano (CF, art. 30, I e V c/c 175, parágrafo único, I a IV), apenas insere no sistema municipal de transportes aquilo que já está previsto na Constituição e na legislação federais.

Toda pessoa tem garantido seu direito de ir e vir, que é a liberdade de ir, vir, ficar, parar e deslocar-se de um ponto a outro, seja dentro do território nacional, seja de dentro para fora dele ou vice-versa. É o

que dizem tanto a Constituição Federal (art. 5.º XV) quanto uma série de outros tratados internacionais (Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, art. 13; Pacto de São José de Costa Rica, art. 22). Será possível hoje, em cidades grandes como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Fortaleza, Florianópolis, Campinas, Porto Alegre e tantas e tantas outras, exercer esta liberdade de locomoção sem usar algum meio de transporte, em especial os transportes públicos? Como é possível vencer distâncias que hoje podem chegar a 30, 40, 50km dentro da mesma cidade sem usar algum meio de transporte? Na velocidade que o capitalismo imprime à vida moderna, como é possível chegar a seu destino a tempo, dadas as enormes distâncias nas grandes cidades, sem pegar pelo menos um ônibus, trem ou metrô?

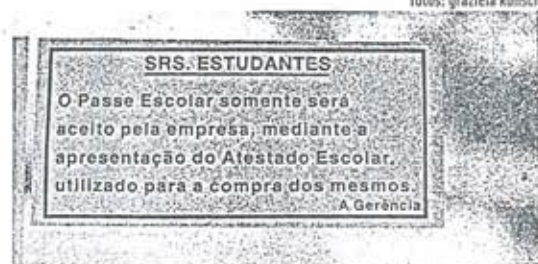
O transporte público hoje é condição necessária para o exercício do direito de ir e vir. Se você duvida disso, experimente deixar de pegar ônibus por um dia. Se achar que agüenta, repita esse exercício até completar uma semana. Para quem está acostumado a andar de ônibus, trem, metrô ou qualquer outro meio de transporte de massas, será um sacrifício horrível; mas é a realidade de milhões de pessoas no país que não têm dinheiro para pagar pela sua própria locomoção. O transporte, segundo o IBGE, é a terceira maior fonte de despesas no orçamento familiar em todas as regiões do país, e pesa mais ainda no orçamento de quem ganha menos - parcela bastante expressiva da população. Em Salvador, por exemplo, 72% da população depende do transporte coletivo para seu deslocamento, e noutras cidades a realidade não deve ser muito diferente.

Numa sociedade desigual, a distributividade da justiça se faz com medidas igualitárias. Se o transporte público é condição necessária para o exercício do direito de ir e vir, especialmente para aqueles que contam apenas com seus braços e pernas para ganhar a vida, uma vez concedido o passe livre a todos os estudantes o impacto será proporcionalmente maior na renda das famílias mais carentes, que são os verdadeiros usuários do transporte coletivo. O fim dos gastos privados com transporte dos filhos reduz as despesas com transporte no orçamento familiar, e o subsídio ao passe livre injeta recursos no sistema de transportes, o que permite que a curto e médio prazo a tarifa seja reduzida, aliviando ainda mais os orçamentos das famílias de trabalhadores.

O passe livre estudantil universal subsidiado pelo Município, pelo Estado e pela União, além de ser despesa obrigatória destes três entes federativos, é questão de justiça. É a isso que se deve prestar atenção, e não ao besteiro técnico-jurídico com o qual querem impedir sua execução. Ele se sustenta por si só, diante das condições de vida nas grandes cidades. Qualquer tentativa de barrá-lo com artifícios legais contraria aquele que deveria ser o princípio fundamental de qualquer organização política: a origem popular do poder político. É este mesmo princípio fundamental que levará novamente o povo às ruas, até o passe livre ser aplicado, para mostrar quem é que tem de fato o poder político na sociedade.



Fotos: graciela kunsch



o movimento dos empresários - o mdt

O que é o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos - MDT? É a Ação Nacional Tarifa Cidadã? O MDT é um movimento criado por patrões e trabalhadores a eles submetidos para aproveitar a crise nos transportes, que já dura mais de vinte anos, e pautar as políticas do setor em proveito próprio. A Ação Nacional Tarifa Cidadã é uma campanha deste movimento. Os dois têm aparecido como defensores da redução de tarifas, da ampliação do direito de ir e vir e do direito ao transporte, mas suas propostas são corporativistas e seus métodos são típicos de quem procura uma "solução por cima" para os problemas sociais.

O sítio do MDT indica seu núcleo inicial: a Associação Nacional dos Transportes Públicos (ANTP); a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU); a Companhia do Metropolitano de São Paulo; a Associação Nacional dos

Fabricantes de Veículos Automotivos (ANFAVEA); a Associação Nacional de Fabricantes de Carrocerias para Ônibus (FABUS); a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (ABIFER); o Sindicato Interstadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (SIMEFRE); o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito; a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô-SP (AEAMESP); o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte (CNTT/CUT) e a Federação Nacional dos Metroviários (FENAMETRO). Há muito mais patrões que trabalhadores, e nenhuma entidade de usuários ou de trabalhadores em transporte alternativo. A lista atualizada, após o impacto da Ação Nacional Tarifa Cidadã, está no documento "Entidades Participantes do MDT" (<http://www.antp.org.br/mdt/texto/ades%F5es.pdf>).

A alteração da composição interna não modificou em nada os objetivos do MDT, manifestado em propostas tipicamente corporativistas. Redução ou isenção de impostos sobre uma série de componentes do sistema de transportes (peças, combustível, carrocerias etc.), injeção de recursos públicos nos transportes (FAT, CIDE, BNDES) sem qualquer controle social sobre seu uso, e redução das gratuidades "socialmente desnecessárias". Todos estes benefícios vão para as empresas de ônibus, piorando a situação dos perueiros e trabalhadores dos transportes alternativos que cobrem as linhas pouco lucrativas - ou seja, aquelas que cobrem o espaço entre dois lugares da periferia (e não o espaço entre um lugar da periferia e outro do centro). O MDT ainda se dá o direito de definir que gratuidades são "socialmente necessárias" sem chamar para o debate aqueles diretamente atingidos pelo corte.

As táticas de mobilização propostas pelo MDT para a Ação Nacional Tarifa Cidadã dão a entender que tudo já está resolvido de antemão, "mas que uma zuaidinha domesticada da "sociedade civil" e do povo é necessária para legitimar aquilo que o movimento pretende aprovar. Os trabalhadores em transportes serão garotos-propaganda forçados de algo criado e elaborado por seus patrões no interesse destes mesmos patrões. Eles usarão a camisa da campanha por obra, graça e ordem de seus patrões; deverão saber de cor uma cartilha que defende interesses que talvez mal saibam quais são e a quem atendem; e, para piorar, colarão adesivos da campanha em alguma parte do corpo do "cliente" - nunca "usuário", pois transporte para patrão é negócio, e não serviço público. O MDT aproveita de toda grande manifestação popular contra as tarifas para fazer propaganda de suas propostas como solução para a crise nos transportes.

Foi assim em Salvador após a Revolta do Buzu (2003) e em Florianópolis (2004/2005).

Nenhum empresário gastaria tanto dinheiro numa campanha se não estivesse em jogo muito mais dinheiro. As propostas do MDT não mudam nada na atual lógica do sistema de transportes, que cerceia a liberdade de circulação das pessoas carentes com tarifas proibitivas, pensado em função do deslocamento periférico-centro e gerido como setor do mercado capitalista, ao invés de ser gerido como o serviço público que é. Todo cuidado com o MDT é pouco.

ANEXO E

Fotos e reportagem referente à Revolta dos Pingüins, ocorrida no Chile em 2006, que se caracteriza pela mobilizações dos estudantes que reivindicavam melhorias no sistema educacional, dentre elas, o passe livre no transporte coletivo.

Pase escolar gratis frena el acuerdo. (Maio de 2006). El Mercurio. n/p.

Tras negociar ayer con el Gobierno, estudiantes mantuvieron paro indefinido.

EL MERCURIO/VIDA Y SALUD/31-03-06

Pase escolar gratis frena el acuerdo

Hoy se reanuda negociación y ministro ofrece extender la tarifa preferencial a domingos.

Movilización estudiantil tuvo histórico respaldo: se plegaron 800 mil alumnos en todo Chile.

Disturbios a nivel nacional dejaron 730 detenidos.

TODAS LAS ARTISTAS DE CECILIA CH

Carabineros admite "excesos injustificables" para controlar violencia en jornada de ayer



Serios incidentes se registraron en la tarde de ayer en el centro de Santiago, especialmente en Alameda, entre el Paseo Ahumada y Teñinos. El tránsito fue interrumpido y hubo más de un centenar de detenidos en el sector. Funcionarios policiales actuaron con desmedida fuerza, según reconoció la institución.

Mobilización estudiantil



NICOLÁS GRAU, PRESIDENTE DE LA FECH E HIJO DE LA MINISTRA PAULINA VELOSO:



Arica, I Región



Valparaíso, V Región

Sector oriente:

Colegios particulares brindaron masivo apoyo en Santiago

Respaldo se manifestó con asambleas informativas y "parrós culturales".

Cerca de medio centenar de colegios particulares en Santiago se sumó pacíficamente al paro nacional de estudiantes. Colegios del sector oriente, como Villa María Avedon, Santiago College, La Maibonnette, San Ignacio de El Bosque, Sagrados Corazones de Manquehue, Saint George y La Clonette, entre otros, se plegaron al paro a través de jornadas de reflexión, asambleas, actividades y actividades culturales.

ACCIONES EN V

Cuestionamientos a La Moneda:

Gobierno corrige manejo de crisis

Entregó conducción política a Interior y repuso a Zúñiga como negociador con estudiantes.

Tras una ola de críticas surgidas desde los partidos políticos, incluidos los de la Concertación, sobre la falta de manejo y la descoordinación de las autoridades frente al conflicto estudiantil, la Presidenta Michelle Bachelet rectificó la línea de conducta seguida hasta ahora y entregó la conducción política del tema al ministro del Inte-

rior, Andrés Zaldívar, a la vez que repuso al titular de Educación, Sebastián Zúñiga, como negociador con los dirigentes sectoriales.

Los parlamentarios que cuestionaron duramente el manejo de la crisis valoraron la decisión.

CRÍTICAS Y PROPUESTAS EN C y C



ACCIÓN DE ENCAPUCHADOS.— Como ha sido habitual en las últimas manifestaciones, jóvenes con el rostro cubierto, como el de la foto, se mezclaron con los estudiantes que protestaban para provocar desmanes y enfrentar a los carabineros.



Talca, VII Región



Concepción, VIII Región



Puerto Montt, X Región



Punta Arenas, XII Región

Movilización estudiantil

D13



CÉSAR VALENZUELA Y KARINA DELFINO, VOCEROS DE LOS SECUNDARIOS:

ANEXO F

Roteiro norteador para entrevista

Roteiro norteador para entrevista do projeto: Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito

A. Dados de identificação:

Me conte de você: quem é você, onde mora, onde nasceu, o que faz...

B. Participação política:

1. Há quanto tempo você participa do Movimento Passe Livre?
2. Conte um pouco do processo de como você entrou no movimento.
3. De que forma acontece esta participação?
4. O que significa pra você participar deste movimento?
5. O que você busca participando no MPL? O que te atrai neste movimento?
6. Você já havia participado, ou participa, de outros movimentos, grupos, organizações políticas? Se sim, como foram estas experiências?
7. Como é a sua relação com as outras pessoas do MPL?
8. Como sua família e outras pessoas próximas a você encaram sua participação neste movimento?

C. Participação política e constituição do sujeito

1. Algo mudou em você ou na sua vida depois que você se inseriu neste movimento?
2. De que forma esta participação política relaciona-se com o seu cotidiano?
3. Da onde você acha que veio este interesse pela participação política?
1. Houve mudança na forma que você significa sua relação com as questões sociais após se inserir no MPL?
2. Qual a importância dos movimentos sociais? (para o sujeito ou sociedade, o entrevistado é quem dirá...). e para sua existência?
3. Esta participação política relaciona-se com algum projeto da sua vida?

Florianópolis,....., 2007.

Local e duração de tempo da entrevista

ANEXO G

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE

Meu nome é Marcela de Andrade Gomes e estou realizando uma pesquisa sobre a participação em um movimento social. Este estudo está sendo desenvolvido juntamente ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Dra. Kátia Maheirie. Nosso interesse é investigar de que forma alguns integrantes do Movimento Passe Livre de Florianópolis significam esta participação política. Sendo assim, convidamos você para participar desta pesquisa. Se concordar, realizaremos uma entrevista, na forma de diálogo, que será gravada e transcrita pela pesquisadora. Você pode escolher se quer que eu utilize um nome fictício ou o verdadeiro. Utilizarei algumas de suas falas em minha pesquisa que serão analisadas com a teoria. Você não é obrigado a responder todas as questões e se preferir que algumas falas sejam cortadas na transcrição, seguirei suas instruções. Ressalto que esta pesquisa não está a serviço de finalidades políticas ou legislativas, trata-se de um estudo psicossocial. Participando desta, você contribuirá com a produção de conhecimento no campo da psicologia política, em especial, sobre a participação em movimentos sociais.

() quero que utilize um nome fictício

() quero que utilize o meu nome verdadeiro

.....
Nome completo do entrevistado(a)

.....
Assinatura

.....
Data de nascimento e número da carteira de identidade

Florianópolis,....., 2007.

ANEXO H

Reportagem referente à mobilização "Nenhum centavo a mais", realizada no centro de Florianópolis.

Passe Livre volta a fechar as ruas. (Junho de 2006). Diário Catarinense, p.26.

DC/Política/9/06/2006

Transportes Movimento será repetido

Passe Livre volta a fechar ruas

TAÍS SHIGEOKA

Pelo terceiro ano consecutivo, os integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) foram às ruas da Capital protestar contra o aumento das tarifas no transporte coletivo. Ontem, cerca de 200 estudantes ocuparam, durante duas horas e meia, algumas das principais vias do Centro da cidade.

A concentração foi às 17h, em frente ao Terminal de Integração do Centro (Ticen). Por 30 minutos, os manifestantes fecharam a Avenida Paulo Fontes e saíram em passeata. Empunhando faixas e cartazes e distribuindo panfletos, procuravam conquistar o apoio da população e dos estudantes.

O movimento seguiu até a Rua Silva Jardim e Avenida Mauro Ramos, fazendo uma concentração em frente ao Instituto Estadual de Educação (IEE). Passando pela Rua Anita Garibaldi e pela Avenida Hercílio Luz, concentraram-se novamente em frente à Faculdade de Educação da Udesc, na Rua Salda-

nha Marinho.

De lá, partiram para a Praça XV, onde encerraram o protesto na Catedral Metropolitana. Como encaminhamento, decidiram pela realização de uma nova manifestação hoje, às 17h, em frente ao Ticen.

Toda passeata ocorreu de forma pacífica, acompanhada de perto pela tropa de choque da Polícia Militar. O único momento de tensão aconteceu quando um estudante foi preso por porte de maconha.

Segundo Daniel Guimarães, integrante do MPL, não houve planejamento prévio para o protesto. A intenção era conferir como estaria a adesão, para então traçar a estratégia de ação. O militante explicou que, esse ano, diferente de 2004 e 2005, o objetivo não se restringe à redução dos valores das passagens. O que o movimento prega é a tarifa zero para toda a população.

— Nós queremos mudanças estruturais, com a municipalização do transporte para que ele se torne verdadeiramente público, dando o direito de ir e vir gratuitamente.

✉ tais.shigeoka@diario.com.br



Mobilização tem caráter diferente, de ônibus gratuito para todo mundo

ANEXO I

Reportagens referentes às manifestações contra o aumento de tarifas do transporte coletivo, organizadas pelo Movimento Passe Livre e outras organizações coletivas, realizadas entre fim de Maio e início de Julho em Florianópolis.

Estudantes protestam contra aumento de tarifa de ônibus em Florianópolis. (Maio de 2007). Folha de São Paulo. Disponível em www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ult95u300311.shtml, acessado em 28 de maio de 2007.

Estudantes protestam contra reajuste da tarifa. (Maio de 2007). Diário Catarinense. Disponível em www.clicrbs.br/jornais/dc/jsp/printjornais.jsp?news, acessado em 29 de maio de 2007.

Confronto com a PM. (maio de 2007). Hora de Santa Catarina. n/p.

Estudantes protestam na capital, mas polícia garante paz no centro (Maio de 2007). Notícias do Dia.

Fechar a ponte é crime grave. (Maio de 2007). Cidades, Notícias do Dia. n/p.

Confronto no centro da capital. (Junho de 2007). Geral, Diário Catarinense. n/p.

Protesto de seis estudantes deixa seis feridos. (Junho de 2007). Diário Catarinense. n/p.

Mauro Ramos, 21h: Avenida vira campo de batalha. (Junho de 2007). Hora de Santa Catarina. n/p.



DELL™
Monitor não incluso

NÃO PERCA!

Computadores a partir de R\$799!!
pague em 6X SEM JUROS
no cartão de crédito

Válido até 31/05

FOLHAONLINE

28/05/2007 - 16h50

Estudantes protestam contra aumento de tarifa de ônibus em Florianópolis

Silas Marti

Colaboração para a Folha Online

Estudantes protestaram nesta segunda-feira em Florianópolis (SC) contra o aumento da tarifa de ônibus na capital catarinense, aprovado no sábado (26) pelo prefeito Dário Berger (PSDB). A maioria dos manifestantes era de estudantes do ensino médio.

Os protestos aconteceram em três pontos da cidade, chegando a reunir cerca de 200 pessoas no terminal da Trindade, no centro da ilha, bloqueando a saída dos ônibus. Não houve confronto com a polícia.

Segundo policiais, cerca de 50 manifestantes bloquearam por volta das 11h um dos sentidos da avenida Paulo Fontes, onde fica o principal terminal do transporte urbano da capital catarinense. Houve protestos também na avenida Mauro Ramos.

O representante do Movimento Passe Livre na cidade, Marcelo Pomar, quer reunir todos os manifestantes em frente ao terminal principal. O ato está marcado para o fim da tarde desta segunda-feira.

Homens da Guarda Municipal de Florianópolis e da Polícia Militar monitoram o trânsito e reforçaram equipes para controlar as ações dos manifestantes.

Aumento

O preço da passagem de ônibus em Florianópolis subiu de R\$ 1,80 para R\$ 1,90 (aumento de 5,55%) para usuários do cartão Passe Rápido, que permite a integração entre os transportes na cidade. O preço para quem pagar em dinheiro aumentou 14,28%, de R\$ 2,10 para R\$ 2,40.

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u300311.shtml>

Links no texto:

Leia mais sobre protestos de estudantes

<http://busca.folha.uol.com.br/search?>

DIÁRIO CATARINENSE

Transportes

Estudantes protestam contra reajuste da tarifa

Polícia Militar precisou desviar o trânsito, interrompido pelos manifestantes em avenidas da área central da Capital

ESTEPHANI ZAVARISE

Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e de diversos colégios do município realizaram ontem, ao longo do dia, manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus em Florianópolis, que está em vigor desde domingo.

Às 9h, cerca de 120 estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e outras escolas da Capital já ocupavam a pista que dá acesso aos ônibus no Terminal da Trindade (Titri) e a rua marginal da Avenida Beira-Mar Norte. Às 21h45min, após deslocamentos que causaram longos engarrafamentos e breves interrupções de trânsito, o grupo, já com cerca de 300 pessoas, se dirigiu para a UFSC.

Durante este período, o embarque e desembarque de passageiros foi feito ao lado do Titri e na Beira-Mar. Enquanto estavam sentados, os estudantes cantavam músicas de protesto e se organizavam para decidir as próximas etapas do movimento.

De manhã, enquanto os estudantes ocupavam a entrada do Titri, alunos do Cefet, Instituto Estadual de Educação (IEE) e outros colégios fecharam uma pista da Avenida Mauro Ramos. Depois, a manifestação confluiu para o Terminal do Centro (Ticen), onde foi ocupada a Avenida Paulo Fontes, no sentido Ponte-Assembléia Legislativa, por alguns minutos. Nova interrupção ocorreu por volta do meio-dia.

Organizadores prometem nova manifestação hoje

No final da tarde, nova concentração em frente ao Ticen se deslocou em direção à Avenida Mauro Ramos, que ficou bloqueada nos dois sentidos e provocou um longo congestionamento. Os estudantes tentaram fechar também o trânsito na Avenida Beira-Mar, em frente ao Beiramar Shopping, mas foram dispersados pela Polícia Militar.

Os estudantes foram forçados a se deslocar para a ciclovia. Nesse momento, houve um princípio de confronto, quando um PM teria lançado spray de pimenta contra os estudantes, que reagiram jogando pedras.

- A única negociação que aceitamos é a revogação dos aumentos. E queremos ressaltar que os salários não têm relação com o aumento das tarifas - disse Vitor Teixeira, um dos estudantes que participou da mobilização, denominada Frente de Luta Contra o Aumento das Passagens.

Segundo outro estudante que não quis se identificar, o movimento foi organizado a partir do final de semana, com a determinação do aumento das tarifas pela prefeitura. Por volta de 7h30min de ontem, foi realizada uma reunião no Colégio de Aplicação e, a partir daí, os estudantes foram passando pelos colégios no caminho e reunindo outros alunos, para ir ao Titri. A idéia é realizar manifestações todos os dias, até que as tarifas diminuam.

Algumas pessoas que passavam no Centro se manifestaram a favor do movimento.

- É um motivo justo. Tem que haver uma conscientização dos políticos e empresários - defendeu o comerciante Edson Botelho.

Compare
Em Santa Catarina *
Blumenau R\$ 1,90
Chapecó R\$ 1,80
Criciúma R\$ 1,80 cartão e R\$ 1,85 dinheiro
Lages R\$ 1,80

Joaçaba R\$ 2
Joinville R\$ 1,95 passe de papel e R\$ 2,40 pagamento no ônibus
São José R\$ 1,20 linhas curtas, R\$ 1,45 intermediárias e R\$ 1,75 linhas longas
* cidades em ordem alfabética
Nas capitais *
Aracaju (SE) R\$ 1,65
Belém (PA) R\$ 1,35
Belo Horizonte (MG) R\$ 2
Boa Vista (RR) R\$ 1,80
Brasília (DF) R\$ 2
Campo Grande (MS) R\$ 2,10 e R\$ 2 no cartão
Cuiabá (MT) R\$ 2,05
Curitiba (PR) R\$ 1,90 (aos domingos custa R\$ 1)
Florianópolis (SC) R\$ 1,90 cartão e R\$ 2,40 dinheiro
Fortaleza (CE) R\$ 1,60
Goiânia (GO) R\$ 1,80
João Pessoa (PB) R\$ 1,60
Macapá (AP) R\$ 1,55
Maceió (AL) R\$ 1,70
Manaus (AM) R\$ 2 (aos domingo custa R\$ 1)
Natal (RN) R\$ 1,60
Palmas (TO) R\$ 1,70 (previsto para R\$ 1,50 em julho com novo sistema)
Porto Alegre (RS) R\$ 2
Porto Velho (RO) R\$ 2
Recife (PE) R\$ 1,60
Rio Branco (AC) R\$ 1,75
Rio de Janeiro (RJ) R\$ 2
Salvador (BA) R\$ 2
São Luís (MA) R\$ 1,70 - R\$ 1,30 e R\$ 1,10
São Paulo (SP) R\$ 2,30
Teresina (PI) R\$ 1,50
Vitória (ES) R\$ 1,70
* Em ordem alfabética
clicRBS
<u>Como resolver o impasse do transporte coletivo na Capital?</u>

Saiba mais

Não há outro jeito, diz Dário

Caderno - hmin

Negociação avança em Blumenau

Caderno - hmin

Coletivos param no Sul por 4 horas

Caderno - hmin

ATÉ QUANDO?

HORA DE SC/30/05/2007

Confronto com a PM

RESUMO DA NOTÍCIA

Protesto ao aumento das tarifas de ônibus acabou em conflito. Ontem, cinco estudantes e um policial ficaram feridos. Um foi detido.

Estudantes entraram em conflito com a Polícia Militar, ontem, no segundo dia de manifestações contra o reajuste da tarifa de ônibus em Florianópolis. As cenas de violência ocorreram às 19h15min, quando um grupo de cerca de 300 jovens tentou bloquear o tráfego na Avenida Paulo Fontes, em frente ao Tican.

O grupo de choque da PM usou a força para evitar o fechamento da via. Um policial ficou ferido no rosto e um estudante foi detido.

Organização para amanhã

Os estudantes prometem organizar um grande ato para amanhã, às 18h,

no mesmo local. O comandante do 4º Batalhão, major Newton Ramlow, disse que a polícia não irá permitir o bloqueio de vias ou pontes e usará a força necessária para garantir o direito de ir e vir da população.

Na noite de segunda-feira, no campus da UFSC, um grupo entrou em conflito com a PM.

Ontem, em nota, o reitor Lúcio José Botelho condenou a violência policial. Ele criticou o lançamento de bombas de efeito moral. Segundo o major Ramlow, estudantes apedrejaram um ônibus.

Bloqueio a ônibus no Tican

À tarde, em tomo de 70 estudantes do ensino médio da Escola Jovem Osmar Cunha, em Canasvieiras, Norte da Ilha, impediram a saída dos ônibus do Terminal de Integração de Canasvieiras (Tican).

Bombas para impedir

A Polícia Militar usou bombas de efeito moral para impedir a obstrução do tráfego.

Cinco manifestantes ficaram feridos. Um deles, de 15 anos, foi atingido na perna. Os demais tiveram ferimentos leves.



Polícia tentou conter estudantes

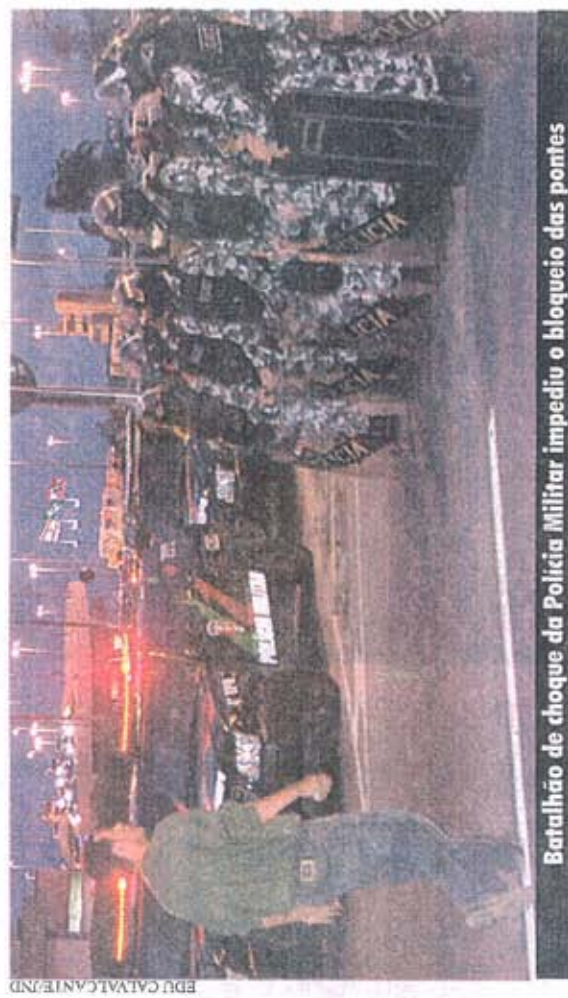
ESTUDANTES PROTESTAM NA CAPITAL MAS POLICIA GARANTE PAZ NO CENTRO

MOVIMENTO ESTUDANTIL CRITICA AUMENTO DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS E PROMETE NOVAS MANIFESTAÇÕES DURANTE A SEMANA **PÁGINA 8**



ELIAS LOPES/ND

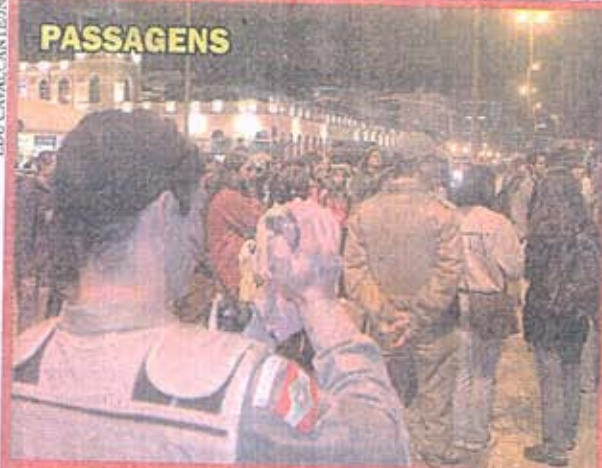
Protestos concentraram-se no TITRI e no TICEN durante o dia todo



Batalhão de choque da Polícia Militar impediu o bloqueio das pontes

NOTÍCIAS do DIA / CIDADES / 29/05/2007

PASSAGENS



ESTUDANTES PROTESTAM CONTRA AUMENTO

PÁGINA 8

SAÚDE

HOJE É DIA MUNDIAL DE COMBATE AO FUMO

PÁGINA 18

MINISTÉRIO PÚBLICO

FECHAR PONTE É CRIME GRAVE

PROMOTOR QUER GARANTIR O DIREITO DE IR E VIR E AUTORIZA REPRESSÃO A MANIFESTANTE

"A ponte é inegociável. Não vamos mais permitir qualquer tipo de manifestação sobre as pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles", disse ontem o secretário Ronaldo Benedet, da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, após coordenar reunião que tratou das constantes manifestações que acabam por bloquear as pontes e os terminais de transporte coletivo. O encontro, na sede da OAB, na Agrônômica, contou com a presença de segmentos como Polícia Civil e Militar, Ministério Público, IPUF, lideranças patronais e Câmara de Vereadores. Estudantes não compareceram.

Ontem pela manhã, três jovens foram detidos próximo à UFSC após confronto com PMs. No final da tarde, às 18h, protesto formado

por cerca de 50 estudantes, número informado pela Polícia Militar, saiu em passeata pelo Centro da Capital, sem incidentes.

Hoje, deve acontecer a maior manifestação do Movimento Passe Livre, após o aumento da tarifa. Cerca de 700 policiais militares estarão a postos para evitar o fechamento das pontes.

Na segunda e na terça-feira, as manifestantes causaram tumulto e deixaram o trânsito lento, fechando a rua Gustavo Richard, na frente do terminal do Centro, e tentaram bloquear as pontes. Na reunião no plenário da OAB, ontem, ficou determinado que a ação policial deve evitar o fechamento das pontes, por exigência do Ministério Público. Se não for possível, os líderes deverão ser identificados e punidos.



Reunião aconteceu ontem na sede da OAB

DC | CAPA | GERAL | 01/06/2007

CONFRONTO NO CENTRO DA CAPITAL

GLAUCON COVRE



Com bombas de efeito moral e tiros de borracha, PM dissolve protesto de estudantes contra o aumento das passagens de ônibus. Página 26

Capital Manifestantes foram às ruas contra o aumento das tarifas de ônibus

Protesto de estudantes deixa seis feridos

DC/GERAL | 01/06/2007

MARIANA ORTIGA

Bombas de efeito moral, de gás lacrimogênio, spray de pimenta e tiros de bala de borracha de um lado. De outro, pedras e rojões. O confronto na noite de ontem entre a Polícia Militar (PM) e manifestantes que protestaram, pelo quarto consecutivo, contra o aumento das tarifas de ônibus da Capital, resultou em pelo menos seis feridos – quatro policiais e dois civis – e um detido.

O enfrentamento começou por volta das 20h, quando a manifestação das cerca de 3,5 mil pessoas – segundo a PM – se dirigia à

impediu a passagem da multidão, jogando duas bombas de efeito moral. No mesmo local, ocorreu a primeira detenção, do estudante André Luiz Teixeira, 18 anos.

A polícia informou que ele estava acendendo uma vela dentro de uma garrafa para jogar na PM, fato que André negou, dizendo que só queria acender a vela para se manifestar. Em seguida, impedidos de avançarem para a Beira-Mar, concentraram-se na Praça Etelvina da Luz, conhecida como banco redondo. A PM cercou a manifestação também pela Mauro Ramos e Vitor Konder.

Nesse momento, começaram novas explosões de bombas, tiros de balas de borracha e pedradas. Com a confusão, houve correria e os estu-



GLAUCON COVRE

Na Capital, cerca de 3,5 mil manifestantes entraram em confronto com os 700 policiais, assustando os moradores

Confronto assusta a população

Mais de 3 mil manifestantes, 700 policiais. O protesto contra o aumento da tarifa assustou moradores das proximidades da Avenida Mauro Ramos, uma das principais da Capital, e pedestres.

Depois do confronto na Praça Etelvina Luz, mais conhecida como banco redondo, um adolescente exibiu um ferimento na barriga que disse ser consequência de uma bala de borracha atirada pela polícia.

A manifestação, no entanto, dividiu opiniões. A enfermeira Maria

olho atingido por spray de pimenta. – Acho um absurdo a reação da polícia quando se trata desses protestos, todo mundo viu que estava pacífico até começarem a impedir que o grupo se dirigisse para onde bem entendesse – disse.

A aposentada Eugênia Custódia Colzani, por sua vez, condenou a atitude dos manifestantes. Para ela, manifestar-se é um direito, mas quebrar bens públicos é um abuso.

– O movimento perde a legitimidade quando quebra as coisas de

parada foram depredados. Em seguida, tomaram a Avenida Hercílio Luz para retornar ao Tícen. Às 22h, eles começaram a se dispersar.

A concentração dos manifestantes, na maioria estudantes, começou às 17h, em frente ao Terminal Intergrado do Centro (Tícen). Após fechar a Avenida Paulo Fontes no sentido bairro Beira-Mar Norte, o grupo seguiu pela Praça XV, passando pelas principais ruas do Centro até chegar à Mauro Ramos.

– Nosso objetivo é apenas trazer o debate sobre os altos preços e a péssima qualidade do transporte urbano no coletivo de Florianópolis, em um

Mauro Ramos, 21h

Avenida vira

campo de

BATALHA

Balas de
barracha, pedras
e bombas no
confronto entre
PMs e estudantes

PÁG. 3

TENSÃO NA ILHA

Estudantes
tomaram conta
das ruas

JAMES TAVARES

Mauro Ramos em noite de batalha

RESUMO DA NOTÍCIA

PM acionou 700 policiais para bloquear mais de 3 mil manifestantes nas ruas do Centro de Florianópolis. Pelo menos seis saíram feridos.

Bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e tiros de bala de borracha de um lado. De outro, pedras e rojões. O confronto da noite de ontem entre 700 policiais militares e manifestantes que protestaram, pelo quarto dia, contra o aumento das tarifas de ônibus da Capital, resultou em quatro PMs e pelo menos dois civis feridos.

O enfrentamento começou por volta

das 20h, quando a manifestação das cerca de 3,5 mil pessoas, segundo a PM, se dirigia à Avenida Beira-Mar Norte. Na Rua Altamiro Guimarães, nas proximidades do Beiramar Shopping, a passagem da multidão foi bloqueada com PMs e duas bombas de efeito moral.

Preso por acender uma vela

No mesmo local, ocorreu a detenção do

André foi
detido pela PM

estudante André Luiz Teixeira, 18 anos. A polícia informou que ele estava acendendo uma vela dentro de uma garrafa para jogar na PM, fato que contestou dizendo que só queria acendê-la para se manifestar.

Em seguida, impedidos de avançarem para a Beira-Mar, concentraram-se

em frente ao banco redondo. A polícia cercou a manifestação também pela Mauro Ramos e Victor Konder. Houve novas explosões de bombas, tiros de balas de borracha e pedradas.

O protesto, que teve início por volta das 17h, em frente ao Tíen, terminou perto das 23h no mesmo local.

Era para ser pacífico, mas...

Ônibus teve o
vidro quebrado no
meio do tumulto

Os manifestantes se defenderam dizendo que o protesto era pacífico contra o reajuste das tarifas.

— Nosso objetivo é apenas trazer o debate sobre os altos preços e a péssima qualidade do transporte urbano coletivo de Florianópolis, em um movimento pacífico — disse o diretor da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, Vitor Teixeira.

Mas o saldo não foi de passividade. Em frente à

Igreja Universal de Mauro Ramos, um ônibus e uma parada foram depredados.

População com medo

Um menor esbôo um ferimento na barriga que disse ser de uma bala de borracha. A enfermeira Maria Inês Faria também saiu com a perna machucada e a calça rasgada. Um de seus filhos saiu chorando, com o olho atingido por spray de pimenta.

GLAUCIEN CUNHA

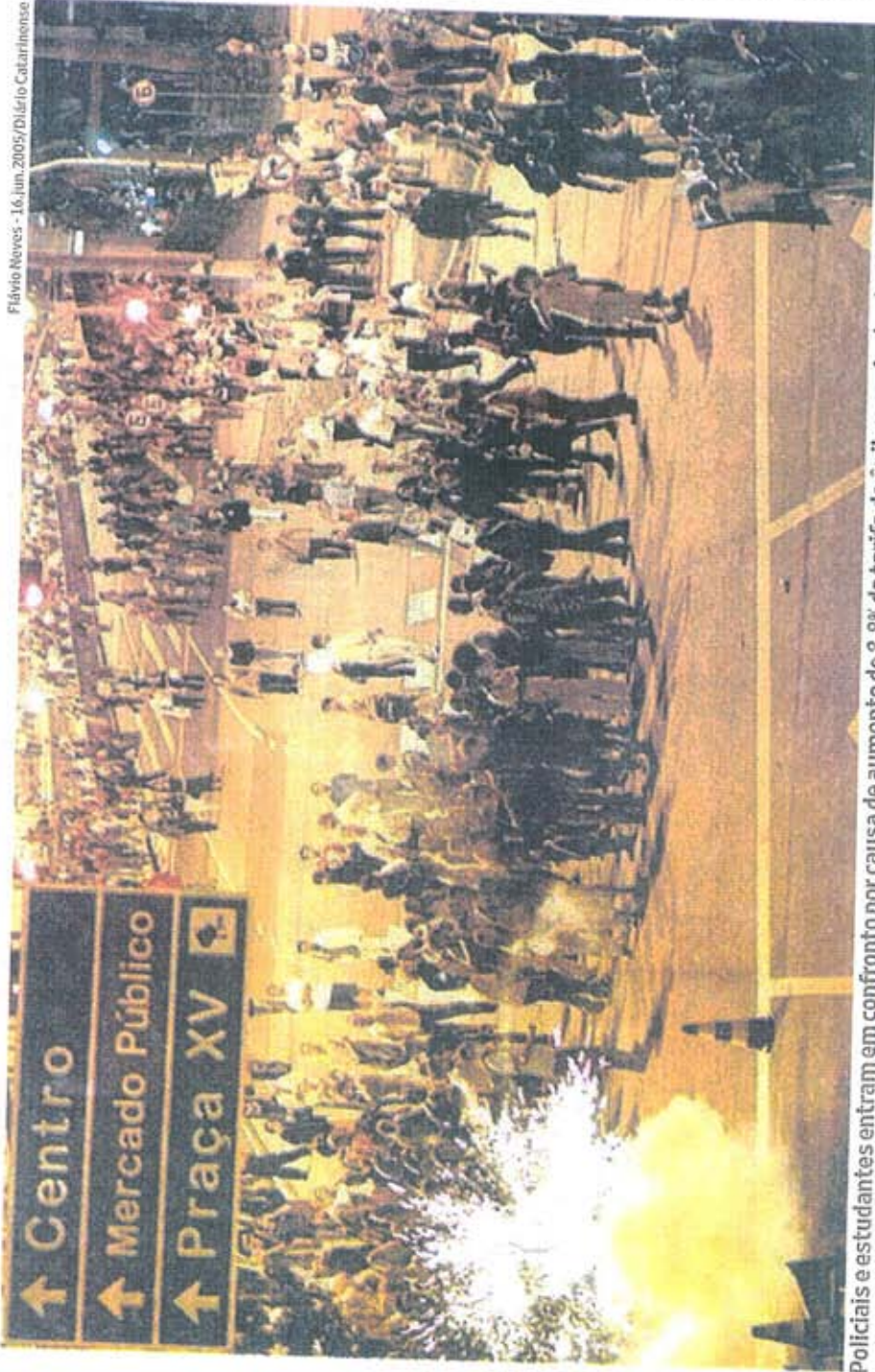
UM LUGAR AO SUL

» Confira acontecimentos, de incêndio a apagão, que marcaram as duas últimas décadas da vida na cidade

[+] DE BOA

ACUSADO DE
SUPERFATURAR OBRA
FOI FLAGRADO NA TV

O engenheiro Miguel Orofino, superintendente da construção da ponte Pedro Ivo Campos, inaugurada em 1991, foi acusado de participar de um esquema de superfaturamento de R\$ 27 milhões na obra. Orofino fugiu um dia antes de prestar depoimento, em 1992, e pouco depois o flagraram pelas câmeras de TV nas Olimpíadas de Barcelona, na arquibancada de um jogo da seleção brasileira. Apareceu circulado por uma luz no "Jornal Nacional". Mas escapou. Estava então com a secretária e amante e os dois só foram reconhecidos em 1997, por um casal de turistas em Sintra, a 25 km de Lisboa. Após ser deportado, o engenheiro foi condenado a onze anos de reclusão, cumpriu três anos e dez meses e foi solto em 2004. Na época em que o soltaram, pelo menos, o engenheiro se tornou morador de Florianópolis e ainda vivia com a secretária.



Policiais e estudantes entram em confronto por causa de aumento de 8,8% da tarifa de ônibus em junho de 2005

[+] PROTESTO

MANIFESTANTES
FECHARAM A
COLOMBO SALLES

O incêndio do Mercado Público Municipal não foi o único de 2005 na capital catarinense. Em maio e junho daquele ano, policiais e estudantes entraram em confronto na ilha. Os protestos eram contra o aumento de 8,8% das tarifas de ônibus locais e duraram mais de duas semanas. Os manifestantes promoveram quebra-quebra pela cidade. Orelhões e lixeiras foram depredados e vidraças, quebradas. A ponte Colombo Salles, que leva da ilha ao continente, chegou a ser fechada finais de tarde. A polícia utilizou balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para conter os estudantes, que tiraram pedras da calçada e devolveram o ataque. Policiais ficaram feridos e foram acusados de excesso de repressão e manifestantes foram presos. O aumento da tarifa do ônibus acabou sendo suspenso na época.

Flávio Neves - 16 Jun. 2005/Diário Catarinense

ANEXO J

Panfletos construídos pelo Movimento Passe Livre

LANÇAMENTO DO COMITÊ CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO PASSE LIVRE

O MOVIMENTO PASSE LIVRE VEM A PÚBLICO CONVIDAR MOVIMENTOS SOCIAIS, SINDICATOS, PARTIDOS, ENTIDADES POLÍTICAS, ESTUDANTES, PROFESSORES, SERVIDORES E A POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS PARA O LANÇAMENTO DO COMITÊ CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MPL.

O ENCONTRO TERÁ COMO FOCO A PUBLICIZAÇÃO DO ATAQUE, SOFRIDO PELA 'FRENTE PELA TARIFA ÚNICA SIM! AUMENTO NÃO!' NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2006, QUANDO OCORRERAM AGRESSÕES DE CAPANGAS AOS MILITANTES QUE PANFLETAVAM EM FRENTE AO TICEN E AS PRISÕES DO FOTÓGRAFO SARARÁ E DE MARCELO POMAR, APÓS UMA SEQUÊNCIA DE ABUSOS AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. ACUSADO DE INCITAÇÃO AO CRIME, MARCELO IRÁ A JULGAMENTO NO DIA 13 DE MAIO DESTA ANO. O COMITÊ APRESENTARÁ AS MEDIDAS TOMADAS PELO MOVIMENTO EM PROL DO ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.



DIA 26.03 - 19 HORAS - SEEB

(SINDICATO DOS BANCÁRIOS)

RUA VISCONDE DE DURO PRETO, 308 CENTRO

ACOMPANHE AS NOTÍCIAS E AJUDE

A ESPALHAR O ABAIXO ASSINADO ONLINE

WWW.PETITIONONLINE.COM/MARCELOP/

ARQUIVA.PROCESSO@GMAIL.COM

MPLFLORIPA.BLOGSPOT.COM

DOAÇÕES: CTA POUPANÇA 5.430.022-3

AGÊNCIA 117-1 BESC

(48) 9167 0746

ANEXO J

Panfletos construídos pelo Movimento Passe Livre

NOVO AUMENTO NAS TARIFAS DE ÔNIBUS!!!



SE INFORME!

SE ORGANIZE!

SE REBELE!

www.mplfloripa.blogspot.com



ANEXO I

Reportagem referente ao Dia Nacional das Lutas que participam diversos movimentos sociais, realizada em Maio de 2007 em Florianópolis.

Protesto volta a parar o trânsito. (Maio de 2007). Diário Catarinense. s/p. Disponível em www.clicrbs.com.br/jornais/dc/jsp/printjornais.jsp?news, acessado em 24 de maio de 2007

DIÁRIO CATARINENSE

Trânsito

Protesto volta a parar o trânsito

Motoristas enfrentam mais um final de tarde caótico devido à mobilização do denominado Dia Nacional de Lutas

RENATA MOREIRA E ARIADNE SILVEIRA

Motoristas enfrentaram ontem mais um final de tarde com trânsito caótico nas imediações no Centro da Capital, acessos às pontes e na Via Expressa. Depois da greve de motoristas e cobradores de ônibus na terça-feira, ontem foi a vez de servidores públicos, integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e estudantes tumultuarem o tráfego em manifestações pelo Dia Nacional de Lutas, realizados simultaneamente em todo o país.

A previsão era que o trânsito se normalizasse somente por volta das 22h. A mobilização começou às 15h30min, no Centro, e se expandiu até ocupar parcialmente, no horário do rush, as pontes Colombo Salles e logo depois a Pedro Ivo Campos. Foram quase 30 quilômetros de congestionamentos, em diferentes direções da Ilha e do Continente.

Quem chegou ao Terminal Integrado do Centro (Ticen), às 19h, teve a sensação de que a greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo, que parou a cidade terça-feira, não tinha acabado.

- Faz mais de uma hora que espero o ônibus para o Ribeirão da Ilha - reclamou a estudante Cristiane Schmidt, 18 anos.

Ao ver a lotação no terminal, a dona de casa Sandra da Luz, 26, optou em esperar as filas acabarem para retornar a São José com as duas filhas.

- Estou desde as 9h na rua e com pneumonia. Não sei a que horas chegarei em casa - reclamou.

De acordo com a Polícia Militar (PM), o congestionamento se formou por volta das 16h30min, quando foram fechados os acessos à Ponte Colombo Salles, que liga a Ilha ao Continente. Os cerca de 5 mil manifestantes, segundo estimativa da PM e dos organizadores, saíram da Praça 15, no Centro, desceram a Rua Tenente Silveira e seguiram em direção à Ponte Colombo Salles.

PM liberou a ocupação de uma pista das pontes

Por volta de 16h30min, quando o protesto estava ao lado do Ticen, a Polícia Militar tentou impedir a passagem dos manifestantes para evitar maiores transtornos na cidade. Criou-se um clima de tensão e os participantes da passeata ocuparam o viaduto Dias Velho e a Avenida Paulo Fontes.

Para resolver o impasse, o major Newton Ramfow, comandante do 4º Batalhão da PM, liberou uma faixa das pontes para os manifestantes, de acordo com o que foi permitido pelo comando-geral e pela Secretaria da Segurança Pública:



- Vai ser liberada uma pista para não gerar o caos na cidade. Se houver desacordo, saibam que não foi a Polícia Militar que provocou - disse.

A mobilização, no entanto, acabou por ocupar duas pistas da Ponte Colombo Salles. Depois retornou à Ilha pela Pedro Ivo Campos até chegar à Câmara de Vereadores, ao lado da Catedral, onde terminou, por volta das 19h, em tom de protesto contra os envolvidos na Operação Moeda Verde, da Polícia Federal.

Pelo país
RIO DE JANEIRO
Dezenove integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram presos no fim da manhã de ontem, quando encerravam manifestação na Rodovia RJ-393, em Barra do Piraí, no sul fluminense, que ficou interditada por cerca de uma hora e meia. Policiais militares aspergiram gás de pimenta na

população e, segundo dirigentes do MST, destruíram acampamento montado à beira da estrada.
Esse foi o único registro de confronto da Jornada Nacional de Lutas, no Rio de Janeiro, que incluiu o fechamento de outras duas rodovias e passeata pelo Centro do Rio.
SÃO PAULO
Manifestantes que tentaram entrar na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e policiais militares se enfrentaram, no início da noite de ontem, no protesto contra a Emenda 3 que reuniu cerca de 2 mil pessoas.
De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participou da manifestação, 19 entidades de servidores públicos e pessoas ligadas ao Fórum das Seis (formado por professores e funcionários da Unicamp, USP e Unesp) integraram o protesto.
Na Assembleia Legislativa, o grupo pretendia apresentar a pauta de reivindicações da categoria, com oito itens, e barrar a votação do projeto do São Paulo Previdência (SPPrev).
BELO HORIZONTE
Cerca de 1,5 mil pessoas, segundo estimativas da Polícia Militar, participaram de passeata realizada por sindicalistas, com apoio de entidades estudantis e partidos como o PSTU e PC do B, ontem à tarde no Centro da capital mineira. O ato deixou tumultuado o trânsito na região central da cidade. A maior parte dos manifestantes era ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).
No sul do Estado, cerca de 100 pessoas fecharam pela manhã a Rodovia Fernão Dias, no sentido Belo Horizonte - São Paulo.
BRASÍLIA
A manifestação na capital federal reuniu cerca de 10 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios.
Além de funcionários públicos federais, contou com a participação de integrantes da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (Contag).
O motivo
O principal alvo das manifestações foi a chamada Emenda 3 do projeto de lei que reestruturou o Fisco. A norma restringe o poder dos auditores fiscais para investigar empresas criadas por pessoas físicas para atuar como contratistas.
Segundo os sindicalistas, a limitação pode incentivar que as empresas contratem trabalhadores como "pessoas jurídicas". Isso gera, alegam, o aparecimento de empresas que só existem no papel, para evitar o pagamento de direitos trabalhistas, como contribuições à seguridade social.
A emenda já havia sido vetada quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reestruturou o Fisco. Agora, porém, os trabalhadores pressionam para que os congressistas mantenham o veto.

Multimídia

-  Estimativa da PM e de organizadores é de que 5 mil pessoas se mobilizaram para cruzar as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos no final da tarde
-  Concentração na Esplanada

Copyright 2000 - RBS Interativa S.A.
Todos os direitos reservados (all rights reserved)

DIÁRIO CATARINENSE



Estimativa da PM e de organizadores é de que 5 mil pessoas se mobilizaram para cruzar as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos no final da tarde
Foto(s): Susi Padilha/DC

 Enviar p/ amigo  Imprimir  Fechar